



Aline Gomes de Albuquerque Correia

**TECENDO ROTINAS DE (IN)SEGURANÇA: Práticas, Bases
Militares e Espaços de Insegurança Ontológica em Okinawa e no
Havai**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel

Rio de Janeiro
Abril de 2025



Aline Gomes de Albuquerque Correia
TECENDO ROTINAS DE (IN)SEGURANÇA: Práticas, Bases
Militares e Espaços de Insegurança Ontológica em Okinawa e no
Havaí.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Relações Internacionais. **Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:**

Prof. Dr. Kai Michael Kenkel

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC Rio

Prof. Dra. Marta Regina Fernandez Y Garcia

Instituto de Relações Internacionais – PUC Rio

Prof. Dra. Monica Herz

Instituto de Relações Internacionais – PUC Rio

Prof. Dra. Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Universidade Veiga de Almeida – UVA.

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

Escola Naval de Guerra – EGN

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Aline Gomes de Albuquerque Correia

Graduada em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba em 2016. Título de mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Estadual da Paraíba obtido em 2019. Professora substituta na graduação de Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba.

Ficha Catalográfica

Correia, Aline Gomes de Albuquerque

Tecendo rotinas de (in)segurança : práticas, bases militares e espaços de insegurança ontológica em Okinawa e no Havaí / Aline Gomes de Albuquerque Correia ; orientador: Kai Michael Kenkel. – 2025.

233 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2025.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Segurança ontológica. 3. Práticas. 4. Okinawa. 5. Havaí. 6. Militarização. I. Kenkel, Kai Michael. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para Isa e Esther,
por me ensinarem sempre a importância da comunicação através da gentileza
Para Moroni e Sofia,
por serem minha família todos os dias.

Agradecimentos

Eu sou a pessoa responsável por confeccionar e redigir essa tese. Mas em cada uma das páginas dela tem partes das inúmeras pessoas que me apoiaram de diversas maneiras nos últimos anos. Essa pesquisa é o resultado de diferentes níveis de suporte e carinho de vários indivíduos que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Em primeiro, gostaria de agradecer a meu orientador, Kai Michael Kenkel por acreditar e desde o primeiro momento apoiar a ideia. Graças a paciência interminável dele que essa pesquisa conseguiu ver a luz.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram para meu crescimento no Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ de diversas maneiras. Aos professores Jimmy Casas Klausen, Marta Fernández, João Pontes Nogueira, Monica Herz, Paula Drumond, Paula Sandrin, Paulo Henrique de Oliveira Chamon, Anna Leander, R. B. J. Walker meu imenso obrigada.

Um agradecimento enorme para Lia que teve muita paciência comigo em todo o período que tive que me mudar para o Rio de Janeiro e que teve mais paciência ainda nos momentos finais de elaboração dessa tese.

Se eu cheguei no programa de doutorado do IRI, foi graças ao amadurecimento pelo qual passei durante os anos de graduação e mestrado na UEPB. Então é imprescindível agradecer a todos os professores de lá que contribuíram para a construção da minha curiosidade e vontade de pesquisa, do meu gosto por entender tudo aquilo que compõe a realidade internacional. Acima de tudo, agradeço a minha orientadora de graduação e mestrado, Cristina Carvalho Pacheco, por ter me ajudado de forma imensurável a iniciar minha carreira como pesquisadora. Se essa tese existe hoje, é graças ao apoio dela.

Ao longo dessa tese, eu argumento muito sobre rotinas e identidade. Acerca da minha, não tenho problema em fazer coisas sozinha. Contudo, a presença de diversas pessoas ao longo do meu cotidiano é uma fonte de alegria e são elas que ajudaram no processo de construção dessa tese.

Agradeço ao meu marido, Moroni, pela imensa paciência, carinho e apoio imensuráveis nesses últimos anos, desde a elaboração de minha monografia na UEPB, até o momento da defesa dessa tese. A certeza de que sou amada e tenho seu apoio é uma fonte de força sem tamanho e a construção da nossa realidade em conjunto é minha maior alegria.

Agradeço também a minha mãe por sempre apoiar, de sua maneira, a minha busca por conhecimento. Agradeço minha irmã também pelo apoio. Acima de tudo, agradeço a ela o privilégio que tem sido acompanhar o crescimento de minhas sobrinhas. Mesmo que elas não consigam nem ler ainda, gostaria de estender o agradecimento a elas, Isa e Esther, por serem uma fonte de alegria e aprendizado para minha vida desde 2022.

Agradeço também a Thaisa e Luan, amigos que conheci na UEPB, mas que tive o prazer de dividir, mesmo que a distância, a rotina de alegrias e dificuldades do doutorado.

Mesmo a distância, diversas pessoas foram essenciais para que eu pudesse ter certeza de minha capacidade de concluir esse doutorado. Todas elas têm meu amor e apoio total e é uma honra considerá-las minhas amigas e parte da família. Agradeço aos queridos do BYL, Seth, Debbie, Raz, Alice, Lucas e Raiza, pelas inúmeras discussões, risadas, ultraje coletivo e piadas ruins que alegam meu dia a dia. Agradeço também aos amigos Jimi, Derso e Auniy que, mesmo eu sendo ruim de contato individual, sempre lembram de mim e me fazem sorrir. Agradeço aos meus amigos, companheiros, queridos do Blyme que desde 2020, dividem comigo uma rotina de risada, raiva, desespero, apoio e piadas e que me deu forças em diversos momentos Pachi, Tanko, Cris, Alice, Keiko, Guto, Arthur, Ana, todos vocês são muito importantes para mim e saibam que tem todo meu amor e apoio sempre.

Agradeço a minha professora de japonês, Raquel, por contribuir indiretamente com a pesquisa dessa tese e por me ajudar no avanço do aprendizado do idioma.

Por fim, à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais essa pesquisa não poderia ter sido desenvolvida. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Correia, Aline Gomes de Albuquerque; Kenkel, Kai Michael (orientador). **Tecendo Rotinas de (In)Segurança: Práticas, Bases Militares e Espaços de Insegurança Ontológica em Okinawa e no Havaí.** Rio de Janeiro, 2025. 233 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A participação de países em práticas militares é uma realidade comum na comunidade internacional. Dependendo de quem toma parte, outro agente internacional pode manifestar algum repúdio ou apoio. Mas, tais ações geralmente são acompanhadas de uma retórica securitizadora sobre a necessidade de proteção do Estado e da vida de cidadãos. Contudo, ao olhar com mais cuidado, pode ser observado que países possuem uma variedade de grupos com interesses diversos. Dessa forma, são aqueles que tem o comando dos meios legítimos do Estado que tem o poder de escolha. E muitas vezes, através dos discursos de interesse nacional, medidas que causam insegurança a parcelas da população. É criado então um paradoxo em que o Estado argumenta sobre a necessidade de militarização de certos aspectos da vida civil com medidas que acarretam ameaças à população.

Essa tese então utiliza do escopo da segurança ontológica somada a teoria das práticas para entender como medidas de securitização da identidade do Estado criam realidades de insegurança para parcelas da população. O discurso militarizado sobre a necessidade de proteção tem estruturação não somente na realidade material, mas também em uma realidade normativa do sistema internacional em que tais medidas são entendidas como legítimas. Através dessas medidas, os Estados buscam proteger não apenas sua realidade material, mas também a identidade que construíram ao longo dos séculos. Os reflexos desse discurso militarizado observados nessa pesquisa são as bases militares instaladas em Okinawa e no Havaí. Ao mesmo tempo em que sua presença é justificada com o argumento de serem essenciais para a defesa e manutenção de segurança internacional, tais bases constituem uma presença que vem causando insegurança nessas regiões a décadas. Incidentes de violência sexual, degradação do meio ambiente e intervenção na economia local são alguns exemplos a serem explorados para demonstrar como essa presença militarizada causa não apenas insegurança material, mas também insegurança ontológica, à medida que o desenvolvimento dessas regiões se torna atrelado a vontade dos Estados.

Palavras-chave

Segurança Internacional, Segurança Ontológica, Práticas, Japão, Estados Unidos, Okinawa, Havaí, Militarização.

Abstract

Correia, Aline Gomes de Albuquerque; Kenkel, Kai Michael (adviser). **Weaving Routines of (In)Security: Practices, Military Bases, and Spaces of Ontological Insecurity in Okinawa and Hawai'i**. Rio de Janeiro, 2025. 233 p. Doctoral Thesis – Institute of International Relations, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

The participation of countries in military practices is a common reality in the international community. Depending on who takes part, another international agent may express some displeasure or support. However, such actions are generally accompanied by securitizing rhetoric regarding the need to protect the state and its citizens' lives. However, upon closer inspection, it can be noted that countries have a variety of groups with different interests. Thus, it is those who have control over the legitimate means of the state that have the power to choose. And often, through discourses of national interest, measures that cause insecurity to parts of the population are adopted. A paradox is then created in which the State argues about the need to militarize certain aspects of civilian life with measures that pose threats to the population. This thesis then uses the scope of ontological security combined with the theory of practices to understand how measures to securitize the identity of the State create realities of insecurity for parts of the population. The militarized discourse on the need for protection is structured not only in material reality, but also in a normative reality of the international system in which such measures are understood as legitimate. Through these measures, states seek to protect not only their material reality, but also the identity they have built over the centuries. The reflections of this militarized discourse observed in this research are the military bases placed in Okinawa and Hawaii. While their presence is justified by the argument for the defense and maintenance of international security, these bases constitute a presence that has been causing insecurity in these regions for decades. Incidents of sexual violence, environmental degradation and intervention in the local economy are some examples to be explored to demonstrate how this militarized presence causes not only material insecurity, but also ontological insecurity, as the development of these regions becomes tied to the will of states.

Keywords

International Security, Ontological Security, Practices, Japan, United States, Okinawa, Hawaii, Militarization.

Sumário

1 Introdução	15
1.1 Estrutura da tese	17
2 A Narrativa do Cotidiano: Segurança Ontológica, Práticas e Construção de normas.	19
2.1 Introdução	19
2.2 O protagonismo das R(r)elações I(i)nternacionais e os estudos de segurança.	21
2.3 Ordem, normas e o convívio social	23
2.4 A construção de rotinas e identidades: A abordagem da Segurança Ontológica.	24
2.5 A reificação do cotidiano: A teoria das práticas.	31
2.6 A narrativa de um cotidiano ontologicamente seguro.	33
2.7 De Estados jovens a grandes potências: A construção da narrativa de Estados Unidos e Japão.	36
2.8 Narrativas e rotinas de insegurança	39
3 Fronteiras e violência: Práticas militarizadas e a narrativa de soberania	41
3.1 Introdução	41
3.2 A ficção da soberania	44
3.3 O domínio da violência: O militarismo e a militarização.	52
3.4 O Estado moderno e a violência onipresente.	56
3.5 A construção da legitimidade da violência: A rede de bases internacional dos Estados Unidos.	61
3.6 Cotidiano militarizado e práticas de alienação	65
4 Da terra dos guerreiros e deuses no Pacífico ao paraíso excluído: O Reino do Havái e o nascimento do estado do Havái.	68
4.1 Introdução	68
4.2 A formação do Reino do Havái: A conquista e o reinado de Kamehameha I.	70
4.3 Kamehameha II e III: A quebra dos tabus, o cristianismo e o <i>Mahele</i> .	75
4.4 De Kamehameha IV a Kalakaua: Nova constituição, projeção internacional, comércio de açúcar e o último rei do Havái.	81
4.5 Golpe de estado e anexação: Lili'uokalani, a última monarca do Reino do Havái.	85
4.6 O território do Havái.	88
4.7 O fim do sonho do reino e o nascimento do 50º estado dos Estados Unidos	97
4.8 Cidadãos iguais, mas nem tanto.	98

5 O pertencimento através da exclusão no Estado moderno: Militarização, destruição e resistência no Havaí.	102
5.1 Introdução	102
5.2 O cotidiano militarizado no paraíso.	102
5.3 A segurança e construção da identidade militar e a insegurança e resistência da identidade nativa	109
5.3.1 Kaho'olawe	111
5.3.2 Pohakuloa Training Area	114
5.3.3 Mākua Valley	116
5.4 O desenvolvimento atrelado a militarização.	118
5.5 A resistência na atualidade no Havaí.	120
6 O porto comercial das pedras preciosas e a construção do Estado-nação: O reino de Ryûkyû e a província de Okinawa.	124
6.1 Introdução	124
6.2 Domínios de norte ao sul e o reino de comércio na Ásia Oriental.	126
6.3 A dupla tutela de Ryûkyû (1609-1871)	129
6.4 A queda de um Império e o nascimento de um Estado: A criação de Okinawa.	131
6.5 Resistência durante a Guerra Fria	137
6.6 Okinawa como espaço de consumo.	142
6.7 "O Havaí" do Japão	144
7 O desejo por estabilidade do Estado-nação e o anseio por mudanças: Ocupação, colonização dupla e resistência em Okinawa.	147
7.1 Introdução	147
7.2 Exclusão e militarização: A ocupação estadunidense de Okinawa (1945-1972)	149
7.2.1 Casos de violência cometidos por soldados estadunidenses durante a ocupação.	154
7.2.2 A destruição do meio ambiente por parte da força militar estadunidense durante a ocupação.	155
7.3 Protestos por direitos e pelo fim da militarização: O retorno de Okinawa ao Japão (1972)	158
7.4 A renascença dos protestos: O estupro de 1995.	163
7.5 O caso de Futenma e Henoko.	168
7.6 A economia atrelada às bases.	178
7.7 Resistência na atualidade em Okinawa.	180
8 Espaços de insegurança ontológica: narrativas de resistência como resposta à ansiedade.	185

8.1 O caso do Havaí _____	188
8.2 O caso de Okinawa _____	190
8.3 Havaí e Okinawa: A resistência que nasce da insegurança _____	192
9 Conclusão _____	194
10 Referências bibliográficas _____	198

Lista de figuras

Figura 1: Mapa do Havaí (Hawaii Statewide GIS Program, 2021)	68
Figura 2: População atual do Havaí de acordo com etnia e raça (Data USA, 2023).	69
Figura 3: Parte da Petição contra a anexação do Havaí de 1897 (United States, 2021)	889
Figura 4: Primeira página da resolução referente a anexação do Havaí em 1898 (United States, 2021)	91
Figura 5: Segunda página do tratado referente a anexação do Havaí em 1898 (United States, 2021)	92
Figura 6: Vista aérea do USS Arizona Memorial em Pearl Harbor, construído sob os restos de um navio de guerra afundado (National Park Service, 2024).	105
Figura 7: Manifestantes protestam o caso de contaminação da água pela Red Hill (Lum, 2021)	110
Figura 8: Carga explosiva de TNT na ilha de Kaho'olawe, Havaí, fevereiro de 1965. Cerca de 5 metros de altura e 10 de diâmetro (United States. U.S. Navy)	112
Figura 9: Cratera criada a partir das explosões de 1965 na ilha de Kaho'olawe (Heber, 2018)	112
Figura 10: Manifestantes a caminho de Kaho'olawe em março de 1976 (Lind, 2015)	113
Figura 11: Mapa da Ilha do Havaí com PTA destacada (Hawai'i Tribune Herald, 2022)	115
Figura 12: Manifestantes protestam a construção do Telescópio de Trinta Metros em 2019 (Peryer, 2019)	121
Figura 13: Mapa da província de Okinawa destacando as cidades e vilarejos (Okinawa Prefecture, 2024)	125
Figura 14: Mapa de instalações militares dos Estados Unidos presentes em Okinawa referente ao ano de 2021 (Okinawa Prefectural Government, 2021)	148
Figura 15: Protesto de 21 de outubro de 1995 (NHK World Japan, 2022)	164
Figura 16: Helicóptero CH-53D que caiu na Okinawa International University em 16 de agosto de 2004 (The mainichi, 2022b)	169
Figura 17: Base Aérea de Futenma, localizada em meio a cidade de Ginowan. Destaques para instalações de educação próximas a base. (Okinawa Prefectural Government, 2016)	170
Figura 18: Construção em andamento da base de Henoko, em Nago (Yamaguchi, 2019)	173
Figura 19: Protestos em 2016 pela causa de Okinawa em frente ao parlamento japonês em Tokyo. (Yamanaka, 2016).	182

Siglas

AFFF - Aqueous Film Forming Foam

DHHL - Department of Hawaiian Homelands

EUA - Estados Unidos da América

HHCA - Hawaiian Homes Commission Act

OHA - Office of Hawaiian Affairs

PACOM - U.S. Pacific Command

PTA - Pohakalua Training Area

RIMPAC - The Rim of the Pacific Exercise

SACO -Special Action Committee on Okinawa

USCAR - United States Civil Administration of the Ryukyu Islands

Sobre as palavras em japonês

Os termos em japonês utilizados nessa tese usam o sistema Hepburn para a romanização. Logo, as palavras que têm vogais longas têm o acento circunflexo (^) sob a vogal.

Exemplo:

琉球 = ~~Ryukyuu~~

琉球 = Ryūkyū

闘争 = ~~tousou~~

闘争 = tōsō

1 Introdução

Essa pesquisa investiga como atos realizados por países pela retórica da segurança podem ser fonte de insegurança para comunidades locais. Tradicionalmente, países são interpretados como os atores principais das relações internacionais e a única variável de relevância. Através de seus governos nacionais, a fala de Estados sobre segurança é vista como legítima. Tal percepção mudou nas últimas décadas, sendo plausível questionar a centralidade e ações do Estado.

Os objetos de análise dessa tese são os casos de Okinawa, no Japão e do Havaí, nos Estados Unidos. Na visão comum, esses dois lugares são destinos paradisíacos para turismo. Mas, eles também são espaço para partes importantes do corpo militar dos Estados Unidos. No Havaí está presente a Frota do Pacífico dos Estados Unidos. No caso de Okinawa, localizada ao sudeste do centro do Japão, é onde está presente o maior contingente da presença militar estadunidense do Japão, resultado do tratado de segurança negociado no período da Guerra Fria.

Okinawa e Havaí tornaram-se parte desses países após eventos violentos que apagaram da existência o Reino de Ryūkyū e o Reino do Havaí, respectivamente. Ambos passaram por políticas de assimilação para integrar-se ao resto do país. A presença militar foi a mudança mais drástica imposta para essas comunidades, acarretando diversos problemas nas últimas décadas, sendo tal militarização justificada devido ao período histórico. Através de retóricas de desenvolvimento e necessidade de segurança, as duas regiões foram acopladas na rede de segurança internacional dos Estados Unidos, sofrendo alterações profundas. Problemas como destruição ambiental, danos a espaços sagrados, violência contra moradores, fizeram parte dessas mudanças. A partir dessa contextualização, é possível questionar se a presença do exército é algo realmente benéfico nesses locais e qual a segurança protegida pela instituição militar nesse caso.

Como Estados soberanos, Japão e Estados Unidos tem legitimidade para atuar em nome de sua segurança. Com suas particularidades, os dois enfatizam a necessidade de proteção e atuação a nível internacional para a manutenção da paz. Contudo, ao observar seus discursos é possível também inferir não apenas uma preocupação material com a

segurança, mas também a de continuar a se projetar enquanto ator de relevância no cenário internacional. Ao mesmo tempo, essas ações causam insegurança a locais como Okinawa e Havaí. Tal insegurança não transparece apenas na realidade material. Quando essas comunidades são alienadas em prol da necessidade nacional, entende-se nessa tese que elas estão em situação de insegurança ontológica causada por esses dois países. As decisões acerca de sua identidade/narrativa são deixadas de lado em favor desse suposto interesse nacional.

As ações de Estados Unidos e Japão não são inevitáveis, mas são postas como legítimas. Contudo, a própria ideia de não questionar tais ações é resultado de uma construção no ambiente internacional. Enquanto agentes nesse cenário, países atuam, sofrem e exercem influência. Ao longo do tempo, certas questões tornaram-se parte dos deveres do Estado e ações legítimas dele. Ao questionar tal realidade, é possível perguntar quais as motivações desse agente. Ele é resultado de uma construção de séculos que acarretou o entendimento de seu lugar de primazia no sistema internacional. Contudo, para manter tal realidade, sua participação é necessária para reificar tal sistema. Enquanto atuam nesse ambiente, os países buscam manter a narrativa da forma que acham mais condizente com sua realidade dentro dele.

Dessa forma, o objetivo dessa tese é entender como as práticas militarizadas de Estados Unidos e Japão geram insegurança ontológica nas comunidades de Okinawa e Havaí. Essa insegurança se reflete não apenas na realidade material, com a presença das bases, destruição do meio ambiente e violência contra locais, mas também na estrutura intersubjetiva local e alienação daquela população. A partir de uma realidade racializada e colonizada em que as pessoas desses locais são colocadas em posição de inferioridade, elas são negadas oportunidades de atuar de forma autônoma fora do escopo militarizado instituído. Assim, as pessoas de Okinawa e do Havaí tem seus cotidianos militarizados, mesmo quando se opõem a tais ações. A alienação que ocorre em relação à essas pessoas é uma forma de reificar essa insegurança, demonstrando essa relação discrepante entre elas e comunidades de outras partes do país.

Com tal objetivo em mente, essa pesquisa utiliza a abordagem da segurança ontológica como ferramenta junto a teoria das práticas. A segurança ontológica, com foco na necessidade de o ator manter uma existência coerente com sua própria narrativa, capacita o foco nos aspectos normativos que tornam possível ver o Estado como agente do sistema em que pertence, como também as comunidades estudadas como alvo de ações que causam sua alienação. Já a teoria das práticas auxiliará na compreensão de como as

práticas realizadas por Estados Unidos e Japão são postas como parte de sua identidade e cotidiano e, no caso dessa pesquisa, como elas geram insegurança. Os capítulos referentes à história desses espaços auxiliarão na compreensão acerca de como eles foram construídos como locais apropriados para a militarização através de uma ótica normativa e material.

A tese se propõe a contribuir para diversos pontos do campo acadêmico, tornando-se um espaço para debate acerca de como Estados desenvolvem e buscam legitimidade sobre segurança. Ao mesmo tempo, a discussão realizada sobre o questionamento das razões dos países e como elas tem consequências mesmo internamente pode ajudar em debates sobre a política externa de um país e seu componente doméstico. O uso da segurança ontológica e da teoria da prática nessa tese contribui para discussões sobre seu uso enquanto ferramentas para analisar ações dos Estados em caráter normativo e material. Sobre os objetos de estudo, essa pesquisa espera auxiliar para a literatura sobre a relação bilateral entre Estados Unidos e Japão enquanto atores relevantes em âmbito regional e internacional.

Mas acima de tudo, essa pesquisa espera contribuir para o conhecimento de casos como os de Okinawa e do Havaí, explorando não apenas a história, mas trazendo ao debate os casos de violência ali gerados por ação dos países. Não apenas no campo acadêmico, mas a pesquisa espera auxiliar para a expansão acerca do conhecimento da militarização de espaços civis e suas consequências para as comunidades locais. Estados, na figura de seus governos, não deveriam ser os únicos a pensar sobre segurança e tal monopólio gera situações em que os cidadãos podem ser submetidos a situações de insegurança.

1.1 Estrutura da tese

Além da introdução e conclusão, essa tese está dividida em sete capítulos. Dois são capítulos sobre a história de Okinawa e do Havaí, dois sobre a presença militar nesses locais, dois sobre questões teóricas e um é sobre as conclusões referentes às semelhanças nesses espaços. O capítulo 2 será para explicar o que é a segurança ontológica e a teoria das práticas e como elas serão utilizadas aqui enquanto lente de análise. O capítulo 3 será dedicado ao entendimento acerca dos inúmeros processos que estão presentes na questão da militarização e do Estado. Partindo para os capítulos sobre os casos analisados, os capítulos 4 e 5 são para explicar sobre a construção do Havaí como um espaço de

insegurança ontológica. Com a explicação nesse capítulo sobre a história da região, como sua narrativa e identidade foram construídas, destruídas e levadas a uma rotina de ansiedade, o capítulo 5 argumentará como tal realidade criou um espaço material em que as bases militares são o reflexo dessa insegurança ontológica. De forma similar, os capítulos 6 e 7 serão direcionados ao caso de Okinawa, com a explicação sob sua história e anexação pelo Japão no primeiro momento e logo em seguida como as práticas militares desse país, somada aos Estados Unidos, acarretam situações de insegurança ontológica. O capítulo 8 pontuará as semelhanças e particularidades de cada um dos casos, ressaltando como são dois espaços propícios a insegurança ontológica e uma rotina de ansiedade devido as práticas militares e a alienação dessas comunidades da capacidade de escolha. A identidade e narrativa de protestos seriam formas de contrapor essa ansiedade.

2 A Narrativa do Cotidiano: Segurança Ontológica, Práticas e Construção de normas.

2.1 Introdução

O capítulo inicial fará um apanhado do escopo analítico da segurança ontológica e da teoria da prática. Tal explicação é vital para entender como Okinawa e Havaí são espaços de insegurança devido às decisões de Japão e Estados Unidos. Ao entender que noções como interesse nacional e segurança internacional são elementos que dependem do contexto no qual estão presentes, torna-se possível entender que os elementos normativos e materiais com os quais países engajam é algo enraizado a partir de construções naquela conjuntura. Logo, é crucial analisar o local ao qual esses atores pertencem e quais são as práticas legítimas que precisam compreender e dominar para manter sua existência.

A abordagem da segurança ontológica permite interpretar Estados como agentes sociais. Ela argumenta que em um mundo repleto de incertezas e inseguranças, agentes tentam se manter seguros através da certeza de suas escolhas e rotinas. Os membros da comunidade internacional têm histórias e objetivos diferentes. O caso estudado nessa pesquisa é de países que fazem parte do grupo das chamadas grandes potências. Japão e Estados Unidos tem um entendimento específico sobre tal papel, mas atuam da forma que interpretam como necessária para continuar reificando tal identidade como parte da trajetória de seu país. Mesmo sendo reconhecidos enquanto atores de relevância dentro do sistema internacional, tais países engajam com práticas utilizadas para reforçar tal existência.

Tais ações podem resultar em insegurança para outros agentes. Esses não são apenas outros países, como também partes dentro do país com interesses divergentes àqueles que tem capacidade legítima de força. Sendo esse o foco da tese, a abordagem ajuda a entender como a securitização que pode ocorrer graças a insegurança não é um resultado inevitável. De forma conjunta, a teoria das práticas será utilizada para explicar como elas são criadas a partir da realidade material e social e como elas podem mudar ou reificar o ambiente ao qual pertencem.

Dessa maneira, as abordagens serão utilizadas interpretando Estados como agentes sociais. Sendo assim, eles engajarão com práticas determinadas para continuar a existir da forma que acharem mais apropriada. Mesmo países que tem uma existência aparentemente estável continuarão participando dessas práticas, pois a busca por segurança ontológica é constante. É através das práticas que tal segurança se reifica.

Além da introdução, esse capítulo tem mais sete tópicos. As duas partes iniciais analisarão a questão do Estado dentro das Relações Internacionais (RI). Se antes os Estados eram considerados os únicos atores relevantes dentro do contexto internacional, na atualidade a compreensão da área se expandiu de forma a permitir escopo de análise para além dele. No caso dessa pesquisa, o âmbito do Estado tem uma relevância inegável e é um aspecto a ser considerado. Contudo, para criticar o papel desses países como responsáveis por acarretar insegurança, é relevante demonstrar a evolução do Estado enquanto unidade de análise. Além disso, a ideia dos países como agentes membros de um contexto social. Como membros dessa sociedade, eles precisam entender as regras que constituem aquele ambiente.

Sabendo que essas regras existem e que os agentes querem ser aceitos como membros de sua sociedade, o tópico seguinte será dedicado para explorar a ideia de que Estados buscam manter uma existência de coerência ontológica. Será feita uma revisão acerca do conceito de segurança ontológica e sua aplicabilidade. Na sessão seguinte, o foco será na teoria da prática. Considerando que os agentes querem manter sua existência ontologicamente segura, eles engajam nas práticas que veem como necessárias naquele determinado contexto.

O tópico seis irá discorrer sobre a segurança ontológica e teoria da prática como lente de análise para entender como países são propensos a insegurança, de modo que eles tomam parte em práticas que eles veem como efetivas para dizimar tal sentimento. Usando essas duas abordagens como ferramenta para observar o fenômeno da militarização e suas consequências auxilia em entender como ela é uma prática que garante legitimidade social e material na comunidade internacional dentro do grupo das grandes potências.

Os tópicos sete e oito serão dedicados ao caso dos países estudados nessa pesquisa. Com o caso dos Estados Unidos e Japão, é importante ressaltar que participar de práticas militares são formas de manter-se como sendo parte do grupo das grandes potências internacionais a partir de uma imagem construída ao longo dos séculos sobre o que constitui tal papel. Isso não significa que todos os países do mundo seguirão tal

cartilha. Países vão ter narrativas diversas acerca do que constrói o seu interesse nacional. No caso dessa pesquisa, tais práticas são realizadas de acordo com a narrativa desses dois países mantendo-se no patamar de grande potência. O foco é entender como práticas militarizadas por parte desses países causam insegurança a outros grupos. Essas práticas não são interpretadas como essencial a existência de todos os Estados enquanto atores soberanos, mas sim primordial a partir da visão desses agentes. E ao mesmo tempo em que são justificadas a partir de uma retórica de segurança nacional, essas práticas causam a alienação de grupos estudados nessa tese. A partir dessas rotinas de securitização, o que ocorre é o processo de construção da insegurança ontológica através do reforço de uma realidade discrepante que esses locais têm de conviver no país em que vivem.

2.2 O protagonismo das R(r)elações I(i)nternacionais e os estudos de segurança.

A tradição teórica das Relações Internacionais coloca o Estado como protagonista. Tal paradigma já é debatido por décadas, mas países continuam relevantes. Esse entendimento vem de um longo caminho desde o estabelecimento da disciplina. Com textos de autores como Thomas Hobbes ou John Locke como fontes, parte da tradição das RI entendia o Estado como a solução primordial para os problemas de segurança que persistiria em formas consideradas mais primitivas de organizações sociais. Quando elas alcançassem o ponto de soberania estatal, problemas como morte e conflitos internos desapareceriam, sendo o Estado o responsável por proteger os cidadãos de ameaças externas. A princípio, autores da tradição Realista levavam em consideração a questão doméstica para entender o papel do Estado na guerra. Autores como E.H.Carr (1981) ou Hans Morgenthau (2003) analisavam pontos como a natureza humana, particularidades dos governantes, por exemplo, que refletiriam no comportamento do país internacionalmente.

No caso do neorrealismo, a esfera doméstica é considerada irrelevante. Autores como Kenneth Waltz (1979) argumentam que o sistema internacional tinha a anarquia como princípio ordenador, sendo países unidades semelhantes. A abordagem enfatiza a inevitabilidade do conflito e a necessidade de se proteger. Mas para o neorrealismo, aspectos intersubjetivos não eram relevantes, sendo o foco a distribuição de capacidades dentro do sistema.

Com tais ideias comandando a área de RI, o Estado era considerado a variável de maior relevância para entender fenômenos como guerra e paz. Tais limitações criavam uma realidade que moldava o comportamento do Estado de uma forma específica. Suas ações eram sempre justificadas pela retórica da segurança. Contudo, nas últimas décadas, o campo de Relações Internacionais testemunhou uma mudança gradual para abarcar tipos diversos de pesquisa com influências de áreas de estudo como sociologia e psicologia. Tal transformação permitiu espaço para observar as realidades distintas de cada país, possibilitando também que questões domésticas dos Estados fossem mais uma vez consideradas fatores de mudança dentro da comunidade internacional. Interpretações como as de Alexander Wendt (2014) e outros construtivistas olham para o Estado como um agente com existência particular à sua história, de forma que é possível compará-lo a um indivíduo. Essa tese não segue tal caminho, sendo essa particularidade pontuada para demonstrar a capacidade de pesquisas diversas que foi construída ao longo dos anos nas Relações Internacionais.

Com suas perspectivas e histórias únicas, os países existem na dualidade de sua realidade doméstica e convivência com outros agentes dentro do sistema internacional. O modo como tal panorama é analisado depende da lente do observador. Tentando entender as causas da guerra, a ideia de segurança internacional ficou inicialmente presa à ideia do Estado. Contudo, nas últimas décadas diversos estudos vêm explorando a noção de que segurança é algo que não pode ser limitado apenas a fronteiras ou conflitos. Tópicos como mudança climática, acesso à comida e água, direitos humanos, entre outros, começaram a ser debatidos como parte dessa agenda (Buzan; Hansen, 2012).

Então, torna-se possível entender o Estado como um agente social e historicamente construído. Isso não significa ignorar os aspectos materiais parte de sua existência, mas sim considerá-lo como organismo dentro de uma conjuntura específica. Logo, a ideia de legitimidade de ações do Estado ou daqueles que afirmam falar por ele são passíveis de questionamento. Mesmo com termos como interesse nacional ou interesse do país sendo utilizados de forma corriqueira (Burchill, 2005; Kratochwill, 1982) esses não representam toda a comunidade presente naquele coletivo.

Aqueles que tem direito para falar em nome do chamado interesse nacional costumam ser os representantes oficiais do Estado. A existência de múltiplos grupos causa tensões devido aos interesses diversos de cada um. Com um conjunto de indivíduos comandando os canais legítimos do país, se infere que existirão outros que terão seus próprios interesses ignorados. Em casos extremos, a presença de certos grupos é considerada uma

ameaça para o Estado que, conseqüentemente, pode vir a tomar medidas que colocam em perigo a existência desse grupo.

Nas Relações Internacionais, construtivistas contribuíram para o debate argumentando que tal realidade seria resultado de uma construção social através das interações entre agentes e elementos materiais e normativos da estrutura (Onuf, 2013; Adler, 1999). Contudo, é importante lembrar que a realidade é um resultado da interação entre esses dois aspectos. Não é possível ignorar os aspectos materiais para focar apenas no aspecto normativo da estrutura.

Para melhor entender o foco dessa pesquisa, é necessário compreender que cada país é um agente presente em uma sociedade diversa sob certas condições sociais e materiais. Assim, a próxima sessão será focada no tópico de normas.

2.3 Ordem, normas e o convívio social

Regras existem em toda sociedade com o propósito de manter uma ordem específica. Tal organização pode ser injusta, sendo contestada ou levando maiores benefícios para uns enquanto sacrifica os interesses de outros. Mas ainda assim constitui um tipo de ordem. Sua estrutura dependerá do contexto em que se construiu. Ideias como a do contrato social proposta por autores como Hobbes já existem por séculos, estabelecendo uma série de medidas e regras para manter uma determinada ordem social. Mesmo sociedades que não se encaixavam no que era classificado como civilizado possuíam normas em sua estrutura, mesmo que aos olhos de observadores de fora estas sejam não civilizadas ou não tenham sentido. Ao participar da sociedade, é necessário saber as particularidades do que é permitido ou não para prosperar. Agentes em uma sociedade não tem um tempo de inatividade em que eles podem ficar de fora desta para aprender essas regras. Mesmo sendo novos atores, eles já começam a participar dessa sociedade a partir do momento em que eles nascem.

A chamada comunidade internacional não é exceção. Países não são indivíduos, mas eles são agentes pertencentes a essa sociedade. Assim como nas outras, tal sociedade de Estados tem regras que foram criadas e transformadas ao longo do tempo. Muitas vezes, é difícil pontuar como uma regra específica foi estabelecida ou por que substituiu outra. Por exemplo, era comum que unidades políticas na Europa tivessem ligações com a influência da igreja, mas tal realidade sofreu alterações após eventos como a chamada

Paz de Vestfália. Ou a capacidade do Estado de anexar territórios e subjugar um grupo de pessoas que se tornou ilegítima ao longo do século XX.

Os Estados têm histórias, desenvolvimento e questões domésticas diferentes. Com tais particularidades, todos precisam lidar com questões normativas da sociedade em que estão inseridos. A partir do momento em que um país se declara uma entidade soberana e é assim reconhecido, ele já é considerado um membro da sociedade internacional e logo deve seguir as regras estabelecidas. Dependendo da forma como sua identidade enquanto nação se construiu, aquele país participará da comunidade internacional de forma a buscar reconhecimento e garantir legitimidade à sua soberania. Contudo, grupos de países de diferentes interesses se formarão, com tal identidade coletiva se modificando ou reificando a partir da forma como os membros envolvidos engajarem com as práticas particulares daquele grupo.

A forma como um país se porta afetará como é visto no sistema internacional. No entanto, a maneira que lida com suas questões domésticas também contribui para tal reconhecimento. O Estado é uma esfera política regrada por uma lei comum. Nesse contexto, aqueles que falam por ele são quem têm legitimidade para usar a força para proteger tal lei. Como os cidadãos não tem o direito de usar a violência na ideia do contrato social, é dever do Estado protegê-los.

Se a sobrevivência não é o único interesse que regra as ações dos Estados, como é possível entendê-las? É necessário olhar para suas particularidades e o que é relevante para sua narrativa e identidade naquele dado momento. Logo, o tópico seguinte será dedicado a explorar a questão da segurança ontológica como abordagem e como ela entende ideias como identidade, narrativas e rotinas.

2.4 A construção de rotinas e identidades: A abordagem da Segurança Ontológica.

É relevante reforçar que essa pesquisa não interpreta o Estado com uma essência e identidade única. O Estado não é uma pessoa, seu território é marcado pela presença de grupos com diferentes interesses que entram em conflitos uns com os outros. Contudo, países tem uma série de narrativas acerca de si mesmos. O Estado não tem interesse apenas em sua preservar seu aparato material, mas também em manter sua identidade. Logo, nessa pesquisa se entende que o Estado tem uma narrativa específica construída em torno de sua existência e identidade. Mais à frente tal argumento será mais bem

explorado para explicar a questão da existência de narrativas múltiplas no âmbito do Estado.

Explorada a fundo nas ciências sociais, o nome da abordagem utilizada aqui é segurança ontológica. Tais debates utilizam textos de autores como Ronald D. Laing (1969) e Anthony Giddens (1991), em campos da psicologia e sociologia, no que concerne indivíduos. O que autores como Giddens entendem como tal ideia é a segurança do “Eu” para continuar seguindo com o cotidiano, explorando a ideia de como a modernidade tornou-se fonte de incertezas. Se a busca por progresso e o uso da ciência prometiam o avanço da humanidade, Giddens argumenta que na verdade isso acarretou maior insegurança. Agentes precisam das certezas materiais e imateriais para seguir sua rotina, mantendo uma narrativa específica acerca de sua identidade enquanto membros do ambiente a que pertencem.

A abordagem da segurança ontológica permite um olhar para o intersubjetivo acerca do agente estudado, sendo necessário observar seus arredores e sua história. Com a criação de significados nesses contextos, seus membros constroem suas identidades e narrativas (Rumelili, 2015). A segurança ontológica é a continuidade dessa existência dentro da estrutura em que eles se desenvolvem. Aqueles que estiverem em situação de insegurança ontológica estão propensos à ansiedade extrema, tornando-se incapazes de seguir seu cotidiano (Giddens, 1991). De acordo com Huysmans (1998), a segurança ontológica demandaria manter longe qualquer elemento desconhecido longe do “Eu” e da rotina estabelecida por esse agente. Para o autor, existe uma diferença entre inimigos e estranhos. O estranho, mesmo não sendo um inimigo, acarretaria maior insegurança ontológica, pois o “Eu” não saberia como reconhecer suas intenções. Assim, é possível entender, como argumentado por autores como Untalan (2020), Browning e Joenniemi (2016), Rumelili (2015) e Mälksoo, (2015) que a insegurança cresce a partir de um sentimento de ansiedade e não de medo especificamente.

Para um Estado sentir-se ontologicamente seguro, precisa de uma narrativa estável sobre si mesmo e sua existência (Innes, 2017), não apenas sobre seu corpo físico (Malksoo, 2015), mas também o que seja interpretado como construindo seu “Eu” (Agius, 2017; Kinnvall; Mitzen, 2016). Agentes se sentem seguros quando conseguem manter sua continuidade narrativa em suas vidas diárias e recebem apoio através de seus relacionamentos (Kinnvall; Mitzen, 2016). Tal segurança ontológica pode ter fontes internas ou externas, ou mesmo uma combinação de ambos (Kayhan Pusane; Ilgit, 2022,

p. 98). Práticas que ajudam a manter a certeza do “Eu” são necessárias para que o agente mantenha seu entendimento pessoal (Kumagai, 2015, p. 148).

Direcionando o foco para a segurança ontológica, é possível olhar para narrativas e a interpretação dos agentes sobre si mesmos para entender como respondem a situações de ansiedade (Kinnvall; Mitzen, 2016, p. 03). A falta de meios para continuar seguindo sua narrativa os afligiria com sentimentos como vergonha e, conseqüentemente, ansiedade (Steele, 2005). Ao compreender que cada agente tem sua própria narrativa, é possível entender os caminhos escolhidos por eles não são únicos, existindo alternativas (Malksoo, 2015). Na construção dessa realidade, memórias são um componente essencial. Até mesmo o ato de lembrar, do que lembrar e como lembrar é uma forma de exercer poder (Malksoo, 2015). A memória afeta a narrativa de um país, como trabalhos como o de Gustafsson (2019) exemplificam.

A securitização ocorre quando elementos de insegurança aparecem como ameaça para as rotinas dos agentes. Autores como Kinnvall (2018) argumentam como a insegurança pode ter conseqüências profundas para outros grupos de indivíduos, enquanto Freire (2020) e Kayhan-Pusana e Ilgit (2022) observam tais narrativas acerca dos governos dos países. Securitização, de acordo com a definição de Buzan et al (1998) é o ato de transformar um agente ou tópico específico em uma questão securitizada porque eles são colocados como uma ameaça por aqueles que o classificam como tal. Como os autores argumentam, quais questões são securitizadas ou não dependem do contexto histórico e cultural. A ideia da securitização é transformar, usando atos de fala, tal tópico em uma prioridade a nível existencial. A ameaça não precisa ser real da forma como um desastre natural ou uma doença é, mas precisa ser apresentada de tal maneira para que o público entenda seu caráter emergencial (Buzan et al 1998).

Com a securitização, regras previamente estabelecidas são quebradas em nome do combate à ameaça. Estudar securitização torna necessário entender os relacionamentos e discursos políticos dos membros presentes naquele local, para compreender em que momento começaria a legitimidade de quebrar as regras existentes (Buzan et al, 1998, p. 26). Medidas de securitização transformam outros atores em objetos de segurança, legalizam medidas militares e negociações de paz tornam-se menos prováveis (Rumelili, 2015). Securitizar uma ameaça é uma forma de lidar com a perda de segurança ontológica (Browning; Joenniemi, 2016). Não apenas inimigos e eventos do presente podem ser securitizados, mas como Malksoo (2015) argumenta, a securitização de uma memória coletiva também pode ocorrer, tornando-se algo visto como imutável na história.

Pela lógica da segurança ontológica, a securitização pode ser interpretada como uma forma de fugir da ansiedade. Rumelili (2015) argumenta que medidas de securitização são essenciais para conter a ansiedade e gerar segurança ontológica. Como Kinnvall (2019; 2018) explica, cria-se uma manifestação real para ser alvo das ansiedades daquele agente. A securitização do “Outro” o coloca em uma caixa fechada como sendo o único responsável pela insegurança do “Eu” (Rumelili, 2015). Em tempos de incerteza, o desconhecido torna-se alvo da securitização para proteger o “Eu”. A união contra o “Outro” é uma construção, mas começa então a ser vista como parte inerente daquele determinado grupo (Kinnvall, 2004). Tal processo é analisado em trabalhos como o de Browning (2018) que analisam como a segurança ontológica da União Europeia era dependente da imagem de uma Rússia fraca e antiquada ou de Steele (2016) que analisa como a noção de securitização é utilizada para justificar o uso de tortura no período seguinte aos atentados de 11 de setembro de 2001. Para evitar ou desfazer processos de securitização, é necessário mudar o entendimento dos envolvidos. Um novo conjunto de práticas é essencial para que tal situação seja construída, sendo a própria criação de tal ambiente uma situação de ansiedade (Browning; Joenniemi, 2016).

Contudo, Giddens (1991) argumenta que criar um ambiente livre de ansiedades é impossível. A busca por uma identidade estável e unificada é inútil pois, como Kinnvall (2004) explica, elas não existem. O indivíduo pode manter-se ontologicamente seguro através da confiança em sua vida diária. Mas, essa confiança deve ser constantemente reforçada (Croft, 2012). Logo, é impossível ser totalmente livre da ansiedade existencial que Giddens (1991) vê como inerente às mudanças trazidas pela modernidade. O que constitui a segurança ontológica para um agente é passível de mudanças (Browning; Joenniemi, 2016; Croft, 2012). Ao longo de sua existência, ele deve reificar sua identidade (Steele, 2008).

Percepções predefinidas de identidade são criticadas por autores como Epstein (2010) já que essa essência verdadeira não existiria. Usando ideias derivadas de Lacan (1977), o autor explica que agentes passariam toda sua existência tentando preencher essa lacuna em relação à identidade. Nesse aspecto, mesmo pressupondo estabilidade para garantir essa segurança, a abordagem não afirma existir um estado de imutabilidade do cotidiano. Aquilo que constitui segurança ontológica pode mudar, como também o ambiente ao redor do agente pode ser alterado. Isso acarreta mudanças em suas rotinas e como o agente percebe a si mesmo (Freire, 2020, p. 03). Então, a abordagem não tenta olhar apenas para aquela identidade daquele momento presente, mas tenta entender como

foi construída (Steele, 2016; 2008). Em relação a isso autores como Kinnvall (2018) diferem de Giddens. Para a autora, a segurança ontológica seria não apenas a segurança do “Eu”, mas também a segurança do futuro. A promessa de futuros gloriosos que permeiam narrativas de segurança são um exemplo (Gonzalez; Gusterson, 2019). A continuidade da existência daquele agente específico dependeria da proteção daquela narrativa, demonstrando como a segurança ontológica seria um processo de construção constante.

Não são apenas eventos de destruição ou conflito que criam insegurança, como Kinnvall e Svensson (2022) afirmam acerca da ideia de interrupção de rotinas. Rumelili (2015) mantém uma explicação similar, argumentando porque processos de negociações de paz podem ser fonte de insegurança. Mesmo que tal processo possa garantir o fim de conflitos, a continuidade desses também são uma forma de manter uma rotina estável. A possibilidade de um cessar fogo acarretaria ansiedade para as partes envolvidas.

A abordagem da segurança ontológica não é livre de críticas. Autores como Croft e Vaughn-Willians (2016) e Rossdale (2015) a criticam como uma forma de possivelmente legitimar a securitização pelo Estado. Além disso, Croft e Vaughn-Willians (2016) argumentam que o foco em países reforça o escopo já existente no cenário das Relações Internacionais. A segurança ontológica não deveria reificar o Estado ou justificar as medidas de securitização, mas ser uma ferramenta para entender as estruturas em que agentes atuam. De forma similar, Malksoo (2015) e Browning e Joenniemi (2016) alertam sobre o perigo que é equiparar segurança ontológica à identidade. Isso acarretaria a noção de que a securitização é sempre legítima. O que é necessário é não apenas compreender a identidade, mas o processo estrutural e contextual em que tais identidades são construídas.

Ao olhar para particularidades dos agentes da comunidade internacional, diversas pesquisas analisam questões domésticas. Autores como Kinnvall (2019; 2018) e Agius et al (2020) por exemplo pesquisam como grupos de extrema-direita, o uso de elementos religiosos e a rejeição a ideias progressistas podem ser utilizadas para reforçar a identidade de certos grupos em contrapartida ao “Outro” ameaçador. Kinnvall (2004) analisa como o processo de globalização acentuou a incerteza da modernidade, fornecendo espaço para construir “Outros” como ameaças, como é visto em discursos que condenam tópicos como imigração. Pesquisadores como Adisommez e Onursal (2022) elaboram como certos grupos podem tornar-se alvos de insegurança devido a busca por segurança de outros membros do Estado. Freire (2020) observa como a falta de um regime

conjunto de segurança ontológica entre a União Europeia e a Rússia após a Guerra Fria contribuiu para que diferentes ideias sobre segurança emergissem entre os dois lados, construindo um panorama de insegurança.

O objetivo nessa pesquisa é olhar para grupos dentro dos Estados. Especificamente, entender como as comunidades de Okinawa e dos nativos do Havaí são espaços onde a insegurança ontológica é uma realidade devido as ações de Japão e Estados Unidos. Como já foi mencionado, tradicionalmente nas relações internacionais países deveriam ser aqueles que protegem os que vivem em seu território, sendo a ameaça de violência algo que viria de fora. No entanto, muitas vezes o Estado não apenas falha em preencher esse papel, mas acaba tornando-se o próprio agente de insegurança para seus cidadãos. O motivo para tal discurso acerca da insegurança pode variar. Por exemplo, Kinnvall (2019) explora como a população muçulmana é vista como fonte de insegurança na Índia, enquanto Croft (2012) analisa a situação desse grupo no Reino Unido. Certos discursos de segurança se beneficiam do que Kinnvall (2018) classificou como nostalgia pelo passado colonial. A ansiedade criada por medos irracionais seriam lugar comum quando esses medos coloniais fossem naturalizados, com a ideia do “Outro” a ser dominado. A colonização não é vista como legítima na atualidade, mas Estados tem receio de perder a legitimidade enquanto soberanos no cenário internacional. A forma que a linguagem é utilizada para definir uma certa hierarquia entre Estados, como Estado falido, seria uma materialização desse medo, trazendo à tona a realidade em que esse país poderia não ser mais um Estado soberano. Logo, é possível afirmar que países engajam em uma série de comportamentos para lidar com sua ansiedade existencial e evitar insegurança ontológica. Como ocorre no caso de suas questões domésticas, Estados se estabelecem não apenas construindo sua sociedade, mas também observando as questões normativas presentes na estrutura.

A segurança ontológica propõe observar como agentes atuam em situações no ambiente em que vivem. Para proteger sua identidade, qualquer ação externa poderia ser interpretada como uma ameaça. E a questão de interpretação é importante de ser enfatizada já que a ameaça é assim caracterizada pela forma que o agente observa o mundo. É possível entender que essa ameaça não precisa exatamente existir no mundo material e mesmo assim constitui um perigo para a percepção do agente, o que difere amplamente da visão materialista de autores positivistas. Trabalhos como os de Kinnvall (2019; 2018; 2006) analisam questões como racismo e supremacia branca como exemplo

de reações de violência em que a mera existência do “Outro” é o suficiente para consistir em uma ameaça ao “Eu”.

Nessa pesquisa, a ferramenta da segurança ontológica é utilizada para analisar em quais práticas os agentes engajam para manter sua segurança, ao mesmo tempo em que estas podem gerar insegurança para outros. Tal busca por segurança pode consistir em discursos que utilizam retóricas de violência, dependendo do tipo de narrativa que um Estado quer manter. Contudo, é importante é ressaltar que “Estado” aqui é utilizado com a ciência de que tal corpo político tem em sua realidade uma série de grupos e interesses divergentes. O Estado que busca por poder e que tem legitimidade para falar de um interesse nacional reflete a existência daqueles que governam esse país. A segurança ontológica pode ser utilizada então como ferramenta para questionar os mecanismos utilizados acerca da lógica da securitização. Países buscarão meios de proteger a narrativa oficial que consideram a verdadeira realidade, com a securitização como consequência. Exemplos disso são a marginalização de certos grupos dentro de um país por seu comportamento não se adequar as normas sociais (Kinnvall, 2018).

Da mesma forma que ocorre no âmbito doméstico, Estados terão interesses diferentes. Aqueles que buscam reforçar sua existência enquanto grande potência reifica uma narrativa histórica gloriosa, utilizando de tais artifícios para justificar ações de militarização. Práticas militares são apenas um tipo de prática que acontece dentro da comunidade internacional, não sendo inerentemente necessária para Estados soberanos. Contudo, dentro do grupo analisado dessa pesquisa, práticas militares são uma forma de fazer sentido dessa realidade. As particularidades dessa questão em relação aos dois agentes serão mais bem exploradas a frente, mas é importante ressaltar que para o caso desses dois países as práticas militares são extremamente relevantes devido à forma que sua identidade e seu papel de atuação no mundo se construíram. Através das práticas militares, Estados Unidos e Japão reforçam um tipo particular de identidade em sua atuação no sistema internacional. Suas ações podem ser interpretadas como legítimas e necessárias devido à relevância que construíram ao longo dos séculos internacionalmente. Contudo, tais ações também acarretam alienação e ansiedade, sendo esse o foco dessa pesquisa.

É preciso ressaltar então que a abordagem da segurança ontológica não é utilizada aqui como forma de ressaltar tais medidas de securitização, mas sim uma ferramenta para tentar compreender essa lógica ao mesmo tempo em que reconhece os elementos contextuais de cada situação que se refletem na realidade material e normativa. Com a

possibilidade de questionar as ações que são articuladas como essenciais para a existência do Estado torna-se possível criticá-las.

Nessa pesquisa, a segurança ontológica funcionará como lente para entender as particularidades que estruturam as ações de Estados Unidos e Japão internacionalmente. A abordagem permitirá entender como Estados não são imutáveis, mas sim agentes que são afetados também pela realidade social externa e doméstica. Como atores sociais, eles precisam entender normas e práticas legítimas para continuar vivendo ou reconstruir sua identidade para viver sem insegurança. Ao mesmo tempo, a abordagem nessa pesquisa permitirá entender a contradição que práticas militarizadas de securitização causam ao serem apresentadas como essenciais para a existência desses agentes especificamente enquanto reificam a insegurança de outros. Por serem membros do grupo das grandes potências internacionais e como chegaram a esse patamar, Japão e Estados Unidos tem uma relação distinta acerca da questão militar.

Antes de olhar especificamente para como esses dois países atuam em relação a tal identidade, é necessário compreender como a literatura aborda a maneira como agentes engajam em ações diferentes em seu cotidiano e como estas podem ter diferente significados. A sessão seguinte será então direcionada a explicar a teoria das práticas.

2.5 A reificação do cotidiano: A teoria das práticas.

A teoria das práticas é uma tradição nas ciências sociais que passa por diversos autores. O livro *Outline of a Theory of Practice* de Pierre Bourdieu, publicado em 1979, é um dos mais famosos exemplos, com tal entendimento passando também por construtivistas e pós-estruturalistas (Adler; Pouliot, 2011). Práticas são padrões de ações que tem relevância social e que reificam o conhecimento existente em um determinado contexto. Elas não têm uma forma específica além do próprio processo que as constrói (Adler; Pouliot, 2011, p. 04).

Tais práticas são comportamentos de rotina que conectam atividades normativas e materiais naquele cenário. A agência que um indivíduo/ator tem sobre essa prática é algo inerentemente social (Reckwitz, 2002). A prática é o resultado de comportamentos que acarretam ações, sendo tal resultado uma estrutura padrão coerente existente naquele contexto específico (Adler; Pouliot, 2011). O trabalho de Bueger (2013) traz exemplos da construção de narrativas através da prática analisando a reificação da existência de piratas Somali como uma ameaça ou não.

A abordagem das práticas direcionará sua atenção para o cotidiano de seu objeto de estudo. Isso significa não apenas olhar para o que é comum na realidade de pessoas comuns, mas também qualquer tipo de rotina. Logo, a abordagem pode ser utilizada tanto para realidades de cidadãos, como o que leva um consumidor a escolher um produto em detrimento de outro (Halkier et al 2011) ou questões como a presença de armas nucleares na comunidade internacional (Pouliot, 2010). A abordagem analisará quais ações e sinais são corriqueiros, aceitas e necessárias e como tais entendimentos são construídos como normais. Como Adler e Pouliot (2011, p. 12) explicam, práticas tem o dever de levar o passado ao presente e o presente ao futuro simultaneamente. Ao entender como um agente engaja com uma determinada prática, é possível compreender melhor como estes enxergam sua realidade (Reckwitz, 2002). A abordagem não tenta explicar tudo, mas sim direcionar a atenção para os muitos atos de “fazer” no mundo (Adler; Pouliot, 2011).

De acordo com Bueger e Gadinger (2018), a teoria da prática traz uma mudança na compreensão da realidade. Não é proposto uma série de ideias fixas acerca de indivíduos, como eles se comportam ou mesmo sobre uma possível natureza real do sistema internacional. O que argumentam é a direção da atenção para o que agentes fazem e o que essas ações representam naquele contexto. Como eles explicam, conhecimento coletivo está presente na mente humana, nos textos e em estruturas. A partir dessa ideia, conhecimento compartilhado é conhecimento prático. Por isso se foca nas situações rotineiras. À medida que indivíduos participam desse cotidiano, eles estabelecem e reproduzem certos significados. O conhecimento não pode ser separado de sua criação e aplicabilidade, sendo a prática deste um reflexo da sociedade naquele determinado momento. Fatores como vocabulário usado em contexto específico, por exemplo, é algo construído ao longo do tempo. As práticas dependem da reificação e são padronizadas naquele contexto, se tornando rotina. Logo, ela é um reflexo do conhecimento no mundo material (Adler; Pouliot, 2011).

Mesmo não sendo a maioria, Adler e Pouliot (2011) chamam atenção acerca de trabalhos sobre diplomacia e instituições como possibilidade de uso da teoria das práticas nas Relações Internacionais. Contudo, foi o trabalho de Neuman em 2002 que levou maior atenção para a abordagem no campo. A pesquisa é exemplo de análise de práticas cotidianas que estão fora da vida de uma pessoa comum. Utilizando uma metodologia etnográfica, Neuman apresenta a realidade de práticas diplomáticas, expondo quais sinais, entendimentos e questões são vistos como comuns e necessários para existir naquela realidade.

É através das práticas que significados são construídos ou reconstruídos. A teoria reforça a importância de materiais não humanos já que são parte do cotidiano (Schatzki, 2001). Para Adler e Pouliot (2011), mesmo convergindo com certos elementos do pós-estruturalismo, a abordagem das práticas diverge já que não tenta se manter ligada apenas a elementos textuais. Tenta compreender como questões políticas dependem da reificação de significados, sendo estes construídos através da interação de objetos materiais e elementos normativos. A abordagem garante a oportunidade de quebrar a dicotomia entre ontologia e materialidade ao garantir esse olhar para os dois lados (Pouliot, 2010).

Logo, Estados agem em um ambiente com práticas construídas ao mesmo tempo em que as reificam. Grupos e países que as questionam são vistos como ameaças. Com tal entendimento, é compreensível observar que certos aspectos do que caracteriza um Estado forte e que é valorizado dentro da comunidade internacional. Mas como já argumentado, o que caracteriza a segurança ontológica será particular para cada agente.

2.6 A narrativa de um cotidiano ontologicamente seguro.

Ao entender Estados como membros da comunidade internacional, é possível inferir que eles agirão na estrutura normativa e material dela e precisarão dessas condições para existir. Dentre essas condições, o reconhecimento por outros membros da comunidade e a capacidade de manter sua própria narrativa é crucial. Enfatizando pontos históricos que contribuiriam para essa narrativa, países engajam na prática de manutenção de soberania. Como explicado, o modelo de soberania estatal foi construído ao longo dos séculos. Contudo, isso não significa que a mudança ou destruição dele é algo simples. A forma como agentes interagem com ele é exemplo disso, como Schatzki (1996) exemplifica ao argumentar que não é possível separar as práticas do contexto social. Logo, a construção da realidade internacional garantiu legitimidade a algumas práticas que países veem como necessárias para manter sua segurança. O que os países considerarão relevante para sua narrativa dependerá da realidade que construiu. Para países membros do grupo das grandes potências militares, engajar com práticas militares é uma forma de manter legitimidade e sua narrativa de forma que considera segura.

Estados Unidos e Japão são exemplos de países que alcançaram *status* de grandes potências em época de mudanças relativas às práticas legítimas dos países. Ações como apropriação de terras e expansão geográfica ainda eram consideradas legítimas, com o poder militar corroborando com discursos que enfatizavam a necessidade primordial de

tais ações. Na atualidade, práticas como multilateralismo, a rejeição ao autoritarismo e a recomendação da transparência institucional são algumas existentes na comunidade internacional que diferem de séculos atrás e que são postas como parte essencial da identidade dessas potências. Contudo, é importante destacar que essas são algumas das práticas existentes e que eventualmente elas podem não ser aceitas por membros dessa comunidade. Por exemplo, engajar com instituições e países que valorizam elementos democráticos pode acarretar insegurança a Estados que não aderem a tal tipo de governo. Ou em outros casos, a limitação de capacidades de desenvolvimento devido a questões ambientais ou tipo de governo pode ser vista como ameaças por Estados que não se encaixem em tais padrões.

Então, na atualidade, grupos de Estados afirmam existir ações específicas apropriadas a Estados soberanos para ter legitimidade. Ter um governo autoritário ou ter um relacionamento fora do padrão com elementos como forças armadas pode ser uma fonte de insegurança para o agente, mas também para aqueles ao seu redor. Divergir da norma em uma sociedade é um processo que gera ansiedade. Mesmo que essas práticas sejam entendidas como construídas, isso não significa que as questionar ou quebrá-las é algo simples. A própria ideia de Estados revisionistas pode ser vista como um exemplo de países que sofrem retaliações por ir contra as práticas aceitáveis naquele contexto específico. Desse modo, a teoria da prática permite analisar quais dessas estão presentes na estrutura dessa sociedade e até mesmo entender como essas começaram a existir. Observar e entendê-las é essencial para compreender como a prática torna-se realidade como algo relevante para a segurança ontológica.

Atos de securitização não devem ser entendidos como moralmente corretos por usarem o discurso da identidade como justificativa. Nessa pesquisa, o interesse é olhar para a lógica desses Estados e pontuar como essa lógica securitizada é responsável por causar insegurança a outras partes. Na figura de seus representantes, Estados tem maior legitimidade socialmente para justificar suas ações. Logo, é sempre fundamental pontuar que tais ações não são inevitáveis, mas o resultado de diversos fatores que acarretam naquele momento.

É primordial questionar por que Estados atuam de certo modo mesmo quando eles utilizam de um discurso securitizado justificando suas ações. Mesmo países que tomam parte em práticas de securitização na sociedade de Estados podem ser questionados acerca dessas ações a partir de onde é seu local dentro dessa comunidade, sendo o significado do ato compreendido de forma diferente dependendo de quem o faz. E uma prática fora

do comum pode causar insegurança até mesmo para quem tomou parte na ação devido à quebra da rotina.

Agentes acarretam insegurança para outros por engajar com práticas que vão contra aquilo que o outro representa ou considera aceitável, sendo tal insegurança a divergência de entendimentos da existência entre esses dois lados. Tal diferença pode ser erradicada, mas para isso torna-se necessário que as partes estejam dispostas a descartar a visão do outro como uma possível ameaça.

Assim, a teoria das práticas auxiliará nessa pesquisa a partir da compreensão de que elas são um reflexo da existência do agente naquela sociedade. A abordagem da segurança ontológica é uma ferramenta para entender as particularidades do que constitui segurança ou insegurança para o ator. A manutenção dessa segurança é essencial para que cada país possa continuar a existir de acordo com sua narrativa pessoal daquele momento. Entender e engajar com práticas legítimas é uma forma de manter tal segurança. Mas, como já argumentado, tomar parte nessas pode ser uma fonte de insegurança para outros.

A ideia de utilizar a teoria das práticas de forma conjunta com a abordagem da segurança ontológica vem da compreensão de que práticas são um elemento chave para a manutenção da segurança ontológica. Como explicado ao longo desse capítulo, agentes atuarão para proteger o que constitui sua existência. Para isso, rotinas são essenciais. E é dentro delas que estão as práticas que serão responsáveis por caracterizar o cotidiano. Realizar uma determinada ação em um período específico reforçará que uma prática como pertencente àquele lugar comum. Logo, a rotina que agentes querem alcançar para manter o sentimento de segurança em suas vidas depende das práticas que são estabelecidas ao longo do tempo. Ao utilizar essas duas ferramentas, é possível entender de forma mais criteriosa os elementos presentes na construção de discursos. O que constitui a noção de segurança para um país dependerá não apenas de questões materiais, mas de sua história.

Deste modo, essas duas ferramentas serão utilizadas para questionar a noção que questões como segurança ou interesse nacional tem significados inerentes que justificariam a securitização. Ao utilizá-las, essa pesquisa se propõe a entender como a questão militar é utilizada como uma prática dentro do sistema internacional. Membros do grupo das grandes potências engajam com essa prática para através de discurso que utilizam de uma retórica de legitimidade dessas práticas devido a sua identidade em certa posição do sistema, mas recebem questionamentos e críticas por causar insegurança aos outros agentes da comunidade.

Os dois países que são do interesse dessa pesquisa, Estados Unidos e Japão, tem suas particularidades. O que é relevante saber inicialmente é que a instituição militar é interpretada como essencial nesses dois países de maneiras diferentes para a constituição de suas identidades. O foco será direcionado para o Havaí e Okinawa, espaços que são colocados no discurso de segurança como essenciais para sua manutenção, mas que acabam por construir uma realidade de insegurança local. Utilizando de ideias de práticas de autores como Adler e Pouliot (2011), por exemplo, as práticas militares legítimas nesses locais serão demonstradas aqui como resultado de contextos histórico e sociais que resultam nessa insegurança dentro dessas comunidades.

De que forma então Estados Unidos e Japão construiriam essa identidade em sua comunidade? Para entender como as práticas militares são uma parte relevante da identidade desses dois países, é preciso entender quais elementos são pertinentes aos dois agentes enquanto parte do sistema internacional. Será esse o objetivo da próxima sessão.

2.7 De Estados jovens a grandes potências: A construção da narrativa de Estados Unidos e Japão.

Dois países pertencentes ao grupo das grandes potências, Japão e Estados Unidos tem inúmeras diferenças, mas também semelhanças. Ambos ascenderam a *status* de maior prestígio dentro da comunidade internacional no século XIX, mantendo um relacionamento ora de cooperação, ora conflituoso. Mas, é pertinente pontuar que a forma como os dois países mantiveram-se nesse grupo ao longo de sua história diverge no século XX.

Os Estados Unidos são resultado de uma formação histórica que enfatizava a sua diferença e excepcionalidade, posicionando sua existência na comunidade internacional como um experimento único e avançado de organização política realizado pela vontade do povo. Sua localidade geográfica, que lhe permitia isolamento dos conflitos europeus, e suas vitórias econômicas e militares nos anos de sua formação ajudaram a fomentar um sentimento de superioridade perante outros países. A noção de ser um grupo abençoado por Deus com um destino excepcional a ser cumprido atuava concomitante a ideias expansionistas que marcava fronteiras e territórios, assimilando aqueles que via como inferior ou destruindo os que resistiam (Albuquerque, 2019).

É um país que tem orgulho de se colocar como uma liderança dentro da comunidade internacional, assumindo postura de antagonismo àqueles que não assimilam à suas

noções em diversos momentos ou mesmo de paternalismo para com os que vê como donos de instituições que interpreta como inefetivas, inferiores ou mesmo não civilizadas. Tal identidade se traduz em discursos de política externa em que intervenções militares são colocadas como atos benéficos ou mesmo na superioridade moral de suas instituições por serem uma nação abençoada por Deus, como foi o caso durante a política da Guerra ao Terror (Albuquerque, 2019). A partir de tal retórica, a militarização é posta como algo necessário para sua atuação enquanto pacificador de regiões instáveis do mundo. Mesmo engajando em práticas que são condenadas na atualidade, como a questão de tortura de pessoas ou de intervenção em mecanismos de países soberanos, tal retórica acerca dessa superioridade é utilizada como forma de justificar essas ações. Ações envolvendo práticas militares são o reflexo desse discurso de superioridade na realidade. Mesmo quando enfatiza o valor da ação multilateral, os Estados Unidos também não descartam utilizar de sua posição de prestígio para agir de forma unilateral.

No caso do Japão, a identidade do país começou a encaminhar para o *status* de grande potência a partir da segunda metade do século XIX. Com a abertura de seus portos após mais de 200 anos de isolamento, o contato com grandes potências como Estados Unidos e Reino Unido as colocou como exemplos a serem seguidos. Ascendendo ao grupo das grandes potências do século XX, isso não livrou o Japão de ser considerado um “Outro” em sua existência enquanto país racializado, como alguns autores destacam ser o caso da questão envolvendo a rejeição da cláusula de igualdade racial proposta pelo país na elaboração do Tratado de Versalhes, ao fim da Primeira Guerra Mundial (MacMillan, 2001; Shimazu, 1998). Com a construção de um modelo autoritário na década de 1930 que enfatizava ainda mais a questão de uma identidade comum através da lealdade à figura divina do imperador, a derrota na Segunda Guerra Mundial jogou o Japão em uma situação de insegurança para além do sentido material. Se antes o país tinha um modelo militarizado, em 1947 se promulgou a constituição pacifista que reificaria ao longo dos anos no Japão uma identidade de país que não faz uso de forças militares como forma de exercer sua política externa. Com o trauma da guerra, os interesses de governo e da população muitas vezes entraram em conflito em relação à essa questão, como será explorado em capítulo mais à frente.

O Japão então reconstruiu sua identidade, deixando de ser uma ameaça para países do chamado mundo livre para tornar-se um agente de extrema relevância econômica ao longo dos anos da segunda metade do século XX. Contudo, a existência do país enquanto essa grande potência econômica era questionada devido à sua constituição. Muitas vezes

a literatura pertinente à questão militar no Japão classificou o país como “anormal” por ser uma potência internacional, mas não ter capacidade constitucional de uso da força para além de suas fronteiras (Oliveira, 2019; Hagström, 2015; Soeya et al 2011). Especialmente após a Guerra do Golfo (1990-1991), a identidade do Japão nas últimas décadas vive um período de transição em que tenta se discutir domesticamente a questão de um possível rearmamento. A possibilidade de mudanças gera insegurança não apenas nos vizinhos da região, citando seu histórico colonizador como motivo para tal desconfiança, mas também internamente. A identidade de grande potência e o engajamento com práticas militares que é visto por grupos governistas como parte essencial de uma identidade japonesa geram insegurança ontológica não apenas em Okinawa, como será explorado mais à frente, mas também em grupos do centro do país que veem a constituição como parte essencial para a continuidade da construção de uma realidade mais pacífica na região.

Então, os dois países engajam com práticas militares por motivos diferentes relacionados à sua identidade na comunidade internacional. Os Estados Unidos tomam parte de forma a manter sua posição de liderança mundial, enquanto o Japão engaja com tais práticas para construir legitimidade para seu país enquanto membro do grupo das grandes potências. O relacionamento dos dois países na atualidade teve raízes plantadas após o fim da Segunda Guerra Mundial e a questão da segurança a partir do entendimento militar é um elemento essencial para a continuidade dessa relação. Logo, as práticas militares ajudam a fortalecê-la. Dessa forma, enquanto o Japão pode reforçar sua identidade enquanto potência, os Estados Unidos mantem sua posição de liderança militar na região através da presença das suas bases.

É através desses entendimentos que as bases em Okinawa são colocadas como objetos legítimos para a manutenção desse relacionamento a partir do entendimento dos dois países e do lugar que querem manter no sistema internacional. E é dentro dessa estrutura militarizada que eles constroem sua relação e reificam suas identidades. Conseqüentemente, gera uma realidade de insegurança ontológica em Okinawa, símbolo dessa relação contínua entre os dois lados, e no Havaí, parte do aparato militarizado da rede internacional de bases dos Estados Unidos.

2.8 Narrativas e rotinas de insegurança

Essa pesquisa entende que países, na figura daqueles que tem legitimidade para comandá-los, tentarão manter uma narrativa estatal legítima dentro do sistema internacional. A manutenção dessa identidade constitui parte da segurança ontológica desses Estados. Manter a confiança nessa narrativa demanda participação em práticas que o país coloca como sendo as necessárias em seu discurso. A falha acarreta insegurança e medo acerca do questionamento de sua existência. Estados, enquanto atores sociais, interpretarão certos tópicos como uma ameaça a suas identidades que acarreta securitização. Dessa securitização, outros agentes podem sentir-se inseguros criando uma situação de conflito.

Como dois Estados soberanos, Japão e Estados Unidos buscam manter suas narrativas como acham ser correto. A participação em práticas militares é vista como uma necessária para um país para na posição desses dois Estados. As ações deles podem gerar insegurança a outros não apenas no âmbito internacional, mas domesticamente. É o caso que essa pesquisa observa, entendendo Okinawa e Havaí como espaços de insegurança devido a ações que, de forma contraditória, enfatizam o discurso da segurança. Essa contradição, contudo, persiste enquanto o Estado é entendido como protetor das fronteiras de uma comunidade homogênea interna. Como já destacado ao longo do capítulo, países são uma unidade política com uma série de interesses divergentes. Então, é possível entender que as práticas militares nas quais Estados Unidos e Japão engajam como forma de reificar sua existência geram insegurança ontológica para as comunidades locais em Okinawa e Havaí. A realidade social e econômica dessas comunidades se torna sujeito de uma relação desigual pertencente a uma estrutura militarizada e colonizada de perpetuação de poder. Tal cenário será melhor explorado mais à frente.

É importante reforçar que a ideia de que a segurança ontológica argumenta que agentes precisarão de rotinas estabelecidas a partir da narrativa que acreditam ser a verdadeira sobre si mesmos. E essas rotinas precisam ser reforçadas para que continuem sendo realidade. As comunidades de Okinawa e Havaí viveram, desde o período de suas respectivas anexações no século XIX, momentos em que seus cotidianos foram destruídos a partir da inserção de valores dos Estados Unidos e Japão. Desde então, as práticas

tradicionais desses dois locais sofreram repúdio, criando uma situação de ansiedade e insegurança. Isso se manifestará também na realidade material.

Para entender as particularidades desses casos, é necessário entender como a questão da militarização e do engajamento em práticas militares é um elemento de participação na comunidade internacional e qual a relevância desses signos. Com o conhecimento acerca desse tópico, será possível observar as particularidades dos dois países e como eles apresentam suas narrativas sobre suas identidades no mundo. Após isso, será analisado como eles engajam com as práticas específicas dentro da comunidade internacional e como essas podem ser entendidas como forma de comprovar sua relevância dentro da comunidade internacional. Quando essas particularidades forem explicadas, será possível olhar como a securitização delas resulta em ameaças para Okinawa e Havaí e como essas práticas geram insegurança ontológica.

O capítulo seguinte será dedicado a entender a questão das práticas militares. Para alguns países e abordagens das Relações Internacionais, a questão da defesa é interpretada como essencial às preocupações do Estado. A forma como países engajam com a questão militar reflete a construção do papel do Estado e as mudanças pelas quais ele passou enquanto unidade política ao longo dos séculos. Mesmo existindo países que são reconhecidamente soberanos que enfatizam outras questões além do escopo militar, o caso de Estados Unidos e Japão tem tal elemento como essencial a sua identidade.

Logo, é essencial compreender a importância da questão militar por parte desses dois países e analisar o papel da instituição militar dentro da estrutura do Estado enquanto grande potência. Dessa forma, o capítulo seguinte será dedicado a explicar a questão do Estado e da militarização.

3 Fronteiras e violência: Práticas militarizadas e a narrativa de soberania

3.1 Introdução

Nesse capítulo, a literatura relacionada às ideias de Estado, soberania, militarismo e militarização será explorada. O objetivo de apresentar tais conceitos é entender melhor os elementos que compõem a identidade dos Estados analisados. Se entende nessa pesquisa que esses elementos são resultado de séculos de acontecimentos dentro do sistema internacional e que reificou uma máxima acerca do Estado para as grandes potências: a ideia de que o Estado moderno, a partir dos parâmetros surgidos na Europa, seria aquele que tem uma soberania bem determinada através do monopólio do uso da violência (Weber, 2003, p. 09) sendo necessária a manutenção de exércitos permanentes. Para esses Estados, a soberania estatal e a proteção de suas fronteiras através do engajamento em práticas militares são uma noção que reifica sua identidade e segurança ontológica. A soberania em seus próprios termos torna-se o objetivo maior para a segurança ontológica desses Estados (Bartelson, 2014, p. 01).

O discurso oficial de Estados que valorizam ideias militarizadas se forma a partir da maneira que tais elementos se propagam ao longo de sua história. Mas como será demonstrado, a ideia de que o Estado tem o direito ao uso da violência reforça a noção da militarização como seu direito a partir do momento em que ele se sinta ameaçado. Adequando-se ao modelo das grandes potências, países buscam seguir os padrões de exemplos que tinham de Estados militaristas e economicamente fortes. Como mais bem explicado no capítulo anterior, Estados são atores sociais. Ao almejar a identidade de grande potência, certos países engajam em práticas que veem como primordiais para encaixar-se em tal modelo. A soberania então é uma forma construída e simbólica de compreender a realidade que condicionou concomitante a forma como habitantes desse mundo o observam e o organizam (Bartelson, 2014, p. 08).

O capítulo anterior teve como foco a questão da segurança ontológica e das práticas. Para manter sua existência ontologicamente segura, atores em diferentes

realidades buscarão conhecer as práticas daquela sociedade para entender como podem existir da forma que acharem melhor. No caso de Estados soberanos, o que se construiu ao longo dos séculos é a realidade em que a soberania e a proteção de fronteiras são o elemento que define a continuidade da existência daquele país enquanto ator dessa comunidade internacional. A ideia de soberania e a confiança contínua em fronteiras então reifica uma ficção que se torna o elemento principal de legitimidade daquele país para sua participação dentro do sistema internacional. Como mais bem explorado no capítulo anterior, isso se torna mais evidente quando tenta se criar uma rejeição a atores que desviam do que é considerado a norma do padrão democrático liberal. Desse modo, a questão da legitimidade através da soberania não apenas seria um elemento para ser alcançado por atores específicos, mas também que se construiria de modo a constituir parte da legitimidade do sistema internacional (Bartelson, 2014, p. 04).

O projeto de criação do Estado nação que tem o direito legítimo de existir e se defender nessa sociedade é atrelado à ideia da militarização como sendo essencial para essa existência. A compreensão de que aquele coletivo composto por território, população e bagagem sociocultural deve ser protegido garante espaço a ideia de que o que está fora desse coletivo pode vir a tornar-se uma ameaça, logo medidas de proteção serão justificadas (Spruyt, 1994; Tilly, 1985). Para proteger o cotidiano e sua narrativa, países podem adentrar no processo de securitização de seu território, com a justificativa de ameaça não apenas a questões materiais, como seu território e sua população, mas também a sua identidade, história e cultura. Ideias do neorrealismo nas Relações Internacionais interpretam a realidade de tal maneira, em que a paranoia que caracteriza um sistema internacional anárquico justificará a constante busca por poder e segurança, criando desdobramentos que tornam esse sistema incapaz de cooperação.

Contudo, tal ideia não significa que todo país do sistema internacional será bem-visto ao aderir a práticas militares com a justificativa de que sua realidade está sofrendo ameaças. Como explicado no capítulo anterior, o que um ator considera uma ameaça não será algo apenas material, mas também intersubjetivo, dependendo da narrativa construída ao longo de sua existência. Logo, o ato de aderir a práticas militares com tal justificativa pode ser considerado legítimo por alguns considerando quem é o interlocutor. Assim, é impossível considerar que o ato de participar ou não de práticas militares seja um ato neutro dentro do sistema internacional, sendo este um elemento que pode ajudar a constituir a identidade daquele ator a partir do modo como ele se relaciona com outros, criando uma via para cooperação ou mesmo para conflito com outros atores desse sistema.

É necessário observar o militarismo e a militarização como elementos particulares a cada sociedade a partir do modo como cada uma lidará com esses. Contudo, na literatura existem alguns elementos em comum que podem ser pontuados acerca de suas definições e de como adentram a sociedade. Portanto, esse capítulo discorrerá sobre as definições da literatura acerca desses termos e como eles se aplicam nessa pesquisa. É um dos objetivos desse capítulo analisar tais termos para entender como as práticas militares penetram na sociedade a ponto de que o discurso acerca da segurança se torna aceito, mesmo com a marginalização de outros grupos. Nesse sentido, é preciso olhar para as definições da literatura sobre o que é militarismo, militarização e quais suas características.

No entanto, ao entender práticas militaristas e militarização como partes legítimas do comportamento de certos Estados, é primordial entender de onde tal noção surgiu. Um Estado soberano é visto como o detentor legítimo da violência na vida política, sendo ele o ator que terá a capacidade de usar essa violência para proteção de suas propriedades, como população, território, recursos, entre outros. A ideia de soberania se constrói através de uma dicotomia de dentro/fora com a qual se reifica a legitimidade do Estado para usar dessa violência. Nesse sentido, discursos acerca da necessidade de práticas militarizadas podem ou não ser mais bem aceitos. Portanto, antes de partir para a análise sobre militarização e militarismo, é necessário olharmos então para a noção de soberania e seu papel enquanto elemento essencial para o Estado moderno.

O objetivo desse capítulo então é explorar as definições de soberania, militarismo e militarização e ver como esses três elementos se interligam como um entendimento essencial para que Estados específicos definam interesses e discursos ligados a sua segurança ontológica na comunidade internacional. As questões aqui exploradas serão utilizadas nos capítulos seguintes para melhor analisar o comportamento de Japão e Estados Unidos. Além disso, nesse capítulo também se explorará como esses elementos podem ser responsáveis por causa insegurança e ansiedade a comunidades presentes nesses países, o foco dos próximos capítulos.

Ao estar presente em um sistema que foi reificado a partir da figura do Estado moderno e da noção de soberania, o Estado jovem precisaria se adequar a tais moldes, mesmo passando por cima de membros da nação. Assim como Onuf (1991, p. 430) afirma, as definições de soberania se referem ao território controlado, sendo esse território e a definição firme de suas fronteiras um elemento essencial para tal Estado. A partir do momento em que uma comunidade política adquire condições para sua independência na categoria de Estado-nação, ela já está inserida no sistema internacional da soberania e do

Estado moderno. A proteção de suas fronteiras torna-se então parte essencial da existência de tal comunidade já que a falha nessa tarefa poderia trazer questionamentos acerca da capacidade de manter-se enquanto Estado soberano.

Nesse cenário, discursos sobre a necessidade da primazia militar como essencial para a proteção do Estado podem ganhar força. Este capítulo pretende então apresentar como a ideia da soberania se reificou e como a proteção da soberania através de meios militares tornou-se parte essencial da identidade de certos Estados. A militarização que ocorre dentro dos espaços estudados nessa pesquisa é apresentada com a retórica de necessidade existencial. Torna-se necessário então compreender como tal discurso é reforçado na realidade.

É importante ressaltar que mesmo Estados sendo formados através desse reforço de fronteiras, não são todos que enfatizam a questão do militarismo como algo legítimo e de relevância dentro da sua existência. Existem países que atribuem outras questões ao interesse nacional ou mesmo aqueles que não seguem o modelo de defesa similar ao das grandes potências. Então não é objetivo dessa pesquisa reificar a militarização como a única forma legítima de política externa dos países. Mas é essencial explicar tais motivações porque elas são utilizadas como forma de justificar as ações de Estados Unidos e Japão como atores do sistema internacional.

3.2 A ficção da soberania

A noção de que Estados são soberanos e os atores máximos da vida política é algo que se tornou difícil de ser contestado, sendo a soberania estatal compreendida como o normal na realidade do sistema internacional (Bartelson, 2014, p. 01). A figura do Estado não apenas se sustenta no topo da cadeia política, mas também é entendida como o objetivo máximo que unidades políticas devem buscar alcançar para receberem legitimidade. Contudo, não é apenas um Estado qualquer que receberá o reconhecimento daqueles ao seu redor, mas sim aquele que se encaixa e reifica determinados moldes específicos, como já explorado brevemente no capítulo interior. Desta forma, nesse tópico serão apresentadas considerações sobre a evolução ao longo dos séculos da ideia de soberania e sua reificação concomitante a noção do Estado. Tal exercício é necessário aqui para entender melhor como a imagem do Estado soberano forte evoluiu a ponto de tornar-se parte primordial para a segurança ontológica de países e para compreender como a proteção dessa identidade tornou-se uma justificativa legítima.

Conforme demonstrado no capítulo inicial da pesquisa, o Estado que existente atualmente não é imutável. Noções como soberania e do sistema de Estados existem a pouco mais de alguns séculos, com tal realidade se limitando por algum tempo ao contexto do continente europeu (Ruiz, 1990, p.147). A prática política contemporânea reifica a legitimidade do Estado, sendo nas fronteiras de sua soberania o espaço onde a política supostamente deve ocorrer (Walker, 1990). Ao entender a noção de soberania do Estado como algo construído, é possível constatar que essa noção tem posição privilegiada no entendimento da política moderna, mas também pode se entender tal realidade como construída (Camilleri, 1990, p.13). A conjuntura observada neste momento é o resultado de séculos de guerras e tratados com moldes do cenário europeu e uma tentativa de homogeneização do que seria o Estado (Tilly, 1975, p. 45). Organizações que centralizavam o Estado, como era a Liga das Nações e é o caso as Nações Unidas, então, estenderiam o processo de criação de Estado ao mundo todo, argumenta Tilly (1985, p. 185). Ao longo dessa reificação, então, se chegou a um momento em que o Estado se tornou um elemento central do pensamento comum a ponto de ser inconcebível para alguns pensar o mundo fora desses moldes (Walker; Mendlovitz, 1990, p; 2). O Estado seria então a forma mais refinada de organização política, com a democracia liberal sendo interpretada como seu aspecto mais avançado (Magnusson, 1990, p. 45). Para autores como Onuf (1991, p. 426) seria então redundante argumentar sobre a necessidade de um Estado moderno, pois este já seria uma característica da modernidade.

Tal Estado é resultado de longo processo de construção iniciado na Idade Média, com a criação de territórios definidos para autoridades específicas, que seria regida pela soberania estatal em vez da ordem feudal (Nettl, 1968, p. 565). O sistema internacional começou a mudar quando a ideia de autoridade política sendo ligada ao princípio de um território específico e definido por fronteiras ganhou maior legitimidade (Spruyt, 1994, p. 03). A noção de soberania do Estado foi profundamente afetada pelas condições econômicas e sociais da época, se olhar para o caso da Europa da Idade Média. Logo, autores como Bartelson (2014, p. 03) argumentam ser necessário entender a ideia da criação do Estado no contexto europeu e sua reificação no sistema internacional. Contudo, autores como Branch (2012, p. 283) também argumentam sobre o papel essencial da experiência em colonização das potências europeias para a definição de territórios e da reificação da ideia da soberania como pertencente a um território fechado. Se os territórios europeus tinham uma variedade de modelos de autoridade no período do medievo, o autor

caracteriza que a falta de uma autoridade real, na concepção europeia, na experiência colonial do Novo Mundo, deu espaço para a necessidade de estabelecimento de fronteiras para definir qual espaço pertencia a quem (Branch, 2012, p. 286). A ideia da soberania foi reforçada como elemento positivo do Estado enquanto corpo político demonstrando suas vantagens perante outras formas de organização política e poder, por exemplo, descartar as preocupações teológicas sobre sucessão de territórios (Bartelson, 2014, p. 19).

O poder foi centralizado na figura do Estado soberano, com um aparato administrativo próprio e monopólio do uso da violência. Tal sistema se consolidou enquanto necessário para facilitar o comércio e reforço da propriedade privada, sendo essencial para a expansão colonial europeia (Camilleri, 1990). Para Tilly (1985, p. 169), Estados soberanos em seu processo de criação através da guerra e violência podem ser classificados como um modo de crime que recebeu legitimidade de outros. O autor analisa o caso da experiência europeia, mostrando o histórico de violência coercitiva e guerra para que as barreiras do Estado fossem criadas, em contraste com ideias como a do contrato social, de um livre mercado ou de uma sociedade guiada por normas em comum. Os movimentos que caracterizaram o cenário europeu durante esse período garantiram ao Estado não somente a capacidade de concentrar a manutenção do uso de força em si, mas também da detenção de direitos políticos em detrimento de outros tipos de organizações políticas (Tilly, 1975, p. 35). Com o princípio da soberania, então, a ideia de ser membro do Estado seria algo mais relevante ao indivíduo do que outras experiências (Walker; Mendlovitz, 1990, p. 05).

A soberania então seria a maneira apropriada de estruturar a produção de experiência e significado, dando forma para as normas do Estado moderno se reificar e desenvolver. Para Balterson (2014, p. 15) a soberania não apenas constrói a percepção dos atores sobre a realidade política, como também permite moldar objetos de acordo com tal forma, tendo noção de quais são as referências necessárias para o que constitui um ator soberano. Contudo, Spruyt (1994, p. 04) argumenta que o processo para a construção e reificação do Estado soberano como a unidade política principal não foi linear, com o declínio da ordem feudal da Idade Média dando espaço para diversos tipos de alternativas políticas, que pereceram diante do Estado nação. Para o autor, tal sistema venceu por ter melhores condições de mobilizar os recursos de sua sociedade através da autoridade soberana enquanto reconhecia seus limites territoriais e validavam aqueles que também legitimavam tal reconhecimento. Outros tipos de formação política, como cidades

Estados ou a Liga Hanseática, foram abandonadas perante ineficácias se comparado às vantagens do Estado soberano (Spruyt, 1994, p. 185). Ele surgia com características como território, grupos especializados divididos entre grupo de civis e militares, soberania, sentimento de nacionalidade e pertencimento àquela comunidade (Finer, 1975). É possível então observar o sistema internacional como uma realidade em que outras possibilidades de soberania tornaram-se ilegítimas ao longo das décadas (Bartelson, 2014, p. 03).

A ideia do sistema de Estados, para Walker e Mendlovitz (1990, p. 03) seria um exemplo da existência da interdependência entre eles e a maneira como se organiza atualmente é uma maneira de resposta às novas formas de interdependência, como foi no caso dos Tratados de Vestefália (1648). A soberania estatal tornou-se um novo modo de interpretação secular da vida social e política para além da existência da subordinação às autoridades religiosas (Walker; Mendlovitz, 1990, p. 09). A noção de que um território é pertencente a uma determinada identidade política é resultado de uma série de reificações sociais naquele ambiente (Kratocwhil, 1986, p. 27). Para Branch (2012, p. 288) o caso de Vestfália reforçou as práticas de mudança de autoridade nos moldes próprios a realidade europeia da época. Para o autor, foi com o exercício de administração política nos territórios do chamado novo mundo e a necessidade de território cartográfico exclusivo para aquelas regiões vistas como sem autoridade, que ajudou a reforçar a noção do Estado moderno.

Nesse cenário, Camilleri (1990, p. 20) afirma que o Estado nação tomou responsabilidade pela regulação de comércio, indústria, pesquisa científica entre outros, sendo as responsabilidades do Estado uma necessidade da expansão econômica nacional, garantindo benefícios para as classes capitalistas, ao mesmo tempo em que buscava manter ordem e estabilidade entre classes opositoras. O Estado moderno teria um aparato administrativo sofisticado, com cada setor responsável por funções diferentes, como proteção interna, eliminação dos inimigos externos e a manter a capacidade de garantir os meios necessários para realização de tais atividades (Tilly, 1985, p. 181). Sendo então a figura máxima da vida política moderna, Estados soberanos agiriam de acordo com uma moralidade própria, sendo o fim em si mesmo e tendo imunidade à interferência externa, sem precisar se importar com o bem-estar de outras sociedades (Camilleri, 1990, p. 23). Autores como Tilly (1985, p. 186) caracterizariam o ato de construção do Estado como a eliminação de conflitos internos, garantindo a proteção dos cidadãos enquanto também tendo a capacidade de engajar em conflitos com os perigos externos. Nesse sentido, o

nacionalismo seria a junção de elementos da cultura e da política no desenvolvimento do Estado-nação, sendo a soberania apresentada como um princípio básico para a organização política e essencial para manter o território livre de conflitos (Camilleri, 1990, p. 21). Nesse sentido, Bartelson (2014, p. 14) afirma que é possível observar a soberania como algo existente, mas que também é fruto da atividade humana. Noções de soberania já existiam mesmo antes do molde do Estado moderno, presente nas referências de formas de governo em figuras divinas, até que o modelo atual foi reificado, de acordo com o autor.

A partir da construção do sistema de Estados, a capacidade legítima de uso da violência foi delegada exclusivamente a ele (Spruyt, 1994, p. 15). À medida que um ator político adquire o papel de Estado, aqueles que o representam teriam então a legitimidade de usar violência (Tilly, 1985, p. 172), sendo tal direito negado a atores não estatais ou a indivíduos que não o representassem (Spruyt, 1994, p. 15). Então, a principal diferença do uso da violência entre os Estados e outros atores seria sua legitimidade. Contudo, Tilly (1985, p. 172) alerta que tal noção é algo construído. Para o autor, a diferença entre o Estado e o crime organizado seria a capacidade de usar violência de forma legítima. A partir do momento em que forças armadas se tornam uma instituição permanente do Estado, tal noção é reforçada ao ponto em que não é mais questionada.

Mesmo com tal prioridade do Estado, diversos autores mostram seu espaço cheio de contradições. Kratochwil (1986, p. 35) argumenta que a noção de soberania cria uma hierarquia interna enquanto construiria, na teoria, uma igualdade externa. Para Spruyt (1994, p. 34) o Estado moderno é uma singularidade ao se colocar como modelo supremo de soberania e não reconhece nenhuma outra forma de autoridade em seu espaço, sendo uma finalidade jurídica em si mesmo. Walker (1990, p. 145) atribui a durabilidade do conceito de Estado devido às práticas que o colocaram como um conceito incontestável e a falha de novos conceitos para desafiá-lo. A partir da reificação dessa ideia, outras possibilidades de organizações políticas tornaram-se limitadas. Ao mesmo tempo, à medida que tal construção aconteceu, alternativas de exercício da vida política fora do Estado-nação não eram apenas cerceadas, mas também rechaçadas. Com a proeminência do sistema de Estados soberanos, interações entre nações foram substituídas por formas de diplomacia, tornando aqueles que falam pelo Estado oficialmente responsável pelos interesses do povo na comunidade internacional, de acordo com Spruyt (1994, p. 179). Nesse sentido, o Estado moderno construiu-se através de uma dicotomia contraditória de externo/interno. Internamente morais como liberdade e justiça prevaleceriam, ao mesmo

tempo em tudo de fora seria um espaço excluído de tais noções (Walker, 1990, p. 165). Se a soberania pode ser entendida como modelo para entender e organizar o mundo político, questionar se é real ou construída não tem sentido, pois a soberania que está “lá fora”, “dada”, é algo simbólica. Logo, o que faz sentido é tentar entender como a autoridade política tornou-se algo centralizado dentro de um território, com populações tornando-se membros de um único povo e como tais comunidades tem a capacidade de garantir reconhecimento umas às outras (Bartelson, 2014, p. 18).

Com a reificação do sistema de Estados-soberanos ao nível internacional, experiências diferentes tornavam-se alvos de críticas. Mesmo com tal imposição, diversas características que foram essenciais ao modelo europeu sofreram mudanças no processo de adoção do modelo de Estado soberano em outros lugares do mundo, como por exemplo a questão da subordinação da esfera militar a civil (Tilly, 1985, p. 185). Tal rejeição a Estados que não se encaixam no molde apropriado pode ser vista, como já foi explanado no capítulo inicial da tese, na criação de conceitos como Estado falido, pária, entre outros. Cohen et al (1981, p. 901) afirmam que existe um padrão duplo em relação à questão da centralização de violência no Estado e da ordem em relação aos Estados mais jovens, ou seja, muitos daqueles que não eram parte da experiência europeia e que foram alvos de colonização. Para os autores, críticas a Estados mais jovens com altos níveis de violência tendem a colocá-los como Estados falhos nos moldes do Estado moderno, ignorando muitas vezes que o período de centralização de poder no sistema europeu também foi caracterizado por violência. Nesse sentido, a violência é colocada como resultado da ausência do Estado forte, sendo o Estado então mais uma vez utilizado como parâmetro para a experiência legítima da modernidade (Walker; Mendlovitz, 1990, p. 05). Por exemplo, Cohen et al (1981, p. 901) argumentam que na visão do Estado moderno constituída na experiência europeia, violência dentro do Estado seria sinônimo de desordem e falha do aparelho estatal, sendo então um ponto para deslegitimar a experiência daquele Estado. Contudo, os autores explicam que tais críticas acerca de Estados mais jovens, em boa parte àqueles pertencentes ao chamado Terceiro Mundo, apagam os períodos de centralização de poder na experiência europeia que foram marcados por violência e desordem. Logo, o que acontece nesses casos é a tentativa de um julgamento inapropriado perante a esses Estados mais jovens que, em sua maioria, foram vítimas de processos de colonização e não tiveram a mesma experiência de construção de Estado no momento dos europeus. É possível então inferir que Estados mais jovens possuem uma relação diferente com a questão dos meios de violência ao

considerar tal histórico, como aponta Tilly (1985, p. 186) acerca da presença militar maior entre os membros administrativos do Estado.

A falha em aderir a tal modelo apresentava a possibilidade de interferência por parte de membros exemplares da comunidade de Estados nação. Enquanto o Estado-nação não pode ter sua soberania violada, modelos alternativos a ele estão sujeitos a tais violências por serem vistos como fora do modelo apropriado (Walker, 1990, p. 161). E isso mais uma vez demonstraria a contradição do sistema de Estados em que coloca todos em um patamar de igualdade, mas também que aqueles que não se encaixam nos parâmetros dessa são passíveis de punições, com a ameaça de ter sua soberania contestada.

Portanto, mesmo que o modelo do Estado moldado na experiência europeia seja colocado como a forma absoluta da vida política é importante lembrar que ele é uma construção. Ao analisar de perto a criação desses Estados, é possível ver as marcas deixadas por meios de violência e apagamento de outros estilos de vida, ao mesmo tempo em que também é compreensível porque organizações ou Estados que busquem assumir o molde ocidental terão maiores facilidades de se integrar ao sistema de Estados, pois esse foi construído em consonância com o Estado moderno europeu (Tilly, 1975b).

Logo, entende-se que o Estado é construído. Mas desconstruí-lo não é algo fácil. Ele acaba tornando-se um aparelho essencial, segundo Falk (1990, p. 66) para a proteção da nação. Territórios estão sob jurisdição do Estado e tentativas de contestá-los ou tomá-los caracterizaria uma quebra de soberania. O autor então afirma que em muitos casos, nações sem Estado, como no caso de pessoas indígenas, palestinos e curdos, vivem em uma situação de existência em espaços que são soberanos ao mesmo tempo que tem sua autodeterminação negada sob meios de coerção. Nessa realidade, o Estado é constantemente posto como o princípio constitutivo da vida política moderna causando assim o apagamento dos traços de conflito necessários para sua constituição, além das desigualdades existentes entre os diferentes países (Walker, 1990, p. 159). A soberania não seria apenas o que atores fazem dela, mas também o que constitui a identidade daqueles que participam desse processo de construção. A reificação da soberania tornaria ela um fim próprio. Para Bartelson (2014, p. 68) o conceito de soberania seria então um paradoxo. Para proteger o Estado soberano no sistema internacional essa soberania precisava existir ao mesmo tempo que era utilizada de forma a legitimar essa existência.

Mesmo colocando tal modelo como ideal da vida política, é impossível supor que todos nesse grupo passarão pelas mesmas experiências e avaliações. Para Skocpol (1985,

p. 15) ao agir de forma autônoma, os Estados buscarão reforçar medidas autoritárias e de controle social para aqueles que tenham cargos ou ideias relevantes em sua esfera. Nesse sentido, a autora tenta entender por que certas políticas são formadas pelo Estado, concluindo que é primordial olhar para o contexto em que aquele Estado foi construído para entender tais políticas e ações (Skocpol, 1985, p. 28). Não é possível conceber uma fórmula exata do que seria o Estado moderno pois, como Tilly (1975) argumenta, isso levaria a erros ao ignorar experiências fora da realidade ocidental.

É aparente então que o modelo do Estado soberano da modernidade é alvo de muitas críticas, ao mesmo tempo em que não se consegue descartar a ideia dele totalmente como sendo a figura máxima da vida política. Nesse sentido, o Estado é visto como um instrumento para a continuidade da existência de nações. Nações que desejam sobreviver aderem a ideia da ficção imutável do Estado para garantir a sua sobrevivência e ser visto enquanto ator legítimo no sistema internacional.

Contudo, é impossível também não apontar as contradições acerca do Estado e seu papel de protetor, já que tal aparato tem autonomia para agir e pode atuar sem considerar interesses daqueles que vivem em seu território. Skocpol (1985) explica que mesmo que o Estado se coloque como um espaço de proteção e existência da vida política, seus representantes têm autonomia para formular objetivos que nem sempre refletem as demandas de seus cidadãos. Estados podem simplesmente não olhar por tais interesses da sociedade, como Camilleri (1990, p. 37) afirma ser o caso da militarização da sociedade moderna, que beneficia grupos específicos do Estado, mas também é reflexo de pressões externas a este e muitas vezes foge do controle da sociedade civil.

Portanto, o que se propõe aqui é entender a soberania do Estado como algo que é desejável por nações para alcançar o patamar de igualdade dentro do cenário internacional que tal soberania promete. Mas acaba tornando- o objetivo como forma óbvia e única da vida política (Walker, 1990, p. 171), ignorando questões como a necessidade da soberania popular e presença de organizações e leis intraestatais (Camilleri, 1990, p. 22).

Dessa maneira, a noção de soberania do Estado nessa pesquisa é vista como um objeto de desejo das nações para poder garantir sua existência e chegar ao patamar de igualdade inerente aos Estados. Contudo, como já pontuado, a igualdade acaba se mostrando como uma ficção pois Estados diferentes encontram-se em momentos distintos de sua história em relação à estrutura do Estado moderno. Logo, determinados Estados serão rechaçados por não se enquadrar na estrutura necessária desse sistema. Ao mesmo tempo, Estados com histórico de colonização possuem estruturas construídas em seu

sistema que lidam diferentemente com questões como centralização de poder e violência. Por isso, Estados mais jovens também podem sofrer retaliações ao tentar alcançar o status de Estado soberano membro do sistema internacional.

Ainda assim, é importante considerar que a soberania estatal é um objetivo para nações nas condições atuais do sistema internacional. Para isso, também é preciso o reconhecimento de sua legitimidade dentro do sistema internacional por parte de outros membros. Mais à frente no capítulo será mais bem analisada como isso pode ser aplicado dentro da lógica da segurança ontológica explorada no capítulo inicial. Contudo, antes é necessário analisar um elemento que é mostrado como parte essencial da experiência do Estado moderno e que pode ser visto também como mais um ponto que contribuirá para a segurança ontológica de parte deles na sociedade de Estados a partir de como sua identidade se construiu. Portanto, a próxima parte do capítulo será direcionada a analisar a questão de militarismo e militarização como um elemento importante para a identidade dos Estados no escopo reificado ao longo das décadas. É importante ressaltar que não se pretende tornar essa militarização um processo necessário aos Estados. Mas entende-se aqui que é um movimento no qual os Estados podem engajar a partir das suas características construídas.

3.3 O domínio da violência: O militarismo e a militarização.

Os termos militarismo e militarização são uma constante na literatura sobre conflitos internacionais ou domésticos. Muitas vezes os dois são tratados como significando o mesmo fenômeno social acerca da presença de elementos militares em uma conjuntura específica. É primordial se debruçar sobre essas definições para que fique claro seu significado na literatura e nessa pesquisa. Com tais definição desses, se propõe olhar tais medidas como elementos utilizados por países como Estados Unidos e Japão ao reforçar sua identidade.

O militarismo é caracterizado como um fenômeno ideológico, conectando-se não apenas à realidade material, mas também à questões normativas (Eastwood, 2018). Tal ideologia coloca a violência como uma forma legítima de controle e apaziguamento (Eastwood, 2018; Thee, 1977, p. 298). Não se trata apenas de olhar para a materialidade das questões de segurança, como estudos de segurança fazem, de acordo com Eastwood (2018), mas compreender o porquê e como o militarismo enquanto ideologia promove a resolução de conflito através da violência como única solução (Rech et al 2016). Em

espaços nos quais a ideologia militarista foi reificada, práticas militares tem primazia em comparação a meios pacíficos (Kinsella, 2013, p. 105). O excesso de violência que caracterizam tais métodos (Skjelsbaek, 1979, p. 215) estariam enraizados no tecido social, resultando no desejo por soluções através da violência (Shaw, 2013, p. 20).

Cada Estado terá uma relação particular com a questão das forças armadas (Kümmel, 2002, p. 77). Se existem países em que a força militar era algo pertencente apenas a tempos de guerra, observando-as como algo necessário naquele momento (Vagts, 1967), outros Estados interpretam a força militar como a única forma de organização do Estado (Cohen et al, 1981, p. 901). Então, a separação entre a esfera civil e militar pode diferir a partir de qual conjuntura é analisada (Kümmel, 2002, p. 70.) Se as forças militares são responsáveis pela proteção civil e do Estado, seria responsabilidade civil, através dos representantes, controlar a instituição militar para que a proteção do Estado continue sendo seu objetivo (Vagts, 1967).

A relação entre civis e militares seria a constante troca entre os dois lados com o objetivo comum da segurança do Estado (Costa, 2017, p. 113). O controle civil das forças militares seria um compromisso para a preservação de liberdade doméstica e das capacidades acerca das esferas político e militar (Desch, 1999, p. 04). À medida em que o equilíbrio entre a participação civil e a capacidade militar é desfeito, é possível constatar que medidas militarizadas aparecem como forma de solução de problemas. A força militar deve proteger a sociedade de guerras, ao mesmo tempo que solucione seus assuntos de modo a não apresentar ameaças a tal sociedade, sendo uma instituição de tamanho considerável e que pode em algum momento começar a questionar a necessidade de seguir as ordens da esfera civil (Kümmel, 2002, p. 68). Costa (2017, p. 123) argumenta que o controle civil é essencial especialmente em países onde regimes democráticos estão sendo construídos pois a partir de determinadas interpretações acerca de quem seria o inimigo, tal entendimento pode acabar sendo direcionado a população civil.

A partir da interpretação de que as forças militares devem concentrar-se na proteção do Estado, é possível constatar que quando as medidas de solução proposta por militares começam não apenas a substituir, mas também ter prioridade sobre as de caráter civil, se infere a militarização de caráter normativo da sociedade. Para Desch (1999, p. 05), é possível determinar o quão o controle civil acerca do potencial militar é efetivo a partir dos desentendimentos entre ambos, com as preferências militares prevalecendo caso o controle civil esteja mais fraco. Nesse sentido, colocar as forças armadas como o instrumento principal de solução de problemas e como instituição apropriada para lidar

com as questões de todo o Estado pode ser visto como forma de aprofundamento dos valores militares dentro da esfera civil. A retórica acerca da presença de bases militares como forma de preservação da segurança ontológica do Estado dentro do sistema internacional, em detrimento de formas de diplomacia de interação com outros países pode interpretada dessa maneira, como será melhor explicado mais à frente.

Ao argumentar acerca da presença militar dentro da sociedade e das possibilidades de violência que essa traria, diversos autores apontam para a capacidade de manutenção de forças militares como algo a ser observado. Vagts (1967, p. 15), ao escrever durante o período da Guerra Fria, caracterizava o militarismo da época como algo narcisista. Diferente do que seria proposto para justificar sua manutenção, a instituição na época em que o autor escreve não existiria mais apenas para a proteção do Estado, mas sim para proteger a si mesma. Para o autor, a instituição militar que engaja em militarismo seria aquela que serve aos propósitos de si mesma e não da proteção do Estado contra conflitos.

Contudo, a questão sobre os limites da capacidade dos exércitos e seu papel na sociedade é complexa. Para Vagts (1967, p. 17), foi a partir do fim do século XVIII que a imagem do soldado como um assassino foi substituída por uma construção emocional acerca do exército, tornando a ideologia militarista ligada a ideia da nação (Nagel, 1998, p. 243). Logo, o militarismo penetra na sociedade não apenas com uma retórica lógica de necessidade de proteção material, mas também com a narrativa de proteção de valores, normas, cultura, contra aquilo que pode tornar-se uma ameaça. O militarismo é um fenômeno com escopo social, cultural e discursivo, que encaminha as questões para respostas violentas como forma de resolução (Branagan, 2013, p. 06). De forma similar, Vagts (1967) explanava que tal fenômeno não se tratava apenas de ver a guerra de forma positiva, mas também de dominar os sistemas de normas vigentes e os sentimentos dos membros daquela sociedade. Dessa forma, as instituições militares deveriam permanecer com maior valor acima daquelas da vida civil.

O militarismo tem alcance ilimitado para tal dominação, espalhando-se por toda a sociedade para além de suas próprias instituições, chegando também a espaços como indústrias e artes (Vagts, 1967, p. 23). A partir do momento em que tais valores se espalham e penetram na sociedade, eles devem ser reforçados com práticas para serem adotados e considerados algo normal. O militarismo é incorporado nas práticas diárias através de discursos e estruturas de poder que normaliza tal presença, a ponto de que aos olhos dos cidadãos ela é algo comum (Branagan, 2013, p.07). Além disso, Vagts (1967, p. 438) alerta sobre como à medida que meios militares e a preocupação com o conflito

inevitável dominam a sociedade, instituições de ensino e formação de cidadãos também se conectam à ideia de formar o cidadão ideal para aquele cenário.

O militarismo ascende a partir do momento em que o aspecto militar de decisões políticas se torna a prioridade máxima de um governo e preparações para a guerra tornam-se medida essencial para a continuidade da existência do Estado (Berghann, 1982). Nesse cenário, é possível observar o que Vagts (1967, p. 22) chamou de militarismo civil. Seria a adoção de valores militares por parte da sociedade, compreendendo que essas instituições têm maior importância que todas as outras do Estado. A preparação para a guerra seria constante e a principal forma de uso dos recursos nacionais, negligenciando outras necessidades e as formas de vida dos civis. Quando um Estado tem posicionamento mais favorável às medidas militarizadas, ocorre uma distorção dos processos de tomada de decisão. Tal Estado é isolado de outras necessidades além daquelas do escopo militar, com seu governo mais favorável a estratégias militarizadas que podem vir a ignorar instrumentos diplomáticos (Schofield, 2007).

A militarização seria o processo em que os meios militares tomariam conta da esfera social, penetrando em suas mais diversas camadas pelo excesso da influência militar para as esferas civis, econômicas e sociopolíticas (Thee, 1977, p. 296), tornando mais difícil questionar sua presença nesses âmbitos (Lutz, 2019, p. 109; Kinsella, 2013, p. 120). A militarização representa a intensificação do processo do militarismo (Rech et al 2016). Através da militarização de um Estado, a guerra pode se tornar uma possibilidade maior pois tal elemento ideológico afetaria a capacidade de decisão do país (Schofield, 2007). Além disso, cria-se uma ideia do que é o Estado, como também se define quais são os cidadãos legítimos e como esses devem servir a nação (Gill, 2019; McCaffrey, 2019; Gill, 1997). A militarização seria uma fonte de capacidade coercitiva, considerada racional na sociedade militarizada (Kinsella, 2013, p. 107). Ela também atuaria na esfera doméstica ao criar um modelo específico de cidadão e de família como o adequado a existir (Gill, 2019; McCaffrey, 2019; Gill, 1997).

O militarismo garantiria o espaço para a militarização e um desejo inconsciente por atividades militares, sendo necessário entender por que tal militarização torna-se algo desejável (Eastwood, 2018). O aspecto normativo da militarização garante que aqueles que estão no comando do Estado terão uma visão mais favorável a perspectiva militar em relação a tomadas de decisão, negligenciando a perspectiva civil. Através da militarização criam-se circunstâncias em que a aquisição de medidas militarizadas pode ser vista como

uma possível ameaça para outros membros da sociedade onde aquele ator se faz presente, criando uma situação de dilema de segurança (Schofield, 2007).

Autores como Schofield (2007) afirmam que existe maior possibilidade de militarização em governos com política abertamente favorável a tais medidas. Mas é complexo mensurar como valores militares penetram na sociedade. Não se trata apenas de notar a presença militar em esferas de tomada de decisão, mas também observar como tais elementos são valorizados socialmente a partir de uma narrativa que busque justificar sua presença.

Com a análise da literatura sobre o tema, é notável que a discussão sobre qual seria o nível apropriado de atuação da esfera militar dentro do Estado continua relevante. Para alguns países, não existe possibilidade na atualidade de se pensar em uma esfera política sem a presença militar, enquanto para outros a intervenção desta na esfera civil é alvo de repúdio. No caso de países em que a presença militar é colocada como essencial, sua influência é justificada através de discursos que enfatizam a necessidade da militarização para a sobrevivência daquele país. Contudo, é importante ressaltar que tais argumentos legitimam a existência de espaços de exclusão para aqueles que não são contemplados pela proteção do Estado. Ou como é no caso do objeto dessa pesquisa, comunidades podem ser espaços onde a insegurança é latente graças a um discurso militarizado, como será mais bem explanado na próxima sessão.

3.4 O Estado moderno e a violência onipresente.

As ideias de militarismo e militarização são tradicionalmente analisadas como pertinentes as instituições de tomada de decisão. Tal noção tem sentido ao se pensar que o Estado moderno é interpretado como a única organização política na qual a consolidação de força militar e controle de território são essenciais para a proteção de sua existência (Giddens, 1989). A ideia da força militar conectada ao caráter nacionalista de um país é algo relativamente recente (Vagts, 1967), já que em diversos momentos forças militares eram usadas apenas para proteger interesses de classes dominantes (Thee, 1977). Ao longo do tempo, grupos militares que dedicaram suas ações a proteção dessas classes começaram a ser vistos como ameaças, especialmente no contexto do crescimento do absolutismo (Berghann, 1982).

Nesse sentido, assim como explanado na primeira parte do capítulo, a centralização de força e o monopólio da violência podem ser interpretados como elementos essenciais

para formação do Estado moderno no contexto europeu, sendo conflitos elementos de relevância para a formação política observada na realidade (Gennaioli; Voth, 2015). Paralelamente, argumentos favoráveis ao desenvolvimento bélico surgiam afirmando que tal indústria era essencial para o avanço científico (Dolman, 2004).

A construção do que é visto hoje do Estado moderno pode ser considerada como um processo violento, através do estabelecimento de fronteiras que deveriam ser protegidas com tal violência (Thee, 1977). Logo, a soberania foi construída sobre as ruínas da destruição de formas alternativas de organização política (Na'put; Bevacqua, 2015). A partir dessa soberania, a “geografia do perigo” como classificada por Campbell (1996) é reforçada, com o que está fora do Estado sendo ameaça constante ao que está dentro. A partir dessa dicotomia se reifica um modelo de nação (Nagel, 1998, p. 247). A necessidade de forças para proteger esse local acaba sendo reificada. Vagts (1967) argumenta que nesse cenário o engajamento com o militarismo não funciona apenas como forma de proteção, mas para reforçar a união da nação através do patriotismo. Ao mesmo tempo, se cria caminho para observar outros lugares como nocivos (Dalby, 2013).

Devido ao papel de instituições militares nessa construção, alguns autores argumentam existir uma tentativa de afastá-las do Estado. Para Stavrianakis e Selby (2013) estudos militares parecem ter saído de moda, em uma tentativa de desconstruir a imagem dessas instituições como algo nocivo. Para Short (2013) essa ideia pode ser entendida ao considerar o militarismo como uma ferramenta imperialista que foi usada para o acúmulo de capital.

Para além desse papel histórico, Vagts (1967, p. 23) argumenta que a militarização de mentes em uma sociedade também é responsabilidade de escritores e estudiosos da história militar. Retratando as ações passadas dessas instituições de uma forma romantizada e gloriosa tais escritos justificam a sua existência. Devido a isso, uma lacuna foi deixada nos estudos militares, substituídos pelos chamados estudos de segurança, afirma Basham (2018, p. 02). Para Dyvik e Greenwood (2016), tal lacuna foi criada pela hegemonia política do liberalismo, enfatizando os estudos de segurança. Mesmo sendo parte essencial para a criação do Estado moderno ocidental, a influência militar nesse processo é algo a ser escondido, um mal necessário que existiu, mas que foi substituído pelo modelo de contrato de livre participação dos membros dessa sociedade em vez da ameaça militar (Dolman, 2004).

Dessa forma, a ideia é que influências militares são noções do passado dentro da comunidade internacional. Ideias liberais e discursos de segurança e securitização

avançaram e países que engajariam com instituições militares fora desse molde seriam novas ameaças (Stavrianakis; Selby, 2013). Para Short (2013), contudo, a narrativa de novas ameaças e guerras seria uma forma de encaixar outras realidades ao molde centrado no Estado. De acordo com o autor, seria uma forma de inserir a realidade de outros locais em uma ideia liberal ocidental do que seria uma maneira válida de guerra, ao mesmo tempo que criaria um passado romantizado de guerras entre Estados.

Com tal noção, seriam apenas países que tem predominância visível do aparato militar na política estatal que poderiam ser alvo de militarização. Países que são controlados por civis, a partir desse entendimento, não passariam por esse processo (Schofield, 2007). No entanto, tal entendimento ignora que o militarismo não pode ser mensurado apenas pela quantidade de gasto militar ou pela presença militar nas instituições. É uma ideologia que penetra em camadas sociais, enfatizando a violência em detrimento de outras formas de ordem. Essa presença precisa ser reificada ao longo do tempo para ser realizada. Como Giddens (1989) afirma, regras são mantidas através de rotinas, influenciando atividades dentro do contexto em que estão inseridas. Quando se discute atividades militares como sendo um problema, normalmente tal debate é direcionado a questões como intervenção direta do Estado. A influência militar na estrutura governamental acaba ignorada, mesmo que essas acabem gerando transformações silenciosas que são internalizadas (Dolman, 2004) Mesmo com a rejeição a influência direta das instituições militares, a história de diversos países foi afetada por tal presença através da exclusão de outros grupos. Em tais narrativas é possível notar diversos elementos em que a presença de práticas militares é justificada a partir de determinados momentos quando se haja necessidade extrema para tais ações.

Tal Estado moderno é um paradoxo sendo construído através de tais práticas militares ao mesmo tempo em que busca condená-las dependendo de quem engaja nelas na atualidade. Para Basham (2018, p. 09) Estados que se encaixam no modelo liberal justificariam sua própria militarização para impedir a mesma ação por parte de outros Estados fora desse molde. As instituições militares seriam necessárias para a proteção da normalidade, sendo a ameaça aos meios liberais de vida uma constante necessária para a legitimidade da militarização do cotidiano (Branagan, 2013; Dolman, 2004).

Mesmo que certos Estados queiram manter-se distantes da alcunha de Estado militarizado, é inegável a relevância da instituição militar em sua construção (Walker, 1990). Como explicado no capítulo inicial dessa pesquisa, Estados são atores sociais que considerarão as normas da conjuntura ao mesmo tempo em que possuem agência para

trazer mudanças nesse cenário. Assim, eles atuarão para garantir sua segurança ontológica. A soberania tornou-se algo atrelado à identidade do Estado, passando pelos entendimentos de Vestfália, do Congresso de Viena e especialmente durante o período da Guerra Fria com os movimentos de descolonização. Através da interpretação realista das Relações Internacionais, o meio para proteger tal soberania seria pela manutenção do componente militar. Para certos países, isso tornou-se uma norma a ser seguida e reificada (Camilleri, 1990). Então, a noção acerca do Estado e sobre o seu direito à autodefesa são construções. A propagação de conhecimento como os da escola realista nas Relações Internacionais reifica tal conjuntura.

A partir da legitimação da instituição militar, as práticas militares são concomitantemente construídas através da exclusão dos diferentes (Na'put; Bevacqua, 2015; Spruyt, 1994). Em âmbito doméstico, elas reiteram a ameaça ao Estado nação. No internacional, aqueles que não se encaixam nesse molde são alvo de repúdio. Logo, para determinados Estados, as práticas militares não são apenas o meio de manter essa soberania, mas também a ferramenta para reificação dessa identidade. Logo, a militarização ocorrerá através dessa legitimidade (Tilly, 1985). De acordo com o contexto da sociedade, é possível enfatizar maneiras diferentes de interpretar tais questões. Ações gloriosas por parte do exército são enfatizadas, demonstrando sua capacidade superior de lidar com problemas cotidianos. A realidade doméstica também se constrói através da dicotomia da exclusão. A existência de interesses divergentes é algo comum. Contudo, existem circunstâncias em que aqueles que se opõem às forças de comando do Estado são vistos como fontes de insegurança, tornando-se possíveis alvos de repúdio ou destruição nesse contexto.

Nessa pesquisa, ações militares são interpretadas como práticas com as quais países podem engajar dentro de sua comunidade. Não são um elemento inerente e absolutamente necessário para que um país seja soberano, mas que na perspectiva daqueles que almejam ter maior destaque na categoria de grande potência são vistas como essenciais. Ao se militarizar, o Estado será julgado pelos outros membros da comunidade internacional. Pela forma como construiu sua identidade e relação com outros membros desta, ele pode sofrer repúdio ou apoio. No caso do Japão, historicamente ele é visto como uma ameaça por países como a China ou as duas Coreias devido ao seu histórico de colonização na Ásia no começo do século XX. Dessa forma, tentativas de maior militarização serão vistas com maior desconfiança. Ao mesmo tempo, o país construiu uma aliança tradicional com os Estados Unidos de modo que o engajamento em práticas

militares em conjunto é posto como algo de rotina para a relação. Em contrapartida, em alguns momentos, como na década de 1980 e início da década de 1990, a falha do Japão em participar de operações militares devido às suas particularidades constitucionais, que serão exploradas mais a frente, trouxe questionamentos acerca de sua atuação internacional enquanto grande potência em ascensão. São alguns exemplos em que práticas militares são elementos relevantes para esses Estados, em particular devido à identidade específica que constroem. Países podem manter sua soberania sem precisar engajar com militarismo como única forma de prática, mas no caso dos estudados nessa pesquisa, é preciso ressaltar a importância delas para essa identidade.

O modelo de Estado moderno apresenta contradição ao ser construído através da violência enquanto é posto como solução para hostilidades (Dolman, 2004). Conflitos são uma parte comum da existência social (Gonzalez e Gusterson, 2019) e internacionalmente, confrontos podem escalar ao ponto de ser militarizado, sendo interpretados como parte comum daquela realidade (Mead, 2019). Para que uma mudança possa ocorrer no sistema internacional, seria necessário um processo de conhecimento compartilhado em que as práticas que levam ao conflito militar fossem substituídas por práticas de diplomacia, por exemplo (Schofield, 2007). Contudo, como explanado no capítulo inicial, a própria mudança desse sistema poderia acarretar situação de insegurança ontológica pois jogaria os países fora da sua rotina conhecida.

O presente trabalho não tem a pretensão de analisar a relação de diversos países com a questão militar. Contudo, o que é entendido é que as práticas militares vão ser aceitas como uma forma de resolução de conflitos no sistema construído ao longo dos séculos, dependendo de quem estiver justificando e quem observa tal ação. Ao tomar o modelo das grandes potências como exemplo, diversos Estados menores vão seguir o mesmo caminho, reificando a militarização como medida aceitável, ao mesmo tempo em que são excluídos do processo de construção de normas do sistema. Práticas militares são uma forma de ascensão ao *status* de grande potência, mas não são a única maneira de um Estado manter sua identidade e não são um fator essencial para que eles sejam soberanos.

Contudo, a realidade doméstica dos países também afetará sua rotina. A partir do princípio tradicional das Relações Internacionais, ações militares protegeriam o interior do Estado. No entanto, é possível inferir que tal ideia não corresponde à realidade, com práticas militares acarretando situações de perigo aos seus cidadãos. Em seu livro, Vagts (1967, p. 363) argumenta sobre a capacidade militar de produção bélica ser capaz de cegar os responsáveis por essa produção acerca da possibilidade de insegurança aos cidadãos.

Na opinião do autor, a competição por segurança não é facilmente contida. É possível então constatar uma contradição acerca de discursos tradicionais sobre o papel do Estado e questioná-lo por essa ameaça. Mesmo assim, o Estado continua a ter o monopólio da violência e soberania. Sua sobrevivência se torna um fim em si mesmo a partir do momento em que a militarização fere os interesses dos cidadãos.

É possível constatar que existem países que não engajam profundamente com a questão da militarização, mas esses não são o foco desse trabalho. Aqui, Japão e Estados Unidos são interpretados como agentes que reforçam sua identidade na comunidade internacional através das práticas militares. Tal engajamento é uma forma de manter sua segurança ontológica.

3.5 A construção da legitimidade da violência: A rede de bases internacional dos Estados Unidos.

É importante ressaltar que dentro da abordagem da segurança ontológica existem concepções diferentes. Mesmo que todos partam da ideia da busca por uma rotina ontologicamente segura, a maior diferença que deve ser destacada é sobre a importância do Estado enquanto ator principal dessa análise. É algo similar ao que ocorre nas abordagens construtivistas se comparando à visão de Wendt (1992) centrada no Estado e a de Nicholas Onuf (2013), que analisa a produção de normas.

Autores já citados no capítulo anterior como Brent J. Steele (2017, 2005) e Jennifer Mitzen (2013, 2006) são alguns que dedicam sua pesquisa para observar a esfera estatal a partir do escopo da segurança ontológica. Em suas análises, esses autores buscam entender o comportamento dos Estados tomando em consideração os preceitos da segurança ontológica. Em contrapartida, autores como Catarina Kinnval (2018, 2006) olham não apenas para a realidade do Estado enquanto ator na esfera internacional, mas também para acontecimentos dentro da sociedade que afetam as diferentes perspectivas de segurança ontológica que estão ali presentes.

Essa pesquisa não tem intenção de rechaçar análises que coloquem o Estado como centro, até porque ele é parte importante da vida política e social do cenário internacional. Contudo, é preciso considerar argumentos como de Croft e Vaughn-Williams (2016) de que a análise centrada apenas no Estado acaba reificando a realidade da disciplina de Relações Internacionais. Dessa maneira, a complexidade de realidades é ignorada. Tal limitação acontece pela necessidade da homogeneização no escopo da soberania estatal.

Japão e Estados Unidos são participantes ativos do sistema internacional e seu engajamento em práticas militares é uma forma de reforçar sua relevância nessa comunidade. Tais ações são justificadas pela ótica da segurança, ao mesmo tempo em que também criam situações de insegurança em suas comunidades. Compreender essas ações como parte dessas identidades é também olhar como tais práticas criam insegurança em outras comunidades de forma concomitante. Como será explanado mais a frente, elas dependem de um entendimento não apenas material, mas também de uma determinada ótica construída acerca de Okinawa e do Havaí e que tem como seu reflexo mais profundo na realidade a existência das bases da rede de instalações militares dos Estados Unidos.

Na atualidade, os Estados Unidos possuem uma rede extensa de bases militares espalhadas por todo o globo. De acordo com dados de 2024 são 3068 km² em território de bases no exterior (Vine, 2024), movimentando mais de 237 pessoas a serviço da força militar dos Estados Unidos, segundo relatório do *Defense Manpower Data Center* (DMDC, 2024) do mesmo ano. Nesse sentido, os Estados Unidos mantêm instalações em cada região do planeta com a pretensão de agir como responsável pela manutenção da segurança regional. Contudo, mesmo na teoria limitando-se apenas à questão da segurança, as bases militares dos Estados Unidos agem de forma muito mais abrangente no cotidiano daqueles locais. Essas bases compõem uma estrutura que lhes garante vantagens a nível mundial para agir de forma unilateral (Davis, 2011). E ao mesmo tempo que ela é reificada com um discurso baseado na ideia de proteção, uma realidade de insegurança local é construída, tornando-se um símbolo da presença dos Estados Unidos (Lutz, 2009, p. 04), contendo ameaças também em tempos de paz (Kawana, 2021, p. 06). Tal sistema de bases também é interpretado, por autores como Vine (2011, p. 54) como uma maneira de controle internacional para substituir o controle exercido pela colonização já que este tornou-se ilegítimo. De forma similar, Davis (2011, p. 216) argumenta que essa rede de bases é uma forma de canalização de poder estadunidense de forma aceitável na realidade atual.

Enquanto nação em crescimento, não fazia parte dos objetivos e da identidade estadunidense se envolver em conflitos a nível internacional. Muito pelo contrário, era um dos pilares do interesse da nova nação estabelecer-se como diferente da Europa decadente, sempre envolvida em guerras intermináveis. Foi especialmente a partir da segunda metade do século XX que começou a pavimentar-se o caminho da construção da retórica acerca da necessidade de presença externa permanente dos Estados Unidos, a partir de um entendimento militarista do mundo exterior como uma ameaça constante

(Lutz, 2009, p. 30). De acordo com Lutz (2010), os Estados Unidos expandiram-se globalmente em três períodos específicos: 1898, com a aquisição de colônias da Guerra hispano-americana, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o envolvimento do país em diversos acordos internacionais que viram essa expansão acontecer e em 2001, no contexto da chamada Guerra ao Terror.

Se no fim do século XIX o país tinha cerca de 14 bases militares ao redor do mundo (Lutz, 2010, p. 08), com o fim da Segunda Guerra Mundial, já eram cerca de 30000 bases em 5000 locais em 1945 (Kawana, 2021, p. 07; Vine, 2009, p. 42). O número caiu com o retorno de diversas posses coloniais ao fim da guerra, mas o envolvimento dos EUA em acordos de segurança criados no contexto pós-guerra fortalecia a ideia da necessidade dessas bases como parte de seu aparato de defesa (Lutz, 2010, p. 09), especialmente considerando o conflito com a União Soviética (Kawana, 2021, p. 07). Mesmo com a devolução de diversas instalações estrangeiras com o fim da guerra, bases foram mantidas em locais como França, Japão e Alemanha, além de conseguir contratos para outros lugares como Marrocos e Açores (Vine, 2009, p. 53).

Tal presença é justificada a partir de um discurso militarizado, enfatizando a necessidade de proteção e segurança em um mundo de perigo constante. Para o público doméstico, se argumenta que essas bases garantem a segurança aos EUA em caráter internacional, além de ser um símbolo de poder e uma forma de acesso do país ao mercado de outros países e concomitantemente sua presença em outros países seria uma forma de demonstrar como os Estados Unidos têm a legitimidade garantida por seus aliados (Lutz, 2010, 2009). Elas seriam uma maneira de suporte e projeção de poder para o país, demonstrando também sua capacidade de manter seus parceiros alinhados a seus planos (Hateruma, 2020, p. 02). O efeito de tal discurso pode ser constatado através de resultados de pesquisas que mostram o público estadunidense mais velho (Hatfield; Silver, 2024) como favorável ao uso de força militar como forma de manutenção da paz internacional (Poushter; Mordecai, 2020), além de ver os gastos em defesa como uma parte importante das despesas nacionais (Van Green, 2023), defendendo a ideia de usar sua força militar para proteger os seus parceiros (Friedhoff, 2024) e a continuidade de presença de bases militares em nações aliadas (Kafura, 2023).

Com essa ideia de legitimidade, as bases são postas como algo normal dentro do escopo do cotidiano. Além das instalações militares, construções como restaurantes, escolas, espaços de recreação para soldados e membros de suas famílias também aparecem nesses lugares, os tomando não apenas de forma material, mas também em

caráter político e cultural. Se antes esses espaços poderiam ser utilizados para atender as necessidades e desejos da população local, isso torna-se menos improvável a partir dessa mudança na estrutura socioeconômica, acarretando alienação da comunidade local (Lutz, 2010, p. 03).

O discurso acerca dessas bases nas nações que as hospedam destaca a possibilidade de benefícios econômicos locais graças a elas. Contudo, elas também geram inúmeras consequências negativas, como destruição ambiental e ameaça a segurança dos moradores. Além disso, por serem instituições pertencentes a outro país, muitas vezes incidentes que afetam negativamente as pessoas não possuem espaços legais para que as vítimas possam prestar reclamações ou demandarem compensações (Yeo, 2009, p. 573).

Então, tal presença acarreta diversos movimentos de protesto. Casos como a morte de duas adolescentes na Coreia do Sul por veículos militares estadunidenses em 2002, além de mortes de civis em ataques contra o Talibã em 2007, são exemplos das consequências que essa presença militar tem para a população civil, seja em momentos relativamente pacíficos ou de conflito (Yeo, 2014, p. 43). Logo, a rede de bases precisa se adaptar a tais movimentos contrários à sua presença, buscando manter-se ali para continuar sua influência local (Davis, 2011). Assim, os espaços onde elas estão tornam-se locais carregados de contradições em que sua presença é colocada como algo positivo para a segurança internacional ao mesmo tempo em que gera situações de insegurança. Essa insegurança não se constrói apenas em casos envolvendo danos físicos e materiais, mas também com a tomada dos espaços por corpos militarizados, tirando a possibilidade daquele local ser utilizado de forma desejada por aqueles que lá vivem.

Além disso, os danos ao meio ambiente e a influência na vida socioeconômica local alteram o escopo de possibilidades futuras para aquela região e aqueles que lá vivem. Com uma necessidade de resistência constante e vidas ligadas a rede internacional de bases dos Estados Unidos, esses locais podem ser interpretados como espaços em que um conflito constante ocorre. Isso não significa que espaços onde as bases não estão presentes sejam livres de violência. O que se constata nessa pesquisa é que os espaços que essas bases ocupam são lugares em que a vida política local e a internacional confluem, de uma forma muitas vezes não desejada pela população local, que constroem movimentos de resistência ao mesmo tempo em que precisam continuar suas vidas.

3.6 Cotidiano militarizado e práticas de alienação

O Estado tem uma forma específica construída após séculos de acontecimentos. Não é prudente ignorar os meios violentos empregados ao longo da história para a reificação das fronteiras vistas na atualidade. Participaram desse processo grupos que utilizavam dessa violência, sejam grupos com interesses próprios ou representantes de unidades políticas.

Ao constatar esse histórico, não é objetivo dessa tese tornar o uso de violência como parte inerente da natureza humana, mas sim demonstrar como tal processo auxiliou na construção de um sistema em que o discurso militarizado é colocado como prioritário. Na comunidade internacional e mesmo no âmbito doméstico, a instituição militar pode ser disposta como um exemplo de organização para espaços de caos. Isso está atrelado à ideia de que essa instituição é vista como detentora da capacidade de proteção das fronteiras do Estado soberano e pela sua estrutura hierárquica de organização.

Construído como a forma máxima de organização política e um ator racional perante as irracionalidades de indivíduos, o Estado teria então a capacidade de escolher de maneira mais ponderada sobre como utilizar tal violência. Nesse panorama, os países seriam donos da capacidade legítima de meios hostis para se proteger. E para muitos Estados, a capacidade de manter um corpo militar forte seria a forma de reificar essa existência. A partir desse entendimento, é possível ver como a questão militar é utilizada para o fortalecimento da segurança ontológica.

Contudo, como já explicado, não é do interesse dessa tese concordar com tal hipótese. O governo de países, assim como outros atores sociais, pode seguir determinadas narrativas para manter sua identidade coesa da forma desejada. Isso não significa que é a única verdade possível nem o único meio existente para a sobrevivência, mas sim a desejada naquele momento específico. Os Estados Unidos, tanto por seus sucessos materiais ao longo do século XIX, quanto pela retórica de direito divino à expansão, tem uma identidade construída ao longo dos séculos dessa forma. E essa identidade continua a ter reflexos em sua política até a atualidade. O Japão também, a partir de seu encontro com as potências do Ocidente no século XIX e o choque do seu aparente atraso, busca o caminho militarizado, enfatizando a noção de um país forte equivaler à força militar moderna e competente, como será melhor explicado mais à frente. Tal identidade entrou em situação de profunda insegurança ontológica após a Segunda Guerra Mundial e é possível ver que as tentativas de voltar a usar a força militar

da forma vista como correta, principalmente por parte do governo japonês na atualidade, é uma maneira de tentar minar essa ansiedade. As ações dos dois países têm reflexo na realidade e constroem-se, de forma concomitante, a maneira como eles veem seu lugar no mundo.

A rede de bases dos Estados Unidos seria um reflexo da primazia estadunidense, tendo capacidade de se adaptar às tentativas de repúdio, como mais bem explicado na sessão anterior (Davis, 2011). Contudo, é importante destacar que os espaços escolhidos para serem utilizados por essas bases são diferentes. Para a instalação desses espaços militarizados, é necessário entender as particularidades dos lugares a quais eles se destinam.

No caso dessa pesquisa, Okinawa é um espaço do Japão e o Havaí dos Estados Unidos. Então, cada um tem suas particularidades. Contudo, é possível ver elementos em comum entre esses dois espaços que mesclam entre si e são fatores que acarretam a construção da insegurança ontológica. A partir dos seus entendimentos particulares sobre o que seria uma nação soberana e eficaz, Estados Unidos e Japão atuaram de forma imperialista em diversos locais, sendo Havaí e Okinawa parte desses espaços. Dessa forma, a partir dessa experiência em comum entre os dois lados, algumas semelhanças entre os dois casos são apontadas aqui como questões normativas que tem, como reflexo no cotidiano, a imposição da presença militar. São elas:

- a) Um espaço isolado geograficamente do centro do país.
- b) Local habitado por grupo racializado que é alvo de discurso sobre inferioridade cultural por parte do centro.
- c) Esse local é utilizado pela narrativa daquele país para reforçar sua identidade dentro do sistema internacional
- d) Uma distinção entre o centro e aquele local/grupo acerca de questões como investimento ou desenvolvimento.
- e) A maneira mais profunda e arraigada que essa distinção historicamente construída aparece na realidade material é através da presença de bases militares.

Esses são os pontos elencados por essa pesquisa que colocam Okinawa e Havaí como semelhantes dentro da comunidade internacional. Os dois locais eram espaços relativamente independentes à sua própria maneira e que foram utilizados por Estados Unidos e Japão como forma de reforçar suas retóricas de Estados fortes do sistema

internacional. A partir de discursos de superioridade das instituições desses países, as práticas locais de Okinawa e Havaí sofreram apagamento. Dessa maneira, foi criada uma estrutura e rotinas a partir da diferença desses locais perante o resto do país. Com sua anexação, Okinawa e particularmente os nativos do Havaí, deveriam tornar-se cidadãos dos Estados Unidos e do Japão. Contudo, a partir de uma ótica racializada, tal objetivo nunca seria cumprido porque esses dois locais eram intrinsecamente diferentes. A partir dessa diferença, um processo de alienação é construído e reforçado. Nesse sentido, as pessoas dessas comunidades são partes desses países de forma legal, ao mesmo tempo em que não tem a capacidade e direito real de decidir acerca de suas rotinas e narrativas. As práticas militares que ocorrem nesses locais e as identidades de resistência que nascem em resposta a essas criam um panorama de insegurança ontológica que, para ser mais bem compreendido, precisa de uma análise mais profunda acerca das circunstâncias de cada caso. Para autores como Dietz (2016, p. 221), essa existência militarizada dá espaço para a solidariedade comum entre pessoas de Okinawa e Havaí, como também de outros lugares e povos, como é o caso dos nativos Chamorro.

Contudo, mesmo com essas semelhanças, é necessário entender quais são as particularidades acerca desses casos e como a estrutura de desigualdade foi construída em suas realidades. Com isso em mente, os próximos dois capítulos serão dedicados ao caso do Havaí.

4 Da terra dos guerreiros e deuses no Pacífico ao paraíso excluído: O Reino do Havai e o nascimento do estado do Havai.

4.1 Introdução

O Havai é composto por uma série de ilhas, com oito ilhas principais habitadas: a que dá o nome ao conjunto de ilhas e a mais conhecida, a ilha do Havai, Maui, Kahoolawe, Lanai, Molokai, Oahu, Kauai e Ni'hau. Junto com as ilhas menores, elas se estendem por quase três mil quilômetros em um cenário geográfico moldado pela ação vulcânica ao longo dos séculos (Kuykendall, 1980, p. 01).

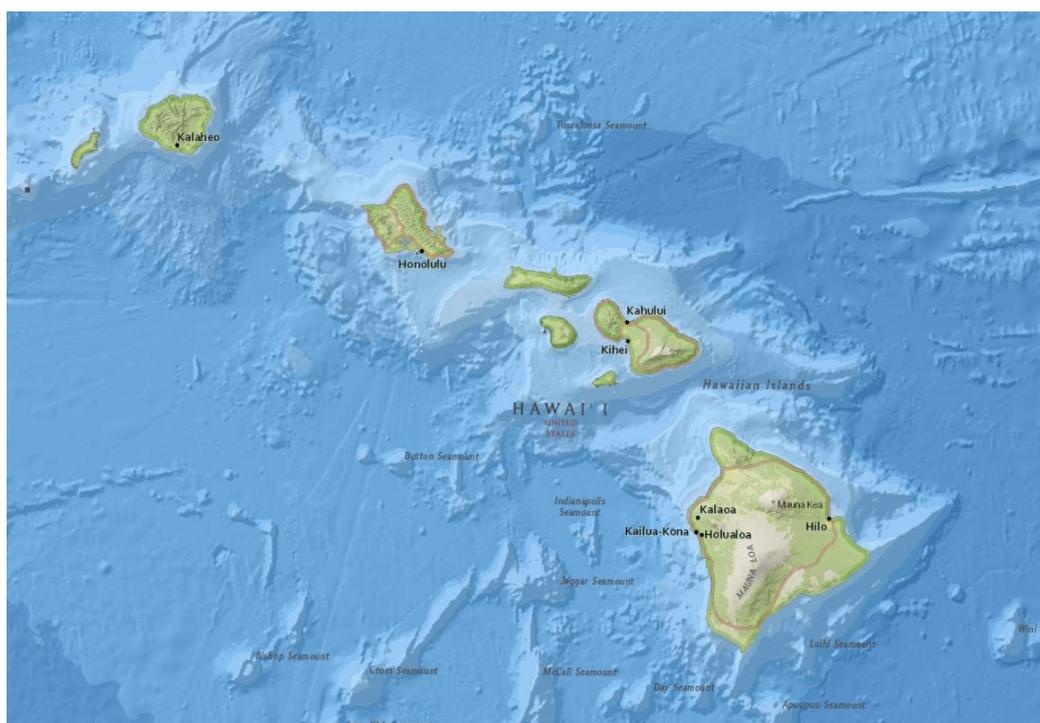


Figura 1: Mapa do Havai (*Hawaii Statewide GIS Program, 2021*)

É o 50º e mais jovem estado a entrar na jurisdição dos Estados Unidos. Também é um estado que está a uma distância considerável do resto do país, com voos de pelo

menos 10 horas de distância separando o território norte-americano das ilhas do pacífico. Com uma população de cerca de 1,4 milhões de pessoas de acordo com dados de 2022 (State of Hawaii, 2023) e 2023 (Data USA, 2023), a maior parte da população atual é de descendência ou origem asiática, com apenas 10,4% da população registrada em 2022 sendo de havaianos nativos ou de outras ilhas do pacífico, como mostrado na Tabela 1.

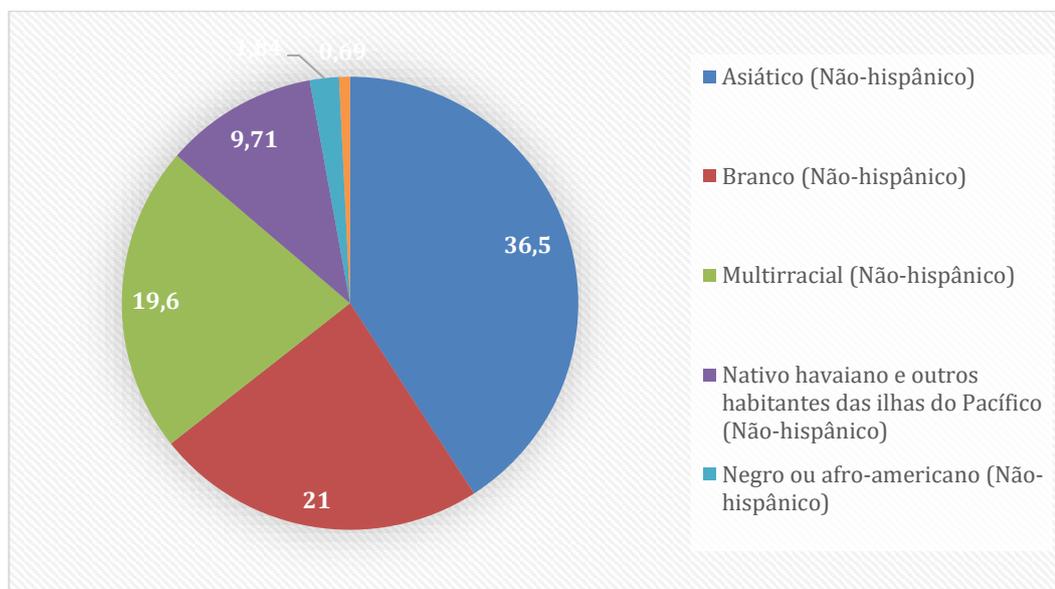


Figura 2: População atual do Havaí de acordo com etnia e raça (Data USA, 2023).

Tais dados mostram como as pessoas nativas tornaram-se minoria mesmo dentro do território ao qual historicamente pertencem. Esse cenário é resultado de um processo que teve início graças ao contato com os ocidentais no século XVIII e que foi reforçado ao longo das décadas. O objetivo desse capítulo é demonstrar tal histórico, enfatizando como o Havaí foi alvo de políticas que apagaram a cultura local, interveio nas vontades dos nativos e tornou a região em uma ferramenta a ser utilizada pela vontade estadunidense. A partir desse entendimento, o Havaí tornou-se parte dos Estados Unidos contra a vontade dos nativos e se transformou em um ponto estratégico relevante para seu país. Ao mesmo tempo, como será mostrado no capítulo seguinte, tal processo acarretou insegurança ontológica extrema nos nativos, destruindo seu estilo de vida, suas crenças e criando uma realidade material em que nem mesmo as necessidades básicas desse grupo são garantidas.

Esse capítulo provará que, diferente de narrativas colonizadoras, organização social e normas já existiam dentro do universo do Havaí, mesmo antes da unificação da região sob tal nome. A exposição dessa história ajudará a compreender que a forma como

a militarização que aconteceu e continua a ocorrer no Havaí depende de uma estrutura de subjugação dos conceitos nativos/locais sobre organização. Além do mais, tal argumentação se unirá à estrutura material a partir do uso da terra como será exposto no capítulo seguinte. A forma como as pessoas do Havaí utilizava a terra divergia da maneira vista como necessária pelos colonizadores e por seus entendimentos acerca de formação de Estado. A explicação ao longo do capítulo demonstrará como a tomada de terras para o uso militar somado ao uso econômico pela elite ligada a esse Estado militarizado é um fator que acarreta insegurança ontológica. Essa insegurança se reflete em elementos que serão demonstrados ao longo desse e do próximo capítulo. Com o conhecimento dessa história, será possível compreender tal realidade foi construída, afetando especialmente as pessoas nativas do Havaí.

4.2 A formação do Reino do Havaí: A conquista e o reinado de Kamehameha I.

Parte da Polinésia, as ilhas que compõem hoje o estado do Havaí eram inicialmente habitadas por pessoas com ancestralidade, crença e idiomas comuns, com uma vida regrada pelo Oceano Pacífico (Schulz, 2017). Diversas migrações aconteceram ao longo dos séculos entre territórios do Tahiti e outros locais da Polinésia para onde hoje é o Havaí (Kuykendall, 1980, p. 03). Existem evidências de que ocorreu um período de imigrações entre esses territórios cerca de oito séculos atrás, até que o Havaí ficou praticamente isolado até o ano de 1778 (Kinzer, 2007, p. 10). Foi nesse ano, em 18 de janeiro, que o *HMS Resolution* comandado pelo capitão James Cook chegou às ilhas. Isso marcaria o início de um período de grandes mudanças na região, alterando profundamente os contextos político, social e econômicos das ilhas, resultando em uma crise acerca da identidade das pessoas que ali viviam e mesmo de sua existência enquanto unidade política. A chegada no que Cook chamou de *Sandwich Islands* foi o primeiro passo de uma série de eventos que veria a formação de um reino independente até seu declínio no fim do século XIX (Churchill, 2003, p. 76), sendo uma mistura tanto das ambições ocidentais e nativas, como também de uma série de questões de insegurança que levaram os nativos ao questionamento de suas próprias crenças perante a chegada dos ocidentais após anos de isolamento.

É importante ressaltar tal questão a partir do olhar da segurança ontológica. Ao longo dos séculos, os nativos do Havaí construíram uma realidade seguindo uma narrativa específica e compreendendo o mundo a partir de suas crenças. Com tal encontro inicial e

ao longo dos séculos XVIII e XIX, tal estabilidade seria colocada em dúvida, ao ponto que tais crenças seriam questionadas, como será tratado mais à frente no capítulo.

Quem Cook e seus companheiros de viagem encontraram nas ilhas foram pessoas que acreditavam na capacidade dos deuses da natureza e que estavam envolvidos em uma série de conflitos entre si. Mesmo com a chegada de Cook sendo colocada como um marco e um evento na história local, isso não significa que a vida política dos nativos fosse monótona antes desse contato. Nesse período, as ilhas do Havaí estavam divididas em quatro reinos: Kalaniopuu comandava a ilha do Havaí e uma pequena parte de Maui. Kahekili comandava a parte restante de Maui e outras três ilhas menores. Oahu era governada por Peleioholani. E Kauai e Niihau eram comandadas por Kaneoneola, mas, durante a segunda visita de Cook, já havia sido deposto e seu cargo foi ocupado por uma mulher chamada Kamakahēlei. (Kuykendall, 1980, p. 30).

As ilhas do arquipélago não eram representadas nem comandadas por um sistema político em comum. Os nativos seguiam comandos dos *Ali 'i Nui*, os chefes supremos que representavam os *Akua*, os deuses na terra. Cada ilha da região que hoje se conhece como Havaí era comandada por um desses indivíduos, com auxílio dos *kaukauali'i*, os chefes menores. Enquanto esses indivíduos em posições superiores administravam a presença dos *Akua* e os bens naturais, os *maka'ainana*, as pessoas comuns, trabalhavam e viviam na terra de forma livre. Assim, era uma relação de troca e cuidado, em que os *Ali 'i Nui* e *kaukauali'i*, administravam o território e os *maka'ainana* trabalhavam e produziam nesse espaço. A terra, as águas, tudo era visto como uma benção dos deuses para ser usufruído e cuidado por aqueles que ali viviam (Kuykendall, 1980, p. 07). Essas crenças regravam sua vida com a adoração dos elementos incompreensíveis da natureza. A forma de construir as histórias e heranças do passado era através de histórias folclóricas, *meles* e outros tipos de forma de transmissão oral de conhecimento (Kuykendall, 1980, p. 10).

Cada coisa na natureza era um deus na interpretação do mundo da crença nativa (Lowe, 2018). A própria vinda de James Cook foi vista como a chegada de um deus em forma humana devido à sua aparência e roupas incomuns (Dudley, Agard, 1990). Contudo, não significa que Cook nem os companheiros eram livres para agir como queriam. Isso fica claro quando em 1789 Cook retorna ao Havaí e, ao ter um barco roubado de sua frota, ele acaba tomando o Kalani'ōpu'u como refém. Enfurecidos, os nativos vão atrás dele e Cook é morto como forma de retaliação (Coffman, 2016, p. 26).

A existência dos nativos e sua identidade estava ligada profundamente a terra na qual eles viviam (Kauanui, 1999, p. 123). Mas além da crença no poder na natureza, o

que regrava suas vidas era o sistema *kapu*. Era um sistema de regras que organizava suas rotinas a partir das diferentes classes sociais, mantendo uma ordem de castas e reforçando uma dicotomia entre divino e mundano, homem e mulher, vida e morte, por exemplo (Kuykendall, 1980, p. 08). Homens e mulheres seguiam a regra do '*Ai kapu*, as normas que ordenavam o contato entre os gêneros, e que tornavam mesmo o ato de comer algo sagrado. Grupos eram separados por gênero para se alimentarem em lugares diferentes e mulheres eram proibidas de comer certos alimentos (Linnekin, 1990, p. 11). Essa era apenas uma das muitas regras que seria uma violação do *kapu* caso quebrada.

Com um sistema de crenças diferentes dos ocidentais, regrados por um sistema construído entre elementos materiais das forças da natureza e seus deuses, não tardou para histórias sobre o Havaí ser um local exótico se espalharem em lugares como os EUA. Nativos eram interpretados praticamente como não-humanos, com inúmeras histórias de sacrifício humano, infanticídio, poligamia e promiscuidade serem divulgadas (Schulz, 2017, p. 05). A sociedade nativa a época também não tinha problemas em aceitar relações fora do padrão heterossexual monogâmico, interpretando relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo como algo importante também para o contexto político e social (Morris, 1990).

Tais entendimentos reforçavam a visão acerca dos nativos como não civilizados. Essa identidade dos nativos aos olhos dos ocidentais foi fortalecida especialmente com a chegada futura das missões protestantes na região (Silva, 2004, p. 54). Nesse cenário, a presença da Inglaterra foi marcada pela busca do desenvolvimento do arquipélago em um espaço de crescimento comercial e militar em relação as suas colônias australianas e canadenses, o que acabou tornando sua presença uma constante no cotidiano dos nativos do Havaí (Churchill, 2003, p. 76).

No contexto em que Cook e outros tripulantes chegaram ao Havaí, uma disputa de poder ocorria entre os quatro pequenos reinos que regiam a vida local. Seria através dessas disputas que surgiria o indivíduo que uniria todos aqueles povos sob o nome de Reino do Havaí, unidade política que existiria por quase cem anos, algo inédito se comparado a outros lugares da Polinésia (Kuykendall, 1980, p. 29).

Antes de ser unido sob tal nome, as quatro ilhas principais formavam quatro reinos menores, Havai, Maui, O'ahu e Kauai. Cada um tinha suas complexidades e corpo próprio de governos, com diversos antagonismos e conexões entre si (Coffman, 2016, p. 21). A ilha que tinha o mesmo nome do Havaí atual estava sob o domínio do rei Kalani'ōpu'u (1729-1782) no período em que James Cook chegou à região (1778-1779). Com cada um

dos reinos vivendo como uma unidade política relativamente autônoma, mesmo com relativo intercâmbio entre si, Kalani'ōpu'u lutava com o rei de Maui pelo controle da ilha (Kuykendall, 1980). A beira de sua morte em 1782, seu filho Kīwala'ō foi nomeado o novo Ali'i Nui da ilha do Havai e seu sucessor direto. Contudo, ele nomeou como responsável pelo deus da guerra, Kūkā'ilimoku, seu sobrinho Kamehameha (Kuykendall, 1980, p. 32).

Nos meses seguintes, uma série de conflitos aconteceriam entre Kamehameha e Kiwalao, resultando na batalha de Mokuhai, em 1782, quando Kiwalao foi morto e a ilha do Havaí se dividiu em três reinos (Kuykendall, 1980, p. 33). Durante esse período, batalhas extensas ocorreram, com apenas um período de quatro anos de paz em que Kuykendall (1980) destaca, diversos navios de carga estrangeiros começaram a utilizar o território como base de recarga e, conseqüentemente, servir de apoio aos chefes de cada pequeno reino da ilha com o comércio de mantimentos de guerra vindo de fora. Nesse período, Kamehameha já tinha a disposição serviços de estrangeiros que serviam como conselheiros na situação da conquista das ilhas, como o britânico John Young e o galês Isaac Davis (Kuykendall, 1980, p. 34) ou de George Vancouver, que chegou junto com James Cook a ilha em 1778 e forneceu artilharia e materiais para Kamehameha em sua disputa com as ilhas de Mau'i e Kaua'i. (Churchill, 2003, p. 76). Para Kuykendal (1980, p. 30), a presença dos estrangeiros e seu auxílio com armas e conselhos foi um dos fatores essenciais para a criação do reino. Além disso, o autor destaca que por não existir lealdades intensas como era o caso na região onde seria a Nova Zelândia, sendo comum que chefes locais acabassem mudando seu posicionamento.

As ilhas de Oahu, Maui, Moloka'i e Lana'i foram conquistadas até 1795 e Kamehameha as uniu com a ilha do Havaí sob um mesmo governo. Em 1810, Kaua'i e Ni'hau se juntaram ao reino de forma pacífica, formando oficialmente então o Reino do Havaí, uma monarquia constitucional com molde na Grã-Bretanha, com Kamehameha I como seu chefe (Kuykendal, 1980).

Com a formação do Reino do Havaí, foi garantido terra para plantio para todos os vassallos (Nasser, 2021). A administração do governo e de terras foram divididos e colocados sob responsabilidade de um chefe que fosse subordinado ao rei. A vida das pessoas que moravam naquela terra eram responsabilidade daquele chefe, que tinha tanto poder de estabelecer leis quanto de realizar julgamentos. Mesmo sendo o chefe de estado, Kamehameha tinha conselheiros que consultava para assuntos importantes, mesmo que não fosse uma organização formal. Um sistema de pagamento de impostos foi

estabelecido para manter a corte, o exército e a marinha, mas esses eram pagos em material produzido pelos cidadãos, já que não havia uma moeda oficial e pouco dinheiro estrangeiro circulava (Kuykendall, 1980, p. 54). No reino, também existiam os *kuhina-nui*, pessoa de cargo de grande autoridade que foi mantido por Kalanimoku durante o período de reinado de três reis do Havaí. O dono desse cargo era mais ativo na administração do governo, mesmo o rei tendo maior autoridade (Kuykendall, 1980, p. 64).

Mesmo estabelecendo o Havaí como um reino, Kuykendall (1980, p. 54) explica que Kamehameha I se via como vassalo do reino britânico. O autor destaca que tal relacionamento especial era reconhecido por outros que visitavam a ilha, mesmo que não existisse um estabelecimento formal de vassalagem. Contudo, o autor afirma que o rei mantinha um tratamento amigável a pessoas e navios de todas as nações que chegavam ao Havaí. Kamehameha I não tardou a olhar para a tecnologia ocidental como algo a ser conquistado, sendo por isso, de acordo com Coffman (2016, p. 28) a razão que ele queria controlar todo o comércio com o exterior.

A presença de estrangeiros já era algo inevitável, como pode ser constatado por aqueles que auxiliaram Kamehameha no caminho para sua conquista. A relação entre estrangeiros e nativos, mesmo após a morte violenta de Cook em 1779, costumava ser amigável. Com o comércio se desenvolvendo especialmente após 1796, dali em diante a população estrangeira cresceu no Havaí, composta inicialmente por marinheiros comuns que ou desertaram de seus postos ou pediram permissão para ficar nas ilhas (Kuykendall, 1980, p. 26). Além deles, missionários e responsáveis pelo comércio também eram parte daqueles que marcavam a presença estrangeira e alteravam o cenário cultural e político no Havaí (Kuykendall, 1980, p. 12).

Com o monopólio do comércio com os estrangeiros, especialmente de mercadorias como sândalo, Kamehameha I vetava a participação de pessoas comuns ou subordinados nesse mercado (Linnekin, 1990, p. 162). Mas foi graças ao comércio de sândalo que o Reino do Havaí se inseriu no sistema de produção capitalista internacional, trocando o material extraído por trabalhadores comuns por bens de consumo recebidos pelos chefes. A mão de obra dos trabalhadores tornou-se tão monopolizada por essa forma de comércio que a produção para sua subsistência foi negligenciada (Linnekin, 1990, p. 164). Para Linnekin (1990, p. 165) o comércio de sândalo dominado pelos estadunidenses desde 1810 já constituía um relacionamento desigual, algo que pode ser comprovado pelo legado de dívidas intermináveis que a venda do material deixou para o reino.

A presença de estrangeiros e sua participação no comércio local alterou drasticamente a forma de vida do Havaí. Animais novos como bodes, ovelhas, porcos e cavalos, diversos tipos novos de plantas, árvores frutíferas, como também bens manufaturados, armas de fogo, roupas e utensílios foram trazidos para as ilhas. Mas além disso, também vieram pulgas, mosquitos, escorpiões e outros tipos de elementos que mudaram o equilíbrio natural do local (Kuykendall, 1980, p. 28). Tal cenário seria especialmente refletido com as mortes que aconteceriam nas décadas seguintes graças a introdução de doenças nunca vistas na região. Febre, desintéria, problemas nos rins e pulmões, dentre outros se espalharam entre os nativos após seu contato breve com Cook e seus homens, levando-os quase a extinção (Kinzer, 2007, p. 11). Mesmo antes da chegada dos missionários protestantes e na época da reunificação, a população nativa decaiu em cerca de 92% graças a presença dos ocidentais (Osorio, 2002).

Kamehameha I tornou-se o rei mais conhecido da história do reino. Ele fez o possível para manter relações pacíficas com outros Estados ao mesmo tempo em que tentava diminuir a possibilidade de revolta, como forma de conseguir a transição pacífica para seu filho Liholiho, que ficaria conhecido como Kamehameha II (Kuykendall, 1980, p. 61). Liholiho assumiu o poder após a morte de seu pai em 1819. Contudo, o período seguinte seria de grandes turbulências para o Havaí, não apenas pelo questionamento de qual seria o caminho correto a seguir como nação, como também com a chegada dos missionários estadunidenses em 1820. A partir desse momento, após anos da construção de um reino unido com um rei forte, o Havaí passaria por crises de insegurança ontológica. Com a população diminuindo e os meios trazidos pelos ocidentais vistos como superiores, o estilo de vida nativo seria posto em dúvida. Seria então necessário a destruição desses costumes e a adoção de novos para garantir a continuidade da existência do reino.

4.3 Kamehameha II e III: A quebra dos tabus, o cristianismo e o *Mahele*.

O falecimento de Kamehameha I trouxe ao Havaí o primeiro grande problema enquanto nação jovem, colocando a prova se ela sobreviveria a morte de seu fundador (Kuykendall, 1980, p. 61). Além da morte de Kamehameha I, os anos seguintes seriam marcados pela abolição do sistema *kapu* e da crença na natureza como forma religiosa de vida. Não dá para estabelecer apenas um único motivo para que isso acontecesse, mas tal decisão foi consolidada quando, em 1819, o rei Kamehameha II sentou-se para fazer uma

refeição com mulheres a mesma mesa, ato considerado tabu no sistema de *kapu*. O ato de comer livremente pelo rei Kamehameha II foi o primeiro ato para manifestar tal mudança. Ao sentar-se para comer com sua mãe, Keopuolani, *alii* de maior importância do reino e Kaahumanu, com quem ele governava em conjunto, Kamehameha II estabeleceu a quebra desse sistema que, segundo Kuykendall (1980, p. 67), era muitas vezes considerado humilhante para mulheres. Muitas estavam insatisfeitas com diversos papéis que lhes eram delegados na sociedade nativa (Kashay, 2008, p. 24).

A presença de estrangeiros foi um elemento essencial para que se construísse a ideia de que o sistema *kapu* era inefetivo (Kuykendall, 1980, p. 65), minando a confiança dos nativos em seu próprio modo de vida e suas crenças (Osorio, 2002). Ao olhar para a situação dos nativos ao longo do século XIX, é possível analisar a partir da lente de segurança ontológica, buscando entender como a influência dos estrangeiros acabou prevalecendo em questões normativas e legais a ponto de mudar a situação política do Reino do Havai. Com a queda da natalidade, a morte incessante de locais por doenças, crença nos deuses era questionada. Ao mesmo tempo, a presença dos estrangeiros cristãos que não eram afetados por tais doenças deu espaço para o questionamento das crenças nativas, podendo olhar para a fé cristã e o modo de vida ocidental como a solução para as dificuldades do reino (Osorio, 2002). Como Osorio (2002) argumenta, a presença estrangeira não apenas deu espaço para a colonização, mas também desmembrou totalmente o estilo de vida e a rotina que os nativos construíram através de séculos, os colocando em situação de ansiedade pelas suas vidas. Enquanto viam diversos dos seus morrendo, a lógica do cristianismo lhes oferecia salvação enquanto também não condenava as melhores de vida que os ocidentais apresentavam (Kashay, 2008, p. 31). Ao mesmo tempo, tal entendimento garantiria espaço no futuro para a entrada de estrangeiros em cargos de confiança do reinado e, conseqüentemente, seus interesses a serem considerados.

O reinado de Kamehameha II foi marcado por rumores receosos acerca da presença crescente de estrangeiros, ao mesmo tempo em que crescia diversas áreas econômicas, como o comércio de sândalo, a presença dos navios de pesca baleeiros (Kuykendall, 1980, p. 71) e a venda de pelagem animal (Van Dyke, 2008, p. 85). O ano de 1819 também foi ano de crise financeira nos Estados Unidos, que tornou difícil para o país fazer comércio com a China. O mercado aberto do Havai era então atraente, com os estrangeiros conseguindo sândalo através de escambo pelos diversos materiais novos, mas de baixo custo, para os chefes nativos (Van Dyke, 2008, p. 89). Os nativos também

tomaram parte no boom comercial que acontecia no início do século XIX, aprendendo a navegar e partindo em viagens para fazer comércio nos mais diversos lugares no mundo. Nesse cenário, o contato entre nativos e estrangeiros cresceu ainda mais, tornando os chefes do Havai ciente de como os eventos ocorriam nas relações internacionais a época. Como consequência, foi durante esse período agências de governos de países da Europa e dos Estados Unidos foram instaladas no Havai, para auxiliar os comerciantes (Van Dyke, 2008, p. 98).

Com o código de regras quebrado, os *ali'nui* poderiam, de acordo com Kashay (2008, p. 24) se apropriar do que era fruto do trabalho dos *maka'ainana*, utilizando desses bens para conseguir bens importados de luxo. Nesse período, missionários dos EUA dirigiam-se ao Havai esperando transformar o local numa nação cristã, com apoio da recém estabelecida *American Board of Commissioners for Foreign Missions*, que mandou cerca de 150 missionários para o Havai entre 1819 e 1848, com tais missionários levando apenas necessidades básicas e deixando suas necessidades nas mãos dos *ali'i* (Schulz, 2017, p. 02). Com a quebra do sistema de tabus, os nativos começariam a aderir ao cristianismo praticado pelos missionários (Kuykendall, 1980, p. 70).

A ideia de que o reino era protegido pelo Reino Unido foi mantida no reinado de Liholiho, como pode ser visto na sua viagem feita ao país em 1824 junto a sua esposa. Contudo, nessa viagem o casal faleceria acometido por sarampo, acarretando a ascensão de Kauikeaouli, seu irmão mais novo, ao trono como Kamehameha III (1825-1854) (Van Dyke, 2008, p. 79).

Foi durante o reinado de Kamehameha III houve o aumento na influência no governo por parte dos missionários e membros das elites brancas, chamados de *haole*. Ao mesmo tempo, foi o período em que o Havai começou a ser reconhecido enquanto uma nação perante a outros países internacionalmente, com Kamehameha III desejando levar o reino aos moldes europeus ou estadunidenses de nação. Contudo, algumas características locais foram mantidas no seu governo, como a presença de mulheres no poder (Silva, 2004, p. 40). É possível ver então as tentativas de manter uma identidade soberana a partir da cultura e tradições locais, ao mesmo tempo em que as instituições ocidentais eram consideradas como forma de governo. É interessante observar o Reino do Havai nesse momento como um agente relativamente jovem no sistema internacional, mas que estava tentando atuar de acordo com as práticas que via como sendo as legítimas para conseguir manter-se enquanto ator nesse cenário. A adoção de meios de governo pode ser entendida tanto como uma característica da própria insegurança em relação a sua

existência, mas também uma forma de engajar com essas práticas como forma de continuar a existir naquele determinado momento.

Nesse período, os Estados Unidos enviaram seu primeiro representante ao Haváí, John C. Jones, em setembro de 1820. O primeiro tratado oficial do Haváí com outra nação foi o Tratado de Amizade com os Estados Unidos (Stauffer, 1983), assinado por Thomas ap Catesby Jones, representante dos Estados Unidos em dezembro de 1826, documento que deixava claro que o governo do Haváí aprovava a presença de navios estadunidenses em seus portos e os protegeria, além de garantir comércio livre aos cidadãos dos Estados Unidos com as pessoas do reino. Mesmo não sendo oficialmente ratificados pelo governo dos EUA, é considerado um tratado internacional (Van Dyke, 2008, p. 99).

O reinado de Kamehameha III também foi responsável pelo estabelecimento de acordos com a França em 1839 (Hawaii Kingdom Treaty, 1839) e Dinamarca (Hawaiian Kingdom Treaty, 1846) em 1846, com o Reino Unido em 1848 (Hawaiian Kingdom Treaty, 1846) e com os Reinos Unidos da Suécia e Noruega em 1852 (Hawaiian Kingdom Treaty, 1852). Além disso, uma delegação oficial foi enviada aos EUA e depois a Europa no ano de 1842 para assegurar a questão do reconhecimento do reino (Kauanui, 2012, p. 30). Em dezembro de 1849, assinou-se o primeiro tratado oficial assinado entre Estados Unidos e o Reino do Haváí (Hawaiian Kingdom Treaty, 1849), em Washington, no qual se estabelecia as bases para um relacionamento amigável entre as duas partes, além de garantir os meios para comércio e navegação, regulamento de taxas de importação e a permissão aos EUA de abarcar nos portos do Reino. Isso seria reforçado pelo segundo tratado de 1870, em que se regulamentava a questão dos serviços postais e o terceiro, o Tratado de Reciprocidade, assinado em 1875, garantia a importação e exportação de produtos sem impostos para as duas partes. (Kauanui, 2012, p. 30). Em 1840, o reino promulgou sua primeira constituição escrita (Kingdom of Hawaii, 1840), com um rascunho feito por dois clérigos, e que colocava os homens brancos em posição de igualdade com os nativos (Churchill, 2003, p. 78). Além disso, proibia que qualquer lei local pudesse se opor a bíblia (Schulz, 2017, p. 05).

Durante esse período, a presença e influência crescente dos estrangeiros brancos no governo começava a preocupar os nativos. Mesmo sem nenhum tratado que lhes garantisse a cessão de terras ou soberania, tal influência trazia ansiedade para a autonomia do reino (Kauanui, 2012). O conceito de propriedade privada era algo menos importante para o modo de vida nativo, que por séculos dependeu do compartilhamento de terras para produção. Contudo, era um dos conceitos básicos da atividade econômica dos

estrangeiros (Dudley, Agard, 1990, p. 04) que argumentavam ser necessário no Havai, especialmente pois se dispunham como mais conhecedores do que os nativos sobre economia e comércio no geral (Linnekin, 1990, p. 07).

Somado ao fato de que ao longo da década de 1840, Kamehameha III tornou-se suscetível as vozes dos conselheiros brancos que faziam parte de seu governo, o caminho para a instauração da política de divisão de terras do *Mahele* em 1848 começou a ser construído (Dudley, Agard, 1990, p. 07). A partir da unificação de Kamehameha I, se entendia que a terra era um bem comum. Contudo, à medida que a influência *haole* crescia, aumentava também o espaço para a ideia de que as terras deveriam ser usadas como objeto para o desenvolvimento do reino, sendo necessário, na visão dos estrangeiros influentes, a possibilidade de adquirir terras (Nasser, 2021).

É importante constatar que os missionários estadunidenses inicialmente não tinham intenção de intervir ativamente na vida econômica ou política local. Chegando as ilhas em 1820 patrocinados pela *American Board of Commission for Foreign Missions* (Kauanui, 2012, p. 30), os missionários afirmavam ter uma missão puramente religiosa. Contudo, como Schulz (2017, p. 02) argumenta, a partir do momento em que esses missionários começaram a ter filhos entre si, eles não conseguiram evitar de intervir na situação econômica e política do Havai, com a ideia de garantir meios para proteger os futuros de seus descendentes. Logo, o autor afirma que o número de crianças brancas nascidas no Havai na época tornou-se uma influência direta nas ações de seus pais na região, tornando-se parte do projeto colonial que alteraria permanentemente o contexto político, social e econômico do Havai (Schulz, 2017, p. 02). Ao mesmo tempo que viviam lá, crianças nascidas de missionários eram criadas com uma identidade em que os nativos eram colocados como o outro inferiorizado perante os valores superiores de suas famílias missionárias vindo dos Estados Unidos.

Criava-se então uma realidade em que o estilo de vida daqueles nativos deveria ser substituído pelo caminho cristão apropriado, como foi feito na época da colonização do próprio Estados Unidos. Uma hierarquia racial era construída nas ilhas do Havai em que o nativo era uma criança a ser guiada pelo missionário benevolente para a vida adulta (Schulz, 2017, p. 12), Tal dicotomia pode ser vista pelo fato de que os missionários foram responsáveis pela criação de uma forma escrita da linguagem nativa havaiana ao mesmo tempo em que proibiam suas crianças de aprendê-la (Schulz, 2017, p. 20). Concomitantemente, os Estados Unidos mantinham navios no litoral do Havai para exigir espaço no comércio local e para que esse mercado crescesse de acordo com os moldes

ocidentais em contrapartida ao sistema econômico local tradicional. Assim, por volta do fim da década de 1830 os missionários dos EUA ganharam espaço a ponto de tornar-se conselheiros próximos da família real do Havai e responsáveis por instituições das finanças e administração de escolas locais (Churchill, 2003, p. 77).

Logo, Kamehameha III, pressionado por conselheiros *haole* que tinham interesses pessoais em mente, realizou a política do *mahele*, a divisão de terras. É considerado um divisor de águas na história do Havai, pois foi de fato uma tentativa legítima por parte do rei de restaurar a proximidade dos nativos de posse da terra, mas acabou alienando-os ainda mais. (Linnekin, 1990, p. 07). Mesmo sendo argumentado pelos conselheiros brancos que a divisão de terras garantiria a capacidade dos nativos de ter seu próprio lugar e de se proteger contra abusos dos chefes autoritários (Linnekin, 1990), foi graças ao *mahele* que os estrangeiros puderam acumular mais riqueza por terem a capacidade de adquirir terras a partir daquele momento (Kauanui, 2012, p. 30).

A política estabelecia algumas exigências para que os nativos pudessem conseguir terras. Os nativos que viveram em um determinado território pelos últimos 10 anos poderiam tomar posse de um a dois acres de terra ao redor de suas casas. A chamada reivindicação *kuleana*, garantia aos nativos títulos de propriedade plena a partir da capacidade desses de ocupar e melhorar tais terras (Lâm, 1989, p. 261). Mesmo assim, a política do *mahele* acabou entregando maior posse de terras aos estrangeiros pois, com a ausência de Kamehameha III de seus deveres e o domínio dos *haole* no governo, os estrangeiros puderam comprar terra ao passo que os nativos não conseguiam compreender a necessidade de comprar terra (Dudley e Agard, 1990, p. 10). Essa política mudou o entendimento acerca da posse das ilhas, que permitia que as terras fossem um objeto a ser comprado (Schulz, 2017, p. 04). A garantia de direitos aos estrangeiros sob terras foi mais um reflexo do período de enfraquecimento do Reino do Havai e vulnerabilidade a influência estrangeira, argumenta Nasser (2021, p. 323.) Se os EUA reconheciam a independência do Havai enquanto unidade política, ao mesmo tempo o país também via justificativa para a ocidentalização da cultura nativa através de tentativas de normalização do cristianismo na esfera local.

Nesse cenário, o presidente dos EUA John Tyler (1841-1845) anunciou o reconhecimento do Reino do Havai como uma nação soberana e independente em 1842, estendendo a oposição a colonização por potências europeias a região do pacífico, com o que ficaria conhecido como “Doutrina Tyler”, tornando a região uma parte da Doutrina Monroe (Van Dyke, 2008, p. 154) sob influência dos Estados Unidos e ameaçando uso

de força militar contra quem intervisse na região (Churchill, 2003, p. 79). Foi em 1851 que os *haole* puderam entrar no governo como participantes ativos e exerceram poder para manter sua visão divergente de nação, já que o Havaí ainda não seria uma nação real (Osorio, 2002, p. 146).

Contudo, essa influência não era aceita de forma passiva. Em 1845, diversas assinaturas de nativos foram coletadas em Maui e no Havaí pedindo ao rei que tirasse os *haole* do governo a alertando sobre a possibilidade de eles tomarem todas as suas terras caso pudessem adquiri-las com dinheiro (Dudley, Agard, 1990, p. 06), o que acabou acontecendo durante a divisão de terras de 1848. Contudo, aqueles que estavam no governo juravam lealdade ao rei, afirmando que ocupariam os cargos até que os nativos estivessem preparados para lidar com as questões governamentais (Dudley, Agard, 1990, p. 06). A ansiedade entre os nativos também era acentuada pela queda da população nativa pela metade 1832 e 1853, com epidemias de doenças como catapora, sífilis e tuberculose (Schulz, 2017, p. 06).

4.4 De Kamehameha IV a Kalakaua: Nova constituição, projeção internacional, comércio de açúcar e o último rei do Havaí.

Com a morte de Kamehameha III em 1854, seu sobrinho e filho adotivo Alexander Liholiho assumiu como Kamehameha IV. Descrito como um “antimissionário” por Kuykendall (1982, p. 35) Kamehameha IV e seu irmão e futuro sucessor, Kamehameha V, temiam a ideia de que os interesses dos EUA acabassem prevalecendo no Havaí, levando a queda da monarquia e anexação do seu território (Kuykendall, 1982, p. 36). Foi durante seu reinado que ele buscou tratados melhores com países como Reino Unido e França, além de manter a neutralidade durante o período da Guerra Civil dos EUA (1861-1865). Além disso, embaixadores japoneses para os Estados Unidos acabaram se hospedando em Honolulu por alguns dias em 1860, estabelecendo o primeiro contato do reino com o xogunato e criando a oportunidade para o tratado entre os dois países que iria se tornar realidade em 1871 (Kuykendall, 1982, p. 68).

A vida nas ilhas mudava à medida que o comércio de açúcar crescia e força de trabalho de locais como China, Japão e Portugal era importada para trabalhar nas plantações. Com tais imigrações, os *haole* ainda eram minoria, mas ainda assim colocavam-se como superiores aos trabalhadores braçais (Dudley, Agard, 1990, p. 17) A possibilidade dos nativos de integrar-se na questão da plantação de açúcar também se

tornou mais complicada a partir do momento em que os donos dessas começaram a trazer essa mão de obra externa, mudando a demografia local (Churchill, 2003, p. 79). A indústria de caça de baleias começou a cair (Kuykendall, 1982, p. 135), enquanto a indústria do açúcar florescia. Se em 1854 cerca de 581,777 libras em açúcar foram exportados, ao fim do reinado de Kamehameha IV tal valor já havia subido para 5,295,121 libras, subindo mais uma vez para 16,995,402 libras no fim do reino de Kamehameha V, em 1872 (Kuykendall, 1982, p. 141).

Kamehameha IV morreu em 1863 e Kamehameha V, seu irmão mais velho ascendeu ao trono, reinando até 1872. Ele promulgou uma nova constituição em 1864 (Kingdom of Hawaii, 1864) por considerar o princípio de sufrágio universal masculino da constituição de 1852 (Kingdom of Hawaii, 1952) relativamente perigoso e muito abrangente, desejando restringir o privilégio de votação (Kuykendall, 1982, p. 127). Durante seu governo, sua relação com os Estados Unidos era vista como hostil e não sendo digna de confiança. Nesse período, os EUA temiam uma possível tomada da região por parte do Reino Unido ou da França (Kuykendall, 1982, p. 197). A ideia de um tratado de reciprocidade entre as duas partes começou a ser discutido. Contudo, já existiam opositores a essa ideia pois viam a anexação do Havaí como uma possibilidade (Kuykendall, 1982, p. 220). No auge da ideologia de Destino Manifesto dos Estados Unidos (Albuquerque, 2019) e à medida que o valor do Reino do Havaí se tornava aparente para outras potências, forças estadunidenses começaram a agir para assegurar a influência e consequente anexação do reino (Dudley e Agard, 1990, p. 52)

Durante o reinado de Kamehameha V, o Havaí também assinou um tratado de comércio e amizade com o Japão em 1871 (Hawaiian Kingdom Treaty, 1871), que permitia a presença dos japoneses localmente na condição de que eles tivessem emprego (Coffman, 2016, p. 186). Além disso, também estabeleceu um tratado com a Suíça em 1864 (Kingdom of Hawaii, 1864) com a Rússia em 1869 (Kingdom of Hawaii, 1869).

Com a morte de Kamehameha V em 1873, Lunalilo foi eleito pelo governo, como previsto pela constituição de 1864 já que o antigo rei não nomeou um sucessor. Lunalilo reinou por um ano até morrer doente em 1874 (Kuykendall, 1982, p. 259). Seu curto reinado foi marcado por tentativas de tornar o governo mais democrático e melhorar a situação econômica. Nesse cenário, um tratado com os EUA foi considerado, ao mesmo tempo que se temia que a área de Pearl Harbor fosse oferecida como parte do tratado de reciprocidade, o que acabou não acontecendo naquele momento (Kuykendall, 1982, p. 257).

David Kalakaua ascendeu ao trono em 1874 e ficou no poder até 1891, sendo o último rei e penúltimo monarca do Reino do Havai. Ele foi eleito após uma eleição turbulenta contra a esposa de Kamehameha V, rainha Emma, que resultou em um protesto em 1874 por parte dos apoiadores da rainha que tinham mais afinidade com a linhagem Kamehameha (Dudoit, 2024). O novo rei era membro da elite nativa, sendo visto com bons olhos pela elite branca. A intervenção dos militares dos EUA para conter a revolta quando Kalakaua venceu a eleição pode ser vista como um dos muitos momentos de quebra de soberania do Havai (Churchill, 2003, p. 80). Seria o primeiro de muitos momentos em que essa relação já se mostrava desigual, algo que viria acontecer novamente nos anos seguintes.

Em seu reinado, Kalakaua seria o primeiro chefe de Estado a visitar o Japão (Coffman, 2016, p. 187). O rei queria investir no açúcar e melhorar a imagem do Havai, ao mesmo tempo em que os nativos opositores de seu governo desejavam maiores investimentos com educação e saúde (Osorio, 2002, p. 192). Contudo, foi nesse período que uma série de mudanças acerca da posição dos Estados Unidos em relação as ilhas e das oligarquias *haole* marcariam os anos seguintes.

O primeiro passo para trazer o Havai para a jurisdição dos EUA se deu com o Tratado de Reciprocidade de 1875 (Kingdom of Hawaii, 1875). O rei Kalakaua garantiu exclusividade territorial e de seus portos para os Estados Unidos, cedendo também o espaço para o estabelecimento de bases militares, o que causando a revolta nos nativos. A proteção de soldados estadunidenses foi necessária (Kinzer, 2007, p. 14). Nesse cenário, os Estados Unidos tinham acesso privilegiado ao Havai, o que se refletia no uso de *Pearl Harbor*, em Oahu (Kauanui, 2012, p. 30). Van Dyke (2008, p. 155) interpreta a assinatura do tratado em 1875 como a instauração de um relacionamento praticamente igual ao de um vassalo da parte do Havai. Para Kauanui (2012) as imposições feitas ao Havai pelos Estados Unidos acarretaram transformações que podem ser consideradas uma forma nova de colonialismo, a partir da nova estrutura global que se estabelecia com os Estados Unidos como uma potência em ascensão e seus entendimentos acerca de um cristianismo civilizatório e do capitalismo como forma de mercado.

As terras do Havai, na posse da realeza, eram uma moeda de troca valiosa, mas muitas vezes foram utilizadas para pagar dívidas adquiridas pelos conselhos dos missionários ou por objetos vistos como sendo de valor civilizatório. Em 1886, os *haoles* já possuíam cerca de 2/3 dos títulos de terra do Havai, um aumento drástico do número

de 209 dos 15514 títulos de 1856. Graças a isso, o plantio de açúcar cresceu exponencialmente na região controlado apenas por *haoles* (Churchill, 2003, p. 79).

Sob o tratado de reciprocidade com os EUA, a exportação de açúcar subiu de 21 milhões de libras em 1876 para 114 milhões libras em 1883 e 225 milhões em 1890. A imigração pesada de japoneses e chineses foi incentivada para trabalhar nos campos. Foi graças a esse tratado que, em 1887, os Estados Unidos conseguiram tomar posse do porto de Pearl Harbor em Oahu (Kinzer, 2007, p. 14).

Contudo, seria em 1887 que as mudanças chegariam ao seu ápice. Um grupo de interessados da oligarquia estrangeira se organizou para minar ainda mais o poder dos nativos no governo. Em julho daquele ano, os *Honolulu Rifles*, um grupo de militares voluntários composto apenas por *haoles* (Kuykendall, 1967, p. 350) tomou Honolulu ao mesmo tempo que a *Hawaiian League*, forçou o rei Kalakaua assinar uma nova constituição (Kuykendall, 1967, p. 350). O documento que ficou conhecido como Constituição da Baioneta (Kingdom of Hawaii, 1887) efetivamente tirava o poder do rei e colocava nas mãos da comunidade branca a capacidade de eleger os representantes do governo, que controlaria o rei (Dudley, Agard, 1990, p. 18). Uma oligarquia foi criada com os *haoles* como donos de meios de produção no reino e os cidadãos dos EUA puderam votar nas eleições locais. A voz dos nativos nas escolhas locais diminuiu e asiáticos foram excluídos do processo de decisão. Além disso, o rei não tinha mais o poder de desfazer o gabinete do governo (Kauanui, 2012, p. 31).

Limitado pela constituição imposta, Kalakaua governou em um período de turbulências mesmo entre as elites brancas. Incertezas econômicas se acumulavam especialmente após a imposição da Tarifa McKinley em 1890, proposta pelo então representante William McKinley, que se tornaria presidente dos Estados Unidos em 1897. A tarifa retirava a vantagem que o Tratado de Reciprocidade de 1875 havia garantido aos plantadores do Havaí, além de limitar a exportação do reino e dar maior prioridade a importação de açúcar cubano por parte dos Estados Unidos (Cleaver, 2014, p. 26). Nesse cenário, a anexação começou a ser vista como uma forma viável dos interesses econômicos dessa oligarquia (Van Dyke, 2008, p. 156).

O rei Kalakaua morreu em 1891 após 17 anos de reinado. Sua sucessora foi sua irmã Lili‘uokalani, testemunha das mudanças ocorrendo no reino. No período entre 1778 e 1890, a população local sofreu queda de cerca de 96% (Niheu et al, 2007), além da mudança na economia graças as plantações de açúcar (Coffman, 2016, p. 12). Ela participaria de forma ativa do combate contra as influências dos *haoles* ao governo nativo,

tentando restaurar o poder do seu povo e da monarquia. A rainha subiu ao trono sem imaginar que seria a última monarca do Reino do Havai após quase cem anos de sua existência política enquanto nação.

4.5 Golpe de estado e anexação: Lili'uokalani, a última monarca do Reino do Havai.

Lili'uokalani demonstrava desde o início o desejo de anular os efeitos da constituição de 1887 e focar no interesse dos nativos (Van Dyke, 2008, p. 151). Com sua ascensão ao poder em 1891, a ideia do golpe de Estado começou a ser fomentada. Buscando manter o valor do açúcar e preservar seus interesses, a oligarquia branca formada majoritariamente por descendentes dos missionários estadunidenses almejavam tomar a nação, sacrificando o interesse e autonomia dos nativos (Dudley e Agard, 1990, p. 20).

Como governante, Lili'uokalani rejeitava a ideia de ser uma figura decorativa, tentando tomar as rédeas de seu governo como representante dos interesses nativos (Coffman, 2016, p. 109.; Churchill, 2003, p. 81) Em seu primeiro dia de reinado, ela pediu a resignação dos ministros que serviam o antigo rei e escolheu sua sobrinha como sucessora direta (Kuykendall, 1967, p. 477). Mesmo desprezando a presença dos navios estadunidenses no reino, a rainha reconhecia a importância de manter uma boa relação com o país, especialmente considerando a crise econômica causada pela Tarifa McKinley que havia entrado em vigor naquele mesmo ano (Kuykendall, 1967, p. 487). Questões como a distribuição de terras e os direitos dos nativos a essas em relação aos interesses dos donos das plantações de açúcar foram alguns dos pontos que levaram a escalada de tensões entre a rainha e seus opositores (Churchill, 2003, p. 81).

As ações de Lili'uokalani eram usadas para justificar os planos para a tomada do Havai (Van Dyke, 2008, p. 153). Um grupo de plantadores havaianos brancos formou o *Annexation Club* em 1892, delegando a presença de um representante em Washington para se consultar com membros do governo (Cleaver, 2014, p. 26). Apoiadores da rainha também se mobilizavam, mas sem ideia de que o planejamento dos opositores avançava ao ponto de que tropas de um navio estadunidense parado a poucos metros da orla da ilha estaria pronto para uso desse grupo caso necessário (Kinzer, 2007, p. 23). Compor apenas cerca de 2% da população do Havai por volta de 1897 acentuava a ansiedade da oligarquia que temia uma possível revolta por parte não apenas dos nativos, mas dos trabalhadores chineses e japoneses (Coffman, 2016, p. 259).

A crise estouraria em 14 de janeiro de 1893 quando Lili'uokalani declarou sua intenção de promulgar uma nova constituição para restaurar o poder da monarquia. O grupo do *Annexation Club* ao ver a ameaça da rainha requisitou proteção militar do navio *USS Boston* abarcado em Honolulu (Cleaver, 2014, p. 26). Ao mesmo tempo, o grupo criou o chamado comitê de segurança, preparado para declarar um novo governo provisório (Kinzer, 2007, p. 09). Os militares chegariam a Honolulu no dia 16 de janeiro de 1893, se posicionando perto dos prédios do governo. Naquele mesmo dia, Lili'uokalani desistiu de passar uma nova constituição, mas o grupo de responsáveis pelas *plantations* já estava em movimento (Cleaver, 2014, p. 26).

No dia seguinte, os chamados revolucionários ocuparam as instalações e proclamaram um governo provisório, reconhecido pelo ministro dos EUA para o Havaí, John L. Stevens (Cleaver, 2014, p. 26). Armado, o chamado comitê de segurança conseguiu retirar o governo nativo das premissas dos prédios oficiais sob o olhar da marinha dos EUA (Churchill, 2003, p. 75). Lili'uokalani foi retirada do poder. O Reino do Havaí seria o primeiro governo estrangeiro a ser alvo de um golpe de Estado com participação de representação estadunidense (Kinzer, 2007, p. 07). Um governo provisório foi estabelecido, mesmo com a crença por parte de Lili'uokalani's de que o então presidente dos EUA, Benjamin Harrison, acabaria intervindo a favor dos nativos (Kauanui, 2012, p. 31).

A insurreição armada violou anos de relações pacíficas entre o Reino do Havaí e Estados Unidos. Os responsáveis pelo golpe se apressaram em tomar conta das instituições do reino para prosseguir com um processo de americanização das ilhas (Kauai; Balutski, 2024, p. 116). A retirada da rainha do poder ignorou as vozes nativas, sendo uma medida que considerava apenas interesses da elite branca local, composta pelos filhos e netos dos imigrantes. Desta maneira, torna-se notável a existência de políticas raciais que foram enraizadas no cotidiano do Havaí ao longo dos anos (Cleaver, 2014, p. 25). Os interesses da elite branca foram priorizados à medida que esses alcançaram posições de relevância dentro do governo.

Em 1º de fevereiro de 1893, o Havaí foi declarado um protetorado dos EUA e em 14 de fevereiro um tratado foi assinado pelo secretário de Estado John Foster e os comissários do governo provisório. Mas antes que o Senado dos EUA pudesse agir, Grover Cleveland (1893-1897) assumiu a presidência e retirou o tratado de anexação em 9 de março (Van Dyke, 2008, p. 206). O novo presidente nomeou James H. Blout, um membro do congresso aposentado para ir ao Havaí e avaliar as circunstâncias. Seu

relatório foi recebido em Washington em agosto e afirmava que a força militar dos EUA foi parte essencial no movimento contra a rainha, acusando o ministro Stevens de conivência com a situação e constatando que a maioria do público local apoiava a rainha e contrária governo provisório. Foi concluído então que os Estados Unidos haviam violado seus próprios tratados internacionais com o Havaí (Churchill, 2003, p. 74). Em outubro, o secretário de Estado Walter Q. Gresham, propôs um plano para reparação das ações das forças dos EUA e restauração da rainha ao poder (Cleaver, 2014, p. 29).

Contudo, mesmo com o reconhecimento da ilegalidade da ação no Havaí, não existiu grande esforço por parte do governo estadunidense de intervir em favor dos nativos (Kauanui, 2012, p. 31). O processo de golpe pôde continuar e mesmo com a rejeição do presidente Grover Cleveland e a denúncia como ilegal (Dudley; Agard, 1990, p. 25) o congresso dos EUA optou por não agir e permitir o governo provisório a ficar no poder (Dudley; Agard, 1990, p. 47). Em 15 de agosto de 1894, Cleveland informou a rainha que falhou na questão do Havaí, passando a questão para o Congresso. Para Van Dyke (2008, p. 186), o presidente abandonava seus parâmetros morais em favor da expansão dos mercados dos Estados Unidos. Nesse cenário, Grover Cleveland ignorou os protestos dos nativos e prendeu Lili'uokalani por dois anos além de impor a pena de morte a diversos nacionalistas (Churchill, 2003, p. 82).

Uma nova constituição foi estabelecida em 1894, criando a República do Havaí. O seu território seria composto pelas terras do reino do Havaí, além das terras reais serem colocadas para disposição do público e não terem mais nenhum dono. As terras da coroa eram cerca de 3931.371km² e eram avaliadas em cerca de 2,314,250 dólares na época (Van Dyke, 2008, p. 173). O documento também limitava o direito ao voto para garantir o controle das ilhas aos ocidentais. Homens podiam votar, mas excluindo japoneses e chineses e os que podiam votar deveriam jurar apoio a República do Havaí (Van Dyke, 2008, p. 183). Sanford B. Dole serviu como presidente durante a existência da república, de 1894 até 1898. Ele apelou para os desejos expansionistas dos EUA, argumentando sobre a importância do Havaí para a civilização ocidental e para o comércio estadunidense (Coffman, 2016, p. 206). Nesse período, Dole assinou o *Land Act* de 1895, que reestruturava a questão das terras públicas, permitindo as terras da coroa a serem vendidas, além de estabelecer um programa de propriedades rurais moldado no modo de agricultura familiar estadunidense. (Van Dyke, 2008, p. 192)

Nesse cenário, não se discutia mais sobre a possibilidade dos nativos de governarem o Havaí, mas sim sobre como os Estados Unidos deveriam ser os responsáveis pelo Havaí

já que os nativos não estavam mais no poder (Coffman, 2016, p. 222). Willian McKinley (1897-1901) ganhou a corrida presidencial de 1896 nos EUA e ele trouxe a pauta da anexação do Havaí novamente (Silva, 1998).

4.6 O território do Havaí.

Focar nas ações estadunidenses apaga parte da resistência nativa que ocorreu após o golpe de 1893. Iniciativas locais contra a anexação utilizaram da mídia impressa para dar voz a sua oposição, criando um sentimento de comunidade entre os locais (Silva, 2004, p. 88). Durante toda a discussão, eles continuavam a apoiar a família real na figura de Lili‘uokalani, rejeitando o governo provisório. Petições pedindo a volta da monarquia foram ignoradas a longo prazo (Van Dyke, 2008, p. 209). Em 6 de Janeiro de 1895 houve uma revolta armada por parte dos nacionalistas pró-monarquia que tentavam levar a rainha de volta ao seu trono. O evento que ficou conhecido como *Wilcox Rebellion* durou apenas quatro dias e foi rapidamente contido pelo governo provisório. Lili‘uokalani foi presa e para evitar maiores repercussões contra aqueles que ainda a apoiavam, ela abdicou formalmente do trono em 17 de janeiro de 1895 (Coffman, 2016, p. 170).

Foi organizada uma petição, mostrada parcialmente na Figura 2, que reuniu assinatura de 21269 nativos e, com doações de locais, uma delegação a levou para Washington em novembro de 1897 (Coffman, 2016, p. 279).

PALAPALA HOOPHI KUE HOOHUAINA.		PETITION AGAINST ANNEXATION.	
<p>I ka Mea Mahaloia WILLIAM MCKINLEY, Peresidena, a me ka Aha Senate, o Amerika Huipuaia.</p> <p>ME KA MAHALO :—</p> <p>NO KA MEA, ua waihoia aku imua o ka Aha Senate o Amerika Huipuaia he Kuikahi no ka Hoohiu aku ia Hawaii nei ia Amerika Huipuaia i oleloia, no ka noonooia ma kona kau inau iloko o Dekemaba, M. H. 1897; nolaila,</p> <p>O MAKOU, na poe no lakou na inoa malalo iho, he poe makaainana a poe noho o iwi Hawaii hoi no ka Apana o Honolulu, he poe lala no ka AHAHUI HAWAII ALOHA AINA O KO HAWAII PAE-AINA, a me na poe e ae i like ka manao makee me ko ka Ahahui i oleloia, ke kue aku nei me ka manao ikaika loa i ka hoohiuia aku o ko Hawaii Paaina i oleloia ia Amerika Huipuaia i oleloia ma kekahi ano a loina paha.</p> <p>IKEA—ATTEST:</p> <p><i>Enoch Johnson</i> Kakanolelo—Secretary.</p> <p><i>James Keaulani Kaulig</i> President—President.</p> <p>Sept. 11, 1897</p>		<p>To His Excellency WILLIAM MCKINLEY, President, and the Senate, of the United States of America.</p> <p>GREETING :—</p> <p>WHEREAS, there has been submitted to the Senate of the United States of America a Treaty for the Annexation of the Hawaiian Islands to the said United States of America, for consideration at its regular session in December, A. D. 1897; therefore,</p> <p>WE, the undersigned, native Hawaiian citizens and residents of the District of Honolulu, who are members of the HAWAIIAN PATRIOTIC LEAGUE OF THE HAWAIIAN ISLANDS, and others who are in sympathy with the said League, earnestly protest against the annexation of the said Hawaiian Islands to the said United States of America in any form or shape.</p>	
INOA—NAME.	AGE.	INOA—NAME.	AGE.
1 Keamiani	30	26 S. B. E. Hirau	32
2 Kaululehua	42	27 Soane	38
3 Philip Naone	17	28 Heahea	22
4 J. H. Naone	21	29 Haha	54
5 Kealakai	30	30 Kahaiali	36
6 D. Naone	32	31 Solomon K.	24
7 J. L. Stephens	58	32 Jacob Soia	35
8 Kealoha Kauloa	62	33 Abia	96
9 L. M. Lamana	47	34 Kawika Lamaha	16
10 J. G. Lawlor	31	35 Kauhane Napopo	26
11 T. S. Spina	28	36 Kalaola	40
12 Thomas Anea	17	37 A. S. Pakau	27
13 Abna Apana	34	38 Elia	28
14 John Keahi	23	39 M. S. Maikai	32
15 Kalaehaka	48	40 Daniel opio	27
16 Paula	45	41 G. L. Kelo	36
17 Keaupuni	20	42 J. Makuakane	56
18 Sam. Kaili	48	43 William Rose	22
19 Thomas Johnson	29	44 Keaka	38
20 Hailale Maukahili	45	45 Kai-pala-pala	17
21 Papihila	48	46 Kealoha	17
22 Maura	32	47 James Koloa	22
23 Joseph Kani	32	48 James Holos	18
24 P. J. Heleav	62	49 Kelikuisiniko	15
25 Maikai William	28	50 Ahu Kelihookahi	18

Figura 3: Parte da Petição contra a anexação do Havai de 1897 (United States, 2021)

O Senado dos EUA aceitou as petições contrárias a anexação em 1897 e, mesmo com o cenário que tornaria impossível conseguir a maioria para o tratado necessário, aqueles favoráveis a anexação passaram uma resolução de tal forma que colocaria o Havai como

território dos EUA e não um estado. Tal medida acontecia através de uma resolução conjunta do senado que precisaria apenas da maioria simples nas casas do Congresso, recebendo o documento para ser analisado em 17 de junho de 1897 (The times, 1897). William McKinley passou o tratado de anexação (United States, 1898) em junho do mesmo ano, que foi rapidamente aceito pelo senado da República do Havaí, dominado por *haoles* (Dudley, Agard, 1990, p. 63). Em 9 de julho do mesmo ano Lili'uokalani escreveu uma carta de protesto contra o tratado (The Hawaiian gazette, 1897).

O tratado de anexação de 1897 recebeu forte oposição de três grupos que representavam boa parte dos nativos e já protestavam desde o início da década, o *Hui Aloha 'Āina for Women*, *Hui Aloha 'Āina for Men*, e o *Hui Kālai'āina* (Silva, 1998). Mesmo assim, os protestos de nativos e as petições contra a anexação foram ignoradas (Kauanui, 2012, p. 32) e em 1898 foi aprovada a *Newlands Resolution* (United States, 1898) com 209 votos a favor e 91 contra no Congresso e 42 a 21 no senado, assinada no dia seguinte (Van Dyke, 2008, p. 208).

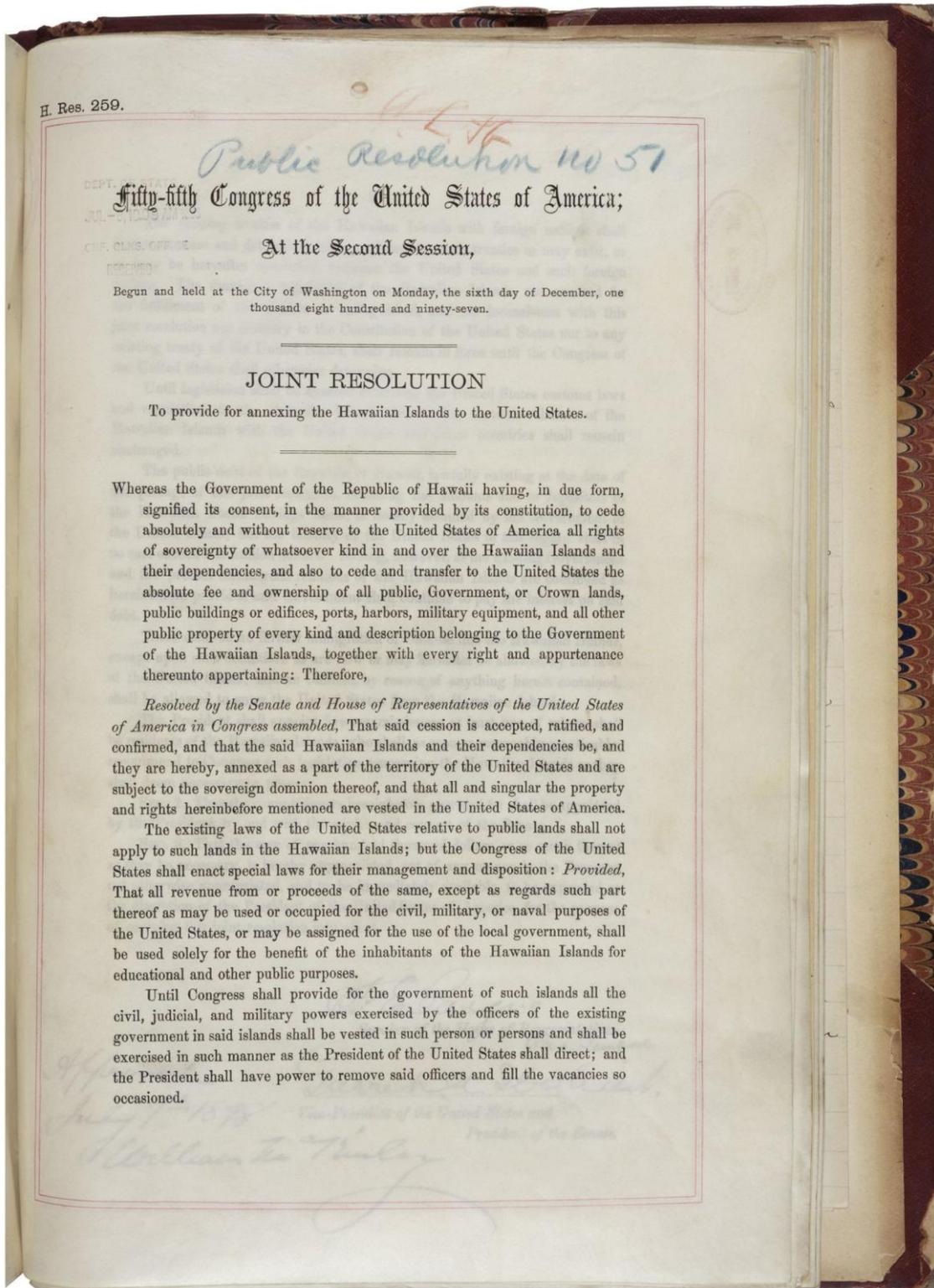


Figura 4: Primeira página da resolução referente a anexação do Haváí em 1898 (United States, 2021)

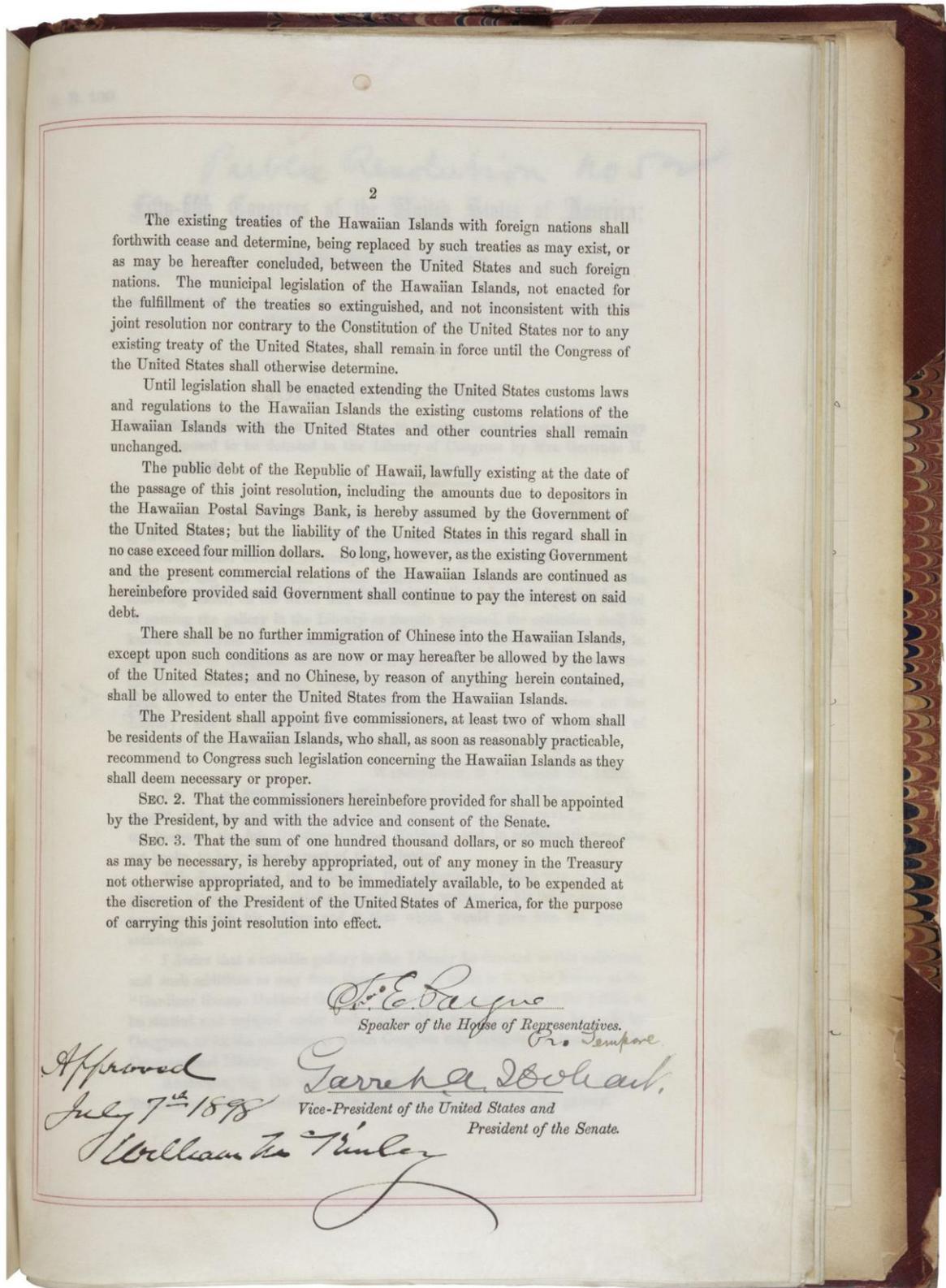


Figura 5: Segunda página do tratado referente a anexação do Havá em 1898 (United States, 2021)

Em agosto de 1898, a República do Havá se tornava de fato o Território do Havá, parte dos Estados Unidos (Dudley, Agard, 1990, p. 63). Ao país era garantido o direito

de uso dos territórios públicos do Havaí, incorporado em 1900 com o *Organic Act* (United States, 1900). Tal medida também colocava os territórios sob supervisão do governo federal (Kauanui, 2012, p. 32) e estabelecia que todos que tinham sido cidadãos da República do Havaí se tornariam cidadãos do Território do Havaí e dos EUA. Essa medida excluía a maioria dos imigrantes asiáticos, situação que duraria praticamente até o fim da Segunda Guerra Mundial. Mulheres também não puderam votar até 1930, dez anos depois que o sufrágio universal foi garantido nos EUA (Van Dyke, 2008, p. 224)

Foi o reflexo de um período de expansão dos Estados Unidos. Mesmo com oposição no próprio governo que alertava para ambições imperialistas (Coffman, 2016, p. 308), o contexto internacional colocava o Havaí como sendo muito valioso para ser ignorado. Anexar o Havaí diminuiria a influência da Espanha no mar do Caribe e reforçaria a influência dos Estados Unidos no seu território além-mar, especialmente após 1898, em que além do Havaí, o país também tinha sob seu poder Guam, as Ilhas Marianas, Samoa Americana, Porto Rico e Guantánamo (Coffman, 2016, p. 316). O Havaí foi ocupado devido a sua importância militar e geopolítica para os Estados Unidos no fim do século XIX, auxiliado por uma geração de descendentes de missionários que conseguiram chegar ao poder (Coffman, 2016, p. 323). Como exposto por um jornal do dia 17 de junho de 1897, se o tratado passasse ou não era irrelevante, pois sua mera discussão já seria um alerta para o Japão e outras potências se manterem longe do Havaí (The times., 1897).

Ao tornar-se parte dos EUA, diversas restrições a herança cultural do Havaí foram impostas. Falar o idioma local era repudiado e crianças sofriam punições corporais se o fizessem em escolas. Escolas foram proibidas de usar o havaiano, sendo o inglês o único idioma oficial (Silva, 2004, p. 03). Criava-se um ciclo de medo de propagar a herança cultural nativa (Van Dyke, 2008, p. 225).

A oligarquia que comandava o território através de representantes escolhidos pelo governo federal dos EUA também era a responsável pelo controle da produção de açúcar (Coffman, 2016, p. 317). A identidade dos nativos continuou a ser marginalizada por decisões que ignoravam totalmente seus protestos. Tornando-se parte dos Estados Unidos, o antigo reino desapareceu em meio a inúmeras tragédias que colocavam sua existência como o estado mais jovem, ao mesmo tempo que era uma existência diferente perante os outros 49 da União (Coffman, 2016, p. 323). Novos imigrantes foram proibidos de entrar no Havaí, anulando tratados de amizade que o reino havia estabelecido com países anos antes, como foi o caso do tratado com o Japão em 1871 (Coffman, 2016, p. 252).

Nesse período, a população nativa é alvo de medidas de assimilação enquanto a realidade local é transformada para as necessidades do país. O incentivo era para que todas se tornassem estadunidenses reais, com crianças recebendo nomes americanizados e sendo ensinadas histórias a partir de uma visão que propagava a imagem do nativo havaiano como preguiçosos e sem valor (Dudley, Agard, 1990, p. 73).

Como forma de demonstrar responsabilidade com a comunidade do Havaí, o governo federal estabeleceu o *Hawaiian Homes Commission Act* (United States, 1920) em 1920, assinado como lei pelo presidente Warren G. Harding (1921-1923) em 1921. A medida garantia que cerca de 823.535 quilômetros quadrados das antigas terras dos governos e da coroa da monarquia do Havaí se tornariam propriedades rurais para nativos (Van Dyke, 2008, p. 237). Nesse cenário, nativos eram definidos como indivíduos que tivessem pelo menos 50% de ascendência havaiana (Department of Hawaiian Home Lands). Contudo, as terras eram em áreas montanhosas e impróprias para agricultura, deixando os nativos sem condições de se sustentarem. Nesse mesmo período, a maior parte da área total de terras do Havaí estava sob posse de 80 pessoas (Churchill, 2003, p. 86). Então, enquanto oficialmente era possível dizer que o governo estava tentando assegurar o bem-estar dos nativos após a anexação, na verdade os interesses dos Estados Unidos ainda eram prioridade máxima na questão de como lidar com o Havaí.

As terras produtivas para o açúcar ficaram nas mãos dos descendentes dos missionários brancos que foram para o Havaí e formaram o chamado “Big Five¹”. Tais empresas controlavam cerca de 75% da produção de açúcar em 1910, número que subiu para 96% em 1933 (Dudley; Agard, 1990, p. 72). Para ter uma ideia em valores monetários, em 1914 a exportação de açúcar era calculada como em cerca de 33,2 milhões de dólares, com a exportação de abacaxis vindo logo em seguida, com 4,5 milhões de dólares. Em 1935, esses dois produtos estavam na casa de 89 milhões de dólares em exportações locais (Churchill, 2003, p. 84).

Ao mesmo tempo, parte da terra do Havaí estava sendo preparada para uso da força militar dos EUA. Durante o período de 1898 até o ataque em Pearl Harbor em 1941, cerca de oito instalações militares de porte grande foram construídas na região e no fim da década de 1950, já existiam 46 instalações militares de grande porte no local (Churchill, 2003, p. 86).

¹ As 5 empresas são: Castle & Cooke, Inc, fundada em 1851 e Alexander & Baldwin, fundada em 1870, que atualmente estão na área imobiliária e a Theo H. Davies & Co, que está presente no ramo de *fast-food*. A C. Brewer & Co., Ltd. e Amfac já não existem mais.

Então, os interesses dos Estados Unidos tiveram prioridade absoluta. Desde que começou a atuar em relação ao Havaí na metade do século XIX, o país acabou intervindo na economia local da região, deformando-a profundamente a longo prazo, como será tratado mais à frente. Nos primeiros anos do século XX se estabeleceu uma relação entre as duas partes na qual os preços de *commodities* no Havaí subiam ao passo em que salários não acompanhavam (Churchill, 2003, p. 84).

Além da questão econômica e de uso da terra, Kauai e Balutski (2014, p. 114) explicam que antes da ocupação e anexação entre os anos de 1893 e 1898, o reino do Havaí tinha uma das melhores taxas de educação do mundo, com a alfabetização universal sendo praticamente alcançada entre os anos de 1820 e 1835 e cerca de 1100 escolas operando no reino. Em contraste, os autores afirmam que com o processo de tomada do Havaí pelos Estados Unidos a taxa de alfabetização caiu. Além disso, a inauguração da Universidade do Havaí em 1907, segundo os autores, pode ser vista como um reflexo da marginalização da educação dos nativos pois esta serviria especialmente como um local para educação ligada aos Estados Unidos e sua presença militar (Kauai, Balutski, 2024, p. 115).

Tentativas de protesto acerca da anexação mesmo quando ela já tinha sido concretizada continuaram a ser ignoradas. Em 1903, o então presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) se encontrou com Lili'uokalani uma única vez por cinco minutos. A monarca pediu o retorno das terras da coroa do Havaí que haviam sido tomadas pelo governo estadunidense e Roosevelt negou (Coffman, 20216, p. 316). Em 1909, Lili'uokalani tentou uma ação judicial contra o governo dos Estados Unidos acerca da posse das terras da coroa, mas ela acabou perdendo a ação (*Liliuokalani v. US*, 45 CLCL 418, 1910).

Anexados de forma forçada, o Havaí continuou a mudar durante o século XX. A partir da década de 1920, com o *Hawaiian Homes Commission Act*, o crescimento das indústrias e agricultura locais eram anunciadas como vantagens do Havaí junto com propagandas dos crescentes investimentos turísticos na região (Mak, 2015). Ao mesmo tempo, uma série de protestos e greves aconteceram durante a década de 1920, com os trabalhadores pedindo por melhores condições de pagamento, similares a do território dos Estados Unidos (Holmes, 1994, p. 24).

Com o ataque a Pearl Harbor em 1941, lei marcial foi imposta ao Havaí até o ano de 1944. O governo foi comandado por militares, que controlavam o que era escrito pela imprensa, além de ter a possibilidade de negar acesso a trabalho aos cidadãos e controlar

a questão de salários (Anthony, 1955, p. 34). Foi após o fim da Segunda Guerra Mundial que o panorama político do território passou por sua maior mudança. Antes comandado de forma ininterrupta pelo Partido Republicano do Havaí, as eleições de 1954 deram a vitória pela primeira vez para o Partido Democrata do Havaí. O que seguiu foi uma série de protestos que ficou conhecido como *Hawaii Democratic Revolution of 1954*, que prejudicou o oligopólio das empresas de açúcar (Holmes, 1994). Nesse cenário, a discussão sobre tornar o Havaí um dos estados dos EUA já vinha sendo discutida. Foi apenas em 21 de agosto de 1959 com o *Admission Act*, promulgado em 8 de agosto do mesmo ano, que o Havaí se tornou o 50º estado dos Estados Unidos (United States, 1959). A ação teve apoio dos eleitores aptos a votar, com 94% dos votos sendo a favor (Van Dyke, 2008, p. 254).

É importante destacar que antes de tornar-se um estado oficial da União, existiam alternativas para o Havaí. E os Estados Unidos estavam cientes disso. No contexto após a Segunda Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, o debate estava favorável para a discussão sobre qual seria o destino das antigas posses coloniais. Durante o período de 1946 até 1959, a ONU reconhecia o Havaí como território não autônomo (United Nations Charter Chapter XI, 1946), oferecendo a possibilidade de os nativos buscarem a descolonização. De acordo com Kauanui (2012, p. 34) nesse período existiram discussões entre os nativos, com muitos divididos entre buscar o caminho da descolonização ou focar na denúncia da ocupação ilegal dos EUA e a restauração da monarquia. O autor destaca que falar de descolonização seria legitimar o Havaí como colônia e não denunciar a ocupação ilegal. Falar sobre a possibilidade de descolonização seria apagar o fato de que o Havaí foi reconhecido como independente em 1842, sendo tal caminho visto como sendo desnecessário e mesmo como uma afronta para povos que formavam unidades políticas que diferiam dos Estados-nação (Kauanui, 2012, p. 34).

Formalizar o Havaí como um estado seria então uma forma de escapar dessa discussão, na visão dos EUA (Churchill, 2003, p. 90). Logo, foi dada a opção dos nativos de escolherem o destino da sua terra. Ao mesmo tempo, a votação de 1959 tinha apenas as opções de integrar-se aos Estados Unidos ou continuar sendo um território. A possibilidade de autodeterminação nunca foi colocada em pauta oficialmente (Kauanui, 2012, p. 33; Van Dyke, 2008, p. 254).

É importante destacar também que naquele momento, os nativos já eram minoria. De acordo com o censo de 1950, os japoneses eram a maioria local, com 36,7%, seguido

pelos brancos com 22, 8% e os havaianos logo em seguida compondo 17,5% da população (United States, 1950). Então, se tornar parte oficial do país seria uma opção de finalmente ter voz no governo que controlava as ilhas. Assim, a ação foi apoiada pelos nativos e a votação teve 132938 votos a favor e 7854 votos contra (Van Dyke, 2008, p. 257). Contudo, é importante destacar que a votação foi composta por 90% de indivíduos que não eram nativos do Havaí (Dudley, Agard, 1990, p. 75). O novo estado do Havaí já era uma existência totalmente diferente desde o início do século, mas que continuaria a colocar os nativos as margens.

4.7 O fim do sonho do reino e o nascimento do 50º estado dos Estados Unidos

A administração das terras do Havaí tornou-se responsabilidade do novo estado a partir de 1959. Através do estabelecimento do Department of Hawaiian Home Lands (DHHL) por parte do Hawaiian Homes Commission Act de 1920, pessoas com ancestralidade havaiana de pelo menos 50% tinham terras concedidas para comprar ou construir uma casa naquele espaço. Contudo, o Hawaii Admission Act fez o HHCA ser incorporado na constituição, garantindo ao estado a responsabilidade de lidar com a terra, mas sem especificar como a questão das terras aos nativos deveria ser administrada. Sem investimento do estado, o DHHL tinha de ceder partes do território para entidades comerciais para pagar suas operações, sendo boa parte dessas entidades donas das concessões de longo período (Skrabak, 2024, p. 32).

Em 1978, com a *Hawaii State Constitutional Convention* foi criado o *Office of Hawaiian Affairs (OHA)*, (Apoliona-Brown, 2025) uma agência estatal autônoma que seria dedicada para melhorar a qualidade de vida dos nativos, utilizando do dinheiro das terras que lhes foram roubadas na época do golpe (Office of Hawaiian Affairs, 1978). Tal evento também oficializou o havaiano como uma das línguas oficiais do estado junto com o inglês (Van Dyke, 2008, p. 259).

Mesmo assim, por volta de 1981, 95% das pessoas que moravam no Havaí antes de se tornar um estado não conseguiam adquirir uma casa, fossem nativos ou não nativos. No mesmo ano, cerca de 1/3 dessa população pagavam 35% de sua renda em aluguel, com o desemprego quadruplicando entre 1947 e 1974. Mesmo entre as pessoas empregadas, os impostos pagos no Havaí eram um dos mais caros nos Estados Unidos (Churchill, 2003, p. 93).

Contudo, a partir da década de 1970, após anos de apagamento, surgiu um movimento que ficou conhecido como a renascença havaiana. Além de valorização de elementos culturais como a música, folclore, histórias e danças havaianas, se abriu o caminho também para discutir-se a possibilidade restaurar a soberania da nação (Kawakami et al, 2022; Coffman, 2016, p. 323). Além disso, projetos que discutiam modos de observar, entender e conviver com a natureza dos povos nativos do Havaí começaram a ganhar espaço, após décadas de determinismo científico positivista (Chang; Winter; Lincoln, 2019).

Foi apenas em 1993, no governo do presidente Bill Clinton (1993-2001) que foi reconhecido oficialmente o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado no Havaí cem anos atrás. A chamada *Apology Resolution* (United States, 1993) reconhecia que o golpe retirou a monarquia do poder contra a vontade dos nativos, admitia o papel dos Estados Unidos nessa ação, pedindo desculpas em nome do país e incentivando compensar os nativos e todos prejudicados por essas ações.

Em 2001, começou a se discutir a chamada *Akaka Bill*, que reconheceria as pessoas nativas do Havaí como pessoas indígenas sob a lei dos EUA, sendo então possível discutir a questão de retorno de terras e recursos para os nativos (Van Dyke, 2008, p. 270). Contudo a discussão dessa lei foi permeada por questões acerca do que constituiria um nativo do Havaí em relação aos nativos-americanos. É importante pontuar que os nativos do Havaí possuem suas particularidades referente as suas vivências, mesmo no que diz respeito a experiência como sendo anexados de forma forçada por parte dos EUA. Por isso, autores como Hall (2008, p. 275) argumentam que muitas vezes ocorre um apagamento das particularidades da luta dos povos nativos do Havaí na tentativa de criar-se uma grande luta comum em conjunto contra as ações colonizadoras dos Estados Unidos. Tentando construir a ideia de uma nação de imigrantes, o autor argumenta que acaba construindo um monolito acerca das experiências do Havaí em relação a outros grupos nativo-americanos dos Estados Unidos. Isso pode ser visto mesmo na atualidade pela discrepância existente entre grupos nativos-americanos dos EUA e nativos do Havaí acerca da legalidade de sua existência enquanto cidadãos (Kauanui, 2008, p. 641).

4.8 Cidadãos iguais, mas nem tanto.

Como cidadãos dos Estados Unidos, os nativos havaianos ainda sofrem com as ações dos EUA na época do golpe de 1893. Isso é refletido em sua qualidade de vida, seja

na questão de saúde ou em questões econômicas. De acordo com o *Suicide Prevention Resource Center*, relatórios de 2021 mostram que nativos do Havaí estão entre grupos com mais tentativas de suicídio naquele ano e 20% da população nativa em idade do ensino médio planejou de suicídio (Suicide Prevention Center, 2023). Em 2019, suicídio (SPRC, 2023) foi a maior causa de morte entre jovens nativos na faixa de 15 aos 24 anos. Além disso, um estudo do mesmo ano mostrou que os havaianos possuem menos anos de vida saudável se comparados aos outros grupos étnicos do estado (University of Hawai'i News, 2019). Os havaianos muitas vezes tiveram de se deslocar para fora das cidades devido a gentrificação que ocorria, possuindo menor acesso a transporte e educação de qualidade e sendo portadores de maiores níveis de estresse (Kawakami et al, 2022). Riley (2023) destaca que eles são o grupo mais suscetível a doenças tanto físicas quanto mentais, além de serem parte da população com maior dificuldade de conseguir seguir uma educação formal ou ter uma casa, tendo um *status* econômico de menor qualidade. Além disso, nativos foram também os mais afetados durante a pandemia de COVID-19, sofrendo não apenas com perdas, mas com inúmeras dívidas resultantes de problemas de saúde que deixavam aparente a desigualdade entre eles e outros grupos do Havaí (Skrabak, 2024, p. 35).

É possível interpretar tal panorama como sendo um resultado direto do desmonte do Reino do Havaí e dos anos de assimilação forçada impostos aos nativos. Ao mesmo tempo em que o Havaí cresceu economicamente, muito dessa riqueza não foi distribuída entre os nativos, que ou eram trabalhadores ativos, mas recebiam pouco ou eram alienados da possibilidade de trabalho devido as chegadas de novos trabalhadores vindos de outros países.

Enquanto perdiam seus meios de sobrevivência, o modo de vida que eles conheciam foi sendo constantemente apagado, ao ponto que eles precisaram se adaptar as mudanças de forma constante, tendo suas vozes apagadas. Mesmo quando conseguiam se adaptar, como ocorreu no caso da monarquia do Havaí se tornando um Estado plenamente reconhecido no século XIX, ainda assim uma elite com interesses divergentes teve a capacidade de retirar tal governo reconhecido no poder. Parecia não ter meio de sobrevivência para o modo de vida dos nativos.

Então, é importante reconhecer que o que aconteceu no Havaí foi uma constante destruição das práticas que formavam a nação que havia se mantido isolada durante séculos, construindo um estilo de vida que foi julgado e entendido como nocivo e não civilizado nos olhos dos grupos ocidentais. Mesmo com os relatos dos missionários que

chegaram no início do século XIX afirmando que eles queriam manter uma posição neutra acerca dos assuntos internos do governo, tal posicionamento não significou muito pois eles criavam suas crianças reforçando tal dicotomia em que eles podiam viver no Havaí, ao mesmo tempo em que colocavam sua existência como superior por se recusar a ensinar a elas o idioma local. As consequências disso podem ser vistas na participação desse grupo no golpe que destruiu a unidade política soberana de maior longevidade da Polinésia.

Tal dicotomia continuou à medida que a assimilação foi reforçada durante a anexação. Enquanto eram incentivados a tornarem-se estadunidenses, a própria existência deles e de seus costumes já os colocavam como diferentes e os marcaria como nunca sendo estadunidenses o suficiente para o resto da nação. Isso não seria apenas uma questão normativa refletida no racismo e subjugação que se construiu na estrutura política do Havaí, mas também em questões materiais, como exibido no fato de que a maior parte das riquezas da região continuava na mão da oligarquia branca e os nativos foram deixados para ter de lidar com terras improdutivas.

A questão do uso de terras continua a ser um contencioso no Havaí. Como explicado no começo do capítulo, enquanto os ocidentais que chegavam viam as terras como sendo uma oportunidade de produção e negócios, os nativos entendiam que elas eram parte do presente divino dos deuses para manter sua existência. Essa diferença de interpretação caracterizou a relação que se construiu entre os nativos e os Estados Unidos não apenas na questão econômica, mas também na ocupação dessas terras por parte das forças militares dos Estados Unidos. Se para os nativos havaianos sua existência era construída concomitantemente ao uso da terra como um presente divino, para os Estados Unidos esses espaços também seriam uma forma de desenvolver sua força enquanto potência internacional.

Nesse sentido, a partir do momento em que o golpe de estado de 1893 foi reconhecido como legítimo, abriu-se caminho para a reificação da estrutura colonizadora que já vinha se construindo dentro do Havaí. O processo de alienação dos nativos se intensifica nessa nova configuração. Privados de liberdade de escolha nessa administração, as práticas que edificaram sua identidade e rotina durante século eram apagadas. Como explicado no capítulo 2, a privação da capacidade de escolha de um agente da forma de construir sua rotina e reificar sua narrativa a partir do entendimento de sua história o leva a situações de ansiedade. Então, analisando tudo apresentado nesse capítulo, é possível inferir que os nativos do Havaí passaram por um processo de

destruição de sua narrativa, ao mesmo tempo em que não conseguiram construir outra. Alguns dos dados levantados ao longo desse capítulo demonstram situações em que isso se reflete na realidade material. Contudo, especificamente em relação ao uso de terra, essa alienação é mais aparente. Com interpretações diferentes acerca de qual seria a melhor forma de habitar e usar esses espaços, os nativos tiveram o direito de escolha negado. Isso é especialmente aparente com a presença militar nesses locais.

5 O pertencimento através da exclusão no Estado moderno: Militarização, destruição e resistência no Havaí.

5.1 Introdução

Esse capítulo tem como objetivo demonstrar como a militarização do Havaí acarreta insegurança ontológica na comunidade local. Como argumentado no capítulo anterior, o Havaí foi anexado de forma forçada aos Estados Unidos, em um golpe de estado que favorecia apenas uma parcela da população. Nesse cenário, os anos de políticas que seguiram marginalizaram grupos nativos como também acabaram por criar uma imagem específica do Havaí a partir de sua utilidade para os Estados Unidos.

Tal processo aconteceu não somente através do golpe de estado de 1893, mas também de anos de intervenção gradual nas políticas locais, em uma estrutura que racista e colonizada que beneficiou o grupo da elite branca com interesses em manter o Havaí como pertencente aos Estados Unidos e servindo aos interesses do país enquanto potência em ascensão. Ao mesmo tempo, esses indivíduos também eram estimulados pela noção de pertencimento tanto ao Havaí quanto aos Estados Unidos, sendo o processo de assimilação visto como algo benéfico. Contudo, nesse cenário, cidadãos do Havaí, especialmente aqueles de grupos nativos, tornaram-se suscetíveis a insegurança ontológica. Como será exemplificado ao longo desse capítulo, isso aconteceu não apenas pela militarização, como também pela alienação da vontade de grupos locais e da suscetibilidade do desenvolvimento do estado as necessidades dos Estados Unidos, tornando qualquer possibilidade de autonomia parecer impossível.

5.2 O cotidiano militarizado no paraíso.

O Havaí é na atualidade um dos locais mais militarizados do planeta, sendo tal presença justificada devido a importância para a estratégia militar dos Estados Unidos. Da população de 1,43 milhões de pessoas (State of Hawaii, 2023), 44 mil eram soldados ativos de acordo com dados de junho de 2024, além de 9527 pessoas na reserva (DMDC, 2024). Além disso, de acordo com dados de 2023, das 6406 instalações militares dos EUA,

129 estão presentes no Havaí e mais de 500 mil unidades de moradia são destinadas para militares e suas famílias na região (The State of Hawaii Data Book 2023). Em 2023, o valor de contratos garantidos pelo Departamento de Defesa para o Havaí chegou a 3,609 milhões e para os anos fiscais de 2024 e 2025 estavam previstas construções de instalações de uso militar no valor total de 1,413 milhões e 1,6 milhões respectivamente (The State of Hawaii Data Book, 2023). É lá que está localizada a sede de operações militares dos EUA na região da Ásia Pacífico e onde acontece o maior exercício de guerra da marinha internacional de forma bienal desde 1971, *The Rim of the Pacific (RIMPAC) Exercise* (Tsuchibuchi, 2023, p. 01).

O exército dos EUA também é responsável por alugar cerca de 5,5% do território total do Havaí, cerca de 898km² de acordo com dados de 2021. Isso é resultado de um plano elaborado em 1964 quando o estado do Havaí e os EUA acordaram no aluguel das terras por 65 pelo valor de 1 dólar para o exército. Isso acarretou o aumento dos custos de acesso a moradia e tornando pessoas mais suscetíveis a crimes tráfico humano (Critobal et al 2024, p. 45). Dessa forma, é possível observar um histórico de alienação dos nativos dessas terras. Mesmo constituindo apenas 21,36% da população do Havaí no ano de 2024 são eles que estão mais envolvidos em questão de abuso de drogas, violência doméstica, além de serem alvos mais recorrentes de abuso sexual e tráfico humano, com vítimas de tráfico sexual sendo em sua maioria meninas, mulheres e pessoas de não-binárias de baixa renda racializadas e imigrantes (Critobal et al, 2024, p. 38).

Desde o 11 de setembro de 2001, o gasto em defesa no Havaí cresceu, recebendo cerca de 4,5 bilhões de investimento no ano de 2003, um salto de 13% comparado a 2002. Em 2004, os três setores de defesa dos EUA tinham cerca de 161 instalações no Havaí, além de controlar 5,7% da área total de terra, com 17% da população total sendo ligada ao exército. Em 2006, O Havaí já era o segundo estado com maior investimento em defesa nacionalmente. O primeiro estado era a Virginia, onde fica o Pentágono (Kajihiro, 2007, p. 06).

A questão do uso de terras está intrinsecamente ligada ao conflito entre os nativos e os militares no Havaí. Como explicado no capítulo anterior, os nativos havaianos entendem a terra como um presente divino a ser cuidado para sua sobrevivência e como forma de agradecimento aos deuses. Tal interpretação é totalmente contrária ao entendimento do Estado moderno liberal democrático que guia as ações estadunidenses. Esse conflito começou já no século XIX quando, em 1898, os EUA tomaram mais de 7000 km² de terra do Reino do Havaí (Kajihiro, 2007, p. 02).

Ao longo das décadas, a presença militar no Havaí foi normalizada ao ponto de ser parte do cotidiano. Diversos autores argumentam sobre a necessidade dessa camuflagem ao lugar comum enquanto penetra as instituições da vida política, social e econômica local. Tal panorama cria uma realidade palatável para os turistas do Havaí como paraíso tropical e parte dos Estados Unidos (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 03). O turismo atua como aliado dentro do Havaí, construindo um lugar que é parte dos Estados Unidos ao mesmo tempo que é diferente. Com imagem de ser um paraíso dentro da nação, o turismo funciona como aliado da instituição militar, tornando sua presença mais palatável na existência do que autores chamam de “militurismo” (Critobal et al 2024, p. 41). O paradoxo do paraíso tropical e da presença de elementos perigosos, como armas e bases militares, é um projeto recorrente. Nessa narrativa, o paraíso existente seria resultado da presença militar que o protege (Gonzalez, 2013, p. 117).

A indústria turística também ajuda na romantização de histórias de ocupação do Havaí. O caso de Pearl Harbor exemplifica isso. A história apresenta o ataque como uma tragédia da Segunda Guerra Mundial contra os Estados Unidos, consequentemente apagando a militarização ocorrida na região anteriormente enquanto também a normaliza. As narrativas dos povos nativos sobre ocupação estadunidense são então deixadas de lado se comparadas a história de sacrifício e sofrimento do Havaí atacado como parte dos EUA (Gonzalez, 2013, p. 115). Destinos turísticos como o *USS Arizona Memorial*, em Pearl Harbor, ajudam a constituir essa presença como parte intrínseca da realidade local (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 02). A narrativa de perda e sacrifício é tornada um fundamento para o uso e benefício daquele paraíso protegido devido a sua vitória e presença militar contínua (Gonzalez, 2013, p. 119).



Figura 6: Vista aérea do USS Arizona Memorial em Pearl Harbor, construído sob os restos de um navio de guerra afundado (National Park Service, 2024).

Tal realidade é construída e aliena a existência dos nativos. Desde o ataque de 1941, o discurso nacional começa a colocar o Havaí como parte inseparável dos Estados Unidos, uma parte da grande nação de imigrantes. Isso justificaria as bases militares devido ao fato de serem todos da mesma nação. Tal entendimento acaba por apagar as histórias de nativos que viviam lá desde antes do contato com o Ocidente, como também extermina os traços de opressão sofrida por essas pessoas (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 98). Com a chegada dos EUA e sua máquina militar, nativos foram expulsos de terras de suas práticas ancestrais e não tiveram oportunidade de construir um futuro naquele local. As consequências de tal realidade já se apresentavam na década de 2000, quando os nativos eram apenas 19% da população total do Havaí (Kajihiro, 2008, p. 177). Ao mesmo tempo, foi durante esse período que o Havaí tinha o maior contingente de população militar entre todos os estados (Kajihiro, 2009, p. 272).

É o Havaí que arca com as despesas dessa presença militar e são especialmente os Kanaka Maoli os maiores prejudicados. O custo de moradia e o número de pessoas em situação são dois problemas que pioraram à medida que mais moradias para militares foram construídas. Por militares não pagarem impostos, é a população local que se encarrega de arcar com o custo dos serviços públicos (Kajihiro, 2007, p. 06). Tsuchibuchi (2023, p. 22) traz uma série de entrevistas com moradores do Havaí que comentam sobre a decisão de sair ou não do estado e como o exército dos EUA é responsável por contribuir com a falta de acesso a moradia dos cidadãos. Essa realidade afeta principalmente os nativos, sendo o maior grupo em situação de pobreza, sem acesso a moradia ou educação

de qualidade e com problemas em relação a doenças e crimes (Kajihiro, 2007, p. 03). Além de compor quase cerca de 50% das pessoas em situação de rua, também são os nativos que constituem a maior parte das pessoas no estado que precisam manter mais de um emprego por não ter acesso ao lucro das duas maiores indústrias locais (Critobal et al 2024, p. 44). Ao mesmo tempo, devido à presença militar, indústrias como a da prostituição crescem, colocando meninas e mulheres em uma situação de vulnerabilidade a mais que as dos homens (Kajihiro, 2007, p. 05). Tais experiências, para Critobal et al (2024, p. 38) não são únicas aos nativos do Havaí. Elas são perpetuadas globalmente em locais militarizados que são alvo de violência racial e de gênero pelo colonialismo estadunidense.

Após o golpe de Estado em 1893 e com a anexação como um território dos EUA em 1898, o cotidiano no Havaí sofreria diversas alterações principalmente devido a constante militarização. A narrativa da região como uma parte dos Estados Unidos é usada como argumento para a militarização, abafando vozes dissidentes. Então, ao mesmo tempo em que a narrativa dos EUA enquanto um grande poder militar era construído e usado como justificativa para a expansão, tal discurso também limitava outras narrativas. O Havaí foi colocado como parte essencial do caldeirão cultural que seria os Estados Unidos, uma nação de imigrantes fortalecida por essa diversidade. Mas tal narrativa massacrava a existência de histórias divergentes como no caso dos nativos do Havaí. E a presença militar crescente na região era a materialização dessa narrativa, atuando em conjunto com a ideia de civilização, busca por segurança e uma suposta coesão nacional. Se criava assim uma realidade de insegurança tanto material quanto psicológica para aqueles que eram contrários a tal cenário. Contudo, antes de entrar nessa questão, é necessário entender como tal militarização ocorreu e foi normalizada.

A história do Havaí é passada oficialmente através de vozes não nativas. A presença militar é justificada como algo positivo, reflexo de um discurso de unidade nacional somado a relevância das ilhas para a questão de defesa (Ireland, 2011, p. 03). A militarização começou a ocorrer de forma mais vigorosa após a derrubada do reino, com o desejo de acesso aos recursos e mercados da Ásia (Kajihiro, 2007, p. 01). A influência militar já datava desde a imposição da Constituição da Baioneta, em 1887, que garantia acesso exclusivo a Pearl Harbor para os Estados Unidos (Kajihiro, 2008, p. 172). Quatro dias após a anexação de 1898, instalações militares começaram a ser construídas. A escavação para a construção de Pearl Harbor começou em 1900, o primeiro navio de guerra foi instalado lá em 1905 e o local foi aberto oficialmente em 1911 (Ferguson e

Turnbull, 1999, p. 34). Graças a tal construção, cerca de 36 lagos utilizados para pesca tradicionalmente foram destruídos (Kajihiro, 2007, p. 01).

A primeira base permanente do Havaí foi *Fort Shafter*, inaugurada em 1907. Foi o início de um período de expansão militar. Em 1908, planos foram elencados para construir novas instalações na região de *Diamond Head* e Wakiki. Em 1939 foram inauguradas *Wheeler Air Force Base* e *Kaneohe Bay Marine Corps Air Station*. Além disso, Pearl Harbor se tornaria espaço para a Frota do Pacífico dos EUA e, após seu bombardeio, uma nova estação de aeronáutica, a *Barber's Point Naval Air Station*, seria encomendada um ano depois (Ireland, 2011, p. 47)

Os soldados estadunidenses chegando ao Havaí carregavam entendimentos raciais que colocavam os nativos de pele escura em um patamar similar aos negros de posição inferior nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, as elites brancas locais tinham uma visão condescendente acerca dos nativos, podando a influência da cultura local e tentando americanizar a região, como Ireland (2011, p. 49) argumenta ser o caso do *Wakiki War Memorial and Natatorium* construído em 1918 após a Primeira Guerra Mundial.

A militarização continuou após o conflito, mas o ataque a Pearl Harbor deu espaço para a construção da narrativa de assimilação do Havaí aos Estados Unidos. Se antes o Havaí era um local paradisíaco e distante, naquele momento era parte da nação. Ireland (2011, p. 138) destaca que a produção cultural feita na região antes da Segunda Guerra Mundial e consumida nos EUA enfatizava a fauna, flora e práticas exóticas do lugar. Contudo, após o ataque, uma série de filmes que enfatizavam o local como espaço militarizado foram produzidos. Foi graças ao ataque que veio a justificativa para a lei marcial. Enquanto diversos japoneses e seus descendentes que moravam no Havaí foram levados a campos de concentração no continente americano (United States Executive Order 9066, 1942), cerca de 200km² foram alocados para posse do exército em 1944 (Kajihiro, 2007, p. 02).

O Havaí era então colocado como peça-chave da estratégia dos EUA. Com dicotomias de raça e gênero constituindo a relação dos EUA com a região, o Havaí é caracterizado como o outro inferior, racializado e feminino com necessidade de orientação. Isso se traduziria na realidade com a presença dos EUA (Kajihiro, 2008, p. 170) e na mudança demográfica ocorrida durante os anos de 1900 e 1950 pela imigração de cerca de 200 mil pessoas (Kajihiro, 2009, p. 274).

Após a Segunda Guerra, já existiam planos para tornar o Havaí um ponto central de comando que conectasse as Filipinas, as ilhas Ryûkyû u, entre outros. Essa importância

da região ficava clara com ações como o estabelecimento do *U.S. Pacific Command (PACOM)* em 1º de janeiro de 1947 (Kajihiro, 2007, p. 02) e a assinatura pelo presidente Eisenhower da Ordem Executiva 10436, que tornava a ilha de Kaho’lawe parte da jurisdição da marinha estadunidense (United States Executive Order 10436, 1953).

Foi durante esse período que líderes de negócios locais viram a oportunidade de alavancar o comércio local. A presença militar era um preço a se pagar desenvolvimento econômico do território. Graças a construção de novas instalações, soldados se tornavam parte do público consumidor local, responsável por divulgar a região quando voltassem ao continente. Começava então a construção do que alguns autores chamam de complexo turístico-militar. As duas indústrias crescem concomitantemente, reforçando relações de gênero e de raça que contribuiriam para a alienação dos nativos havaianos de suas terras (Man, 2015, p. 1088). Os militares foram o primeiro público-alvo da indústria turística como uma nova base de consumidores após a guerra, tornando o Havaí uma ilha paradisíaca na visão desse público (Sasaki, 2016, p. 649). Gonzalez (2013, p. 04) concorda com a ideia que o turismo e a militarização presentes no Havaí trabalharam juntos produzindo estruturas de gênero e conhecimento que reificam a presença militar como algo comum. Os Estados Unidos eram posicionados como a força civilizatória e masculina perante uma região tropical e “feminina” (Gonzalez, 2013, p. 09).

Nesse sentido, muito dos projetos vendidos como benefícios para a região foram na verdade pensados para os militares. As estradas mais modernas estão ligadas a exploração das riquezas do Havaí desde sua anexação. De acordo com as necessidades dos militares, tais estradas eram melhoradas com os fundos de investimento para defesa. Com tais projetos, era possível aprimorar a exploração local como também apaziguar os protestos contrários a presença militar (Gonzalez, 2013, p. 68).

Contudo, o efeito prologando dessa presença apareceu rapidamente. Já em 1958 existiam relatos de como o espaço para militares em O’ahu diminuía o potencial para desenvolvimento urbano no local, com as construções e instalações sendo voltadas para lazer de soldados e suas famílias (Man, 2015, p. 1089). Quando o Havaí se tornou um estado em 1959, o exército tomou cerca de 700 mil metros quadrados de terra para uso próprio dentre aquelas que estavam em um limbo legal desde a derrubada da monarquia nativa no fim do século XIX, com muitas das terras alugadas pelo preço simbólico de 1 dólar vistas pelos nativos como roubadas (Kajihiro, 2008, p. 176). Eles eram jogados para regiões inóspitas para habitação e sofriam desgastes econômicos e sociais, sendo obrigados a manter-se passivos as vontades dos Estados Unidos (Trask, 1999, p. 49).

O uso do território do Havaí ganhou nova faceta a partir do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1955-1975). Vozes opositoras ao uso militar da região eram consideradas traidoras através da ótica militarista, mesmo com a tomada de terra do povo nativo para uso e treinamento militar ao longo da década de 1960 (Man, 2015, p. 1091). Contudo, os protestos antiguerra nos Estados Unidos e ao redor do mundo ao fim daquela década ajudariam os locais a verem sua participação dentro da estrutura colonialista de violência no Havaí. Manifestações ocorreram, como a realizada em 1971 Kalam Valley, O'ahu, para denunciar não apenas o uso das terras por militares, mas também por resorts de luxo que não trazia benefícios e desenvolvimento para os locais.

A guerra do Vietnã então foi um momento que trouxe a oportunidade para essa renascença dos protestos realizando uma crítica ao colonialismo dentro do Havaí (Man, 2015, p. 1102). Era uma forma de resistir ao que parecia ser a constante violação da forma de viver das pessoas do Havaí, com um governo que ignorava suas vontades e utilizava a ideia de segurança nacional como justificativa para a militarização. Algumas dessas manifestações foram os fatores iniciais para os movimentos contrários a presença militar e/ou de soberania havaiana que atuam no Havaí até a atualidade. É necessário então discorrer um pouco sobre eles, contra o que eles atuavam e como esses protestos foram e continuam sendo uma forma de assegurar a resistência de uma identidade nativa específica.

5.3 A segurança e construção da identidade militar e a insegurança e resistência da identidade nativa

Desde a anexação do Havaí como território dos EUA, a insegurança local pode ser constatada por questões como a destruição e poluição do meio ambiente. A comunidade nativa perde suas tradições como também acesso a formas de sobrevivência, perdendo suas terras para o aparelhamento por parte do complexo industrial militar estadunidense. O Havaí se constrói como uma fantasia, um escapismo fetichizado da violência diária, que coloca o trabalho estadunidense como responsável pela conquista daquele espaço, mas que fecha os olhos para a violência exercida contra os nativos e nem olha para os seus cotidianos de forma clara (Trask, 1999, p. 136).

O histórico de alienação da terra e desastres ambientais por presença militar no Havaí é extenso. Existem diversos incidentes registrados com materiais como petróleo, combustível de jato, solventes orgânicos, resíduos radioativos, destruição com fogo

devido a treinamento, radiação eletromagnética e testes de sonar que afetam a vida marinha. Também fazem parte do histórico de ocorrências acidentes com bombas não detonadas e teste de gás nervoso, que acaba por afetar especialmente comunidades de baixa renda, composta em sua maioria por nativos havaianos ou imigrantes de outras ilhas da Ásia Pacífico (Kajihiro, 2008, p. 178). A presença militar também contribui para a poluição de aquíferos responsáveis pela água potável. O caso mais recente é o da Red Hill em 2021 (Tsuchibuchi, 2023, p. 25). Entre os anos de 1964 e 1978, cerca de 4,843,000 galões de resíduo radioativo foram jogados em Pearl Harbor, 8000 toneladas de munição química foram descartadas em águas rasas em O’ahu no período de 1941 e 1972, resultado em diversos incidentes de queimaduras a pescadores que entravam em contato com tais substâncias (Kajihiro, 2007).



Figura 7: Manifestantes protestam o caso de contaminação da água pela Red Hill (Lum, 2021)

Mesmo assim, as pessoas continuam a resistir as instituições militares. Especialmente na década de 1970, uma série de protestos começaram fazer parte do cotidiano local, pavimentando o caminho para a resistência, inspirado especialmente

pelas ocupações nativo-americanas de espaços como Alcatraz (1969-1971), e faria surgir os movimentos de soberania do Havaí (Kajihiro, 2008, p. 178).

Existem três locais de treinamento militar que viram e continuam a presenciar maior resistência devido a seu uso. Com uma série de explosivos não detonados espalhados (Tsuchibuchi, 2023, p. 24) Pohakuloa Training Area, Mākua Valley e Kaho'olawe são espaços sagrados para os nativos. Mesmo assim, foram tornados inacessíveis por um longo tempo devido a tal presença militar. Com suas particularidades, é relevante citar sua importância na visão dos Estados Unidos e o histórico de resistência nativa.

5.3.1 Kaho'olawe

A ilha de Kaho'olawe é a menor das oito ilhas do arquipélago, medindo pouco mais de 116km². É uma ilha sagrada para os Kanaka Maoli, sendo utilizada para pecuária até o ano de 1941 (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 99). Com a lei marcial de 1941, a marinha começou a usar a ilha de como local de bombardeio e treinamento, tornando a região uma área proibida para o público até 1967, ficando conhecida como “Ilha Alvo” devido a tal uso inclusive durante os exercícios de treinamento iniciados com o RIMPAC em 1971 (Apoliona-Brown, 2025, p. 43). Os bombardeios de teste que ocorriam na região eram suficientes para fazer janelas tremerem na ilha de Maui (Lind, 2015). Foi na ilha também que, em 1965, ocorreu a *Operação Sailor Hat*, em que uma carga de 500 toneladas de explosivo TNT seria explodida para simular uma bomba atômica (Deniz, 2018).



Figura 8: Carga explosiva de TNT na ilha de Kaho'olawe, Havaí, fevereiro de 1965. Cerca de 5 metros de altura e 10 de diâmetro (United States. U.S. Navy)

As três explosões seguidas de teste deixaram a ilha marcada com uma cratera em sua costa.



Figura 9: Cratera criada a partir das explosões de 1965 na ilha de Kaho'olawe (Heber, 2018)

Em 1969 uma série de protestos começaram a ocorrer quando uma bomba de quinhentos quilos foi encontrada na região. Nesse período, o congresso dos Estados Unidos estava com uma discussão parada acerca de uma lei que potencialmente garantiria reparações sobre o envolvimento do governo no golpe de estado de 1893. Para chamar atenção para causa, diversos grupos se prepararam para tentar ir até Kaho'olawe (Apoliona-Brown, 2025, p. 43).

Em 4 de janeiro de 1976, nove pessoas conseguiram passar da rede de navios dos EUA que vetava o acesso ao local. Utilizando de pequenas embarcações, as pessoas chegaram à ilha para manifestar o seu uso militarizado após o golpe de estado em 1893 e a alienação dos nativos da cultura de suas terras (Apoliona-Brown, 2025, Osorio, 2014, p. 142; Kajihiro, 2008, p. 179). Membros do movimento que se tornaria o *Protect Kaho'olawe 'Ohana* (Apoliona-Brown, 2025) ocuparam a região mesmo com bombardeios ocorrendo (Niheu, 2014, p. 172). Tal grupo tornou-se um símbolo de resistência ao ponto de ser reconhecido como a parte mais relevante para negociar sobre o futuro da ilha. Tal grupo é visto até a atualidade como parte distinta do nacionalismo havaiano, resistindo por mais de cinco décadas (Osorio, 2014, p. 137), além de inspirar a resistência em lugares como Mākua Valley (Kajihiro, 2007, p. 07). O protesto de 1976 é interpretado como responsável por projetar a imagem de diversos líderes favoráveis à causa nativa e pela criação do *Office of Hawaiian Affairs* em 1978, garantindo proteção constitucional a práticas tradicionais havaianas (Lind, 2015).



Figura 10: Manifestantes a caminho de Kaho'olawe em março de 1976 (Lind, 2015)

Foi somente em 1990 que o presidente George H.W.Bush ordenou que os bombardeios cessassem (Kajihiro, 2007, p. 06). Mesmo com o Congresso dos EUA acordando com a medida e a movimentação de fundos para a limpeza da ilha (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 99), ela continua sendo um espaço perigoso com muito lixo militar e munição não utilizada deixada para trás. Em 1993, Kaho'olawe retornou para o Haváí, mas totalmente devastada e em 2022, apenas 75% dela estava com alguma limpeza feita (Hogue, 2022, p. 186). Somente no ano de 2024 foi confirmado que a fauna local estava começando a ser restaurada com a descoberta de ninho de tartarugas no local (Ferreira, 2024).

5.3.2 Pohakuloa Training Area

Pohakulua é uma planície de campos de lava e floresta que é localizada entre três montanhas sagradas na ilha do Haváí. Em 1956, se estabeleceu *Pohakuloa Training Area* (PTA), de cerca de 470km², entre os vulcões Mauna Loa e Mauna Kea, sendo a maior área de treinamento no Haváí e fora dos Estados Unidos. (Beavers; Burgan, 2002, p. 01).

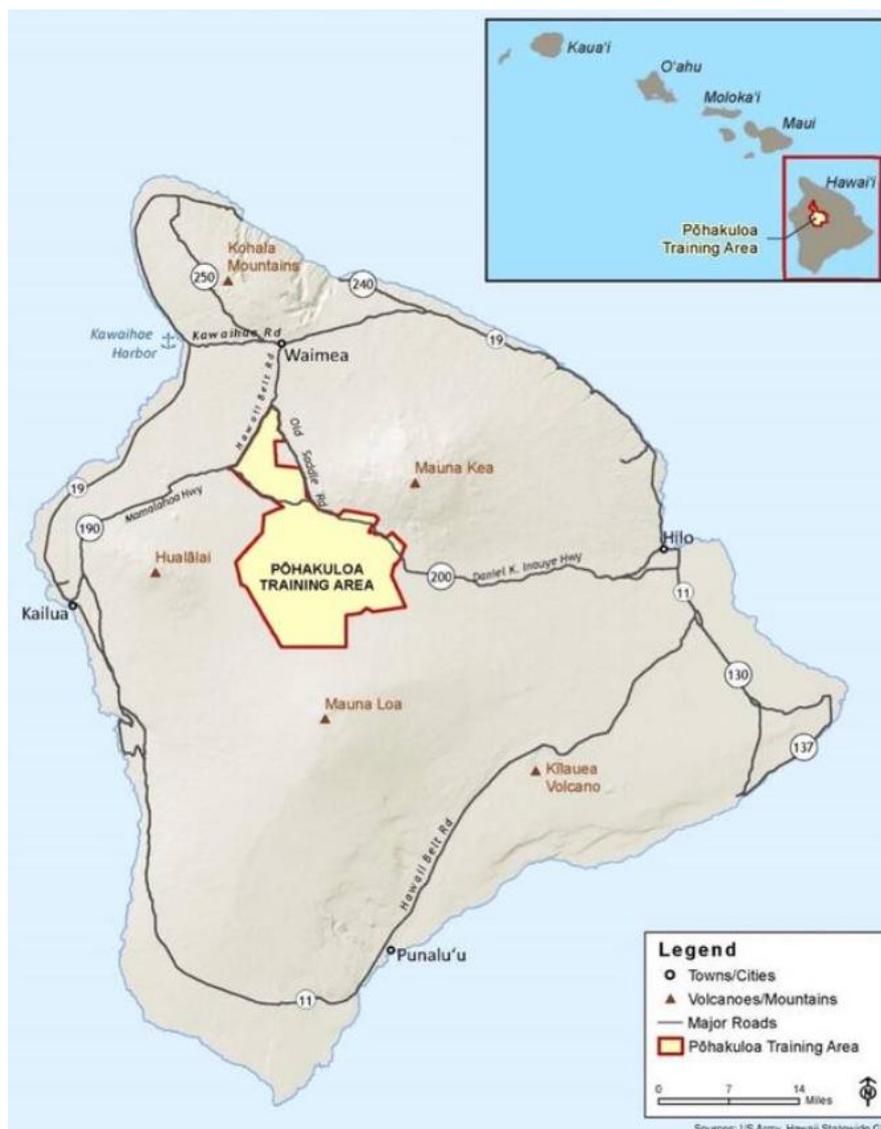


Figura 11: Mapa da Ilha do Havai com PTA destacada (Hawai'i Tribune Herald,2022)

A região também é habitat de cerca de 27 espécies nativas ameaçadas de extinção, cinquenta sítios históricos e mais de mil objetos arqueológicos (Trask, 2009, p. 266). Os Estados Unidos ocupam a área desde a Segunda Guerra Mundial e tem os direitos de aluguel da região até 2029 pelo custo de um dólar (Hogue, 2022). Com espécies como o Nene, o ganso havaiano e o pássaro trepador-de-mel havaiano, a região vem sendo palco de protestos devido a ocupação, seu uso indevido de recursos aquíferos comuns e pelo histórico dos resquícios de urânio na região (Tsuchibuchi, 2023, p. 02). A ação militar acarreta a ameaça constante de incêndios florestais (Beavers; Burgan, 2000, p. 01). Se a área tem pouca ocorrência de incêndios naturais, exceto por explosões vulcânicas e fogo causado por relâmpagos, a presença militar aumentou drasticamente a ocorrência de incêndios no local (Beavers; Burgan, 2002, p. 10).

Já em 1989, a botânica Lani Stemmermann da Universidade do Havaí em Hilo moveu um processo contra o exército dos Estados Unidos após presenciar a destruição causada a flora local pelo exército para a construção de estradas na região (Environment Hawaii, 2014). O nível de lixo militar produzido e a quantidade de bombas não detonadas que estão na região tornam sua limpeza algo que parece ser impossível (Tsuchibuchi, 2023, p. 24). Apesar disso, a região foi expandida na década de 2000 em mais de 90k2m (Kajihiro, 2009, p. 277). E somente em 2005 que os Estados Unidos admitiu utilizar armas com urânio na década de 1960 nas instalações da região (Hogue, 2022, p. 182).

Em 2014 duas residentes nativas abriram um processo afirmando que o exército não estava cuidando propriamente do meio ambiente nem garantindo a proteção cultural e acesso as pessoas indígenas do Havaí aos espaços de sua cultura, negado pela força militar naquele momento. Além disso, também argumentavam sobre a falha de lidar descartar armas e munição usada na região, como também o uso de uranio (Hogue, 2022, p. 179)

Uma série de protestos vem ocorrendo desde seu estabelecimento (Hawaii News Now, 2017), criticando os perigos do treinamento militar (Letman, 2018). Apesar disso, em maio de 2024, o estabelecimento militar realizou audiências públicas para ouvir a opinião local, pois querem manter presença militar lá mesmo após o fim do período do contrato de aluguel, em 2029, com grande parte da opinião pública sendo contrária (Lee, 2024). Em janeiro de 2025, a área continua a ser utilizada, com o caso mais recente sendo como espaço para testes de um novo sistema de armas de caça contra drones (Olson, 2025).

5.3.3 Mākua Valley

Mākua Valley são três divisões de ilhas tradicionais que vão das montanhas até o mar, Mākua, Ko‘iahi e Kahanahaiki. (Niheu, 2014, p. 161). Mākua, na linguagem nativa do Havaí, significaria “pais”, responsável. No entendimento tradicional, seria o local onde a mãe terra (*papa*) e o pai céu (*wakea*) se encontrariam (Kelly, Alleck, 1997, p. 02). Com a ocupação da terra pelos *haole* após o *mahele* de 1848, atividades voltadas para pecuária limitavam a participação dos nativos através da agricultura na vida local (Kelly, Alleck, 1997, p. 04).

A região foi usada para treinamento militar desde 1929. Após o ataque a Pearl Harbor, Mākua deixou de ser um local tranquilo para cultivo de gado. As instalações

existentes foram destruídas por treinamento e em 1942 as pessoas foram obrigadas a deixar o local (Kelly, Alleck, 1997, p. 04). Por causa disso, a região foi contaminada por lixo militar e munição não explodida (Kajihiro, 2007, p. 07). Durante a guerra, uma licença foi garantida a força militar dos EUA para manter Mākua ao longo de sua duração e por mais seis meses a partir do momento em que terminasse. Quando o conflito terminou, os pedidos do governador do Havaí de retorno de Mākua foram negados e com a admissão do Havaí como estado dos EUA em 1959, o exército pôde planejar um espaço permanente na região (Kelly, Alleck, 1997, p. 04). Além de conseguir alugar o espaço por valor de 1 dólar até 2029, o contrato também favorecia o lado militar em caso de disputas com o Estado do Havaí (Niheu, 2014, p. 171).

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, já existiam protestos contra a presença militar em Mākua, um local ideal para o treinamento aos olhos do exército. Em fevereiro de 1976, um protesto ocorreu por um dia inteiro para protestar o uso da região para o treinamento militar e seu bombardeio (Lind, 2020).

Devido a seu isolamento geográfico, o Havaí tem uma rica fauna e flora não existente em nenhum lugar do mundo, registradas por especialistas já durante o século XX (Kelly, Alleck, 1997, p. 03). Nesse sentido, atividades militares são uma ameaça a um ecossistema único do mundo. Em Mākua Valley, existem cerca de 40 espécies ameaçadas de extinção. O perigo aumenta devido a presença do exército dos EUA que faz exercícios de armas de fogo no local por mais de 70 anos (Kajihiro, 2007, p. 05). O treinamento contínuo causou incêndios, destruiu espécies, além de lançar elementos tóxicos como toxinas cancerígenas e chumbo no ar, mar e solo (Kelly, Alleck, 1997, p. 09).

O que ocorria além da destruição ambiental era a alienação das pessoas nativas daquela terra. Como Kelly e Alleck (1997) argumentam, as práticas de pesca e plantio realizadas na região eram parte do estilo de vida, religião e cultura dos Kanaka Maoli. As tentativas de ocupar aquela terra eram classificadas como invasões pelo governo que continuava a retirá-los da região quando eles voltavam a construir casas na praia local. Com o furacão Iwa de 1982, a polícia foi enviada para retirar pessoas que tentavam reconstruir suas casas no local. A prisão de 6 manifestantes no ano de 1983 resultou em protestos com centenas de pessoas em apoio aos detidos (Kelly, Alleck, 1997, p. 12).

Em 1992, o comandante geral do exército no Havaí pediu a remoção dos moradores que ainda viviam na praia local, além dos militares solicitarem permissão para manter uma instalação própria de manutenção de resíduos perigosos. Mesmo com

oposição, a proposta voltaria a ser discutida em 1995 (Niheu, 2014, p. 172). Contudo, cerca de 95% de destruições de material na região eram realizadas sob a classificação de “treinamento”, estando livre de regulações gerais (Kelly, Alleck, 1997, p. 10).

Em janeiro de 2001, mais de 500 pessoas compareceram para falar contra a presença do exército em Mākua, contando sobre casos de lixo tóxico jogado ali e a quantidade maior de casos de câncer e mortes em famílias (Essoyan, 2001). Com os ataques de 11 de setembro de 2001, a questão da segurança nacional e do combate ao terrorismo foram colocados no centro do discurso, minando os protestos contra a presença militar, inclusive em relação a região de Mākua (Kajihiro, 2008, p. 187). Foi apenas em 2023 que o exército declarou que não iria mais usar a região para treinamento militar (Hawaii News Now, 2023).

5.4 O desenvolvimento atrelado a militarização.

Essas três regiões não são as únicas vítimas da presença militar nem as únicas palcos de resistência. De acordo com dados de 2004, somente em Pearl Harbor já eram cerca de 749 áreas contaminadas, excluindo aquelas que não haviam feito um pedido oficial para limpeza. Dentre os materiais de instalações militares que contaminam o Havaí estão componentes como chumbo, mercúrio, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos², material de munição não detonada, diversos tipos de combustível, solventes orgânicos, resíduos de embarcações abastecidas por material nuclear, dentre outros (Kajihiro, 2007, p. 04). Além disso, dos 108 locais com contaminações em 2004, 96 desses locais tinham munição não explodida (Kajihiro, 2009, p. 274).

À medida que a expansão militar foi justificada como uma necessidade nos anos iniciais da Guerra Fria, as ilhas do Havaí também começaram a ser alvo de discursos acerca de sua “prioridade” como elementos militares dos EUA. Foi em 1946 que o primeiro dos 106 testes atômicos feito pelos EUA foi realizado em uma frota de navios da Segunda Guerra Mundial, ancorados no atol de Bikini nas Ilhas Marshal (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 68).

² Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos – HPA são uma classe de substância químicas lançadas ao ar por atividades naturais ou ações do homem. Exposição a tal substância de forma prolongada está associada a ocorrência de câncer de pulmão, pele, bexiga, esôfago e sistema hematopoiético (Instituto Nacional do Câncer, 2023).

A construção de obras para o benefício militar continua a ser mascaradas com uma retórica de desenvolvimento local. A construção da *Interstate H-3*, uma rodovia que conectaria a base da marinha em Kane’ohe a Pearl Harbor foi alvo de protestos desde 1963 para que não passasse por *Moanalua Valley*, uma área significativa para os nativos. Contudo, uma lei passada pelo senador Daniel Inouye isentava a construção de qualquer lei ambiental. Diversas mulheres Kanaka Maoli lideravam a *Halawa Coaliton*, que protestava a construção, e muitas foram presas após ocuparem um templo no caminho da construção durante o período de abril até agosto de 1992. Muitos espaços sagrados foram destruídos para a construção da rodovia que ficou pronta em 1997, ao custo de 1,3 bilhões de dólares, sendo a rodovia mais cara a ser construída (Kajihiro, 2007, p. 07). Essa rodovia, no entanto, tornou-se uma das rotas cênicas mais famosas no Havaí, atraindo turistas e sendo útil no argumento dos benefícios da presença militar e de suas instalações.

Tal complexidade da relação entre as pessoas do Havaí e os militares também é constatada ao ver a interação entre as duas partes. Muitos dos trabalhadores das bases são pessoas que moram no Havaí, além do comércio local ver os militares como consumidores essenciais. Os militares também são confrontados com seu próprio entendimento acerca de questões de raça, para Ferguson e Turnbull (1999, p. 95) ao se depararem com a realidade particular do Havaí. Os militares presentes na região constroem uma identidade firme ao redor de si com base em sua existência como soldado. A realidade local tenta integrá-lo, mas tais soldados se mantem isolados ao apontar aqueles de fora da instituição militar como “Outros” (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 97).

A constante racionalização da presença militar é necessária para justificar a destruição que ela causa e insegurança sofrida pela população. Vozes contrárias a esse projeto militarizado são retratadas como dissonantes do projeto de segurança necessário para nação, fortalecendo um determinado específico de gênero, raça e classe como prioritário nessa realidade militarizada e outras como sendo o “Outro” a ser disciplinado (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 155).

A resistência continua na atualidade. Especialmente no concerne questões como destruição do meio ambiente e apagamento da cultural local, os grupos nativos foram que criaram e continuam a construir espaços para criticar a presença militar no Havaí (Ferguson e Turnbull, 1999, p. 100).

5.5 A resistência na atualidade no Havaí.

Durante a década de 1980, parte da terra utilizada por militares retornou as mãos do estado. Mas desde 1998, esses espaços voltaram a ser ocupados (Trask, 2009, p. 265). Além disso, as consequências da presença militar durante a Guerra Fria deixaram marcas duradouras. Até 1976, a região de Waikane Valley tinha cerca de 4 km² de seu território alugada para treinamento. Isso resultou em um rastro de lixo e munição não explodida deixada para trás. Em 2003, protestos ocorreram em virtude da vontade da marinha para usar o espaço como área de treinamento na selva, mirando a batalha contra o terrorismo nas Filipinas. Mesmo tal medida não indo para a frente, a região não recebeu a limpeza adequada (Kajihiro, 2009, p. 277).

Os exercícios militares realizados bienalmente desde 1971 (*Rim of the Pacific Exercise, RIMPAC*) são criticados devido aos danos ao meio ambiente local e internacional, com cerca de 1,2 bilhões de toneladas métricas de gases de efeito estufa sendo emitidos nos primeiros 20 anos desses exercícios (Uyeda, 2022). Tais protestos também ocorreram nos anos mais recentes de 2022 e 2024, pelos danos causados pela presença militar (Compos, Enomoto, 2022) como também pela demonstração de imperialismo estadunidense que esses eventos representam (Lund, 2024).

A questão da presença da *Pacific Missile Range Facility* também é alvo de manifestações. Disparos de mísseis da instalação causaram reação negativa na população local, que argumentavam sobre o receio da possibilidade de contaminação e perigo a espécies locais ameaçadas. 35 manifestantes foram presos e novos protestos foram realizados à medida que as capacidades do local foram expandidas devido ao 11 de Setembro de 2001 (Kajihiro, 2009, p. 277). Em 2018, manifestantes protestaram contra a presença militar dos EUA no local (Kawano, 2018). Em maio de 2024, foi divulgado um plano para trabalho de sugestões entre a força militar dos EUA e o estado do Havaí para que se mantenha a presença militar na região enquanto também seja possível preservar a riqueza do ambiente (AECOM, 2024).

Além do explanado ao longo dessa sessão, existem os casos de informações e ações não divulgadas que prejudicaram a comunidade local. Somente em 2006 que o exército admitiu que trabalhou com urânio empobrecido na região de O'ahu e que ocorreu contaminação derivada do material (Kajihiro, 2007, p. 04). Foi apenas no ano de 2014 que foi acordado que instalações militares deveriam passar por inspeções para verificar

se lixo e munição não utilizada estavam sendo descartados de forma adequada. Tal exigência estava presente no contrato de aluguel de 1964, mas não existia nenhuma forma de checagem até aquele momento (U.S. ARMY CORPS OF ENGINEERS, 2024). A proposta de construção de um telescópio no vulcão Haleakalā, em Maui foi alvo de protestos do governo local devido a região ser um local sagrado de espiritualidade para os Kanaka Maoli (McAvoy, 2024). Além disso, também argumentaram o caso do outro telescópio da Força Espacial dos Estados Unidos, que derramou mais de 2000 litros de diesel no cume do vulcão (McAvoy, 2023).

Em 2009, cientistas demonstraram interesse na construção de telescópio de tecnologia de ponta no vulcão de Manua Kea. Desde então, a construção do telescópio de 30 metros vem sendo espaço de protestos (Peryer, 2019). No debate público, a questão é colocada como um embate entre mito e ciência devido a esses protestos, construindo uma imagem específica dos nativos (Hogue, 2022, p. 183). Em 2011, uma carta foi enviada ao então governador do Havai, Neil Abercrombie pedindo para reconsiderar o projeto de expansão da PTA e da construção do Telescópio de 30 metros, citando o histórico de problemas que a expansão de projetos ligados aos militares trouxe ao Havai (Mauna Kea Hui et al 2011). Em 2019, diversas pessoas foram presas por bloquear o espaço no cume do vulcão Manua Kea, um espaço sagrado para a tradição nativa (Peryer, 2019), em manifestação contrária a construção do telescópio (Hawai'i Public Radio,2019).



Figura 12: Manifestantes protestam a construção do Telescópio de Trinta Metros em 2019 (Peryer, 2019)

Uma bomba dormente da época da Segunda Guerra Mundial foi encontrada em uma área de prédio histórico em 2013 (DMZ Hawai'i, 2013). Em 2022, a *Red Hill Underground Fuel Storage Facility*, responsável pelo abastecimento de combustível ao exército no Havaí e com capacidade de armazenar até 250 milhões de galões de combustível (United States Environmental Protection Agency, 2025), teve que ser fechada permanentemente (U.S. Department of Defense, 2022) após a contaminação da água local por um vazamento de petróleo. A comunidade local ficou sem água (State of Hawai'i Department of Health, 2021), pessoas tiveram diversos problemas de saúde como diarreias e náusea e muitas precisaram deixar suas casas (Kaufman, 2022). A instalação ficava a cerca de 30 metros acima de um aquífero que provém por volta de 77% da água potável da ilha de Oahu, com um histórico de 73 casos de vazamento de combustível desde 1943 (Jedra, 2021). A autoridade da *Red Hill* foi transferida a marinha pelo Pentágono em 2024 (U.S. Department of Defense, 2024) e em janeiro de 2025, a *Red Hill* foi multada em 5000 dólares por não comparecer a reuniões referentes ao caso do vazamento (Olson, 2025).

Entender a questão da terra como sendo um dos pontos de conflito entre os desejos da força militar dos Estados Unidos e dos povos nativos não significa necessariamente encontrar uma solução fácil para tal problema. Em 2021, uma lei foi aprovada que permitiria o aluguel das terras por mais quarenta anos (Statement on House Bill 499, 2021), sendo alvo de inúmeros protestos por parte de nativos havaianos (Yee, 2021). É possível inferir então que os militares não deixarão o Havaí, seja por sua relevância estratégica como também pelo entendimento que o Havaí é uma parte essencial dos Estados Unidos, mesmo que isso seja divergente dos argumentos dos movimentos de soberania havaiana.

Torna-se claro que o discurso seja a nível material ou intersubjetivo da necessidade dos militares no Havaí é algo danoso especialmente a comunidade nativa. À medida que meios para reforçar a segurança nacional são utilizados como justificativa, acaba por criar insegurança seja ao nível físico ou imaterial nesse grupo.

A estrutura militarizada construída no Havaí ao longo das décadas é o reflexo do discurso estadunidense acerca da necessidade da militarização. Utilizando de seu direito de fala, os Estados Unidos invadiram e tomaram o Havaí através de um escopo colonizado sobre o local. Mesmo no século XIX, os missionários estadunidenses não iam ao Havaí buscar uma troca em termos de igualdade, mas sim através das lentes da colonização cristã. Através desse escopo da diferença, tão presente na história e política externa

estadunidense, os nativos foram alienados, tornando-se minoria dentro de sua própria nação. Mesmo não sendo os únicos que são alvos dessa insegurança, eles são os mais afetados, resultado dessa construção concomitantemente entre material e normativo.

Manifestações contrárias a presença militar são engolidas perante a necessidade da figura do Estado e da manutenção da soberania. Contudo, à medida que tal instituição acarreta insegurança mesmo prometendo o contrário para justificar suas ações, a insegurança ontológica do Haváí continuará a se mostrar. Através dos protestos, é possível ver o desejo por mudança e insatisfação por parte das pessoas do Haváí. Elas são parte daquele país oficialmente, mas tem suas rotinas e capacidade de construir um futuro diferente interrompidas graças a necessidade de conduzir a máquina militar. Então, as ações locais são a forma de registrar tal desejo por mudança. Os anos de protesto contra a ocupação militar criaram uma narrativa de resistência em resposta a ansiedade causada pela situação constante de insegurança ontológica.

6 O porto comercial das pedras preciosas e a construção do Estado-nação: O reino de Ryûkyû e a província de Okinawa.

6.1 Introdução

Okinawa é a província mais ao sul do território japonês, correspondendo a menos de 1% da área do país. A província de Okinawa tem uma área de cerca de 2200km² e população de 1,467,273 pessoas (Okinawa Statics Web Site, 2025). Pertence a região de Kyushu no Japão e é composta por quatro ilhas, Daitô, Yaeyama, Miyako e a ilha de Okinawa, a maior e que dá o nome a província na atualidade.

Com um clima subtropical e uma distância considerável das ilhas principais do Japão³, Okinawa é classificada como “O Havaí do Japão”. A província é caracterizada como um destino turístico a ser visitado a nível nacional de forma a experimentar as vivências estrangeiras, sem precisar sair do Japão. Okinawa também é o local com maior contingente de bases militares estadunidenses no Japão, com cerca de 70% da frota do presente no Japão localizada na província.

Ao mesmo tempo em que é vendida como destino paradisíaco para os nacionais fora de lá, também é classificada como um dos pilares da aliança de segurança do Japão e dos Estados Unidos que se mantem desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De forma similar ao que ocorre no Havaí, Okinawa é um lugar repleto de ambiguidades, construído como “Outro” no Japão por estar “fora” ou “longe” do espaço japonês e por ser espaço das bases militares.

Contudo, para melhor entender a realidade de Okinawa, torna-se necessário voltar alguns séculos no tempo para conhecer o início dessa construção. Dessa forma, será possível analisar os primeiros passos da presença do Japão enquanto nação colonizadora do que se tornou Okinawa, as tentativas de apagamento dos laços chineses para que a região se encaixasse em uma determinada narrativa de um Estado-nação com fronteiras bem definidas e como isso ajudou a construir a situação vista na atualidade. Com esse objetivo em mente, é preciso olhar para o que foi chamado de Reino de Ryûkyû.

6.2 Domínios de norte ao sul e o reino de comércio na Ásia Oriental.

Os primeiros registros do Reino de Ryûkyû aparecem na Dinastia Tang (618-907) da China. Existem debates acerca de se o que seria chamado a época de Liuqiu (Kerr, 2000) seria o que hoje são as ilhas de Ryûkyû ou Taiwan (Akamine et al, 2017, p. 04), localizada a cerca de 700 km ao sul de distância de Okinawa. Antes de ser um reino, de forma similar ao que foi explicado no capítulo sobre o Havaí, a região estava dividida em três pequenos domínios rivais. Eram eles os domínios de Sanhoku/Hokuzan ao norte, Chûzan no meio e Sannan/Nanzan ao sul (Akamine et al 2017, p. 05). Tais domínios eram governados por chefes que seriam classificados como reis, mas não seguiam noções de uma monarquia.

³ 本土 (*hondo*) é o termo utilizado para se referir a parte das ilhas centrais do Japão (Fora de Ryûkyû). Também pode ser lido como “local onde o país realmente é”.

内地 (*naichi*) é o termo utilizado por pessoas de Hokkaido e Okinawa para se referir às pessoas que moram nessas ilhas principais, consideradas o “centro” do Japão. Dessa forma, nessa tese o termo “centro” do Japão se refere a parte que não é Okinawa.

Eram na verdade chefes locais que tinham seus próprios servos, que por sua vez também atuavam como chefes de outras pessoas de menor influência, criando um sistema de vassalagem relativamente informal entre esses domínios (Kerr, 2000, p. 62).

Esses não eram oficialmente reconhecidos, nem tinham fronteiras realmente estabelecidas. Para Smits (2019), esses reinos começaram a focar na figura de um rei formal a partir da necessidade do estabelecimento de um relacionamento oficial com o império chinês. A China do século XIV era uma potência que havia se reestabelecido após décadas de conflitos internos com a queda do império Mongol. Com o começo do governo do Imperador Hongwu (1328-1398) e início da Dinastia Ming, a ordem voltou. Nesse cenário, a China colocava-se no centro da ordem internacional da Ásia, alertando as nações ao seu redor para submeter-se a sua autoridade (Kerr, 2000, p. 64). A ordem chinesa seguia valores confucianos de mandato divino (Tingyang, 2021) que colocava a China ao centro e seus vizinhos ao redor como bárbaros a serem governados pela sua mão benevolente, impondo tal ordem confuciana ao mundo do Leste da Ásia (Akamine et al, 2017, p. 21). Os reis de outras nações continuariam a serem reconhecidos, mas como vassalos do império chinês, usando seu modelo de calendário e mandando missões de tributos como modo reconhecimento e respeito a tal relacionamento (Oguma, 2014, p. 15).

Nesse mesmo período, a costa chinesa sofria com um problema sério de pirataria por parte de japoneses e tráfico. Então, companhias privadas foram proibidas de tomar parte nesse sistema de comércio internacional. Para participar, era necessário ser uma autoridade oficial convidada pela China (Akamine et al, 2017, p. 27).

Em 1372, a relação entre Ryûkyû e a China teria início, durando por cerca de cinco séculos. Uma missão chinesa foi enviada naquele ano ordenando o reconhecimento da Dinastia Ming e a submissão de Ryûkyû a ordem internacional chinesa, colocando-se como vassalo do império. Ainda separado em domínios, foi o rei Satto de Chûzan o primeiro a mandar um navio de tributos para China como forma de demonstrar sua intenção de tornar-se vassalo do império (Kerr, 2000, p. 64). Sannan enviaria uma missão de tributo em 1380 e Sanhoku em 1383 (Akamine et al, 2017, p. 27).

Com o problema dos piratas, a China passou uma série de restrições em relação ao comércio com outros membros do seu sistema de vassalagem, a medida em que também usou os domínios de Ryûkyû como forma de atrair a atenção deles para além de sua costa e de seus próprios navios (Akamine et al, 2017, p. 31). Contudo, mesmo servindo como isca para atenção de piratas, Ryûkyû acabou prosperando nessa época, se tornando um

pilar para o comércio internacional na região. Autores como Smits (2019) argumentam que, mesmo não sendo formalmente uma unidade política unificada, Ryûkyû funcionava de maneira similar a uma empresa de transportes, trabalhando com produtos, navios e trabalhadores chineses, ficando clara a influência chinesa no comércio da região.

Ao mesmo tempo que tinha como um de seus maiores clientes a Dinastia Ming, Ryûkyû também mantinha relação comercial de relevância com o xogunato de Ashikaga no Japão (1336-1573). Produtos como cetim chinês, raiz de alcaçuz, temperos, ágar, sândalo e incenso (Akamine et al, 2017, p. 39) passavam pelos navios vassalos da China em Ryûkyû, ajudando no enriquecimento da região tanto econômico quanto cultural, tornando o porto de Naha um dos mais importantes internacionalmente a época. Se antes Liuqiu era um termo que poderia se referir a Taiwan, esse acabou tornando-se apenas referente as ilhas de Ryûkyû após elas entrarem no sistema de vassalos da China, ficando conhecidas como Terra de Ryûkyû (Akamine et al, 2017, p. 23). Ryûkyû também adotaria a noção de governo guiado pela ideia de mandato divino de herança chinesa (Tingyang, 2021; Kerr, 2000, p. 45). Em 1393, uma comunidade de imigrantes chineses foi para Ryûkyû como forma de ensinar meios de administração chinesa a aqueles que moravam lá. Essas pessoas receberam diversas regalias e privilégios, reforçando a relação de Ryûkyû como aprendiz e vassalo da China dentro do sistema internacional chinês no Leste da Ásia (Kerr, 2000, p. 75).

Então, o reino não existia até o século XV. Smits (2019, p. 247) classifica a unificação de Ryûkyû e consequente criação do reino como uma materialização da ficção estabelecida pela dinastia Ming, que para lidar com os problemas de tráfico e pirataria fez uso dos três domínios locais. Seria em 1429 que essa unidade política surgiria a partir da união e domínio por parte do domínio de Chûzan (Akamine et al, 2017, p. 17). Sob o reinado de Shô Hashi (1372-1479) se iniciava a primeira dinastia Shô do reino de Ryûkyû. Centralizado no palácio de Shuri, o governo em diversos momentos precisou levar forças de apoio a regiões menos pacíficas. Devido a tais ações, Smits (2019, p. 179) debate se seria apropriado classificar Ryûkyû como um reino ou se seria melhor entendê-lo como um império centralizado em Shuri com diversas unidades políticas nas ilhas ao seu redor.

Durante o século XV, o reino prosperaria como um dos centros internacionais de comércio da Ásia. Nessa época o porto de Naha foi renovado a ponto de tornar-se um dos portos de maior relevância internacional na região (Akamine et al, 2017, p. 41). O sistema de vassalagem se manteve com a China e a população comum de Ryûkyû mantinha um estilo de vida simples. Foi durante esse período que, no reinado de Shô Shin (1477-1526),

a economia e administração local seriam aprimoradas para a forma básica que manteriam praticamente até 1879 (Smits, 2019).

Ao mesmo tempo em que era vassalo da China, Ryûkyû já mantinha um relacionamento historicamente próximo do Japão desde o século XII (Akamine et al, 2017, p. 37). Tal histórico seria usado como argumento no século XIX como forma de legitimar ações do Japão na região (Smits, 2000, p. 91). Mas durante anos Ryûkyû manteve um relacionamento próximo, mas independente do Japão. Após crescimento considerável durante os reinados de Shô Shin e Shô Sei (1526-1555), sua economia começou a decair profundamente. Nesse período, a possibilidade de uma invasão por parte do Japão tornava-se uma realidade (Smits, 2000, p. 106). O Japão estava em uma situação de caos interno com diversos chefes de domínios locais brigando entre si. Além disso, influências europeias como do Cristianismo começavam a adentrar o país, sendo visto como uma possível ameaça colonizadora.

Nesse cenário, Ryûkyû era alvo de interesse pelo Japão para que servisse de mediador em relação a China (Akamine et al, 2017, p. 66). Mas foi apenas na virada do século XVII que tal ação aconteceu. Após uma série de batalhas travadas no Japão com a Batalha de Sekigahara de 1599 servindo como ponto final, o Japão foi unificado sob a figura de Tokugawa Ieyasu, iniciando o governo militar do xogunato Tokugawa que comandaria o Japão por 250 anos. E foi nesse cenário que o Reino de Ryûkyû veio a tornar-se seu vassalo, mas sem deixar de lado a relação histórica com a China.

6.3 A dupla tutela de Ryûkyû (1609-1871)

Foi graças aos problemas internos do Japão que Ryûkyû pode manter-se livre de intervenções durante tanto tempo. Isso acabaria em 1609 quando o reino foi invadido por 3 mil homens vindos do domínio de Satsuma, em cerca de 100 navios (Akamine et al, 2017, p. 07; Smits, 2000, p. 106).

Como já mencionado anteriormente, os problemas internos e a possibilidade de colonização devido ao aumento da influência do cristianismo eram alertas reais para o xogunato Tokugawa a época. Foi nesse cenário que se estabeleceu a política de isolamento internacional do Japão (鎖国, sakoku), iniciada em 1603 e durando até 1868. Nesse cenário, foi proibido qualquer nacional do Japão sair ou qualquer pessoa entrar no país. A única exceção era Dejima, em Nagasaki, na qual comerciantes holandeses podiam entrar para fazer comércio apenas naquela região. Mesmo unificado, o Japão era

estruturado em uma série de domínios (藩, han) com senhores feudais comandando áreas específicas e jurando lealdade ao xogum. Foi o domínio de Satsuma, comandado pelo clã Shimazu, que tomaria Ryûkyû sob sua responsabilidade. O reino então tornava-se vassalo desse clã, que era vassalo do xogunato Tokugawa. Sob tal domínio, Ryûkyû teria sua projeção internacional limitada devido a uma série de reformas e decretos (Akamine et al, 2017).

Nesse cenário, as leis de anticristianismo e a obrigatoriedade de estudos japoneses para a elite foram impostos ao Reino de Ryûkyû (Sakihara, 2009, p. 135). As relações internacionais do reino também foram afetadas devido ao isolamento do Japão. Além disso, nessa época foi estabelecido um sistema de classe social estratificado similar ao existente no Japão, delimitando quem pertencia as elites e quem era o povo comum (Akamine et al, 2017, p. 79).

Mesmo intervindo dessa forma, o Japão fez questão de não interromper nem de intervir na relação do reino com a China. Por ser visto como um vassalo no sistema internacional chinês, o Japão permitiu certa autonomia a Ryûkyû naquele momento. A região então passou a sofrer influências de duas nações, servindo parcialmente também como mediador, quase involuntariamente, enquanto também não era nem especificamente chinês nem japonês (Akamine et al, 2017, p. 08). O reino passou por um processo chamado de “sinificação”, enquanto também adquirindo outras características. O rei de Ryûkyû era chamado de rei de Chûzan como forma de reforçar a identidade local como nação soberana, mesmo estando sob a influência do xogunato e estabelecendo um governo a partir de valores confucianos (Akamine et al, 2017, p. 84). Quando emissários chineses chegavam a Ryûkyû, qualquer relação com o Japão era escondida temporariamente, sendo qualquer item, peça ou referência a presença japonesa completamente escondida. Os chineses eram cientes de tais medidas, mas decidiram não intervir em questões internas do reino, contanto que ele continuasse a mostrar submissão a seu império (Akamine et al, 2017, p. 97).

Nessa situação de dupla vassalagem, Satsuma pedia serviço militar a Ryûkyû, enquanto a China também pedia maiores informações sobre o Japão e suas possíveis intenções acerca da região da Coreia (Akamine et al, 2017, p. 60). Tal situação tornava-se benéfica para o domínio de Satsuma pois Ryûkyû era um meio de burlar o banimento do comércio internacional limitado ao porto de Nagasaki (Kerr, 2000, p. 166).

Contudo, no século XIX, mudanças começavam a ocorrer nesse sistema internacional de domínio chinês. O primeiro choque foi a derrota da Dinastia Qing nos conflitos que

ficaram conhecidos como Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). Mas foi no ano de 1853 que a mudança chegaria de forma mais concreta em Ryûkyû. As ilhas tornavam-se um ponto de interesse para países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Rússia, interessados em estabelecer relações com o Japão. Para o Japão, o reino era a primeira barreira contra intervenção externa e para esses países, Ryûkyû era o primeiro obstáculo a ser ultrapassado em caminho para o Japão (Kerr, 2000, p. 237).

Em maio de 1853, a expedição comandada por Matthew C. Perry dirigiu-se ao reino de Ryûkyû. Foi nessa expedição que aconteceu a primeira tentativa de estabelecer bases militares no local, com Perry pedindo a cooperação do reino em troca da amizade dos EUA e a permissão para colocar uma base militar em Naha (Kerr, 2000, p. 04). Dois meses depois, a expedição de Perry chegaria à baía de Tokyo em 8 de julho, dando o primeiro passo para o fim do isolamento de séculos do Japão e, conseqüentemente, para o processo que levaria ao fim do Reino de Ryûkyû.

6.4 A queda de um Império e o nascimento de um Estado: A criação de Okinawa.

A chegada dos Estados Unidos serviria para acelerar o processo do fim do xogunato Tokugawa e o retorno do poder as mãos do Imperador. Uma série de insatisfações já se acumulavam ao longo dos anos com o governo do xogunato e a chegada de potências estrangeiras. A visível diferença de poder entre o Japão e outros países aceleram tal descontentamento. Tal cenário acarretaria a Revolução Meiji (1868), um processo que modernizaria o Japão e marcaria o fim do xogunato Tokugawa. Com o início do período Meiji (1868-1912), o novo Império do Japão seguiria uma política de fortalecimento de seu exército e enriquecimento do país de forma concomitante (富国強兵, fukoku kyôhei).

Assim, ao olhar para as potências ocidentais ficava claro que era necessário ao Japão reforçar sua existência enquanto Estado moderno e receber a legitimidade de participante do cenário internacional. Para isso, políticas de conquistas de espaço como Ezo (a atual Hokkaido) foram propagadas. Os antigos domínios foram extintos, sendo tornados províncias e seus antigos governantes virando governadores (Akamine et al, 2017, p. 142).

O caso do Japão é interesse de ser observado através da abordagem da segurança ontológica. Após a quebra da rotina cultivada por mais de dois séculos em isolamento, o

país estava em uma situação de insegurança ontológica perante a instabilidade de seu sistema político e a aparente superioridade das potências ocidentais. Seria então necessário tornar-se um Estado nos moldes ocidentais. E para isso, a situação sobre a quem Ryûkyû pertencia era um contencioso a ser resolvido (Oguma, 2014, p. 16).

Com o fim do xogunato, Ryûkyû foi considerado “devolvido” ao imperador, assim como os outros domínios do Japão (Akamine et al, 2017, p. 143). Contudo, isso ainda foi visto como insuficiente aos olhos do Japão, com medidas mais concretas sendo necessárias para afirmar o pertencimento de Ryûkyû ao país. Tal chance viria em 1871 quando um navio de emissários da ilha de Miyako afundou perto da orla de Taiwan e 54 dos 66 membros da tripulação que sobreviveram foram massacrados pelos nativos ao chegar à orla. Tal incidente foi visto com alerta pelo Japão, que falava da necessidade de invadir Taiwan. A região não estava sob jurisdição da China a época, então ainda é debatido sobre como o Japão utilizou tal incidente como justificativa para intervir em uma questão do reino, afirmando que os moradores de Miyako pertenciam a nação japonesa e mostrar para a China que Ryûkyû era posse do Japão (Akamine et al, 2017, p. 146).

No mesmo ano, o Japão estabeleceu diretrizes para que o governo do rei Shô Hitsu não mantivesse mais relações independentes com a China, proibindo o envio de tributos e forçando a implementação das leis e calendário japonês, além de exigir espaço para um posto militar (Akamine et al, 2017, p. 148). Mesmo com resistência por parte do governo, em 31 de março de 1872 o rei Shô Tai deixou o castelo de Shuri, que foi confiscado pelo governo japonês para tornar-se um posto militar para suas tropas (Akamine et al, 2017, p. 151). Em 1875, foi ordenado o cessar de conexões com a China e, após protestos de pessoas de Ryûkyû, em 1879 forças militares japonesas foram levadas a Ryûkyû para forçar a questão da anexação. Em 11 de março daquele ano, foi declarado que o domínio seria abolido e se tornaria uma província no dia 31 daquele mesmo mês, sob protestos da China (Smits, 1999, p. 145). O Japão ofereceu a divisão de Ryûkyû entre Okinawa para o Japão e Miyako e Yaeyama para a China, enquanto a China ofereceu que o norte ficasse com o Japão, o sul com a China e a ilha principal fosse mantida como o reino. Contudo, nenhum acordo foi alcançado e a China só reconheceria a posse de Okinawa pelo Japão em 1895 com o Tratado de Shimonoseki (1895) (Norimatsu; McComarck, 2012, p. 05).

Para se falar sobre a anexação, também se usa o termo em japonês 処分 (*shobun*) que pode ser interpretado como lidar com um problema ou jogar fora. Akamine et al (2017, p. 164) argumenta que o próprio uso desse termo indicaria o caráter forçado da anexação

de Okinawa, deixando claro que a união entre a região e o resto do Japão precisaria ser algo construído para reforçar a ideia de Estado-nação. A própria mudança do nome refletia isso, com a substituição do Ryûkyû, derivado do Liuqiu chinês para estabelecer o nome de Okinawa (Meyer, 2020, p. 05).

Ao mesmo tempo que o governo Meiji buscou manter costumes tradicionais para evitar rebeliões e apaziguar as elites locais (Akamine et al, 2017, p. 152), a nova província passou por um processo extenso de assimilação para se enquadrar no ideal de cidadão japonês. Ao longo dos anos finais do século XIX, projetos de reforma de terras, impostos e reorganização dos territórios de Okinawa mudou a província nos moldes do resto do Japão, tornando-os cidadãos oficialmente japoneses (Akamine et al, 2017, p. 161). O japonês foi estabelecido como o idioma padrão de fala no lugar da língua de Okinawa, o *uchinaaguchi* (うちなーぐち). (Smits, 1999, p. 148). Com o estabelecimento da província, em 1873 planos de treinamento para professores foram designados, escolas para o ensino de japonês foram construídas. Até 1876, cerca de 51 escolas primárias foram estabelecidas, fornecendo material gratuito aos seus estudantes. A educação recebia bastante foco, mas era um ensino focado extremamente na ideia de ser um bom cidadão japonês (Oguma, 2014, p. 37).

Nesse cenário, ocorria uma reestruturação da narrativa histórica que reforçava Okinawa já como parte do Japão desde sempre (Oguma, 2014, p. 47). A partir dessa ideia, o idioma de Ryûkyû seria apenas uma forma de dialeto diferente do japonês, sendo normal focar no ensino de japonês padrão (Oguma, 2014, p. 50). Em 1894, cerca de 30% das crianças locais completavam a educação primária, enquanto adultos com menor instrução não recebiam apoio suficiente. Nessa situação, esses adultos eram constantemente lembrados de seu *status* diferente dos japoneses (Smits, 1999, p. 148).

Naquela realidade, construía-se concomitantemente o Japão como objetivo final de Okinawa ao mesmo tempo em que seus costumes e cultura eram pejorativos. Os nativos queriam desfazer a imagem de preguiçosos que se construiu acerca deles (Meyer, 2020, p. 06). Além disso, precisariam deixar de lado seu idioma e cultura para tornar-se realmente japoneses. Isso significava moldar suas identidades como servos do imperador e participar de rituais do Japão (Norimatsu; McComarck, 2012, p. 05).

Okinawa era uma região pobre e desprovida de grandes possibilidades exploratórias. Isso acabou por salvá-la de ser um objetivo de colonização tal como Hokkaido foi. Contudo, isso também significou que a região foi deixada de lado por algum tempo após sua anexação (Meyer, 2020, p. 01). As mudanças que ocorriam no

território central do Japão chegavam atrasadas. As reformas sobre propriedade de terra aconteceram no Japão em 1873 e em Okinawa apenas em 1899, vinte anos após o Japão tomar a região. Eleições locais para as províncias foram realizadas no Japão pela primeira vez em 1890. Em Okinawa, apenas em 1909 as primeiras eleições para os cargos da província aconteceram e em 1912 as eleições para a assembleia nacional. Em compensação, Okinawa tinha a taxa mais pesadas de impostos nacionais durante o período Meiji e Taishô (Smits, 1999, p. 149). A dependência da produção de cana de açúcar e da importação de bens do Japão dificultava a criação de uma indústria local. Contudo, o alistamento militar foi instaurado em 1898, bem antes de outras reformas políticas, enquanto a educação nacionalista era enfatizada (Tanji, 2006, p. 26).

Então, a preservação dos costumes locais ocorria ao mesmo tempo que o abandono e falta de investimento local. Okinawa naquele período foi utilizada apenas para exploração de matéria prima (Matsumura, 2015, p. 27). Uesugi Mochinori (1844-1919) e Narahara Shigeru (1834-1918) foram os únicos governadores de Okinawa que auxiliaram em sua modernização. O entendimento comum a época era que Okinawa era um local sem opções para crescimento de carreira e repleto de pessoas pró-China (Meyer, 2020, p. 04). Graças a ideia de preservar costumes antigos, reformas estruturais foram adiadas, a maioria da sociedade continuava analfabeta e nem tinha grande capacidade de infraestrutura (Meyer, 2020, p. 02). Isso contribuiria para a falta de oportunidade local perante a necessidade de trabalho em outros lugares do Japão, além de reforçar a visão preconceituosa sobre os trabalhadores de Okinawa.

Tal estagnação sobre reformas sociais e estruturais é vista por autores como Meyer (2020, p. 05) como retaliação a oposição local dos nobres de Okinawa e de sua ligação com a China. Contudo, o movimento enfraquecia à medida que a burocracia japonesa se expandia em Ryûkyû. Além disso, com o declínio da China internacionalmente, a possibilidade de retorno do reino a sua antiga soberania começava a esvaír. Logo, esse movimento contra a anexação buscava formas de preservar a identidade local mesmo após o nascimento da província de Okinawa, com tais pessoas tornando-se líderes ativos na comunidade local (Akamine et al, 2017, p. 159). Contudo, com a derrota da China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a perda do território da Coreia para o Japão com o tratado de Shimonoseki, qualquer possibilidade de renovação de Ryûkyû como independente do Japão pareceu morrer junto com o sistema internacional da Ásia com a China como seu centro (Akamine et al, 2017, p. 161).

Mesmo tornando-se oficialmente parte do Japão, é importante ressaltar a questão dessa diferença entre Okinawa e o centro do país. As pessoas tentavam se encaixar no modelo de cidadãos exemplares para conseguir seu reconhecimento. Por não sofrer preconceito de forma explícita como ocorria com os coreanos e taiwaneses, as pessoas de Okinawa já se viam como membros do Japão (Meyer, 2020; Tobe, 2006). Contudo, para autores como Smits (1999) as ações japonesas na província mostravam que ela era mais uma colônia do que uma parte real com *status* político, sendo todas as mudanças locais dependentes dos interesses da capital. Situações de ambiguidade também reforçavam essa diferença existente do centro japonês. Na Quinta Exibição Industrial de 1903, em Osaka, o Japão, como parte das potências internacionais, levou parte dos seus povos nativos para serem exibidos, dentre os quais duas mulheres de Okinawa estavam presentes junto com coreanos, Ainus e Taiwaneses (Ziomek, 2014). Tal inclusão foi alvo de repúdio por parte de vozes da imprensa de Okinawa, que se consideravam totalmente japoneses diferente dos outros povos ali presentes (Smits, 1999, p. 149). Mesmo assim, Okinawa não era considerada parte do império colonial japonês, sendo distintos do caso dos Ainus (Meyer, 2020, p. 11; Tanji, 2006, p. 26). Nesse cenário, as pessoas de Okinawa encontravam-se como existências ambíguas, tendo que abandonar suas identidades ao mesmo tempo em que nunca alcançariam um estado de real aceitação devido a essa diferença.

Nas tentativas de assimilação, ocorreram diversas releituras sobre a história da região, além da tentativa de apagar a influência da China. Intelectuais como Iha Fuyû, conhecido como o precursor dos estudos sobre Okinawa, viam a anexação por parte do Japão como o caminho da região para a modernização. O autor disseminava a teoria de origens comuns entre Okinawa e o Japão, divergindo do sistema de subordinação dupla entre Japão e China. Ao mesmo tempo, tais ideias também ignoravam a rejeição existente entre os governantes do reino de Ryûkyû a anexação, colocando tal evento como uma reunião de família acontecendo (Matsumura, 2015, p. 119). Outros intelectuais, como Ôta Chôfu também viam argumentavam favoravelmente a anexação. Contudo, o autor criticava a demora do Japão com as reformas e o tratamento injusto para com os locais, responsabilizando o governo central pelas falhas estruturais de Okinawa (Meyer, 2020, p. 09).

Mesmo aparentando estar completamente integrada, em 1920 Okinawa entrou em grave crise econômica. Isso resultou em emigração massiva para o centro do Japão, onde locais de Okinawa sofriam preconceitos similares destinados a coreanos. Nessa realidade, a ideia de unificação nacional era claramente um mito que o Japão queria construir

(Meyer, 2020, p. 03). Para melhorar tal situação, o aprendizado do japonês padrão era visto como necessário. Ao mesmo tempo que era uma tentativa de integração, o governo japonês acabava promovendo o apagamento das características únicas de Okinawa para que elas se encaixassem no molde de cidadão japonês (Smits, 1999, p. 151).

Contudo, ainda havia lacunas de desenvolvimento. Okinawa tinha apenas uma linha ferroviária. A indústria local era inexistente e o sistema de saúde e educação eram de baixa qualidade. O consumo local era altamente dependente da importação de comida do centro do Japão, ao ponto que a região foi profundamente afetada pela crise econômica seguinte a Primeira Guerra Mundial (Meyer, 2020, p. 04). A queda mundial no preço do açúcar forçou trabalhadores a vender terras ou mesmo seus filhos para conseguir algum sustento e diversas pessoas morreram devido a fome na província (Tanji, 2006, p. 24).

A imigração de pessoas de Okinawa para o centro do Japão e lugares como o Havaí e América do Sul⁴ foi estimulada pelo governo central. Por volta de 1940, cerca de 10% de pessoas da província estavam morando fora do Japão (Kazuko, 2024). No Japão eles eram alvo de preconceito, sofrendo dificuldades de conseguir moradia e emprego e sendo colocados em áreas habitadas apenas por pessoas de Okinawa, não com pessoas *yamato*⁵. Nesse período, muitos se mudaram para Osaka, estabelecendo organizações de cidadãos de Okinawa que facilitava comunicação entre eles e funcionando como uma espécie de sindicato, reforçando o orgulho da identidade de pessoa de Okinawa. Ao mesmo tempo, essas pessoas precisavam apagar suas características de Okinawa para conseguir serem mais bem aceitas (Tanji, 2006, p. 28). Com o início da guerra do pacífico em 1939, autoridades japonesas estabeleceram medidas locais para forçar maior assimilação local especialmente perante a ameaça da China na guerra. A pobreza local foi jogada como responsabilidade das pessoas devido a sua falta de compreensão do japonês (Smits, 1999, p. 151). Como parte da preparação para lidar com Okinawa e o embate contra o Japão em 1944, o exército dos Estados Unidos elaborou relatórios acerca da relação. A conclusão foi de que Okinawa não era realmente japonês, enfatizando que isso poderia ser utilizado contra o Japão.

Em relação a Segunda Guerra Mundial, Okinawa era prioridade baixa no esquema de segurança japonês. Na visão do governo, sua missão seria atrasar o avanço do inimigo

⁴ De acordo com Kazuko (2024), 415,361 pessoas de Okinawa vivem fora da província nas Américas. Na América do Sul, são 258,059 entre países como Bolívia, Brasil, Peru e Argentina. Na América do Norte, são 157,302 pessoas entre México, Canadá, Estados Unidos e outros.

⁵ Yamato (大和民族 *yamatominzoku*) é como são chamadas as pessoas do grupo étnico dominante no Japão.

sob o resto do Japão. Poucos soldados japoneses foram enviados para lá e crianças em idade escolar foram recrutadas localmente. Com o avanço das tropas dos Estados Unidos e a possibilidade de derrota japonesa a frente, os cidadãos de Okinawa foram ordenados a cometer suicídio. A ideia de morrer pelo imperador e evitar assassinato ou estupro por parte dos soldados estadunidenses era o que guiava tais ordens (Tanji, 2006, p. 40).

A Batalha de Okinawa durou de 1 de abril de 1945 até 23 de junho do mesmo ano. Mais de 62000 pessoas de Okinawa morreram na batalha pelo fim da Segunda Guerra Mundial e mais de 90% da população ficou em situação de rua após os conflitos (Kerr, 2000, p. 05). Entre 1931 e 1946, mais de 148 mil pessoas de Okinawa morreram, quase um terço da população da província (Tanji, 2006, p. 40). Com o suicídio por parte do comando local de Okinawa, o destino dos cidadãos ficou nas mãos dos militares estadunidenses. A ilha se tornou um grande depósito para material militar descartado ao mesmo tempo em que a população dependia da força militar dos EUA para sobreviver (Kerr, 2000, p. 05).

6.5 Resistência durante a Guerra Fria

Mesmo antes do Japão se render, já havia debate sobre o que seria feito em relação ao país. Contudo, a declaração de Postdam de julho de 1945 não mencionava as ilhas de Ryûkyû especificamente. Elas foram colocadas junto a um grupo de “ilhas menores” referente a questão da futura ocupação (Kerr, 2000, p. 13), reforçando tal aspecto de não pertencimento da região.

O Japão se rendeu oficialmente em 15 de agosto. A ocupação do Japão tinha como objetivo primário tornar o país incapaz de voltar a tornar-se uma ameaça internacional (United States Initial Post-Surrender Policy for Japan, 1945). Contudo, Okinawa foi submetida a uma lei marcial diferente que duraria até 1972 (Oguma, 2014, p. 04). Nesse mesmo 15 de agosto, o exército dos EUA reuniu-se com representantes dos acampamentos em que os cidadãos de Okinawa haviam se refugiado para informar que precisariam de espaço para continuar lá. Contudo, essa necessidade cresceria cada vez mais, ao ponto em que quando as pessoas puderam retornar as suas casas em outubro de 1945, os militares continuaram como parte de seus cotidianos (Toriyama; Buist, 2003, p. 401). Enquanto no Japão as reformas estadunidenses reforçavam a necessidade de políticas democráticas, participação feminina e diversidade econômica, Okinawa foi deixada em um limbo. De forma similar aos japoneses antes da guerra, os militares

estadunidenses que se destinavam a região viam tal posto como uma possível estagnação de carreira (Oguma, 2014, p. 145).

Mesmo oficialmente sendo cidadãos japoneses, pessoas de Okinawa não tinham proteção do Japão que estava sob ocupação estadunidense. Eles também precisavam viver sob essa lei, mas também não podiam contar com tal proteção já que não eram cidadãos dos Estados Unidos (Sakihara, 2009, p. 135). Essa conjuntura reforçava ainda mais a diferença entre o centro do Japão e Okinawa. Para Kerr (2000, p. 10), o Japão não veria Okinawa como parte vital de sua nação, tornando-se essencial apenas para ser utilizada como ferramenta de barganha. Além disso, mesmo com a anexação de 1879, não existia tratado formal estabelecendo o relacionamento entre ambas as partes.

Essa diferença entre as duas partes não escapou aos olhos da ocupação, que explorou tal panorama para manter sua presença o quanto pudesse aproveitar da relevância estratégica de Okinawa (Toriyama; Buist, 2003, p. 403). As ilhas Ryûkyû foram então colocadas sob tutela dos EUA por tempo indeterminado, sendo governada por leis de guerra de junho de 1945 até abril de 1952, ano que acabaria oficialmente a ocupação no Japão. Os EUA não tinham obrigação de lidar danos nem se preocupar com a economia local.

Apenas em 1952 Okinawa saiu do *status* de território inimigo (Kerr, 2000, p. 14). A ocupação estadunidense precisaria então voltar atenção para mais de 800 mil pessoas com necessidade de cuidado, diversas famílias que estavam sem casa. Ao mesmo tempo, as pessoas perdiam a área para cultivo à medida que mais instalações estadunidenses apareciam, estragando o solo para plantio a longo prazo. Dessa forma, uma grande divergência já se estabelecia entre as duas partes. Nesse cenário, além de muitos desempregados, também houve a repatriação de mais de 180 mil pessoas após 1946, com apenas 60 mil acres de terra produtiva para lidar com a produção necessária de mais de 600 mil pessoas (Kerr, 2000, p. 06).

Um orçamento de 58 milhões de dólares foi direcionado para a construção de bases militares em Okinawa em 1949 (Toriyama; Buist, 2003, p. 404). Nesse período, projetos já começavam a ser desenvolvidos para pensar em Okinawa como algo lucrativo no setor turístico, utilizando da herança de Ryûkyû e da memória da guerra (Loo, 2019, p. 182).

A reconstrução de escolas demorou a acontecer pelo receio dos estadunidenses de que a educação nacionalista reaparecesse. Restrições rígidas foram estabelecidas, com professores sendo monitorados sobre o conteúdo de suas aulas, mesmo com a barreira do idioma. Livros só puderam ser importados do Japão a partir de 1948. Nesse sentido, é

possível ver por que a Associação de Professores de Okinawa tornou-se parte essencial do movimento de reversão ao Japão, à medida que professores começaram a buscar melhoria do ambiente escolar (Oguma, 2014, p. 256).

Contudo, à medida que em que a situação internacional mudava, também mudavam os planos dos EUA para o Japão e Okinawa. Se antes a ocupação planejava preparar o Japão para ser uma nação democrática e soberana, com a ascensão da China comunista em 1949 e a União Soviética muito próxima era necessária uma mudança de planos. Isso se manifestou no chamado “Curso Reverso” (逆コース, *gyaku kōsu*) no Japão. Medidas como o incentivo a participação e diversidade políticas foram cortadas, com partidos mais à esquerda sofrendo perseguição. Além disso, se antes os criminosos de guerra estavam sendo julgados, houve uma amenização das punições, já que muitos tinham experiência política e eram vistos como possíveis aliados para os interesses estadunidenses. Nesse cenário que Nobusuke Kishi, antigo comandante de uma área colonizada pelo Japão, ia tornar-se Primeiro-Ministro na década de 1950. Era imprescindível então que o Japão fosse mantido como aliado dos Estados Unidos. No entanto, a possibilidade de rearmamento era menor. Com o Artigo 9 da Constituição promulgada em 1946 (Japan, 1946), o foco do país era em sua recuperação econômica e estabilização política.

Nesse cenário, Okinawa começava a ser transformada de “ilha esquecida” para uma “pedra angular” do pacífico (Toriyama; Buist, 2003, p. 405), tornando-se um interesse dos Estados Unidos, como também uma ferramenta de barganha a ser utilizada para acelerar o fim da ocupação nos centros do território japonês (Smits, 1999, p. 146). Seria revelado em 1979 que o imperador Hirohito teria pedido aos Estados Unidos para manter Okinawa sob sua tutela em 1947, como forma de preservar a paz (Oguma, 2014, p. 157). Tais acontecimentos reforçam a ideia de Okinawa como um local diferente do resto do Japão, além de contribuir para a noção de que a região seria um sacrifício aceitável para os interesses do Japão. Nesse cenário, torna-se possível inferir que as pessoas de Okinawa estavam em situação de insegurança ontológica construída a partir de um olhar de colonização por parte do Japão. Essa estrutura normativa se traduz na realidade material em que lá é o espaço aceitável para se colocar as bases que continuam a colocar as pessoas em situações de perigo.

A situação de Okinawa foi decidida por Japão e EUA entre 1950-1951. Os partidos Liberal, Democrata e Socialista pediram o retorno das ilhas ao Japão, enquanto o Partido Comunista argumentava que a vontade dos cidadãos de Okinawa deveria ser

considerada, dando inclusive a opção de buscar independência do Japão. Em 1951, mais de 80% da população era a favor do retorno imediato ao Japão (Inoue, 2022, p. 04), com esperança de que isso influenciasse as ações dos representantes japoneses na conferência de Paz de São Francisco (Aldous, 2003, p. 487).

A partir de 1950, se formou o *United States Civil Administration of the Ryūkyū Islands* (USCAR) para administração da região, junto com o Governo das Ilhas Ryūkyū (GRI) de caráter civil. Nesse período, a economia de Okinawa tornou-se extremamente dependente dos gastos militares dos EUA, empregando cerca de 40 mil nativos, enquanto Okinawa continuava a ficar para trás de diversos índices de qualidade de vida diante do resto do Japão (Briguglio, 1994, p. 02). A autonomia local foi mantida, mas os EUA podiam confiscar terra para as bases, tendo a USCAR a capacidade final de decisão. Okinawa tornou-se uma base militar para as guerras da Coreia e do Vietnã, sendo o único espaço a época ocupado por 27 anos (Oguma, 2014, p. 04) A Guerra da Coreia (1950-1953) deixaria de lado mais uma vez os planos para reconstrução civil. Repúdio por parte dos civis era classificado algo desnecessário de ser propagado pelo perigoso de ser considerado propaganda comunista (Kerr, 2000, p. 05). A ocupação no Japão terminaria em 1951, com a assinatura do Tratado de São Francisco (United Nations Treaty Series, 1952) Contudo, tal acordo colocava Okinawa sob jurisdição dos EUA, com diversas críticas sendo feitas a esse arranjo (Kerr, 2000) que garantia aos EUA a possibilidade de se manter em Okinawa por tempo indeterminado.

A administração dos EUA tomou uma série de medidas que moldou o desenvolvimento econômico. O dólar foi estabelecido como moeda local, infraestrutura como estradas e portos foram construídos, instituições financeiras como o Banco dos Ryūkyūs surgiram e fundos foram direcionados para reconstrução por parte da administração civil. Além disso, os cidadãos de Okinawa eram incentivados a aprender inglês para ter melhor acesso à tecnologia ocidental, com intuito de empregá-los para a administração das bases militares dos EUA localmente (Ishihara, 2004, p. 19).

Como consequência, a dependência da renda local acabou mudando do plantio da cana de açúcar para o sustento das bases militares (Klein, 1972, p. 2). De acordo com Oguma (2014, p. 339) a Okinawa da década de 1950 era uma base para vigiar a China e a Coreia do Norte e a da década de 1960, uma base de apoio militar a Guerra do Vietnã. À medida que era necessário, a ilha tinha suas instalações alteradas, tornando-se um receptáculo de bombas nucleares durante um período (Oguma, 2014, p. 339) Além disso, a USCAR manteria influência na administração civil. A fala do então presidente Dwight

D. Eisenhower (1953-1961) sobre a manutenção das bases em Okinawa por tempo indeterminado era um reflexo dessa aparente necessidade para a paz internacional (Eisenhower, 1954).

Tal cenário de intervenções na política local, insatisfação com a possibilidade de administração soberana por parte dos moradores de Okinawa perante o comando militar dos EUA daria início a um longo período de protestos em diversos locais de Okinawa. Na época o debate era principalmente encabeçado pelo Partido Socialista de Massas de Okinawa, de centro e o Partido Popular de Okinawa, de esquerda, e suas opiniões divergentes acerca da presença militar. Contudo, as tomadas de terra acabavam criando solidariedade entre os dois lados (Inoue, 2022, p. 06).

Acreditava-se que o retorno de Okinawa ao Japão significaria a remoção das bases. Ao mesmo tempo, tal possibilidade era vista com receio pela administração estadunidense pelo perigo de avanço das ideias comunistas na região. Muitas das ideias políticas que reforçavam o pedido pelo retorno eram derivadas de ativistas de esquerda no centro do Japão (Tanji, 2006, p. 81). Nesse sentido, com o esfriamento dos movimentos contra a renovação do tratado de segurança entre Estados Unidos e Japão, os chamados protestos contra o Anpo (安保闘争 anpotôshô) no centro japonês (Kapur, 2018), o movimento de resistência às bases acabou indo em duas direções. De um lado, havia pessoas que buscavam a proteção japonesa e do outro, que viam as bases como um cliente potencial para a economia de Okinawa. Shimabuku (2012) argumenta como esses dois lados tinham componentes raciais em sua estrutura normativa. O grupo buscando proteção japonesa era composto em grande parte por pessoas birraciais argumentando que Okinawa era alvo de violência extraterritorial. O outro lado falava sobre a necessidade de poder prostituir mulheres de Okinawa ao exército dos Estados Unidos como uma forma de melhorar a economia.

A partir da década de 1960, o auxílio a Okinawa por parte do Japão cresceu, ao ponto que no ano fiscal de 1966-67, ele superou o dos EUA. Ao mesmo tempo, a questão da redução das bases e da presença militar era deixada de lado, acarretando críticas da ala progressista ao governo de situação do Partido Liberal Democrata do Japão (Oguma, 2014, p. 311). Contudo, em 1970 uma mulher de Okinawa foi assassinada por um soldado dos Estados Unidos, resultando no que ficou conhecido como Rebelião de Koza. Políticos e eleitores de Okinawa pediam a jurisdição do criminoso (Aldous, 2003, p. 506) enquanto a questão de manter Okinawa sob tutela dos EUA parecia cada vez mais impossível. Seria em 1972 que Okinawa voltaria a ser uma província do Japão. Contudo, isso não

significaria a retirada das bases militares. Okinawa seria transformada de modo a enfatizar sua diferença, dessa vez para consumo do Japão.

6.6 Okinawa como espaço de consumo.

Foi decidido em 1971 que Okinawa voltaria para o Japão (Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands, 1971). Contudo, graças ao Tratado de Segurança entre EUA e Japão de 1960 (Japan-U.S. Security Treaty, 1960), os Estados Unidos podiam utilizar do território japonês para instalações militares. A questão das bases será mais bem trabalhada no próximo capítulo. Contudo, é importante ressaltar que elas continuaram lá e foi o Japão que precisou arcar com os gastos de mantê-las no território de Okinawa (Norimatsu; McComarck, 2012, p. 06). Com a reversão, o Japão pagou o total de 645 milhões de dólares, tendo que arcar com os custos de manutenção do que foi construído na ilha além de lidar com a questão de desarmamento nuclear.

Enquanto pagava pela manutenção das bases no seu território como forma de manter-se no chamado guarda-chuva militar estadunidense, também era necessário olhar para a questão do desenvolvimento de Okinawa. As bases militares foram inúmeras vezes classificadas como obstáculos ao desenvolvimento econômico da província por ocuparem espaço que poderia ser utilizado para outros negócios (Loo, 2019, p. 174). Mas, com a retirada dos EUA como administradores da província, iria mudar também aquilo que garantia a capacidade de comer as pessoas de Okinawa. Eram necessárias medidas locais para o desenvolvimento.

Nesse sentido, planos de desenvolvimento de períodos de dez anos a partir de 1972 enfatizavam a necessidade de melhorar a renda local e a expansão do setor de manufatura. Cerca de 1250 bilhões de ienes foram investidos no período entre 1972 e 1982, com 43% sendo direcionado a construção de estradas, 19% a saneamento, 18% para aeroportos, 16% para reflorestamento e terras férteis e 5% para moradia (Briguglio, 1994, p. 02). Contudo, Okinawa continuou sendo a província com menor renda no Japão, além de ter uma falta considerável de elementos essenciais para o cotidiano (Briguglio, 1994, p. 05). Logo, a economia deixou de ser dependente das bases militares dos EUA para tornar-se dependente do que era pertinente aos interesses do governo central do Japão (Briguglio, 1994, p. 14).

Mesmo antes do retorno, Okinawa já era vendida como destino turístico, com cerca de 46 mil turistas sendo esperados em 1963 oriundos principalmente do Japão, mas também de outros lugares como os EUA, Taiwan e Filipinas (Loo, 2019, p. 184) Nesse período, a imagem de Okinawa como um paraíso foi fortalecida entre os círculos militares, aproveitando para enfatizar como aquilo era um resultado do trabalho estadunidense da ocupação (Loo, 2019, p. 190). Okinawa se tornaria “O Havaí do Japão” na mídia nacional, um destino popular de viagem para turistas japoneses que queriam experimentar um paraíso sem sair do país (Loo, 2019, p. 173). Hotéis de luxo e campos de golfe foram construídos e planos para melhoria das praias locais foram elaborados. Se em 1972 o número de turistas chegava a pouco menos de meio milhão ao ano, em 1992 já passava três milhões, com a renda do turismo chegando a 345.2 bilhões de ienes em 1991. Contudo, nessa época a indústria do turismo já apresentava diversos problemas em relação ao desenvolvimento local. Os hotéis de maior qualidade em sua maioria não pertencem nem empregam cidadãos locais. Além disso, o preço de moradia e das terras aumentou muito com o tempo devido à presença dessa indústria (Briguglio, 1994, p. 08).

Para a construção dessa imagem paradisíaca, era desejada uma imagem específica de Okinawa, diferente do Japão. Enquanto as pessoas de lá queriam o desenvolvimento econômico e seus benefícios, os responsáveis pelo desenvolvimento turístico queriam lhe manter como um paraíso, evitando a construção de prédios e equipamentos modernos para manter a imagem de “Havaí”. Okinawa deveria tornar-se um destino turístico desejável para quem vinha de fora, mesmo que ignorasse as vontades de seus cidadãos (Figal, 2008, p. 95). Essa transformação foi feita enfatizando as características exóticas da cultura de Ryūkyū, criando uma imagem de diferente a ser visitado pelo resto do Japão (Figal, 2008, p. 86). Dependente de subsídios do governo central para tal desenvolvimento, a construção de Okinawa como tal paraíso foi alvo de diversas críticas. Contudo, não existiam ideias sendo propostas como alternativas para tal realidade (Matsumura, 2015, p. 08).

Autores como Shimabuku (2011) argumentam que a visão do Japão sobre Okinawa enquanto inferior moldou a forma como a região se vê como parte do país. A ideia de que Okinawa poderia lidar com a questão das bases enquanto não seria possível colocá-las no resto do Japão seria resultado dessa dicotomia sobre a região. Okinawa é parte do Japão até o momento em que seu sacrifício é necessário. Okinawa foi e continua sendo utilizada como uma forma do Japão reforçar sua própria identidade enquanto Estado-soberano ao mesmo tempo que ignora as necessidades das pessoas que ali

vivem. É um processo que deixa bastante visível o quanto o reforço de fronteiras e do papel do Estado-nação pode tornar-se algo predatório mesmo para aqueles que supostamente fazem parte desse coletivo. Nesse cenário, Okinawa tornou-se a província mais pobre do Japão (Inoue et al, 1998) caracterizada por alta taxa de desemprego, baixa renda e horários ruins de trabalho, com cidadãos em baixos níveis de competitividade se comparado aos cidadãos de outros locais do Japão (Maedomari; Essertier, 2020).

Assim, é interessante olhar para o caso de Okinawa a partir das lentes que Khalili (2017) oferece acerca de construção de estruturas em espaços de exploração colonial. Ao longo do capítulo, é explicado como em diversos momentos o Japão e os EUA construíram estruturas como estradas por exemplo que são colocadas como vantagens trazidas pela sua presença em Okinawa. Contudo, como a autora explica, tais estruturas são construídas mirando o benefício daqueles que as constroem para melhor explorar esses locais. Desde a invasão por Satsuma em 1609, a anexação ao Japão, a ocupação dos EUA e a continuidade da presença das bases militares, Okinawa continua ser um “Outro” dentro do Japão. Sua semelhança é enfatizada em certos momentos, mas também pode ser descartada como sacrifício necessário, como é o caso da presença dos EUA e de suas bases militares. É possível traçar um paralelo ao Reino de Ryûkyû dos séculos XVII até XIX, em que o reino sofria influência dupla tanto de China quanto de Japão, colocando-se em uma situação de ambiguidade. Okinawa atualmente vive dessa ambiguidade a medida em que sofre tanto com a influência dos Estados Unidos quanto do Japão, como também pelo modo em que pode ser considerada japonesa como também não-japonesa.

6.7“O Havái” do Japão

Okinawa é parte do Japão oficialmente, ao mesmo tempo que é possível discutir sobre sua distinção perante o resto do país. Sua existência desmantela qualquer mito de homogeneidade racial que possa existir no senso comum acerca do Japão, ao mesmo tempo que chama atenção para a incapacidade do governo central japonês de lidar com heranças históricas complicadas. Mesmo em situação diferente dos Ainus de Hokkaido ou de outras minorias étnicas, Okinawa foi e continua sendo colocada como um Outro dentro do coletivo nacional chamado Japão. É possível discutir que todo Estado-nação vai ter esses outros, contudo casos como o de Okinawa tornam-se mais visíveis à medida que o tempo passa justamente devido a presença de componentes

materiais que demarcam tal diferenciação, deixando de ser apenas questões intersubjetivas e normativas.

A situação de Okinawa ficou relativamente estável sob a visão internacional após a década de 1980. Com o fim da Guerra Fria, parecia que a situação na região poderia a vir melhorar. Contudo, mesmo com o fim do conflito, as bases militares permaneceram em Okinawa. E foi graças a essa presença que um incidente chamou atenção para a questão das bases, trazendo à tona toda a problemática da presença de bases militares dos Estados Unidos.

Em 4 de setembro de 1995, três soldados da marinha dos Estados Unidos foram até Naha, sequestraram e estupraram uma menina de 12 anos. O incidente foi o estopim de uma série de protestos que trouxeram novamente a atenção para a presença estadunidense localmente. Os protestos reuniram entre 60 mil e 85 mil pessoas, sendo em qualquer um dos números, o maior protesto realizado em Okinawa até aquele momento.

Os protestos não eram novidade. Como já demonstrado ao longo do capítulo, protestos fazem parte da história de Okinawa e do próprio Japão. Contudo, a presença das bases militares no fim da Segunda Guerra Mundial e ao longo da Guerra Fria tinham como justificativa a necessidade de estabilidade local e manutenção da paz regional e internacional, logo era considerado aceitável. Ao mesmo tempo, protestos realizados nas partes centrais do país sob a presença das bases e o trauma compreensível acerca delas foram resolvidos com a realocação das bases. Enquanto isso, mesmo Okinawa sendo uma parte muito pequena do Japão, continua a ser o local onde mais de 70% das bases militares dos EUA estão presentes, sendo utilizadas em momentos de conflitos como Guerra do Iraque, Afeganistão, Golfo, entre outros.

O que torna Okinawa como espaço aceitável para as bases dos EUA? Como foi demonstrado ao longo desse capítulo, sua história a tornou uma região com diferenças distintas do Japão. As tentativas de assimilação acabaram por acentuar tal diferença, ao ponto de que a região se torna sacrificial aceitável sempre que necessário e nesse ponto da atualidade, esse sacrifício é feito para a manutenção da chamada segurança internacional e da relação bilateral entre Estados Unidos e Japão.

Contudo, como já foi argumentado ao longo dessa tese, tais relações são construídas a partir da divisão de valores comuns entre as partes. Enquanto potências de relevância inegável dentro do sistema internacional como visto na atualidade, Estados Unidos e Japão colocam-se como atores com missões de proteger determinados valores específicos, geralmente enfatizando a necessidade da manutenção da paz internacional e

de sistemas democráticos. Mesmo com um histórico de conflitos durante os anos 1919-1945, a relação entre os dois países pode ser reconstruída como uma em que eles têm valores em comum.

Na ideia de manutenção da segurança internacional, Estados Unidos e Japão participam juntos de uma série de acordos relativo a questões militares. Como já foi argumentado no terceiro capítulo dessa tese, o engajamento em militarização ou militarismo não é algo que depende apenas de questões materiais como defesa, mas também como uma forma de mostrar sua relevância dentro do sistema internacional atual que foi construído e reificado ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, esses dois países têm entendimentos particulares sobre o que constitui suas identidades e como protegê-las. Assim, enquanto o engajamento em questões militares é entendido como sendo algo necessário no sistema internacional, tanto Estados Unidos e Japão tentarão lidar com essas questões de forma a não causar danos a elementos que eles considerem essenciais como parte de sua identidade, o que também inclui sua identidade física.

Logo, compreende-se aqui que, como demonstrado nesse capítulo em relação a Okinawa e no capítulo anterior em relação ao Havaí, tanto Estados Unidos quanto Japão têm áreas em seus territórios que podem ser sacrificados para a manutenção de sua identidade enquanto Estado-nação. Dessa forma, a segurança ontológica de Estados Unidos e Japão são reforçadas através da manutenção desses locais, ao mesmo tempo em que submetem esses locais a insegurança, sendo então possível questionar o papel desses dois Estados enquanto responsáveis por eles. Entender a construção desse cenário de insegurança a partir das particularidades de Havaí e Okinawa no imaginário de Estados Unidos, Japão e dentro da relação Estados e Japão no caso de Okinawa será o objetivo do próximo capítulo.

7 O desejo por estabilidade do Estado-nação e o anseio por mudanças: Ocupação, colonização dupla e resistência em Okinawa.

7.1 Introdução

No dia seguinte após o atentado de 11 de setembro de 2001, as bases militares em Okinawa entraram em alerta máximo. Para as pessoas do Japão o ataque era um acontecimento trágico, mas que não afetava seus cotidianos. Em Okinawa, onde cerca de 70% das instalações militares dos Estados Unidos presentes no Japão se encontram (Okinawa Prefectural Government, 2021) e espaço para a maior base militar do extremo oriente, o atentado significava uma situação de alerta constante e a possibilidade de um conflito batendo a porta das pessoas comuns (Akibayashi; Takazato, 2009, p.243). Cerca de 15% da ilha de Okinawa, a maior ilha do arquipélago dos Ryûkyû, e onde 90% da população vive, é ocupada pelo exército dos Estados Unidos (Oshiro, 2024, p. 03; Nishiyama, 2022a, p. 553), com as instalações e seus trabalhadores constituindo parte do cotidiano.

Presentes na província desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as bases militares dos Estados Unidos tornaram-se um componente da realidade local, constantemente se reconstruindo como normalizado ao mesmo tempo em que desafiam o lugar comum da realidade. Devido as características do tratado de segurança (Japan-U.S. Security Treaty, 1960) , mesmo estando em solo japonês as bases não são passíveis de jurisdição primária do governo nacional, não podendo ser alvos de investigação por parte do Japão. Por causa disso, os membros em Okinawa acusados de crimes podem ser expatriados pelos Estados Unidos para fugir de uma condenação, por exemplo (All Okinawa Council for Human Rights, 2022). Além do solo, a zona área e marítima de Okinawa também estão à disposição dos Estados Unidos. Mesmo aviões comerciais no porto de Naha, responsável por boa parte do fluxo de turistas na região, precisam manter um nível de voo muito baixo (Akibayashi; Takazato, 2009, p.246).

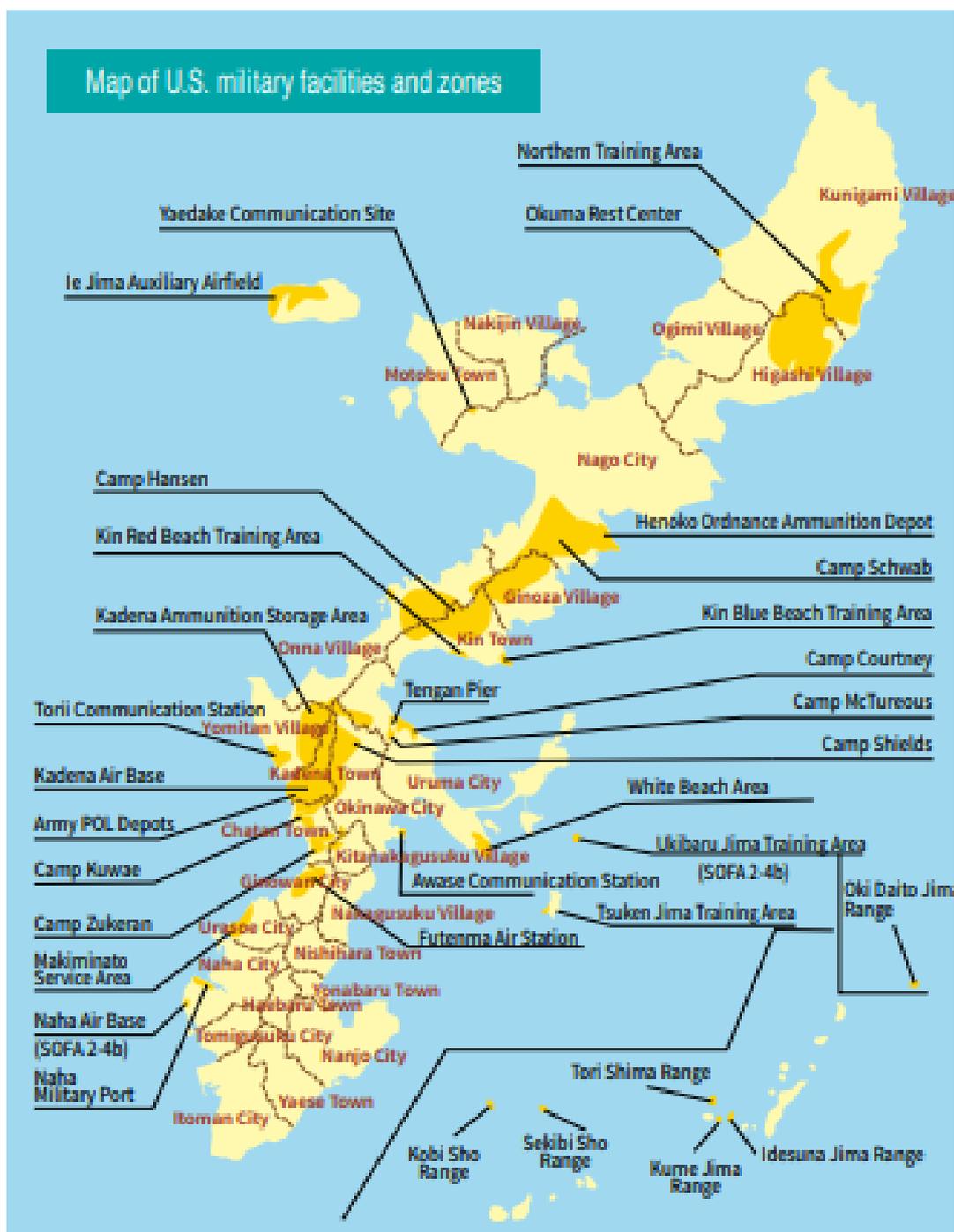


Figura 14: Mapa de instalações militares dos Estados Unidos presentes em Okinawa referente ao ano de 2021 (Okinawa Prefectural Government, 2021)

Fica visível então que Okinawa teve e continuar a ter sua realidade transformada estrutura do tratado bilateral de segurança entre Estados Unidos e Japão. No entanto, mais do que um espaço para a reificação de práticas militares, Okinawa também é espaço de construção de insegurança. Essa realidade se constrói a partir das estruturas colonizadoras

que começam com o domínio japonês com a anexação no século XIX e que seguiram com a ocupação estadunidense a partir de 1945.

a partir de entendimentos colonizadores que começaram com a dominação japonesa no século XIX e que seguiram com o domínio dos Estados Unidos a partir de 1945.

Diversos autores (Nishiyama, 2022a; Shimabuku, 2018; Tokuyama, 2013; Akibayashi; Takazato, 2009; Moriteru, 2001) argumentam que a presença militar em Okinawa é um reflexo da propagação da realidade colonizada em que espaço, cultura, economia e cotidiano estão à mercê da vontade dos dois países que agem na região, refletido na estrutura normativa do tratado de segurança. Okinawa é alvo de uma discriminação estrutural reificada a longo das décadas (Moriteru, 2001) e que é reforçada pela construção de uma imagem que se beneficiou do fato de que é uma região distante do resto do país, habitada por um grupo marginalizado, sendo alvo do que alguns autores chamam de dupla colonização (Tokuyama, 2013; Shimabuku, 2011). Essa hierarquização se constrói também através do alienamento de pessoas consideradas inferiores a partir de um componente racial, sendo interpretadas como menos importantes perante o povo japonês e estadunidense.

O entendimento dessa realidade é construído através da reificação da ignorância do resto do Japão acerca da presença militar (Nishiyama, 2022a, p. 558). A região é a parte mais fraca dentro de um triângulo relacional com os Estados Unidos e o Japão, ao mesmo tempo em que tem sua importância elevada ao *status* de essencial para a segurança internacional, enquanto a possibilidade de uma realidade sem a militarização é colocada como impossível por parte daqueles que comandam tal cenário. Esse capítulo então será dedicado a demonstrar como Japão e Estados Unidos colocam Okinawa em situação de insegurança ontológica.

7.2 Exclusão e militarização: A ocupação estadunidense de Okinawa (1945-1972)

Com o fim do conflito, a ocupação de Okinawa seguiria distinta da japonesa. Se a ocupação no centro do país levaria a criação de uma constituição democrática que levaria uma série de inovações desfrutadas pela população, Okinawa ficou isolada, longe desses direitos e à mercê das necessidades e vontades da ocupação, que acabaria formalmente em 1972.

Pessoas de Okinawa passaram o período de 1945-1947 em acampamentos improvisados pela força militar dos EUA. Quando saíram, encontraram muitas de suas

casas, túmulos de família e lugares sagrados demolidos. Tal tomada de terras continuaria por boa parte da década seguinte, especialmente com o advento da Guerra da Coreia sendo utilizado como justificativa (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 78).

Esse momento em que cidadãos tiveram posses e casas destruídas de forma arbitrária ficou conhecido pelas pessoas a época como o “Tempo das Escavadeiras e Baionetas (銃剣とブルドーザー, Jūken to burudōzā)”, em que militares da ocupação estadunidense ameaçavam tomar as terras que queriam utilizar. Cerca de 182km² de terras foram tomadas pelos Estados Unidos em 1945 sem nenhuma compensação oferecida aos donos (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251). No fim da década de 1950, já existiam cerca de 140 instalações em Okinawa, sendo em sua maioria do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos. Além de ocupar espaços residenciais, também danificavam o meio ambiente, afetavam o fornecimento de água e espaços utilizados para pesca, coleta de algas marinhas e conchas pelos moradores (Mitchell, 2020b, p. 61).

Foi nessa época também que ocorria o processo de repatriamento de indivíduos de Okinawa graças ao fim do conflito, criando uma situação de grande densidade populacional com pouca terra disponibilizada para moradia, plantio e necessidades dos locais (Nishiyama, 2022, p. 555). Além disso, aqueles também eram espaços onde seus ancestrais estavam enterrados, sendo parte de suas histórias que eram destruídas (Kawato, 2015, p. 61).

Okinawa tornou-se uma terra “fora do Estado”, em que pessoas não tinham nem cidadania dos EUA nem japonesa (Inoue, 2017, p. 42). Enquanto os japoneses tinham uma nova constituição, as pessoas de Okinawa estavam sob comando de governo militar, com advento de censura e sindicatos banidos (Mitchell, 2020b, p. 60). As pessoas que conseguiam um local para habitar viviam momento de relativa paz comparada a anos anteriores. Mesmo assim, a guerra era uma lembrança sempre presente devido à presença militar. Esta utilizava da mão de obra local barata de moradores que, mesmo receosos sobre um novo conflito, estavam desesperados para sobreviver (Tanji, 2006, p. 03). Concomitantemente, a economia local era alterada ao ponto de ter uma moeda própria até 1958, que tornou a região dependente de importações (Moriteru, 2001, p. 104)

Essa tomada de terras pela máquina militar em Okinawa é alegada como legítima por parte dos Estados Unidos que afirmavam que a região tinha espaços totalmente vazios no período anterior a guerra. Essa retórica vem de uma ideia colonialista por observar que formas de organização fora do modelo do Estado são terras não civilizadas. Seria então o trabalho da força militar dos Estados Unidos civilizar tal local. Contudo, essa ideia ignora

que, por exemplo, já em 1925, cerca de 9 mil pessoas viviam no que viria a se tornar o aeroporto de Futenma (Nishiyama, 2022, p. 556).

A noção de Okinawa como um espaço a ser explorado continuaria nos anos seguintes. Se em 1952 a grande parte das bases estavam presentes no centro do Japão, em 1960 o número já havia caído por volta de 75%. A marinha foi mandada para Okinawa e o exército para a Coreia do Sul. E quando retornasse para o Japão, Okinawa seria onde as bases se concentrariam (Moriteru, 2001, p. 102).

O histórico de apropriação de terras por parte dos Estados Unidos criou um ambiente de insegurança em Okinawa. Com isso, nasceu um movimento de resistência que continuaria mesmo com o retorno ao Estado japonês (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251). À medida que os militares tentavam ocupar mais terra, a resistência crescia seja na forma de protestos feitos localmente ou com proprietários de terra se recusando a tomar parte em contratos de aluguel. Alguns desses casos acabaram por retirar totalmente a população do local onde moravam (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 78), como no caso da ilha de Iejima que foi tomada para criar um campo de bombardeio aéreo, chegando ao ponto de utilizar gás lacrimogêneo, escavadeiras e baionetas para remover as pessoas. As casas dos indivíduos foram destruídas, seus pertences roubados e pequenos caprinos que eram abandonados foram alvos de tiros por parte de soldados bêbados com álcool roubado (Mitchell, 2020b, p. 92). Em 1955, cerca de 250 mil residentes de uma população de 675 mil foram obrigados a deixar suas casas na ilha principal e pelo menos 11 pessoas morreram na região entre 1959 e 1961 à medida que tentavam recolher metais descartados pelas bases para vende-los (Mitchell, 2020b, p. 60).

Casos assim repercutiram ao longo da década. Nesse período, um grupo de fazendeiras criou uma petição para protestar contra a desapropriação, citando a necessidade daquelas terras como espaço para garantir a continuidade de suas identidades e relações sociais (Oshiro, 2024, p. 07). Em 1951, as petições e protestos de uma vila na comunidade de Sobe foram ignoradas, com os moradores sendo obrigados a aceitar condições impostas pelas bases para não perder o pouco de terra que possuíam (Chibana, 2020, p. 06). E os proprietários que começavam a se opor a tal situação começaram a ser taxados de comunistas ou de sofrer influência de ideias comunistas (Kawato, 2015, p. 70).

Foi esse cenário que ficou conhecido como o período de Batalha por Toda a Ilha (島ぐるみ闘争, shimagurumitōsō), em que protestos explodiram por toda a região de Okinawa com início em 1956 (Tanji, 2006). As manifestações pediam o retorno das terras e que Okinawa fosse devolvida ao Japão para que a região tivesse os mesmos direitos

garantidos aos japoneses. A USCAR interveio diversas vezes, pedindo expulsão de estudantes da Universidade de Ryûkyûs envolvidos nas manifestações e ao retirar do poder o prefeito de Naha, Senaga Kamejiro, argumentando que ele um comunista. Além disso, a USCAR negava o passaporte, necessário para ir ao Japão naquela época, a todas as pessoas que classificasse como comunistas (Inoue, 2017, p. 46).

O movimento era cheio de divergências, com ideias conflituosas sobre objetivos e métodos de protesto. Contudo, as pessoas se uniam através das memórias dos horrores da guerra e a possibilidade do retorno do conflito. Essa expectativa era considerada real pela constante lembrança da guerra causada pelo complexo militar dos Estados Unidos (Tanji, 2006, p. 177).

Em meio aos protestos contra as bases havia uma diversidade imensa de indivíduos. Trabalhadores comuns, professores e donos de terra formaram organizações políticas que contribuiriam para a criação de muitos partidos políticos e organizações ativas até hoje, com os fazendeiros sendo os participantes mais ativos (Tanji, 2006, p. 53). Em 1954 se criou um grupo para investigar os crimes de direitos humanos cometidos durante a ocupação dos EUA em Okinawa, dando início a uma série de protestos também no centro do Japão (Inoue, 2022, p. 01). A perseguição a líderes locais que eram contra as bases, como o presidente da associação de professores de Okinawa, Yara Chôbyô (Aldous, 2003, p. 490) aumentou tal insatisfação. A Bandeira do Japão, que foi proibida de ser utilizada, se tornou uma forma de protesto contra a presença estadunidense (Smits, 1999, p. 155).

Seria em julho de 1955 que diversos fazendeiros se uniram para resistir a tomada de terras usadas como arrozais, milhares de pessoas da ilha de Okinawa se uniram para protegê-los. Em setembro desse ano, uma menina de 6 anos foi encontrada morta em uma das bases militares, sendo enviado de volta aos EUA apesar dos protestos dos cidadãos de Okinawa e menos de uma semana depois, uma outra criança seria estuprada por outro soldado dos EUA, reforçando a relação de violência que se estabelecia em Okinawa (Tanji, 2006, p. 70) e que será mais bem trabalhada no próximo capítulo.

Os protestos contra a presença das bases e dos estadunidenses não eram únicos a Okinawa. Foi em maio de 1955 também que ocorreu o chamado *Sunagawa Struggle* em uma das ilhas centrais do Japão, contra a ocupação de terra para uso por parte de forças militares dos Estados Unidos (Wright, 2017, p. 135). Nesse cenário, muitos japoneses fora de Okinawa apoiavam os protestos locais, causando receios para a relação entre Estados Unidos e Japão, por causa de sentimento anti-estadunidenses (Tanji, 2006, p. 73).

Os protestos incentivaram a criação dos chamados Quatro Princípios para Resolução do Problema Militar com a Terra, que seriam a renúncia dos EUA de terra, a compensação justa das terras em uso, indenização paga pelos danos causados pelos EUA e sem maiores aquisições de terra além de que aquelas que não fossem ser utilizadas deveriam ser devolvidas para os cidadãos de Okinawa (Shimabuku, 2012, p. 65)

Tal situação chegou ao ápice em junho de 1956, quando diversos protestos explodiram em Okinawa, com mais de 150 mil pessoas participando dos protestos de 20 de junho e 100 mil naqueles que ocorreram no dia 25 de junho de 1956 (Inoue, 2022; Toriyama; Buist, 2003, p. 406). O movimento de retorno em Okinawa ganhou força à medida que os japoneses se solidarizavam com a causa local. Principalmente com os protestos do Anpo (Kapur, 2018) em 1960 no centro do Japão e restrições de viagens para Okinawa diminuírem. Nesse cenário e com os protestos contra a Guerra do Vietnã que aconteciam, a pauta do “problema de Okinawa (沖縄闘争, okinawa tôsô)” entrou na pauta de forma mais firme (Inoue, 2022, p. 17). Foi durante tais protestos contra o que acontecia no Vietnã que, de acordo com Tanji (2006), ideias de que Okinawa estaria contribuindo para a opressão de pessoas sofrendo com a guerra, já que a terra de Okinawa estaria sendo usada como espaço para as bases, criando uma consciência local de que era necessário mudar a situação.

Em meio aos protestos, os Estados Unidos buscaram entrar em contratos formais com os proprietários de terra que ocupavam. Cerca de 33% das terras ocupadas após a Batalha de Okinawa eram propriedade privada. Os proprietários que escolheram aderir a contratos começaram a receber pagamento anual. No entanto, diversos proprietários ficaram conhecidos como “anti-guerra” pois tal grupo, composto por fazendeiros de vilas por exemplo, se recusava a assinar os contratos como forma de protestar a presença militar (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251; Tanji, 2006, p. 108).

Tal diversidade de opinião acerca da ideia de fornecer ou não as terras para aluguel é apenas uma das muitas divergências que as pessoas tinham sobre como lidar com a presença das bases em meio a necessidade de sobrevivência no período após a guerra. Elas eram vistas como instrumento opressor ao tomar terras, mas que para muitos podia ser uma oportunidade de sobrevivência. Por exemplo, em 1956, a venda de metais retirados de pedaços de material militar tanto japonês quanto estadunidense foi o bem mais exportado para fábricas no Japão, que começavam a se fortalecer logo após a guerra da Coreia. Nesse cenário, as pessoas de Okinawa precisavam escolher entre emigrar para o Japão ou para o exterior ou trabalhar nas bases. Caso escolhessem trabalhar nelas, eram

eles os escolhidos para fazer os serviços mais perigosos ao mesmo tempo que recebiam os menores pagamentos (Mitchell, 2020b, p. 60).

A presença das bases foi um componente que deturpou, com aval do Japão, a realidade de Okinawa. Em meio ao desespero pela sobrevivência, as pessoas precisavam escolher entre lutar contra tal presença e sofrer retaliações ou aceitá-las e tentar sobreviver. Contudo, a expulsão das pessoas da terra não foi a única ação cometida pelos militares estadunidenses que deixou traumas profundos. Para melhor compreender esse período como uma demonstração da diferença da região para o Japão ao ponto que ela foi sacrificada, torna-se necessário explorar alguns dos crimes que foram uma constante durante a ocupação.

7.2.1 Casos de violência cometidos por soldados estadunidenses durante a ocupação.

Além da tomada de terras, meninas e mulheres eram vítimas particularmente suscetíveis ao crime de violência sexual. O movimento de protestos por toda a ilha teve como gatilho um caso desse tipo. O “incidente Yumiko-chan (由美子ちゃん事件 Yumiko-chan jiken)” aconteceu em 3 de setembro de 1955, quando Yumiko Nagayama, uma menina de 6 anos, foi estuprada e morta por um soldado estadunidense (琉球新報 [Ryûkyûshinpô], 2021). O caso da menina foi um dos muitos ocorridos dentre a ocupação dos EUA até 1972.

No período após o fim da Segunda Guerra Mundial e até a Guerra da Coreia, a ocorrência de estupros era algo muito comum. Mulheres eram vítimas de estupro coletivo até mesmo em frente de sua família e soldados matavam quem tentava ajudá-las. As vítimas podiam ser idosas ou mesmo meninas extremamente jovens, como foi o caso da criança de 9 meses que foi violentada em 1949 por um soldado estadunidense, indo a óbito dois meses depois (Kuniyoshi, 2022).

Essa situação continuou ao longo da Guerra do Vietnã. Áreas frequentadas pelos soldados eram repletas de casos de assassinato e estupro, com nenhuma repreensão sendo atribuída ao responsável. Cerca de 7,4 mil mulheres eram forçadas a se prostituir na época, sendo também alvo de violência por parte dos militares (Akibayashi, Takazato, 2009, p.261). No caso dessas mulheres, que trabalhavam em lugares como a cidade de Koza, repleta de espaços de entretenimento para soldados estadunidenses, elas não apenas sofriam a violência dos soldados, mas não eram consideradas vítimas legítimas o suficiente. Na visão de autoridades e manifestantes homens contrários à presença das

bases, essas mulheres eram irresponsáveis por se prostituir e trabalharem diretamente com soldados dos EUA. A menina Yumiko seria o caso de uma vítima apropriada, na visão local, diferente dessas mulheres. O número de vítimas de violência sexual é difícil de contabilizar já que não existem relatórios oficiais pois autoridades locais não tinham direito de prender ou investigar crimes cometidos por soldados estadunidenses (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251).

Foi nesse contexto que surgiu o grupo *Okinawan Women Act against Military and Violence* (OWAAMV). Sua representante, Takazato Suzuyo, analisou a questão da prostituição de mulheres ao redor das bases e os efeitos que a presença dessas causava em mulheres a partir de 1961, um período em que muitas mulheres ainda tinham a prostituição como única forma de sobrevivência. As mulheres de Okinawa são o demográfico que esteve à frente desde sempre contra a presença militar, especialmente na divulgação em eventos internacionais para divulgar o sofrimento local devido à presença militar (Tanji, 2006, p. 153).

7.2.2 A destruição do meio ambiente por parte da força militar estadunidense durante a ocupação.

O período de ocupação também foi marcado por diversos incidentes envolvendo a degradação do meio ambiente. Com a retórica da Guerra Fria e em uma situação em que o comando militar tinha liberdade para agir da forma que achasse melhor, Okinawa foi palco para diversos acidentes ambientais que marcaram a terra e que tem repercussão até a atualidade. Apenas para receber os soldados nas bases de forma confortável, algumas medidas danosas ao meio ambiente eram implementadas. Caminhões jorravam pesticida semanalmente para matar mosquitos e campos de golfe e áreas de lazer foram preservadas com o uso de herbicidas (Mitchell, 2020b, p. 63).

Durante esse período, cerca de mil ogivas nucleares e 13 mil toneladas de armas químicas foram estocadas em Okinawa, com pelo menos três áreas sendo alvo de experimentos de armas biológicas e químicas, como agente laranja (Oshiro, 2024, p. 04). Isso acarretou doenças não somente as pessoas de Okinawa, mas também em estadunidenses que trabalhavam nas bases. A falta de restrições sob ações dos EUA permitiu a presença desse material nuclear em lugares como Base Aérea de Naha, Kadena e locais como Henoko e Chibana. Apenas na década de 1990 tal fato foi revelado ao público. (Mitchell, 2022b, p. 66).

Em 1953, o exército trouxe armas químicas pela primeira vez para Okinawa, como agente de mostarda e gás sarin no ano seguinte. Em 1963, 11 mil toneladas de toxinas foram estocadas em Chibana, resultado em mais de 13 mil toneladas de arma químicas em Okinawa por volta de 1965, material suficiente para matar todas as pessoas na região (Mitchell, 2020b, p. 73). Nesse período também, o exército levou seis canhoes atômicos para Okinawa, cada um com munição com poder similar a bomba de Hiroshima, enquanto também levou foguetes capazes de carregar bombas acopladas com agente nervoso. Em 1961, fazendeiros relataram que um empregado de uma empresa dos EUA jogou herbicida de um caminhão e o gado que teve contato a grama morreu ou foi sacrificado devido ao sofrimento. Relatos de deformidades em plantações correu por volta da década de 1960 nos jornais de Okinawa. Em 1968, um grupo de jovens correu para o hospital após nadar no mar e seus olhos doerem e lábios incharem. Mais de 200 crianças foram feridas e o exército dos EUA negou ter participação no incidente (Mitchell, 2022b, p. 66).

Em seu livro, Mitchell (2020b), entrevista soldados dos EUA e trabalhadores das bases que confirmam o uso de desfolhantes químicos e barris de químicos no litoral. Os militares se livravam dos resíduos no mar ou queimando-os, com fotografias de 1964 registrando tropas jogando material químico desconhecido no mar, além de relatos de toneladas de munição ruim sendo descartada no mar e a queima centenas de quilogramas de artilharia. Soldados dos Estados Unidos em Okinawa também foram vítimas de testes de armas químicas entre 1962 e 1974, no que ficou conhecido de Projeto 112 (Mitchell, 2012).

Com o começo do bombardeio do Vietnã do Norte em 1965, Okinawa se tornou um ponto estratégico. Em 1968, aviões da categoria *Boeing B-52 Stratofortress* foram movidos de Guam para Okinawa com o objetivo de melhor conduzir bombardeios na região do conflito (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 82). Grandes quantidades de agente laranja foram usadas na guerra do Vietnã e guardados em Okinawa durante esse período. Diversas vezes containers quebraram e a substância precisou ser enterrada próxima a cidade de Chantan (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 172). Tal material muitas vezes acabaria voltando ao Japão e ocorreria casos como os vazamentos na região de Makiminato, ocorridos em 1975 e que expôs trabalhadores a material cancerígeno. Em seu livro, Mitchell (2020b) expõe os relatórios existentes do período de 1960 até 1970, em que o litoral da base de Makiminato era um depósito de cerca de 46 mil metros quadrados, guardando material como inseticida, herbicida, ácidos orgânicos e inorgânicos, solventes orgânicos, entre outros. Para os oficiais de Okinawa que foram ao

local na década de 1970, os militares falaram que as caixas, barris e sacolas com vazamentos químicos na área não apresentavam nenhum perigo. Testes realizados na década de 1970 revelaram taxa elevada de dioxina, componente do agente laranja, chumbo e outros, no solo e mar da região. Na década seguinte, toxinas da base chegaram ao mar, resultando em morte da fauna marítima (Mitchell, 2020b, p. 128).

Mesmo décadas depois, o uso de material tóxico na época da guerra continua a ter consequências. Em 2022, surgiram evidências que a contaminação de rios e poços ao redor da Base Aérea de Kadena foram resultado de treinamentos de combate a incêndio em uma área da base utilizada durante a década de 1970 e 1980. Esse uso acabou por contaminar o rio Dakujaku, que é próximo a área de treinamento e é fonte de água para cerca de 450 mil pessoas em Okinawa. Até a atualidade o rio continua contaminado com níveis de PFAS elevados (Mitchell, 2022c).

Os casos de vazamento de material não foi a única maneira que a presença militar danificou Okinawa. Durante um teste de um projétil não nuclear em 1955 na vila de Ginoza, a explosão do teste destruiu cinquenta janelas de uma escola a cerca de 150 metros, ferindo quatro estudantes. Em junho de 1959, um jato caiu em uma escola onde atualmente fica a cidade de Uruma, matando doze estudantes e seis pessoas (Mitchell, 2022b, p. 66).

Em 1951, um tanque de combustível de um avião militar caiu e destruiu uma casa, matando seis pessoas no processo. Em 1956, uma dona de casa estava recolhendo restos de metal de munição jogada fora para vender e levou tiros de dois guardas estadunidenses. Em 1959, um jato estadunidense caiu em uma escola primária, matando 17 estudantes. Uma menina foi morta pela queda de um veículo militar de um avião em 1965, um avião matou um local e dez pessoas prestando serviço aos EUA em 1966, uma prostituta foi estrangulada por um militar estadunidense, uma garota de quatro anos e um estudante de ensino médio foram mortos por atropelamento em ocasiões diferentes em 1967. 300 casas foram danificadas pela explosão de um B-52 na Base Aérea de Kadena no ano seguinte e em 1970 uma estudante de ensino médio foi esfaqueada por um militar enquanto voltava da escola. Devido a jurisdição garantida aos EUA, nenhuma das pessoas e familiares envolvidos nesses casos pôde buscar compensação (Inoue, 2017, p. 46).

Esses são apenas alguns dos casos que ocorreram durante a ocupação. Ao mesmo tempo em que tentavam reconstruir suas vidas, os cidadãos de Okinawa precisavam lidar com a presença constante da instituição militar estadunidense. As reformas e direitos garantidos aos japoneses pareciam um sonho distante, mas era o objetivo da maioria da

população após a ocupação. Esse retorno viria em 1972, não apenas pelas demandas locais, mas pelas mudanças no cenário internacional. Contudo, precisamente por tais mudanças que esse retorno não seria exatamente como a população desejava. As bases militares continuariam em Okinawa.

7.3 Protestos por direitos e pelo fim da militarização: O retorno de Okinawa ao Japão (1972)

O movimento pacifista contrário as bases que teve seu ápice com os protestos do Anpo no centro do Japão perderam força durante a década de 1960, após a assinatura do Tratado de Segurança (Japan-US Security Treaty, 1960). Contudo, Okinawa era diferente pois foi para lá que foram as bases que deixaram o centro do país. Até 1972, as bases já ocupavam mais de 27 mil hectares de território em Okinawa (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 80)

Antes do retorno oficial, os protestos começaram a enfatizar tal vontade. As divergências eram muitas entre os manifestantes. Ao mesmo tempo em que desejavam sair da tutela estadunidense, o movimento antimilitarista via o retorno ao Japão como traição desse ideal pois o Japão era aliado aos Estados Unidos. Logo, como Tanji (2006, p. 101) destaca em seu trabalho, as pessoas precisaram fazer uma escolha entre o que parecia ser o direito a resistência e a busca por melhoria de vida. É importante lembrar que as pessoas de Okinawa não usufruíam dos direitos garantidos pela constituição japonesa de 1946, nem pelas diretrizes do tratado de segurança. A região era um espaço livre para a atuação da força militar dos EUA (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 92). O retorno ao Japão refletia a vontade local de ter direito a uma estrutura democrática, passar pelo processo de desmilitarização e conseguir melhoria de vida como ocorreu no Japão após a ocupação (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251).

Professores foram parte primordial nesse cenário de resistência. Eles sofreram perseguição pela USCAR com monções de censura em atos políticos e no conteúdo de suas aulas, tendo até mesmo seus direitos de viagem ao Japão restritos. Em 1967 ocorreu mais uma tentativa de limitar os direitos de professores que protestavam, mas cerca de 15 mil manifestantes protestaram contra a nova lei (Tanji, 2006, p. 91). Em abril de 1968, trabalhadores das bases fizeram uma greve de 24 horas devido as condições discriminatórias em seu trabalho, sendo cerca de 23 mil forçados a tirar uma licença anual.

Nesse período, diversas organizações trabalhistas organizavam manifestações se opondo a presença de armamentos militares (Tanji, 2006, p. 98).

De forma concomitante aos protestos, a discussão ocorria entre os governos do Japão e Estados Unidos. As conversas progrediram durante o governo do Presidente Lyndon Johnson (1963-1969) e do primeiro-ministro Eisaku Sato (1964-1972). O tratado de segurança entre os dois países foi firmado em 1960, mas Okinawa era um espaço de muita relevância estratégica na visão dos Estados Unidos. Okinawa era vista como uma questão a ser resolvida, especialmente com a possibilidade de maiores pressões a partir de 1970 pois seria o período em que o tratado poderia expirar a partir da vontade de uma das partes (Japan-U.S. Security Treaty, 1960) (Henry, 2022, p. 143).

Um comunicado conjunto dos líderes dos países em 1967 deixava clara a ideia de que Okinawa continuaria em posse dos Estados Unidos à medida que fosse necessária para o país, ao mesmo tempo em que o Japão tentava-se manter relevante na aliança de segurança em um cenário internacional que mudava cada vez mais (Henry, 2022, p. 147). Foi durante a presidência de Richard Nixon (1969-1974) que foi firmado o compromisso em que o Japão voltaria a ter controle de Okinawa, mas as bases permaneceriam lá para proteção da região contra ameaças comunistas naquele contexto (Henry, 2022, p. 164).

Então, a administração Sato conseguiu assegurar uma forma de manter a aliança com os Estados Unidos. Contudo, aos olhos da população de Okinawa, foi uma traição de expectativas. O discurso de Nixon garantia que conflitos como a Guerra do Vietnã estariam no foco do planejamento para Okinawa. Como resultado, diversas manifestações ocorreram, exigindo um retorno total e sem bases para o Japão. Com a ratificação do tratado de retorno assinada em 17 de junho de 1971 (The United States of America and Japan, 1971), o chefe executivo de Ryûkyû, Yara Chobyô, teve seus protestos ignorados e não compareceu ao encontro para assinatura (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 85). As mudanças que os EUA e Japão acordaram foram limitadas em relação aos desejos de desmilitarizar Okinawa, sem considerar a retirada total das bases da região. Okinawa continuaria a ser parte importante do guarda-chuva de segurança dos EUA na região a partir do tratado bilateral. A presença militar aumentou já que forças militares japonesas foram enviadas para Okinawa, tornando-se alvo também dos protestos (Kawato, 2015, p. 85)

Com o anúncio de retorno ao Japão, cerca de 2,4 mil trabalhadores das bases foram demitidos. Como resultado, diversas greves foram realizadas apoiadas por professores, funcionários públicos, estudantes e mesmo pessoas no centro do país. Contudo, o governo

de Yara Chobyō não apoiou tais manifestações pois tinha receio de atrapalhar o processo de retorno ao Japão. Além disso, os protestos contrários ao retorno foram alvo de repúdio por setores de Okinawa que afirmavam que a retirada das bases afetaria a economia local. A região estava muito para trás em questões como desenvolvimento humano e econômico se comparado ao resto do Japão (Hikotani et al 2022, p. 333). O retorno a jurisdição japonesa era visto como uma esperança de corrigir tais lacunas. Mesmo pessoas que se opunham a presença das bases acabavam divididas em relação a tal questão (Tanji, 2006, p. 102).

A maior manifestação contrária ao retorno ocorreria no ano seguinte ao comunicado conjunto Nixon-Sato realizado em novembro de 1969 (Nixon; Sato, 1969). No final de dezembro de 1970, um soldado estadunidense atropelou um morador local. O homem acabou morrendo e o soldado foi solto sem punição alguma. Ao mesmo tempo, outro soldado foi absolvido da acusação do assassinato de uma mulher em Ittoman, na ponta sudeste de Okinawa. Esses dois fatos resultaram no evento que ficou conhecido como a Rebelião de Koza (コザ暴動 *Koza bōdō*), em 20 de dezembro, na cidade de Koza, atual cidade de Okinawa. Na noite desse dia, mais de 2 mil locais protestaram contra o ocorrido, entrando em conflito com o Corpo de Polícia Militar dos Estados Unidos, incendiando mais de 82 carros (Tanji, 2006, p. 103) e depredando prédios da Base Aérea de Kadena (Nishiyama, 2022, p. 1636). O caso de Koza é visto como o ápice dos sentimentos de insatisfação e raiva que foram engolidos por décadas pelas pessoas de Okinawa. Contudo, apesar da violência contra prédios e carros, o protesto é considerado relativamente pacífico já que os manifestantes se mantiveram longe de pessoas e checavam se carros estavam vazios antes de incendiá-los (Moriteru, 2001).

Apesar dos inúmeros protestos, no dia 17 de Junho de 1971, o tratado de retorno de Okinawa ao Japão foi assinado tanto em Tokyo quanto Washington. O tratado colocava Okinawa novamente sob jurisdição japonesa, depois de 27 anos de domínio estadunidense. No entanto, também garantia o direito da força militar dos Estados Unidos de usar a região das ilhas Ryūkyū para questão de segurança, além de assegurar que nenhum tipo de punição ou compensação seria buscada por ações realizadas pelos Estados Unidos durante o seu período de comando da região (United Nations Treaty Collection No. 12037, 1971). Contudo, agora além de lidar com a presença militar dos EUA, as pessoas de Okinawa também precisariam lidar com a militarização crescente que viria com a presença das Forças de Autodefesa do Japão, que começaram a ser colocadas na região (Moriteru, 2001, p. 104).

Com a negociação dos tratados de segurança, a presença militar em Okinawa dobrou, com a densidade de bases presentes em Okinawa chegando a ser cem vezes maior do que no centro do Japão. Esse cenário resultou na migração massiva de pessoas de Okinawa para o centro do Japão e para o exterior (McComarck, Norimatsu, 2018, p. 80). Nesse período, armas nucleares também puderam ser estocadas em Okinawa, algo que só seria revelado a público em 1994 (Oguma, 2014, p. 342).

Se Okinawa tinha como objetivo restaurar a identidade nacional sob a constituição japonesa, diminuir as lacunas de qualidade de vida entre a região e o centro do Japão e reduzir o número de bases, o terceiro objetivo era o mais distante de ser realizado. Durante os anos de 1972 até o início dos anos 2000, se reduziu em apenas 16% o número total de bases na região (Masahide, 2003, p. 122). Então, mesmo que o Japão arcasse com as despesas, seria Okinawa o pilar a sustentar parte da relação estratégica com os Estados Unidos através da imposição das bases, que se mantinham algo distante da realidade japonesa (Inoue et al, 1998, p. 264). Além disso, mesmo sob jurisdição japonesa novamente, Okinawa não deixou de ser palco para crimes cometidos por soldados estadunidenses. Durante o período de 1972 e 1995, foram registradas 4790 acusações criminosas, sendo 12 casos de assassinato, 355 de roubo e 111 de estupro (Akibayashi, Takazato, 2009, p.251). É importante ressaltar que esses foram os crimes denunciados, então é possível afirmar que o número real de crimes seja maior.

Como forma de compensar a presença militar em Okinawa, o governo japonês forneceu uma série de planos econômicos para desenvolvimento local. Durante o período de 1972 a 1999, a província chegou a receber mais de 5 trilhões de ienes na forma de projetos de desenvolvimento local (Cooley; Marten, 2006, p. 571). Contudo, tais incentivos acabam por afetar drasticamente a política local. O posicionamento de candidatos a cargos políticos em relação a questão das bases era alvo de preocupação por parte dos cidadãos à medida que um candidato que expressasse maior oposição refletisse na baixa dos valores direcionados a Okinawa (Kohatsu, 2023, p. 08). Então, essas medidas são vistas como uma forma de silenciar os protestos (Masahide, 2003, p. 125) e a presença militar interpretada como um fator limitador ao crescimento independente de Okinawa (Akibayashi; Takazato, 2009, p.251). A construção de hotéis e resorts foi propagada como uma forma de investimento, mas focava nas vontades estrangeiras e do governo japonês. Além disso, ele afetava a realidade local de forma negativa, como pode ser exemplificado em casos de erosão de solo, destruição de recifes de corais e da fauna

marinha local derivados do processo de construção de tais instalações (Kohatsu, 2023, p. 12).

Em 1978, o Japão começou a pagar para auxiliar os Estados Unidos com as despesas das bases. O chamado Orçamento de Simpatia (思いやり予算, *omoiyari yosan*) é feito anualmente de forma complementar ao valor já pago pelas nações hospedeiras das bases (Oguma, 2014, p. 343). O Japão chegou a pagar cerca de 473,2 bilhões de ienes no ano de 2006 com tal gasto (Akibayashi; Takazato, 2009, p.246). Logo, a relação entre Japão, Okinawa e EUA não é vista como bilateral entre dois países, mas sim trilateral. Okinawa seria alvo constante de uma política de cenoura e porrete por parte do Japão através investimentos que prejudicam a economia local a longo prazo, enquanto o país mantém um comprometimento orçamentário gigantesco com os EUA em relação as bases (Cooley; Marten, 2006, p. 571).

A mudança na região acontecia para além da economia. A construção de locais como McDonald's e outras franquias estadunidenses alteravam fatores culturais como hábitos e gastos com alimentação (Gerson, 2009, p. 50). Além disso, a presença contínua estadunidense já começava a aparecer na demografia local. Crianças que eram frutos de relacionamentos entre mulheres de Okinawa e cidadãos estadunidenses pertencente a força militar eram alvo de abandono por seus pais e discriminação local. Antes de 1972, essas crianças não tinham direito nem a cidadania japonesa nem estadunidense (Inoue, 2017, p. 46). E mesmo com o retorno ao Japão, as mulheres de Okinawa continuaram a ser alvo de violência sexual por parte de soldados estadunidenses, com cerca de 141 casos de estupro sendo reportados no ano do retorno 1972 até 1999 (Mikanagi, 2004, p. 97).

Nesse cenário, protestos continuaram a acontecer. Moradores da vila Onna, no sudeste de Okinawa, organizaram protestos sentados na única estrada que dava acesso a área para manifestar seu repúdio a área de exercícios com munição real. Em 1982, grupos de proprietários de terras manifestaram seu repúdio, mesmo com ações do governo do Japão para garantir que as terras fossem ocupadas. Em junho de 1987, cerca de 25 mil pessoas fizeram um círculo humano para rodear a Base Aérea de Kadena (Akibayashi; Takazato, 2009, p.253). A partir de 1979, a aldeia de Shiraho, com uma população de apenas 2000 pessoas, tornou-se um centro de ativismo político ao longo da década seguinte, ao protestar contra o plano do governo da província de construir um aeroporto próximo, prosseguindo sem consulta nenhuma com a população local com que resultaria na demolição de uma montanha e recebendo um subsídio de quase 30 bilhões de ienes do governo japonês para tal projeto. Os moradores se reuniram em dezembro do mesmo ano

e em novembro de 1980 eles formaram um grupo opositor. Contudo, mesmo com a construção sendo parada, afluições de solo vermelho danificaram o recife de coral da ilha (Tanji, 2006, 132).

Tais protestos eram não violentos e acabavam por expor, para autores como McComark e Norimatsu (2018, p. 299) a contradição do Estado japonês que continuava a implementar medidas de violência contra uma de suas províncias. As manifestações colocavam em crise a aliança entre EUA e Japão, que enfrentaria ainda mais obstáculos com a chegada da década de 1990. Graças a limitações constitucionais japonesas, mesmo com a evolução das Forças de Autodefesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Pyle, 2007), o país seria cobrado no cenário mundial acerca de seu papel como ator responsável pela manutenção da paz internacional. Alçando ao posto de segunda maior economia do mundo na década de 1980 e chegando a ser visto como uma possível ameaça para a economia estadunidense, a decisão japonesa de manter-se fora de conflitos internacionais e limitar-se a lidar com tais questões de forma financeira colocava em xeque a credibilidade do Japão. Tal situação chegou ao seu ápice durante a Guerra do Golfo (Catalinac, 2007) e a crise nuclear com a Coreia do Norte entre o período de 1993 e 1994 (Kawato, 2015, p. 98).

A relação entre Japão e Estados Unidos encontrava-se fragilizada. E em 1995, a presença militar dos Estados Unidos em Okinawa seria levada aos holofotes mundiais pela primeira vez, abalando ainda mais o acordo bilateral.

7.4 A renascença dos protestos: O estupro de 1995.

Em 4 de setembro de 1995, três soldados da marinha estadunidense sequestraram e estupraram uma menina de 12 anos na cidade de Kin, onde está localizada a base de Camp Hansen. A reação local foi de raiva e ultraje imediato, trazendo de volta à realidade local os protestos do nível da Batalha por Toda a Ilha do período da década de 1950 (Tanji, 2006, p. 159). O secretário de defesa a época, William J. Perry (Kristoff, 1995) pediu desculpas pelo incidente. Além disso, cerca de 18 mil soldados da marinha foram encaminhados para aulas de conscientização sobre a cultura e costumes locais.

Contudo, o antagonismo à presença militar não diminuiu. O maior protesto foi o realizado no dia 21 de outubro (Hateruma, 2019, p. 96), reunindo cerca de 85 mil pessoas na cidade de Ginowan. Grupos de mulheres, associações de pais e professores e outros grupos da sociedade civil protagonizaram a organização desse e dos outros protestos

(Mikanagi, 2004, p. 99; Inoue et al 1998). As pessoas questionavam por que os Estados Unidos podiam manter os suspeitos sob custódia, além de pedir a redução do número de bases (Mikanagi, 2004, p. 99). Mesmo antes desse caso, até aquele ano já eram 1784 crimes registrados cometidos por pessoas a serviço dos Estados Unidos desde 1972 (Davis, 2011, p. 218).

O protesto de 21 de outubro pedia a redução célere do número de bases, acabar com os crimes cometidos pelos EUA, a compensação das vítimas e a revisão do Acordo sobre o Estatuto das Forças Armadas (Status of Forces Agreement, SOFA) que não ocorria desde o ano de seu estabelecimento (Inoue et al, 1998). O então governador de Okinawa, Masahide Ota (1990-1998) apoiou os protestos (Inoue et al, 1998) e exigiu a revisão do SOFA já no dia 19 de setembro (Mikanagi, 2004, p. 99).



Figura 15: Protesto de 21 de outubro de 1995 (NHK World Japan,2022)

Como já foi explicado, as mulheres de Okinawa tinham grande protagonismo nas manifestações e tal participação ganhou maior visibilidade após o incidente de 1995. Inicialmente, elas eram criticadas por homens dos mesmos grupos contrários as bases que repudiavam a ideia de o problema ser reduzido apenas a violência de gênero e não lidar com a presença militar na região. As reclamações diminuíram ao longo do tempo e a participação delas foi vista como essencial para ganhar maior visibilidade ao problema

de Okinawa (Tanji, 2006, p. 159). No mesmo ano, um grupo de 71 mulheres da região participou do evento *United Nations Fourth World Conference on Women* na China (Akibayashi, Takazato, 2009, p.258). Foi a partir também do incidente de 1995 que surgiu o grupo *Women for Genuine Security*, que luta por um mundo com maior segurança e sem violência militar.

A questão tomou proporções maiores quando o governador Ota confirmou que não assinaria os contratos de renovação de aluguel das bases. Ele foi repudiado pelo então primeiro-ministro Tomiichi Murayama (1994-1996), que o acusava de alienar as pessoas de Okinawa das ações do governo central (Eldridge, 1997, p. 885). Os governos de Japão e Estados Unidos precisaram então lidar com a situação já que o sentimento contrário às bases não pareceu diminuir (Mikanagi, 2004, p. 99). Nesse cenário, em novembro foi estabelecido o '*Special Action Committee on Okinawa*' (SACO) para tratar da questão da redução do número de bases (The Japan-U.S. Special Action Committee (SACO) Interim Report, 1996). Tanto o governo japonês quanto dos Estados Unidos acordou em retornar parte do território, com o fechamento da Estação Aérea do Corpo de Fuzileiros Navais de Futenma, presente no meio da cidade de Ginowan, a 12km de Naha (Hateruma, 2020, p. 107). O relatório final de abril de 1996 fez cerca de 27 recomendações para reduzir os danos das bases as pessoas de Okinawa, dentre eles pedindo o retorno de áreas das bases para Okinawa e sugerindo mudanças a serem implementadas para procedimentos operacionais e em relação a poluição sonora (The Japan-U.S. Special Action Committee (SACO) Interim Report, 1996). Contudo, o relatório argumentava sobre a necessidade da construção de uma base marítima para substituir Futenma, que seria instalada de forma a respeitar as demandas do meio ambiente (United States, 1998). Sem um local específico decidido e sem a recomendação de revisão do SOFA de 1972 (Hateruma, 2019, p. 101), o público mostrou-se contrário a mudança da base para outro local dentro de Okinawa (Kawato, 2015, p. 89). Segundo o site da própria província, a questão não estaria resolvida até hoje devido a decisão de realocação da base internamente em Okinawa ter sido feita sem o consentimento dos cidadãos (Okinawa Prefectural Government, 2016).

Em abril de 1996, quatro dias antes da visita do então presidente Bill Clinton ao Japão, foi anunciado que o número de bases em Okinawa seria reduzido em 10% (The New York Times, 1996). Nesse cenário, pesquisavam alternativas de local. Em setembro do mesmo ano, a província de Okinawa organizou um referendo localmente para pedir a opinião das pessoas de lá acerca das bases militares. Ocorrendo no dia 8 de setembro, o referendo oferecia a opção de concordar ou se opor a presença das bases. 89% dos

votantes que compareceram concordaram com a redução (Eldridge, 1997, p. 879). Contudo, apenas 59,53% dos 910 mil cidadãos aptos a votar compareceram (Mikanagi, 2024, p. 99), com abstenção de cerca de 40,47% do eleitorado (Eldridge, 1997, p. 879). Além disso, o referendo não oferecia uma solução real para o que seria feito se as bases saíssem, nem como seria feita tal redução. Essa imprecisão foi alvo de críticas por parte da população (Eldridge, 1997, p. 903). Um sindicato se opôs a tal referendo já que cerca de 8,3 mil trabalhadores de Okinawa dependiam das bases. Tal sindicato era tradicionalmente contrário a presença militar, mas nesse caso foi priorizado o emprego dos trabalhadores à época. Grupos de proprietários de terras também manifestaram opiniões contrárias, alegando preocupações sobre os feitos econômicos de tal decisão. Por fim, grupos de negócios que dependiam da presença de soldados das bases, como donos de lojas e bares também expuseram suas preocupações, criticando principalmente o governador por não oferecer nenhuma proposta alternativa aos problemas econômicos de Okinawa (Eldridge, 1997, p. 895). Então, é possível observar que a permanência das bases militares criou uma situação de dependência em que essas causavam insegurança, mas a retirada repentina dessas sem nenhuma garantia de como lidar com a economia também trazia ansiedade para a população local.

Com a pressão do judiciário e do governo japonês, o movimento de protesto de 1995 começou a desaparecer e em 13 de setembro de 1996, o governador Ota concordou em cooperar com a questão das bases três dias depois da realização do referendo, em uma ação vista como uma traição por parte da população contrária as bases (Eldridge, 1997, p. 901). No dia 17 de setembro, o primeiro-ministro japonês revelou a existência do plano de construção de um heliporto para substituir Futenma, em White Beach, nordeste da cidade de Naha e Camp Schwab, na costa da cidade de Nago, sendo escolhidos como local da construção.

Nago é uma cidade que, durante a ocupação e especialmente durante a Guerra do Vietnã, prosperou bastante devido a construção de estabelecimentos de lazer para os soldados estadunidenses. Com o fim do conflito, a cidade ficou para trás no desenvolvimento econômico (Akibayashi; Takazato, 2009, p.254). Em reação a proposta de construção da base, os cidadãos de Nago realizaram um referendo, em dezembro de 1997, manifestando sua oposição a construção heliporto. O referendo contou com 82,45% de comparecimento do eleitorado, com uma participação feminina bastante

relevante⁶(Mikanagi, 2004, p. 99). Contudo, quando o governador Ota anunciou seu apoio ao resultado do referendo, o governo japonês suspendeu o *Okinawa Policies Council*, responsável por discutir a questão das bases localmente (Mikanagi, 2004, p. 104). Tal decisão era mais um reflexo de como a questão do desenvolvimento de Okinawa estava atrelado a forma como a província respondia as bases. Para conseguir desenvolver o espaço, o governo nacional prometeu projetos de desenvolvimento, com um pacote inicial de até 3 bilhões de ienes sendo oferecidos no início de 1997. Movimentos de base como os da cidade de Nago, que enfatizavam uma proteção especial da colônia de coral, das tartarugas e dugongos da região criavam uma situação de ansiedade para o governo, que chegou a oferecer 150 bilhões de ienes como forma de incentivo fiscal para Nago (McComarck, 2003, p. 103).

Em 1998, o governador Ota perdeu nas eleições locais para o candidato apoiado pelo Partido Liberal Democrata, uma situação vista como derrota para o movimento contrário as bases. Keiichi Inamine (1998-2006) tinha apoio também do comércio local, sendo favorável a proposta de realocação da base dentro de Okinawa e concordando com o uso da área de Nago. Em um período de crise econômica nacional e com o Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto descartando a possibilidade de as bases serem movidas para fora de Okinawa naquele mesmo ano (The Japan Times, 1998), a província tornou-se ainda mais dependente do governo central e suscetível às necessidades da aliança Japão-EUA (Cooley; Marten, 2006, p. 567; Mikanagi, 2004, p. 99).

A derrota do governador é apenas um reflexo da complexidade referente a questão das bases. Ota era um opositor visível, apoiando os movimentos de protesto dos cidadãos comuns em um momento que o sentimento anti-base era bastante palpável na comunidade. Contudo, mesmo assim isso não foi o suficiente para que ele fosse reeleito (Cooley; Marten, 2006, p. 568). O repúdio às bases continuava lá, mas a falta de uma proposta sobre como a lacuna deixada pelas bases na questão econômica seria resolvida os fez optar pelo que já era conhecido e pelo que supunham que traria desenvolvimento.

Ainda no governo de Keiichi Inamine, contudo, seria acordado que o número de soldados da marinha em Okinawa sofreria uma redução de 40% até 2011. Contudo, mesmo após esse período, cerca de 11 mil soldados a serviço militar dos Estados Unidos

⁶ Em seu texto, Mikanagi (2004, p. 99) traz os dados relativos ao aspecto de gênero do referendo de 1997 em Nago. Das 752 que responderam, 51% eram mulheres e 49% eram homens. Dos 54% que se opuseram a construção do heliporto, do universo de mulheres 59% foram contrárias, com 27% sendo a favor. No caso dos homens, a votação teve maior divisão de opiniões, com 49% sendo contrários e 40% a favor.

permaneciam em Okinawa (Cooley; Marten, 2006, p. 567). A administração do novo governador não conseguiria cumprir o avanço econômico prometido, como será demonstrado mais à frente, trazendo novos questionamento acerca da base. A questão delas continuaria a ser um debate público especialmente no que concerne a situação envolvendo as instalações de Futenma e Henoko.

7.5 O caso de Futenma e Henoko.

A Estação Aérea do Corpo de Fuzileiros Navais de Futenma é uma das bases mais antigas da região e ganhou a alcunha de “Base Mais Perigosa do Mundo” (Lummis, 2018). Ocupando pouco mais de 5km² da área residencial da cidade de Ginowan, aviões e helicópteros partem da base diariamente, gerando uma série de preocupações aos residentes. Tais apreensões iam desde poluição sonora até casos como a queda de um helicóptero na Okinawa International University em 2004 (Nishiyama, 2022, p. 554; Yoshio, 2004).



Figura 16: Helicóptero CH-53D que caiu na Okinawa International University em 16 de agosto de 2004 (The mainichi,2022b)

Futenma seria a representação da presença imposta das bases com auxílio do governo do Japão, delegando as pessoas de Okinawa a lidarem com barulho, poluição, crime, dentre outros problemas, em seu cotidiano (Yeo, 2014, p. 58).



Figura 17: Base Aérea de Futenma, localizada em meio a cidade de Ginowan. Destaques para instalações de educação próximas a base. (Okinawa Prefectural Government, 2016)

Com o incidente de setembro de 1995, Futenma tornou-se palco para atenção local devido à possibilidade de que a região voltasse para a jurisdição civil de Okinawa. Tal promessa dependia, contudo, da construção de outra instalação (Norimatsu, McComarck, 2012, p. 07). Assim, surgiu a questão de Henoko, na cidade de Nago, escolhida em 2006 como o local para a nova base. Mesmo sendo sugerido oficialmente apenas após o caso de 1995, existem provas de que os militares dos Estados Unidos já miravam a região desde a época da Guerra do Vietnã (The Japan Times, 2001). A partir da década de 2000, Henoko tornou-se o centro de atenção da aliança entre os dois países, ao mesmo tempo em que o governo japonês sabia da insatisfação local acerca da possibilidade de construção da base (McComarck, 2003, p. 107).

Com a insatisfação local acerca de Henoko, Futenma também não seria fechada, sendo palco para uma série de protestos por parte dos locais. A base é interpretada como um exemplo da presença opressora dos Estados Unidos e da convivência japonesa. E a insatisfação aumentava à medida que inúmeros incidentes continuavam a acontecer. Por

exemplo, entre 2005 e 2009, ocorreram pelo menos três casos de vazamento de 2,7 mil litros de espuma formadora de filme aquoso (AFFF). Além disso, em 2016, foi revelado ao público geral que fontes de água próximas a base estavam contaminadas com altos níveis de PFAS, assim como ocorreu com o caso de Kadena que resultou no interrompimento do abastecimento de água em 2008. Em 2019, testes mostraram também que os cidadãos que usavam essas fontes de água tinham em seu sangue níveis elevados de componentes químicos como ácido perfluorooctanóico, sendo possível inferir a exposição recorrente a esse material por mais de quatro décadas (Mitchell, 2020a, p. 08).

O retorno do território na área de Futenma não colocava sob responsabilidade dos EUA retornar aquela terra da mesma forma que ela estava quando foi tomada. O país estaria livre de qualquer responsabilidade de limpeza, sendo necessário apenas remover elementos perigosos para a saúde em casos de contaminação (United States, 1998). Os terrenos das bases então seriam devolvidos com todos os danos que foram acarretados por mais de 70 anos de ocupação militar, além dos inúmeros problemas causados a exposição contínua dos cidadãos.

A questão de Futenma e Henoko afetou profundamente mesmo a política nacional japonesa na década de 2000. Yōichi Iha, prefeito da cidade de Ginowan, concordava com a ideia de que mover as instalações para Henoko não diminuiria o fardo das bases sob os cidadãos. Ele sugeriu a realocação da base para o exterior devido a densidade populacional das regiões tanto em Okinawa quanto no centro do Japão. O então primeiro-ministro, Yukio Hatoyama (2009-2010) entendeu o argumento como razoável, enfatizando que a presença militar em Okinawa seria mais relevante para a segurança internacional no que concerne os EUA do que em relação a segurança japonesa. Sendo o primeiro-ministro a ser eleito que não era pertencente ao dominante Partido Liberal Democrata, Hatoyama visitou Okinawa diversas vezes mesmo antes de assumir tendo contato tanto com argumentos sobre segurança quanto de caráter normativo acerca da rejeição da presença das bases (Nishiyama, 2022, p. 558).

Ao buscar alternativas para onde mover as bases, o primeiro-ministro recebeu rejeição tanto dos próprios ministros quando das comunidades locais para onde as bases poderiam ir (Kawato, 2015, p. 111). Okinawa era vista como resultado do que acontecia com a presença militar. Logo, enquanto o público comum tinha empatia aos desejos do público de Okinawa e era favorável a ideia de remover as bases, eles também rejeitavam a ideia de colocá-las em suas comunidades (Kawato, 2015, p. 117). Mesmo prometendo retirar as bases de Okinawa, Hatoyama acabou renunciando em 2010, afirmando que

falhou em atender as expectativas dos locais enquanto sofria pressão para resolver a questão (NPR, 2010).

Assim, a questão do fechamento de Futenma e da construção da base de Henoko continuam a ser questões não resolvidas e sempre presentes na política local. É também um assunto pertinente a aliança bilateral entre Japão e Estados Unidos que sofre abalos à medida que novos incidentes envolvendo soldados acontecem e novas possibilidades de danos locais são elencadas.

A realocação precisaria da construção de um aterro sanitário na baía de Oura para prosseguir. Tal construção vem sendo alvo de protestos, argumentando que tal base deveria ser fora de Okinawa (Nishiyama, 2022, p. 1636). Mesmo parando em 2015 devido a questões legais, a construção em Henoko começou em 2018 sem nenhuma discussão na esfera pública, com um dugongo, animal que é símbolo cultural das ilhas de Ryûkyû (Okinawa Prefecture, 2024), encontrado morto na região. Além disso, recifes de coral precisariam ser transplantados para fora do seu habitat devido ao aterramento, sendo esses os mesmos corais que já sofreram com os bombardeios causados pela presença militar durante a ocupação (Palz, 2021).

Em dezembro de 2022, uma corte japonesa negou recursos do governo de Okinawa para cessar o aterramento. Tal processo havia sido parado em 2018 pelo governo local, citando solo frágil como justificativa, mas o ministro de terras a época invalidou a decisão em 2019 (Kyodo News, 2022). O espaço marítimo que vai ser aterrado para instalação de Henoko também é apontado por ONG's como o habitat de dugongos, sendo a ameaça a tal espaço algo que pode levar a espécie a extinção (Brody, 2015).

Em 2020, o governador Tamaki enviou um pedido ao secretário de Defesa dos EUA, Mark Esper, e aos chefes militares dos postos do Havaí, Okinawa e Japão, pedindo para que os planos envolvendo Henoko fossem cancelados, citando a questão do solo frágil do mar, dos dugongos e das 5300 espécies marinhas que ali habitavam (Okinawa Prefectural Government, 2020). Contudo, em 2021, o Ministério de Defesa e Ministério da Pesca do Japão se juntaram contra a decisão do governo local de anular a permissão para transplantar recifes de corais que estavam na região de aterro para Henoko. Começando o trabalho antes da data estipulada pelo governo local para aumentar as chances de sobrevivência dos corais, as duas pastas do governo central entraram em atrito com o governo de Okinawa (The Asahi Shimbun, 2021a). Pedidos de maior cuidado e relatórios acerca de impactos ambientais foram ignorados.



Figura 18: Construção em andamento da base de Henoko, em Nago (Yamaguchi, 2019)

O prefeito de Ginowan eleito em setembro de 2024, Atsushi Sakima, apoia a retirada da base de Futenma e sua transferência para Henoko. Ele derrotou o candidato que era favorável a retirada da base e o retorno do território ao governo japonês, recebendo apoio dos movimentos contrários as bases (Kyodo News, 2024). A vitória da maioria apoiada pelo Partido Liberal Democrata na assembleia local também muda o panorama na região, que lidera a assembleia 2008. Os candidatos criticaram o governo do governador anti-base, Denny Tamaki, afirmando que suas discordâncias de Tokyo em relação a Henoko que acarretam menor investimento do governo nacional em Okinawa (The Asahi Shimbun, 2024a).

Ao mesmo tempo, uma série de incidentes em Futenma e em outras bases não apenas em Okinawa, mas em outros locais do Japão, continuam a fomentar protestos. Em abril de 2020, uma creche próxima a base de Futenma informou que espuma estava vazando do local, sendo estimado que cerca de 232 mil litros de água e AFFF vazaram e desses 148 mil tinham ido para fora da base. Os bombeiros da cidade tentaram lidar com a limpeza e não receberam ajuda dos oficiais dos EUA, que lidaram apenas com a limpeza interna da instalação. Em abril do mesmo ano, foi permitido pela primeira vez que o governo japonês entrasse na base de Futenma para inspeção (Ministry of Foreign

Affairs of Japan, 2020), mas o acesso não foi estendido a oficiais da província de Okinawa nem de Ginowan. Apenas no dia seguinte a inspeção japonesa que oficiais do governo de Okinawa puderam entrar e mesmo assim pedidos de amostras do solo foram inicialmente negados (Mitchell, 2020b).

O governador atual de Okinawa, Denny Tamaki (2018-2026), pede o encerramento das atividades em Futenma, assim como se opõe a construção em Henoko (Okinawa Prefectural Government, 2018). Em fevereiro de 2019, um referendo relacionado a realocação das bases aconteceu, com 72% dos eleitores que compareceram votando contra a realocação de Henoko, mas os resultados foram ignorados pelo governo japonês, com o então primeiro-ministro Shinzo Abe (2012-2020) afirmando que não dava mais para adiar a mudança (Al Jazeera, 2019). Logo, a questão de Futenma e Henoko continua a ser um embate entre o desejo de fortalecimento da aliança entre Japão e Estados Unidos e as vozes dissidentes de Okinawa.

O caso de Futenma e Henoko é o caso com maior visibilidade, mas está longe de ser a única questão envolvendo as bases que é alvo de protestos, especialmente pela ocorrência contínua de crimes cometidos pelos soldados estadunidenses. Segundo relatório do Escritório de Direitos Humanos da ONU de 2022, foram cerca de 6052 crimes cometidos de 1972 até 2020 por soldados, pessoas a serviço dos militares ou membros de família dos militares dos Estados Unidos em Okinawa. Entre esses números, 129 foram crimes de estupro (All Okinawa Council for Human Rights, 2022). De acordo com dados de investigação criminal da Marinha dos Estados Unidos, foram pelo menos 7 casos de violência sexual contra mulheres entre 2017 e 2019, sem que nenhum caso fosse a público e nenhuma denúncia feita a autoridades japonesas seguindo pelos procedimentos legais (Mitchell, 2021). Além disso, apenas em janeiro de 2016 que a Força Aérea dos Estados Unidos divulgou um relatório acerca do dano ao meio ambiente causado pela presença militar dos EUA em Okinawa. Cobrindo um período da metade da década de 1990 até 2015, são cerca de 415 incidentes registrados durante esse período, com 245 acontecendo desde 2010. Foram vazamentos de até 40 mil litros de combustível para jatos, 13 mil litros de diesel e 480 mil litros de esgoto, sendo apenas 23 desses incidentes alertados para as autoridades japonesas (Mitchell, 2016).

Cidades como Kin, onde está *Camp Hansen*, tem um site oficial que menciona o histórico de consequências negativas da presença militar para a cidade e ressaltando também como tal presença interfere com o desenvolvimento local. Cidades como Nago e Ginowan também tem ações similares (Hikotani et al 2022, p. 331). Em 1992, foi

oficialmente revelado que combustível e espuma para combate a incêndios estavam escapando até o mar na Base Aérea de Kadena. Mais tarde, foi revelado que cerca de 650 incidentes envolvendo o meio ambiente na instalação ocorreram entre 1998 e 2016, com 253 acontecendo depois de 2010. Tais incidentes variam de vazamentos pequenos de combustível até vazamentos enormes de cerca de milhares de litros de esgoto e combustível caindo nos rios (Mitchell, 2020b, p. 142).

Documentos relevados pelo *Freedom of Information Act* mostram que mesmo nas bases no centro japonês incidentes ocorreram envolvendo AFFF, além de contaminação de suprimento de água. Em 1997, na Estação Aérea do Corpo de Fuzileiros Navais de Iwakuni, na província de Yamaguchi, cerca 3 mil litros de espuma e água de um caminhão de bombeiro foram descartados no bueiro da base, com cerca de 12 vazamentos ocorrendo entre esse ano e 2016 nessa mesma instalação. Na Base Área de Misawa, em Aomori, aconteceram cerca de quatro descartes grandes de espumas de combate a incêndio, em que um foi jogada na rede de água que é utilizada nos campos de arroz próximos (Mitchell, 2020b). Em 2004, ainda se negava o uso de herbicidas em Okinawa, com apenas em 2011 evidências sendo levadas ao público pelo jornal *The Japan Times*, com relatos de centenas de barris de agente laranja descartados no porto de Naha e com os soldados que relataram afirmando que eles e seus filhos também adoeceram (Mitchell, 2020b, p. 90). Entre 2001 e 2015, a Base Aérea de Kadena foi responsável por soltar cerca de 23 mil litros de diversos tipos de espuma usada para combate a incêndios, com diversas contendo PFAS (Mitchell, 2020a, p. 08)

O uso militar de PFAS contaminou a água de Okinawa em diversos momentos, como em 2008 relatado na base de Kadena, entre 2014 e 2015 no rio Dakujaku próximo a base e na Estação de Purificação de Água de Chatan, que fornece água potável para sete municípios, incluindo a capital Naha (Oshiro, 2024, p. 04). Foram necessários 170 milhões de ienes em filtros de carbono ativado por ano para tratar a água, que mesmo assim não estava totalmente segura. Exames de sangue próximos a Futenma revelaram, em 2019, que os níveis de PFAS dos residentes era 4 vezes maior do que a média nacional. Relatos de outubro de 2017 mostram que contaminação do mesmo tipo também foi descoberta em bases na Coreia do Sul. Além disso, só em 2016 que AFFF foi classificada como substância perigosa, mesmo sendo utilizada secretamente em Okinawa desde 1979 (Mitchell, 2020b, p. 146).

Em maio de 2020 foi revelado que um novo vazamento de espuma tóxica para combate a incêndios aconteceu em dezembro do ano anterior (The Asahi Shimbun, 2020),

sendo mais de 200 mil litros de material vazado e alcançando áreas civis (Kuniyoshi, 2020b). Em junho de 2013, a instalação de um sistema de irrigação em um campo de futebol para crianças descobriu 108 barris de herbicidas e químicos da época da Guerra do Vietnã enterrados no local (Mitchell, 2013), com água contaminada com níveis de dioxina pelo menos vinte e uma mil vezes do que o padrão seguro. A reação dos militares foi negar a posse dos barris e responsáveis pelas crianças que podiam ter sofrido contaminação só descobririam seis meses depois após o assunto ir parar nos jornais. Os responsáveis relataram de forma anônima a doença de crianças, incluindo problemas neurológicos, respiratório, doença autoimune e até mesmo casos de câncer (Mitchell, 2020b, p. 98). Para lidar com o problema, os barris foram removidos e a área foi coberta com concreto e virou um estacionamento, ao custo de 979 milhões de ienes, sem nenhuma ajuda dos Estados Unidos (Mitchell, 2020b, p.101). De acordo com Mitchel (2020b, p. 03), até 2018 já tinham sido 12,9 bilhões de ienes pagos em impostos pelos japoneses como forma de compensação para áreas utilizadas por militares apenas em Okinawa. Em 2020, o ministério da defesa do Japão gastou cerca de 14,4 bilhões de ienes para instalar material de isolamento acústico em casas e 17,6 bilhões de ienes para melhorias do meio ambiente em Okinawa, para tentar lidar com reclamações associadas com a presença das bases (Hikotani et al 2022, p. 333). Contudo, diversos prejuízos eram mais complexos, como no caso dos corais que foram seriamente danificados pela construção de portos e rodovias (Tanji, 2006, p. 132).

Além disso, casos de assassinato e estupro cometidos por soldados ou membros do corpo de trabalho militar continuam a acontecer. No dia 4 de julho de 2001, um sargento foi acusado de estuprar uma jovem em Chatan (Folha Online, 2001). Em 2005, um soldado que vivia fora das bases cometeu violência sexual contra duas meninas de 10 e 11 anos. (Akibayashi; Takazato, 2009, p.263). O estupro e assassinato de uma mulher de 20 anos em abril de 2016 levou a mais protestos e em 25 de maio do mesmo ano, as demandas divulgadas pelos manifestantes foram a redução do número de bases militares, uma revisão do SOFA entre os dois países, o fechamento e retorno da área de Futenma, a retirada de aviões *Ospreys* da região e o cessar das construções em Henoko. Uma assembleia na província dois dias depois fez demandas praticamente iguais, mas pedindo que todas as bases da Marinha e seus soldados deveriam ser retirados da ilha (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 297).

Em 2021, um oficial da marinha dos Estados Unidos foi condenado a 3 anos de prisão por atropelar duas pessoas, levando estas a morte. O caso foi inicialmente pouco

comentado no Japão, mas após uma campanha que acarretou na liberdade do ex-oficial no início de 2024 e com a ideia de que o Japão deveria pedir desculpas por prender o homem por 3 anos, o público japonês reagiu de forma extremamente negativa afirmando que deveria ser o culpado a pedir desculpas (Yong; Tang, 2024). Em 24 de dezembro de 2023, um membro da força aérea dos EUA de 25 anos levou uma adolescente de 16 anos até sua casa e a violentou (Foster, 2024). O caso foi revelado a público apenas em Julho de 2024, com outro caso de violência sexual sendo revelado na mesma época, resultando em protestos com cerca de 100 manifestantes na frente da Base Aérea de Kadena (Nhk World Japan, 2024). Em junho de 2024, um soldado foi acusado de sequestro e estupro de uma adolescente (Extra Globo, 2024). Pessoas que vivem perto das bases aéreas de Kadena, Futenma e mesmo as bases no centro do Japão, como Atsugi e Yokota, reclamavam do barulho de aeronaves como sendo prejudicial a sua saúde, com cerca de 17 mil pessoas das comunidades locais reclamando de problemas de sono devido à presença dessas bases. A presença de soldados portando armas (沖繩タイムス [Okinawa times], 2022) perto de locais residenciais fora das grandes cidades, como em vilarejos, também é uma fonte de insegurança para os moradores (沖繩タイムス [Okinawa times], 2023). Em 2017, uma resolução de protesto (Okinawa Prefectural Assembly, 2017) foi passada de forma unânime na assembleia local após o disparo de uma bala perdida encontrado em *Camp Hansen* (Ryûkyû Shimpo, 2017a), com a resolução pedindo maiores investigações no caso, cessar os treinamentos com arma de fogo em *Camp Hansen* e revisão do SOFA. Em 2017, 22 mil habitantes foram compensados em 30,2 bilhões de ienes em um processo contra o governo do Japão, com a defesa afirmando que crianças sofriam danos a longo prazo, além do barulho ser um possível catalisador de memórias traumáticas para os sobreviventes da Batalha de Okinawa (Mitchell, 2020b, p. 141).

Uma matéria de 2024 do jornal “*The Asahi Shimbun*” classifica o Japão como a exceção das ações dos Estados Unidos em relação a contaminação de materiais tóxicos por bases militares, tomando praticamente nenhuma medida para combater a contaminação que acontece especialmente nas águas locais (Asahi Shimbun, 2024b). A falta de transparência e comprometimento com a saúde da população local por parte dos militares pôde ser vista durante a pandemia de COVID 2019, quando um indivíduo que trabalhava em uma das bases foi infectado pela variante Omicron do vírus em 2021. O governo local se ofereceu para fazer a testagem já que as instalações militares não tinham

o material disponível para fazê-lo, mas os militares dos EUA recusaram tal oferta afirmando que precisavam proteger informações pessoais ao paciente (Mitsuzumi, 2021).

Contudo, mesmo com todos os incidentes relatados, argumentar que existe um consenso total acerca da presença das bases por parte da população local seria simplificar de forma errônea das décadas de sua presença. A percepção dos cidadãos também costuma ser diferente em relação a questão da presença militar e a cidadãos estadunidenses. No geral, pessoas de Okinawa tem uma visão positiva sobre estadunidenses, de forma semelhante as pessoas de outras províncias. As bases que são o problema e, em muitos casos, os soldados não são vistos como sendo uma consequência da presença dessas bases, mas sim indivíduos a trabalho (Hikotani et al 2022, p. 343). A percepção acerca dos soldados também depende de qual grupo geracional está falando, com Arakaki (2013, p. 31) mostrando em séries de entrevistas que alguns jovens de Okinawa veem que a presença militar pode ser uma fonte de experiência internacional, não de violência. Contudo, ao tentar ignorar que a mera presença desses militares são causas de riscos aos residentes, é possível criar uma certa legitimidade e normalização acerca de sua existência. À medida que se aponta que algum indivíduo que compõem a estrutura militarizada é um fator de risco e responsável por violência, a necessidade da presença militar começa a ser colocada em xeque (Nishiyama, 2022, p. 558). A ansiedade acerca do que seria da região caso as bases deixassem o local parece coexistir junto com o repúdio a tal presença.

7.6 A economia atrelada às bases.

Pesquisas realizadas ao longo da década de 2010 revelam a resistência de pessoas de Okinawa a presença militar. Em 2017 apenas 14% das pessoas de Okinawa apoiavam a presença das bases (Graminha, 2019). Uma pesquisa do *Ryūkyū Shimpō* do mesmo ano demonstrou que 60.5% dos correspondentes eram favoráveis a remoção ou diminuição do número de bases (Ryūkyū Shimpō, 2017b). Em uma pesquisa de 2022 realizada de pelos jornais *Ryūkyū Shimpō* e *Mainichi Shimbun*, 61% dos correspondentes responderam que a concentração das bases em Okinawa é algo injusto, enquanto apenas 40% das pessoas em outros locais do Japão concordaram (Ikeda, 2022). Além disso, em 2020, 30,69,52% dos que responderam à pesquisa conjunta do *Ryūkyū Shimpō*, *Okinawa Television Broadcasting (OTV)* e *JX News Agency* responderam que, em relação a Henoko, a base deveria ser removida de Okinawa, com apenas 17,13 % apoiando a mudança para Henoko

e 2,99% apoiando que a base fosse movida para outro lugar dentro de Okinawa (Ryûkyû Shimpô, 2020). Uma pesquisa de 2023 revela que 70% das pessoas de Okinawa veem como injusta a presença das bases, mostrando também que pessoas mais jovens tendem a ter uma visão mais pessimista em relação aos movimentos contrários as bases (The Mainichi, 2023).

O apoio a diferentes níveis das bases aparece principalmente pela questão dos aspectos positivos econômicos que elas aparentam ter (Nishiyama, 2022, p. 560). Na pesquisa de 2017 do *Ryûkyû Shimpô* já citada acima, a questão das bases vinha em segundo lugar na lista de maiores preocupações dos correspondentes, com 53,8% respondendo que sua maior preocupação são os salários baixos (Ryûkyû Shimpô, 2017b). De acordo com a organização “*Be Kind Okinawa*”, mesmo com o aumento do salário-mínimo em 2023, a província ainda tinha o pior piso salarial do país. Muitas famílias têm renda insuficiente para lidar com as necessidades do dia a dia, além de Okinawa ser o local com maiores taxas de violações de leis trabalhistas do país (Be Kind Okinawa, 2023). De acordo com pesquisa de 2022 do jornal *The Asahi Shimbun*, 89% das pessoas que responderam afirmavam existir uma lacuna de desenvolvimento entre a província e o resto do Japão (Isoda, 2022). Ao mesmo tempo, pessoas das outras províncias do Japão afirmam que não querem as bases em suas comunidades e muitas vezes mantendo silêncio conivente perante as reclamações de Okinawa (Tokyuama, 2013, p. 195). Essa situação seria mais um exemplo de como Okinawa é um sacrifício conveniente para as necessidades do Japão.

Essa percepção reforça o cenário comentado anteriormente acerca da questão dos incentivos econômicos garantidos pelo governo japonês como forma de compensação a presença das bases em Okinawa. Para Tanji (2006) a maioria desse dinheiro destinado a Okinawa vem em forma de elementos que beneficiam o centro japonês, como no fomento a indústria de construção e turismo. Além disso, tais medidas danificam recursos naturais e ignoram as necessidades locais de autossuficiência. McComarck (2003, p. 107) concorda com tal argumento ao colocar que a economia de Okinawa depende de bases, serviço público e turismo. Nomeando as três esferas em japonês dos três K's (Bases [基地 *kichi*], serviço público [公益事業 *Kōeki jigyō*] e turismo [観光 *kankō*]), o autor afirma que todas elas denotam um nível de dependência do governo central e limitam as escolhas de Okinawa. Mas mesmo com o governo do Japão tentando estabelecer medidas de

compensação para Okinawa por lidar com a presença das bases, tais medidas são vistas de forma negativa pela comunidade local (Hikotani et al 2022, p. 333).

Contudo, como já explicado é impossível colocar todas as experiências locais como iguais. Em seu artigo Weinek e Sato (2019, p. 06) relatam a experiência de mulheres que trabalham em bases militares, mostrando que a maioria delas argumenta que seria melhor ter paz e não ter bases, ao mesmo tempo em que são dependentes delas por questões econômicas. Sendo uma estrutura desigual de gênero, para muitas mulheres as bases são vistas como oportunidade de emprego que elas não conseguiram em empresas locais. Mas, os autores afirmam que mesmo nesses casos, a maioria dos trabalhadores são supervisionados por estadunidenses, criando uma estrutura de poder em que os eles teriam uma posição melhor na hierarquia (Weinek; Sato, 2019, p. 07). O uso de dólares americanos por parte da economia local seria, para Takumi (1994, p. 08), outro símbolo da continuidade desse domínio local.

No entanto, relatórios de 2014 já mostravam que a fatia econômica relacionada as bases constituíam apenas 5,7% do total produzido por Okinawa (Okinawa Prefectural Government, 2016) questionando a ideia delas como essenciais para a economia local. Documentos das últimas duas décadas corroboram com tal cenário, com o governo afirmando que maior crescimento econômico seria alcançando quando o território das bases fosse utilizado para o desenvolvimento local (Hikotani et al 2022, p. 333). Tal argumento pode ser levado adiante pelo fato de que as bases ocupam boa parte da terra mais fértil e não montanhosa da ilha de Okinawa (McComarck; Norimatsu, 2018, p. 80). Além disso, mesmo com o apoio as bases por parte do governador Inamine em 2001, a economia de Okinawa não teve grande crescimento (McComarck, 2003, p. 107). É possível então entender os cortes em verbas para desenvolvimento local de Okinawa como forma de repreensão do governo nacional contra o governo local (The Asahi Shimbun, 2021b). Contudo, a medida em que as bases são construídas como algo necessário no entendimento coletivo local, elas tornam-se normalizadas dentro de uma estrutura colonial capitalista de produção (Chibana, 2020, p. 04).

7.7 Resistência na atualidade em Okinawa.

A resistência a presença das bases nunca foi totalmente apagada de Okinawa, mesmo ela sendo diferente em certos locais. A continuidade da presença militar fomentou tal crescimento que continua a desafiar o papel do Japão em seu relacionamento com os

Estados Unidos (Norimatsu; McComarck, 2012, p. 09). Durante a década de 2000, movimentos nacionalistas que desejam a independência total de Okinawa do Japão surgiram e cresceram, enfatizando uma identidade local e focando no tratamento injusto para com Okinawa por parte dos Estados Unidos e do Japão (Oguma, 2014, p. 347). Para autores como McComark e Norimatsu (2018, p. 261) a resistência de Okinawa não recebe tanta legitimidade devido a resistir contra ações de dois países que se constroem como pilares da democracia. Além disso, tais protestos também reforçam que, se as bases militares precisam estar no Japão, a responsabilidade de lidar com tal presença deveria ser igualmente dividida por todo o país, como questionado por diversos autores sobre a divisão de fardo igualitário (Maedomari; Essertier, 2020; Shimabuku, 2011; Akibayashi; Takazato, 2009).

As manifestações continuam a acontecer ao mesmo tempo em que tentativas do governo de abafá-las também. Em fevereiro de 2015, três manifestantes foram presos nos portões de Camp Schwab (McComarck; Aritza, 2017), com o ativista Hiroji Yamashiro sendo preso e detido por um dia e preso novamente em outubro de 2016 devido ao seu papel nos protestos, mantido em prisão por cinco meses sem julgamento (Amnesty Internationa, 2017). A criminalização dos manifestantes, para Nishiyama (2022, p. 1637) caracteriza uma forma de opressão pós-colonial dos nativos, reprimindo vozes contrárias a presença das bases. Para o autor, tais manifestações desafiam o *status* de “perda de soberania” por parte de Okinawa, exigindo o retorno de tomada de decisão por parte dos locais sobre aquelas terras.

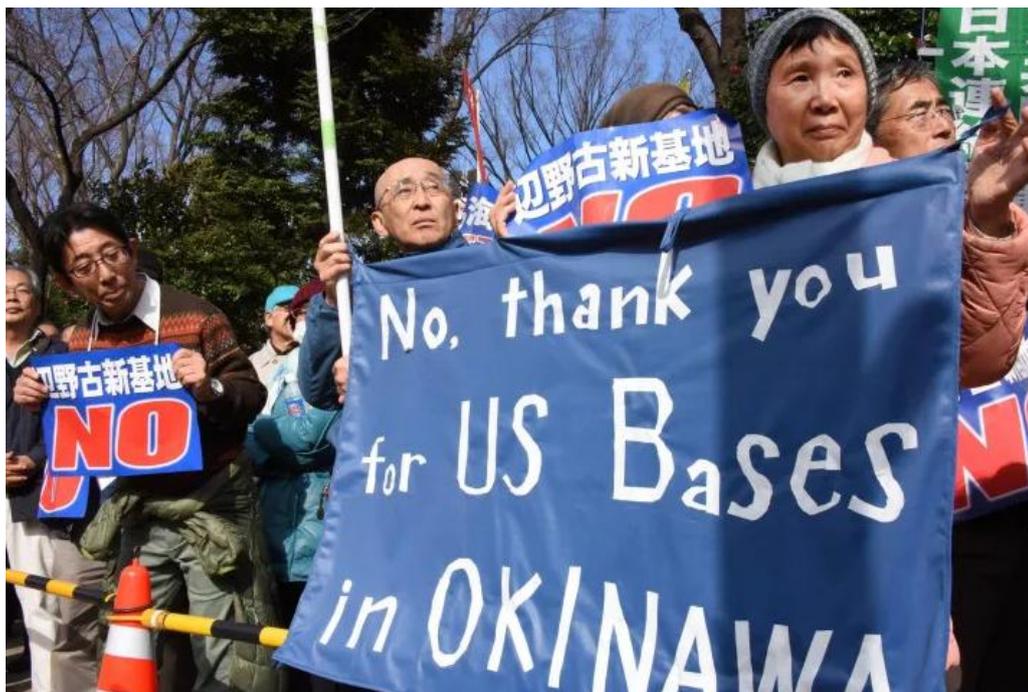


Figura 19:Protestos em 2016 pela causa de Okinawa em frente ao parlamento japonês em Tokyo. (Yamanaka, 2016).

Movimentos como o *All Okinawa Coalition Against Construction of New Base in Henoko* continuam a resistir, com esse recebendo o *Seán MacBride Peace Prize* em 2017 pela luta constante de forma não violenta contra as bases, especialmente no caso de Futenma (International Peace Bureau). Organizações focadas em questão de gênero, como a *Okinawa Women Act Against Military Violence (OWAAMV)*, se expandiram envolvendo não somente Okinawa, mas também toda a região do Pacífico que tem de lidar com a violência militarizada (Critobal et al 2024, p. 37). Estes movimentos são responsáveis por fornecer ajuda as vítimas de violência sexual, enfatizando que o encerramento das atividades militares é essencial para que ocorra a desmilitarização da estrutura local (Akibayashi; Takazato, 2009, p.263). Pescadores que residem ao redor da área de construção da base de Henoko também são parte dessa resistência devido ao impacto na pesca local (Kohatsu, 2023, p. 06). Eles são um grupo que sofrem com a presença das bases pois, desde o fim da década de 2000, cerca de 29 áreas destinadas para pesca foram separadas para treinamento militar (Akibayashi; Takazato, 2009, p.246).

Jornais locais como o *Okinawa Times* e o *Ryūkyū Shimpō* são espaços de resistência a narrativa de terra vazia, mostrando a existência de residentes antes do período pós-guerra, juntamente com associações locais que tentam restaurar a história local, como forma de lutar contra a militarização (Nishiyama, 2022a, p. 560). Mesmo na atualidade,

as bases se fazem presente através de uma estrutura legal que garante direitos de extraterritorialidade para seus soldados e, para autores como Nishiyama (2022b, p. 1629), refletindo a realidade do relacionamento colonial de Okinawa perante os Estados Unidos e o Japão. Tal questão se agrava quando as questões envolvendo a presença militar no Japão são resolvidas pelo *Japan-US Joint Committee* (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2024) que não tem uma postura de transparência total dos procedimentos realizados para com o público (Mitchel, 2020a, p. 03).

Assim, fica claro que Okinawa é um espaço em que existe sob a influência dupla de duas grandes potências. Como já foi comentado ao longo do capítulo, alguns autores classificam como uma dupla colonização, enquanto outros argumentarão que é um reflexo da influência desigual dos Estados Unidos sobre o Japão. Nessa tese, entende-se que Okinawa é um espaço em que estruturas colonizadoras continuam a ser propagadas e utilizadas para benefício desses dois Estados, mesmo que de maneiras diferentes. Enquanto os Estados Unidos buscam manter sua presença argumentada como benéfica como potência democrática, o Japão vê Okinawa como espaço para reificar sua identidade enquanto Estado nação através dos acordos bilaterais com os Estados Unidos. A questão acerca do que pode ser visto como uma crise contínua da identidade japonesa e, ainda no tema dessa pesquisa, uma questão que coloca em xeque sua segurança ontológica vai além do escopo dessa pesquisa. Contudo, é possível afirmar que Okinawa é um espaço utilizado à medida que é necessário para o Japão reificar sua identidade de Estado. E esse lugar é assim entendido precisamente porque foi um espaço construído no imaginário japonês enquanto diferente, como “parte do Japão, mas não o suficiente”.

As inúmeras situações de insegurança descritas ao longo do capítulo são muitas das formas em que a colonização de Okinawa continua agir, minando as vontades dos locais em nome do projeto de segurança legítimo desses dois Estados. De forma similar ao do Havaí, as pessoas são submetidas a inúmeras situações de violência, mas acima de tudo a alienação e sensação de não pertencimento contínua, concomitantemente ao apagamento da sua herança cultural pela necessidade de tornar aquele espaço palatável as necessidades desses locais.

Os atos de resistência descritos ao longo desse capítulo são a maneira com a qual os cidadãos podem buscar agência em uma situação que parece inalcançável. Quando o Estado argumenta sobre o que é segurança, questionar o porquê dessa securitização torna-se uma tarefa árdua. Contudo, o questionamento desse entendimento através da

resistência muitas vezes é a única forma de buscar alguma maneira de segurança sobre sua própria narrativa, como é possível inferir no caso de Okinawa.

8 Espaços de insegurança ontológica: narrativas de resistência como resposta à ansiedade.

É possível inferir que Havaí e Okinawa existem em situações de insegurança ontológica. Tal conjuntura é reificada de maneira diferente para cada um desses dois espaços. Contudo, esse cenário é resultado do processo de reificação de Estado moderno por parte do Japão e Estados Unidos através das práticas militares. Através da reificação das normas e rotinas em que se constroem como Estados fortes, narrativas opositoras a essa precisam ser excluídas. Dessa forma a reificação dessa identidade pode continuar sem elementos que exponham suas contradições, lhe colocando em situações de possível insegurança ontológica.

Como já destacado no capítulo inicial, a segurança ontológica de um agente é um processo ininterrupto. Estados Unidos mantem sua narrativa através da busca pela primazia militar que se reifica na realidade através de discursos que invocam sua história gloriosa e narrativa. Esses dois aspectos se constituem mutuamente formando tal identidade. No caso do Japão, o país passou por processo de destruição e reconstrução de sua narrativa e rotina após a Segunda Guerra Mundial. Tentativas de militarizar-se novamente de forma independente dos Estados Unidos é uma maneira de construir uma nova narrativa sobre si especialmente após as críticas da década de 1990. Esse processo ocorreria em embate com parte de sua população mesmo no centro do país que vê a constituição pacifista como parte essencial do bem-estar da nação. Tal ação seria uma forma de construir uma nova narrativa, utilizando aspectos de seu sucesso material para elevar seu *status* de grande potência.

Nesse sentido, a resistência em lugares como Havaí e Okinawa apresentam ao mundo narrativas que questionam essas identidades dos dois países. No discurso japonês, Okinawa é uma província que foi incorporada ao Estado em formação nos anos finais do século XIX, um processo comum assim como nas outras províncias. Os inúmeros protestos que ocorrem ao longo dos anos constroem uma narrativa que expõe a incapacidade do Japão enquanto Estado moderno democrático de duas maneiras.

A primeira é que mesmo após o retorno de Okinawa ao Japão, até mesmo com apoio dos cidadãos de Okinawa, o apoio a região em diversos momentos foi condicional à capacidade local de se apresentar um ponto estratégico para sua relação com os Estados Unidos. A segunda maneira vem do entendimento de Okinawa como um lugar que é possível de ser sacrificado, resultado dessa construção de Okinawa como diferente

mesmo dentro do Estado. Se antes a condição do Reino de Ryûkyû como vassalo tanto da China quanto do Japão era aceitável, tal existência contrastava com a nova narrativa tecida pelo império japonês. A anexação foi o primeiro momento desse processo de constante alienação de Okinawa por parte do agente político que se coloca como responsável pela região ao mesmo tempo em que, como mostrado ao longo da pesquisa, nega direitos básicos ou usa o espaço sem considerar a opinião dos locais. Os protestos utilizados como exemplo são apenas alguns de forma de reação por parte de Okinawa dessa alienação que resulta em sua insegurança ontológica.

Isso pode ser observado na realidade material pela presença das bases, mas também nos processos que constroem tal conjuntura em que, como exemplificado, as opiniões das pessoas de Okinawa são consideradas até mesmo um estorvo para a narrativa japonesa. Discordâncias existirão dentro do estado democrático que o Japão se propõe a ser. Mas a partir do momento em que um determinado grupo continua a sofrer alienação e é colocado em uma categoria de cidadãos que não tem acesso propriamente dito a seus direitos, é possível constatar uma falha desse país com aquela parcela da população. A presença das bases militares é o constante reflexo na realidade dessa diferença construída através de uma estrutura colonizada entre Okinawa e o resto do Japão.

O caso do Havaí tem semelhanças e particularidades. Ao mesmo tempo em que ocorreu o apagamento das pessoas nativas das estruturas de decisão acerca de suas vidas, tal apagamento se construiu também na realidade através da mudança demográfica resultantes das medidas exploratórias por parte dos colonizadores na região. Aconteceu uma inversão de quem estava no comando devido à destruição da narrativa nativa que foi construída ao longo dos anos. Através da doença e da narrativa colonizadora dos missionários cristãos estadunidenses, o reino do Havaí mudou de dentro para fora através dos interesses daqueles que ali se criavam.

Uma diferença interessante de apontar em relação a Okinawa é que os responsáveis pelo golpe contra a monarquia em 1893 eram em boa parte cidadãos nascidos no Havaí, mas que tinham a existência marcada pela questão da raça em ambiente em que a narrativa e identidade dos nativos foi a responsável por construir a estrutura de ordem durante séculos. Logo, diferente do Japão unificado que tomou Okinawa como vassalo em 1609 e o Japão imperial que anexou Okinawa em 1879, a mudança da estrutura do Havaí ocorreu por parte de pessoas que viam a necessidade de mudar a estrutura local para aderir a narrativa da identidade deles enquanto sendo *haoles*. A construção de grupos como o *Hawaiian Security League* é um exemplo disso, sendo a tentativa de construir uma nova

identidade concomitante a necessidade da estrutura material para a manutenção do Havaí no sistema capitalista de produção.

É importante ressaltar que a subjugação desses espaços acontecia pela necessidade de dominar aqueles espaços pelo aspecto material quanto pela ideia da construção de uma narrativa em comum. No Havaí concomitante as questões da manutenção das plantações de cana de açúcar, a retórica era de que o espaço era um símbolo do caldeirão multiétnico que era os Estados Unidos, da força da nação de imigrantes. Em relação a Okinawa, a narrativa era acerca dos laços históricos em comum entre Japão e Ryûkyû, ao mesmo tempo em que era uma forma de reforçar as fronteiras do país.

Então, é necessário reforçar aqui as semelhanças apontadas no capítulo 2 da tese mais uma vez:

- a) Um espaço isolado geograficamente do centro do país.
- b) Local habitado por grupo racializado que é alvo de discurso sobre inferioridade cultural por parte do centro.
- c) Esse local é utilizado pela narrativa daquele país para reforçar sua identidade dentro do sistema internacional
- d) Uma distinção entre o centro e aquele local/grupo acerca de questões como investimento ou desenvolvimento.
- e) A maneira mais profunda e arraigada que essa distinção historicamente construída aparece na realidade material é através da presença de bases militares.

A militarização de Havaí e Okinawa ocorre através da lógica de dicotomia dentro/fora que permeia a ideia do Estado moderno. Contudo, tal militarização gera insegurança e ansiedade para esses dois locais. A insegurança física propriamente dita pode ser facilmente comprovada através da série de incidentes que foram expostos ao longo das páginas dessa pesquisa. A insegurança ontológica é inferida através da constante ocorrência de protestos e movimentos de repúdio que demonstram a alienação de pessoas desses locais por parte do governo nacional. Isso é expresso através de medidas que destroem a possibilidade de escolha por parte desses grupos. Reiterando a noção de que a segurança ontológica garante a capacidade daquele determinado agente de construir sua narrativa através de um cotidiano de rotinas conhecidas. Esses componentes não estão presentes na realidade de Okinawa e das pessoas do Havaí, mas especialmente a dos

nativos. Isso é constatado a medida em que essas pessoas sofrem alienação do processo de escolha, como demonstrado no caso de Okinawa em relação aos protestos do estupro de 1995, em que os investimentos locais ficaram atrelados a aceitação local das bases. Outro exemplo a ser considerado é a constante destruição do meio ambiente em lugares do Havai. As ações militares não apenas destroem a capacidade de sustento dessas pessoas, mas também as impedem de ter contato com parte de sua crença e de suas narrativas históricas, algo que o próprio governo estadunidense fez ao tornar o havaiano uma língua “inferior” no período de anexação, como também ocorreu em Okinawa. Todas essas questões se refletem na realidade material em que esses espaços habitados por esses grupos têm maior fragilidade econômica, social, dentre outros, mas também não tem um espaço para protestar de modo que não precise lidar com as práticas militares do Japão e dos Estados Unidos.

8.1 O caso do Havai

O Havai é um espaço de insegurança ontológica. Mas em seu caso particular, isso se reflete especialmente para os grupos nativos havaianos. Isso não significa que outros grupos étnicos que morem ou nasceram no Havai não sintam essa insegurança de alguma forma também, mas pelo que foi exposto nessa tese em relação ao reino do Havai e sua anexação, as bases militares reforçam a realidade de colonização e destruição iniciada e reforçada com a deposição da monarquia do Havai.

Como apresentado no quarto capítulo, os nativos do Havai mantinham uma rotina e narrativa estabelecidas ao longo dos séculos, construída através de suas crenças e relações políticas entre as ilhas que futuramente formariam o reino do Havai. A chegada dos ocidentais a partir do século XVIII traria uma série de transformações que refletiriam na estrutura da organização política do reino. A presença da cultura de europeus era vista como possibilidade de modernização por pessoas da monarquia. Estrangeiros começaram a entrar no governo como conselheiros, além de fazer parte do comércio e trocas locais.

Contudo, é importante ressaltar a questão da relevância dos missionários cristãos estadunidenses que estavam no Havai para a construção dessa estrutura dupla dentro do reino que levaria a sua queda. Se inicialmente os missionários foram com a ideia de manter-se distantes das questões políticas, a medida em que eles começaram a ter filhos que cresceriam na região, eles buscaram conseguir melhores formas de vida para essas crianças. Então, eles tornaram-se responsáveis por reproduzir uma estrutura em que seu

conhecimento era colocado como superior. Isso pode ser visto, como exposto no capítulo 4, pelo fato de que os missionários auxiliaram na construção do alfabeto havaiano escrito ao mesmo tempo em que eles não ensinavam tal idioma a suas crianças, colocando-o como uma forma de dialeto desnecessário e inferior se comparado ao inglês dos Estados Unidos. Logo, tudo que era do modo de vida nativo era considerado inferior e a forma de vida moderna e ocidental seria superior.

Tal cenário se intensificou à medida que a série de doenças que chegaram com os ocidentais eram vistas como provas de falhas da crença nativa perante a crença cristã ocidental. Naquele momento e especialmente com a morte de Kamehameha I e a quebra do sistema *kapu*, a rotina e narrativa do Havaí passava por um processo de mudança devido a esses traumas. É possível então inferir que aceitação da crença missionária cristã e a abertura maior para pessoas ocidentais na estrutura de ordem local ocorreu como forma de lidar com a ansiedade devido a essa situação de insegurança.

Jovens *haole* que cresceram localmente se viam como parte do Havaí, ao mesmo tempo que também eram estadunidenses. Essa identidade particular entrava em conflito com a narrativa dos nativos havaianos ligados a monarquia soberana. Concomitantemente, o Havaí tornava-se uma zona de interesse para esses grupos devido a sua participação crescente no comércio. Ao mesmo tempo em que esse comércio favorecia principalmente esses grupos de elites brancas, trazia a alienação dos nativos por ser uma forma diferente de uso da terra. Noções como propriedade privada eram ideias novas consideradas parte da modernização no Havaí, mas que abandonavam os nativos e, como exposto, mesmo medidas como o *Mahele*, geraram ainda mais alienação nesses espaços. Logo, o que acontecia era um processo de destruição da identidade nativa que se refletia na realidade especialmente a partir da destruição do modo de uso tradicional de suas terras. Formas de tentar lidar com tal ansiedade, como ocorreu pelos posicionamentos da rainha, foram alvo de repúdio. A retórica acerca do Havaí como parte dos Estados Unidos foi utilizada naquele momento para justificar o golpe como forma de proteger a segurança local. O ocorrido de 1893 foi mais um reflexo dessa dicotomia. Um ponto comum entre as identidades nativas e dos missionários não foi alcançado, especialmente devido a identidade do grupo cristão sempre se colocar como uma identidade superior e civilizatória.

Com a derrubada da monarquia do Havaí, o processo de alienação dos nativos da estrutura de ordem se exacerbou. A anexação por parte dos Estados Unidos, transformar a região em território e, décadas a frente, em seu 50º estado, seria mais um passo desse

processo. Mesmo antes da anexação, a força dos Estados Unidos foi utilizada como forma de intimidação contra opositores das ações dentro do reino, como no momento da assinatura da constituição de 1887, ou durante o golpe de 1893. O uso da terra dos nativos para abarcar instalações militares em detrimento desses espaços serem utilizados como eles querem seria um reflexo dessa estrutura. Os pedidos de reversão da decisão de tomar o poder da monarquia com apoio de parcela relevante da população nativa, como exposto no capítulo quatro, foi uma forma de alienação em razão da construção do Havaí como um espaço de uso dos Estados Unidos. Isso se refletiria na realidade à medida em que os nativos não receberiam espaço suficiente para participar do processo de decisão, como também à medida que eles passavam pela assimilação aos Estados Unidos a partir do discurso de nação de imigrantes. Na realidade, o que acontece no Havaí e com sua população nativa é um reflexo dessa estrutura de colonização construída.

É possível argumentar que, diferente do caso do Japão, os Estados Unidos têm a maior força militar do mundo e não é algo incomum um dos estados do país ter uma força militar relevante. Contudo, a presença dessas instalações é responsável por acarretar insegurança ontológica devido a ser uma memória dessa anexação forçada, como também demonstrar uma de dominação contínua e subjugação de espaços que são considerados sagrados por pessoas nativas do Havaí. As práticas militares que ocorrem na região são o reflexo na realidade dessa alienação da identidade nativa.

8.2 O caso de Okinawa

Okinawa é um espaço onde a insegurança ontológica se construiu como cotidiano. Tal constatação pode parecer contraditória ao entender que a segurança ontológica se constrói através do estabelecimento de uma rotina, mas é necessário entender que essa construção de insegurança ontológica observada na realidade é resultado de uma série de eventos acontecendo ao longo do tempo que foram expostos no capítulo seis.

Indivíduos e espaços são passíveis de mudança. Isso é algo que a abordagem utilizada prevê, que essa rotina e identidade precisarão ser sempre reconstruídas. O fato é que Okinawa continua sem espaço para a construção dessa rotina da forma desejada desde o período de anexação, quando o Japão tomou Okinawa como parte de sua identidade enquanto Estado-nação. Mesmo no sistema de dupla vassalagem, o reino de Ryūkyū construiu uma narrativa própria e independente dentro do sistema asiático, com a China e o Japão como influências e uma estrutura de ordem e governos que era reificada ao

longo do tempo. Com a queda da China e a ascensão do Japão, tal narrativa e a rotina cuidadosamente construída ao longo dos séculos foram destroçadas. A estabilidade se perde com a anexação e Ryûkyû deixa de ser uma identidade própria independente. A mudança de nome para Okinawa é um reflexo desse apagamento e suas práticas foram julgadas como inferiores. Ryûkyû precisava se adequar as novas práticas impostas pelo Japão, enquanto esse construía um império nos moldes de Estado forte. Concomitantemente, Okinawa tornava-se parte do Japão, mas também era deixada de lado. Era um símbolo do Estado forte japonês que superou a China na Ásia, ao mesmo tempo que não era vista como relevante ao ponto de ser explorada. Logo, foi um espaço ignorado, sendo possível ver já nesse momento a questão da percepção da região como uma moeda de barganha quando necessário para o Japão. Então, uma rotina de alienação das pessoas de Okinawa foi estabelecida, isolando-as do processo de decisão sobre o que aconteceria em relação a sua região.

À medida em que a realidade se construía com Okinawa como parte do Japão, a região estaria presa a uma realidade dupla. Seus cidadãos buscavam tornar-se bons cidadãos japoneses, súditos do imperador. Ao mesmo tempo, a diferença entre Okinawa e as outras províncias era evidente, por questões culturais, geográficas e, como resultado dessas duas questões, pela falta de investimento e modernização local.

A entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial piorou a situação para Okinawa. A região tornou-se uma barreira física contra os inimigos do Japão e as pessoas de lá eram consideradas mais aceitáveis de serem sacrificadas. Por estar geograficamente distante, o que acontecia em Okinawa era admissível. As pessoas foram alvo de violência, assassinato e estupro mesmo por parte dos soldados japoneses.

Com o fim da guerra, a presença dos Estados Unidos reforçava essa quebra de rotina e, a partir daquele momento, a construção da insegurança ontológica que começou com a anexação por parte do Japão, começou a ter reflexo com a presença militar. Isso seria reificado uma vez que o Japão retomaria sua soberania e deixaria Okinawa sob a jurisdição dos Estados Unidos. Além de sofrer alienação por parte do governo japonês, as pessoas de Okinawa também seriam submetidas a continuidade de uma rotina de insegurança constante pela presença dos militares e construção das bases. As instalações seriam também uma lembrança constante dos conflitos que originam traumas e dessa diferença enraizada do Japão. A partir do momento em que as bases começam a aparecer em Okinawa e elas não são retiradas junto com o fim da ocupação no Japão, elas são o reflexo claro dessa realidade “diferente” em que Okinawa está inserida e construída a

partir do imaginário japonês. As bases não apenas trazem situações de insegurança física, como foi demonstrado ao longo do capítulo anterior, mas são a lembrança constante de que Okinawa, no entendimento coletivo japonês, não é considerada um espaço real do Japão. Isso também pode ser verificado a partir do momento em que as pesquisas trazidas demonstram que as pessoas do centro têm empatia pelos problemas de Okinawa, mas não querem lidar com as bases em suas comunidades. Da mesma forma, os protestos da década de 1950 contra a presença de instalações militares também no Japão resultaram em concessões por parte do governo japonês e dos EUA, mesmo tendo resultado no tratado de segurança. Contudo, isso não ocorreu em Okinawa, com a região sendo destino das instalações que foram retiradas do centro do Japão.

Fica claro então que a presença das bases militares em Okinawa são um reflexo desse entendimento em que Okinawa é um espaço aceitável a ser sacrificado. As práticas militares em conjunto de Estados Unidos e Japão fazem uso dessa estrutura de diferença. Essas práticas, refletidas nas bases militares, expõem essas diferenças de forma material e constroem uma realidade de insegurança ontológica e ansiedade para as pessoas de Okinawa que continuam a ser alienadas de sua capacidade de escolha. As práticas de resistência nesse cenário são então uma forma de resposta para tentar lidar com a ansiedade nessa situação.

8.3 Havaí e Okinawa: A resistência que nasce da insegurança

Como tudo exposto ao longo dos capítulos sobre a história de Okinawa e do Havaí, são dois espaços com particularidades, ao mesmo tempo em que a presença militar é um reflexo da construção de uma estrutura de diferença. Tanto Okinawa quanto Havaí eram unidades políticas que mantinham certa independência, mesmo estando ligado a outros lugares culturalmente. Contudo, os dois espaços tiveram suas realidades transformadas pelas práticas militares do Estado nação que os colocou como pertencente a esses Estados e passando por cima de outros tipos de práticas ali existentes. Isso se refletiu na realidade pelo uso dos espaços para a afirmação dessa identidade de Estado moderno soberano. Todas as informações históricas levantadas na presente pesquisa demonstram a transformação da realidade desses dois espaços pelas práticas militares como um modo de reforçar a identidade de Japão e Estados Unidos. Concomitantemente, isso reforça a conjuntura de ansiedade desses dois espaços através do reforço de estruturas de alienação em que indivíduos membros desses grupos marginalizados não tem capacidade de escolher como querem levar seus cotidianos mesmo estando no local a qual pertencem. É

dessa forma que se constrói a insegurança ontológica em Okinawa e no Havaí, com as práticas militares sendo o reforço na realidade material dessa estrutura de desigualdade desses dois espaços dentro de Estados Unidos e Japão.

Através dessa estrutura, Okinawa e Havaí constantemente tem seus processos de construção de cotidiano interrompidos pela militarização ou a militarização desses espaços acaba tornando-se comum, tomando o espaço de outras práticas. Isso pode ser visto na degradação do meio ambiente de locais sagrados para a cultura nativa havaiana ou mesmo por relatórios, expostos ao longo do capítulo sete dessa tese, que demonstram que as bases militares em Okinawa tomam espaço, limitando um desenvolvimento independente da região. Além disso, decisões contrárias a presença das bases, como a eleição de políticos opositores a questão, acabam gerando consequências materiais para a região de Okinawa, restringindo ainda mais a capacidade de escolha das pessoas.

A militarização desses dois espaços é o reflexo dessa realidade desigual. Tais práticas militares trazem à tona a realidade de colonização ocorrida nesses dois espaços e da desigualdade entre categorias de cidadania. Elementos elencados inicialmente nessa pesquisa, como o isolamento geográfico, a existência do grupo racializado alvo de inferiorização, o uso do espaço pelo país para reforçar seu papel no sistema internacional, seja de forma normativa ou de forma material e, como reflexo material, a presença de bases militares, são os componentes comuns que elencados aqui entre esses dois lugares. Os capítulos quatro e seis mostram como esses processos se iniciaram através da colonização desses lugares, enquanto os capítulos cinco e sete demonstram como a presença militar, justificada pelas necessidades de Estados Unidos e Japão, são uma realidade material, mas que também são o reflexo dessa estrutura de hierarquização entre esses locais e outras partes desses países.

As tentativas de construção de um cotidiano escolhido pela população são constantemente interrompidas pela violência das práticas militares, que aparecem na forma de destruição do meio ambiente, poluição, violência contra os cidadãos e as tentativas de falar contra essas práticas estão presentes em um espaço de alienação que também é resultado de uma construção histórica. O histórico de resistência é uma forma de resposta a essa ansiedade. A existência dos movimentos de oposição é resultado dessa realidade de insegurança ontológica construída nesses dois locais.

9 Conclusão

Em seu conto “*The Ones Who Walk Away from Omelas*” lançado em 1973, a autora estadunidense Ursula K. Le Guin apresenta ao público uma cidade utópica que depende da infelicidade e miséria contínuas de uma única criança para prosseguir existindo. Com um debate ético relativamente simples sobre questões de escolha, o conto pode ser utilizado para questionar escolhas com argumento sobre um bem comum mesmo resultando em destruição para outros.

Os discursos de países sobre o interesse nacional podem ter legitimidade, mas muitas vezes eles seguem um padrão similar ao apontado pela autora. É imprescindível esclarecer que essa pesquisa considera comum existir interesses diversos dentro do Estado. A divergência de vontades e desejos seja na esfera nacional ou entre família ou colegas é algo que faz parte do cotidiano. A capacidade de discordar seja de outras pessoas ou do governo nacional é sinal de uma sociedade saudável. Contudo, em diversos momentos, medidas do são colocadas acima da capacidade de vida de seus cidadãos, com argumentos acerca de um suposto interesse nacional. Se o Estado não tem uma essência nem uma identidade imutável, por que tal interesse deveria passar por cima das vidas das pessoas?

Nessa perspectiva, a presente pesquisa demonstrou que medidas de segurança do Estado podem ser questionadas. Contudo, é importante ressaltar que não se argumenta aqui sobre a insegurança material, mas, como já explanado, a forma como medidas oficiais de governos acarreta insegurança psicológica em comunidades locais. A discussão e conflito de interesses é sim algo comum, mas a partir do momento em que o apagamento de outro grupo se torna necessário para que um afirme seus desejos é preciso denunciar essas ações.

A questão das práticas militares é aqui entendida como uma forma de engajamento que países tomam parte. Não é a única e nem é algo inerente ou imprescindível ao Estado soberano. Contudo, no caso de Estados Unidos e Japão, essas práticas garantiriam não apenas a segurança material, mas também a afirmação de seus espaços enquanto membros do grupo das grandes potências. E, como já explanado no capítulo inicial dessa tese, a

segurança ontológica é algo que não consegue se alcançar totalmente, mas sim algo que precisa ser constantemente reificado. Logo, isso seria realizado tanto com reflexos materiais, como foi o caso das bases aqui analisadas, como também através da participação dessas práticas através de uma compreensão sobre o que seria o papel do seu Estado, mesmo que cada um tenha suas particularidades.

A militarização e o militarismo foram aqui demonstrados como elementos que estão presentes na construção do Estado moderno e que são questões relevantes para os dois países examinados. Mas, é importante reforçar, não é a intenção dessa tese normalizar as ações militares como sendo as únicas legítimas nem a forma como elas podem passar por cima dos direitos de cidadãos.

Através dessas ações, Estados Unidos e Japão se projetam enquanto atores com a identidade de grandes potências democráticas que auxiliam na manutenção da segurança do mundo livre. No entanto, com tal retórica a militarização de espaços se torna justificada. É o que acontece nos casos analisados de Okinawa e do Havaí. Com suas particularidades, as duas regiões são espaços onde resquícios de colonização e imperialismo continuam a existir, afetando as vidas de todas as pessoas que ali vivem e sendo utilizados para a reificação de um determinado entendimento acerca de segurança internacional.

A insegurança ontológica se manifesta nesses locais com o apagamento de suas histórias à medida que são engolidos pelo panorama de assimilação do Estado moderno. Isso é inferido pelo relatado ao longo dos capítulos, com sistemas de dominação estrangeiros sendo impostos e passando por cima da cultura local, ao mesmo tempo em que os moradores dessa região ficavam em um limbo buscando alcançar a cidadania. Contudo, como já foi relatado a anexação de Okinawa e do Havaí acontecia através da exclusão. Eles eram parte do Estado a partir de sua utilidade, sendo destinados ao abandono caso não fossem. Isso se reflete até a atualidade em diversas questões materiais, mas também na constante alienação dos seus cidadãos acerca de sua capacidade de decisão a nível nacional.

Então, a presença das bases são apenas um componente perceptível dentro da realidade material dessa conjuntura de alienação e exclusão construídas em Okinawa e Havaí por parte de Japão e Estados Unidos. Rotinas contrárias a presença dessas bases são consideradas uma ameaça para os interesses desses países, tornando-se alvo de repúdio por parte dos governos. Não existe condições de que uma rotina plena possa ser alcançada enquanto as pessoas que são afetadas pelas práticas militares desses dois

governos continuem a ser alienadas do processo de escolha. E não adianta argumentar sobre a capacidade de escolha quando muitas vezes as vozes de oposição a tal realidade são ignoradas a partir de uma retórica de segurança nacional.

Em resposta a insegurança construída pelos países, Okinawa e Havaí são lugares de resistência. Não é possível prever quando algo mudará, com opiniões divergentes mesmo entre a população sobre quais são os rumos dessa resistência e que vão além do escopo dessa tese. O que é importante aqui é pontuar tal resistência como um reflexo dessa insegurança. Enquanto o país e o governo não conseguem proteger seus cidadãos legítimos em uma estrutura que ele impôs e os alienam do processo de escolha, o questionamento é necessário. Não é preciso exatamente deixar o modelo do Estado, já que todos tem suas particularidades. Contudo, é importante lembrar que o Estado não é um monolito e não deve passar por cima de seus cidadãos. Logo, a mudança e a superação da insegurança precisam ser alcançadas.

Assim, a tese espera contribuir para o debate acerca da realidade desses locais. A construção de alternativas a segurança deve ser um objetivo a partir do momento em que a segurança se torna um fim em si próprio e passa por cima dos membros daquele Estado. Países são feitos por pessoas e as necessidades delas não deve ser deixada de lado por um objetivo incerto como segurança. A partir do debate sobre o que constitui essa segurança em diversos aspectos, é possível abrir caminho para que os interesses de agentes existentes do Estado possam ter pontos em comum.

Além disso, a pesquisa espera auxiliar na construção do conhecimento e futuras pesquisas acerca dos processos históricos de conflito e resistência por parte de grupos historicamente marginalizados. Se o Estado se propõe a ser a unidade organizacional das relações humanas, é necessário levar em conta aqueles que estão presentes nele e aqueles que foram deixados de lado pelos processos de reificação de fronteiras através da violência.

As relações entre Japão e Estados Unidos não são nenhuma novidade como objeto de estudo. Contudo, especificamente em relação a Okinawa e o contencioso que essa apresenta, a pesquisa espera auxiliar com análises de viés mais críticos. Além disso, diversas vezes o Japão é interpretado como um agente como um monolito cultural dentro do cenário internacional ou relativamente passivo em relação a manifestações políticas internas contrárias. A tese espera ajudar a desmistificar tal concepção posto que não apenas em Okinawa, mas também no próprio Japão, protestos afetaram a elaboração do

tratado bilateral de segurança com os Estados Unidos, mostrando a capacidade de divergir como um componente importante da vida política japonesa.

Acima de tudo, a tese espera contribuir para debates e para a compreensão acerca da necessidade de condenar veementemente a barbárie. A retórica da segurança por si só acarreta situações, paradoxalmente, perigosas em que pessoas são apenas uma pequena engrenagem na máquina do Estado, que existiria apenas através da reificação da estrutura militar. É essencial olhar para as pessoas que compõem esse Estado, observando as rotinas delas como parte da vida política e não apenas uma nota de rodapé irrelevante dentro de fronteiras que protegeriam contra um grande mal externo.

10 Referências bibliográficas

ADISONMEZ, Umut Can; ONURSAL, Recep. “Strong, but Anxious State”: The Fantasmatic Narratives on Ontological Insecurity and Anxiety in Turkey. **Uluslararası İlişkiler Dergisi**, v. 19, n. 73, p 61-75, 2022.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, n.47, p. 201-246, 1999.

ADLER, Emanuel; POULIOT, Vincent. International Practices. **International Theory**, v.03, n. 01, p. 01-36, 2011.

AECOM. **Pacific Missile Range Facility Integrated Natural Resources Management Plan Draft Environmental Assessment**. Disponível em: < https://files.hawaii.gov/dbedt/erp/Other_TEN_Publications/2024-05-23-KA-NEPA-DEA-PMRF-INRMP.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

AGIUS, Christine. Ordering without bordering drones, the unbordering of late modern warfare and ontological insecurity. **Postcolonial Studies**, v. 20, n. 03, p. 370-386, 2017.

AGIUS, Christine; ROSAMOND, Annika Bergman; KINNVALL, Catarina. Populism, Ontological Insecurity and Gendered Nationalism: Masculinity, Climate Denial and Covid 19. **Politics, Religion & Ideology**. v. 21, n. 04, p. 432-450, 2020.

Agreement Between the United States of America and Japan. **Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands, 1971**. Disponível em: < <http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/rev71.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

AKAMINE, Mamoru; TERRELL, Lina; HUEY, Robert N. **The Ryukyu Kingdom: Cornerstone of East Asia**. Honolulu: University of Hawai'i press, 2017.

AKIBAYASHI, Kozue; TAKAZATO, Suzuyo. “Okinawa: Women’s Struggle for Demilitarization”. Em: Lutz, Catherine (Ed.) **The Bases of Empire**. The Global Struggle against U.S. Military Posts. Pluto Press, London, 2009, p. 243-269.

Al Jazeera. Japan’s Okinawa votes against controversial US base move, 2019. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/economy/2019/2/25/japans->

okinawa-votes-against-controversial-us-base-move> Acesso em 09 de abril de 2025.

ALBUQUERQUE, A. G. **A Crença na Excepcionalidade**: A instrumentalização da identidade dos Estados Unidos e a Construção da Guerra ao Terror. João Pessoa, 2019. 127p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba.

ALDOUS, Christopher. “Achieving Reversion: Protest and Authority in Okinawa, 1952-70”. **Modern Asian Studies**, v. 37, n. 02, p. 458-508, 2003.

All Okinawa Council for Human Rights. **Report on violence against indigenous Ryukyu/Okinawa women and girls**. Disponível em: < <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/AOCHR.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Amnesty International (2017). A single person, a world of difference. Disponível em: < <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/05/a-single-person-a-world-of-difference/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

ANTHONY, J. Garner. **Hawaii under army rule**. University of Hawaii Press, O’ahu, 1955.

APOLIONA-BROWN, Puanani. “Hāloa: The long breath of Hawaiian sovereignty, water rights, and Indigenous law”. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 14, n. 01, p. 29-58, 2025.

ARAKAKI, Makoto. “Romancing the Occupation: Concepts of ‘Internationalisation’ Among Female University Students in Okinawa”. Em: Broudy, Daniel; Simpson, Peter; Arakaki, Makoto. *Under Occupation: Resistance and Struggle in a Militarised Asia-Pacific*, Cambridge Scholars Publishing, Cambridge, 2013.

BARTELSON, Jens. **Sovereignty as symbolic form**. Critical issues in global politics. Routledge, New York & London, 2014.

BASHAM, Victoria M. “Liberal Militarism as Insecurity, Desire and Ambivalence: Gender, Race and the Everyday Geopolitics of War”. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1–2, p. 32-43, 2018.

Be Kind Okinawa (2023). **沖縄が抱えている問題を課題別にチェックしてみよう [Okinawa ga kakaete iru mondai o kadai-betsu ni chekku shite miyou]**. Disponível em: < https://be-kind.okinawa/sdgs/problems_okinawa/> Acesso em 09 de abril de 2025.

BEAVERS, Andrew M; BURGAN, Robert E. Analysis of Fire History and Management Concern at Pohakalua Training Area. **Center for Environmental Management of Military Lands**, Colorado State University, Colorado, 2002.

BERGHANH, Volker. **Militarism**. The History of an International Debate 1861-1979. St. Martin's Press, New York, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge University Press, New York, 1979.

BRANAGAN, Marty. **Global Warming, Militarism and Nonviolence**. London: Palgrave Macmillan UK, 2013.

BRANCH, Jordan. "‘Colonial Reflection’ and Territoriality: The Peripheral Origins of Sovereign Statehood". **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 2, p.277–297, 2012.

Brasil. **Instituto Nacional do Câncer**. Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos – HPA. Disponível em: < <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/poluentes/hidrocarbonetos-policiclicos-aromaticos-hpa>> Acesso em 14 de abril de 2025.

BRIGUGLIO, Lino. "THE ECONOMY OF OKINAWA: PERFORMANCE, PROBLEMS AND PROSPECTS". **Occasional Papers on Islands and Small States**, Islands and Small States Institute, p. 1-17,1994.

BRODY, Jacob. **Fighting to Protect the Dugongs of Japan's Henoko Bay**. Disponível em: < <https://earthjustice.org/article/fighting-to-protect-the-dugongs-of-japan-s-henoko-bay>> Acesso em 09 de abril de 2025.

BROWNING, Christopher S. Geostrategies, geopolitics and ontological security in the Eastern neighborhood: The European Union and the 'new Cold War'. **Political Geography**, v. 62, p. 106-115, 2018.

BROWNING, Christopher; S. JOENNIEMI, Pertti. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 01, p. 31-47, 2016.

BUEGER, Christian. Practice, Pirates and Coast Guards: the grand narrative of Somali piracy. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 10, p. 1811-1827, 2013.

BUEGER, Christian; GADINGER, Frank. **International Practice Theory**. Palgrave Macmillan (e-book), 2018.

BURCHILL, Scott. **The National Interest in International Relations Theory**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security. **A New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers, Inc.: Colorado, 1998.

CAMILLERI, Joseph A. Rethinking Sovereignty in a Shirking, Fragmented World. Em: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H.(Ed.) **Contending Sovereignties**. Redefining Political Community. Lynne Rienner Publishers: Colorado, 1990, p. 13-44.

CATALINAC, Amy L. Identity Theory and Foreign Policy: Explaining Japan's Responses to the 1991 Gulf War and the 2003 U.S. War in Iraq. **Politics & Policy**, v. 35, n. 01, p. 58-100, 2007.

CHANG, Kevin, WINTER, Kawika B., LINCOLN, Noa Kekuwa. "Hawai'i in Focus: Navigating Pathways in Global Biocultural Leadership". **Sustainability**, v. 11, n. 283, 2019. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/1/283>> Acesso em 14 de abril de 2025.

CHIBANA, Megumi. "Resurgents Create a Moral Landscape: Indigenous Resurgence and Everyday Practices of Farming in Okinawa". **Humanities**, v. 09, n. 04, 2020. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2076-0787/9/4/135>> Acesso em 14 de abril de 2025.

CHURCHILL, Ward. **Perversions of Justice**: Indigenous Peoples and Angloamerican Law. San Francisco: Calif: City Lights Books, 2003.

CLEAVER, Nick. **Grover Cleveland's New Foreign Policy**. Arbitration, Neutrality, and the Dawn of American Empire. Palgrave Macmillan: New York, 2014.

COFFMAN, Tom. **Nation Within**: The History of the American Occupation of Hawai'i. Duke University Press Books: North Carolina, 2016.

COHEN, Youssef, BROWN, Brian R., Organski, A. F. K. The Paradoxical Nature of State Making: The Violent Creation of Order. **American Political Science Review**, v. 75, n. 04, p. 901-910, 1981.

COMPOC, Kim; ENOMOTO, Joy Lehuanani. **A Call to Cancel RIMPAC in Hawai'i**. Disponível em: < <https://www.transcend.org/tms/2022/08/a-call-to-cancel-rimpac-in-hawai%ca%bbi/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

COOLEY, Alexander; MARTEN, Kimberly. Base Motives: The Political Economy of Okinawa's Antimilitarism. **Armed Forces & Society**, v. 32, n. 04, p. 566-583, 2006.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. ESTUDOS ESTRATÉGICOS, CONTROLE CIVIL E IDENTIFICAÇÃO DO INIMIGO. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 61, p. 112-127, 2017.

CRITOBAL, Nik; IKEHARA, Sam, LASCONIA, 'Ihilani; KA'ŌPUA-CANONIGO, Hina. Genuine Security for Whom?: Militourism and Violence Against the Feminine in Hawai'i and Asia and the Pacific". **JCScore**, v. 10, n. 01, p. 35-57, 2024.

CROFT, Stuart. Constructing Ontological Insecurity: The Insecuritization of Britain's Muslims. **Contemporary Security Policy**, v. 33, n. 02, p. 219-235, 2012.

CROFT, Stuart; VAUGHN-WILLIAMS, Nick. Fit for purpose? Fitting ontological security studies 'into' the discipline of International Relations: Towards a vernacular turn. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 01, p. 12-30, 2016.

DALBY, Simon. Challenging cartographies of enmity: empire, war and culture in contemporary militarization. Em: Stavrianakis, Anna; Selby, Jan. (Ed.). **Militarism and International Relations**. Political economy, security, theory. Routledge: New York, 2013, p. 33-44.

Data USA. **Hawaii**. Disponível em: <
https://datausa.io/profile/geo/hawaii?pums5RacesPyramid=pums5Race7#race_and_ethnicity> Acesso em 08 de abril de 2025.

DAVIS, Sasha. "The US military base network and contemporary colonialism: Power projection, resistance and the quest for operational unilateralism". **Political Geography**, v. 30, n. 04, p. 215-224, 2011.

DENIZ, Lacy. Operation Sailor's Hat: The tests on Kaho'olawe meant to simulate an atomic bomb. **Hawaii News Now**, 2018. Disponível em: <
<https://www.hawaiinewsnow.com/story/37608706/a-detonation-on-kaoolawe-so-big-it-left-behind-a-crater-thats-now-a-pond/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

DESCH, Michael C. **Civilian Control of the Military**. The Changing Security Environment. The Johns Hopkins University Press: Baltimore & London, 1999.

DIETZ, Kelly. Transnationalism and Transition in the Ryûkyûs. Em: Iacobelli, Pedro. Leary, Danton. Takahashi, Shinnosuke. **Transnational Japan as History. Empire, Migration, and Social Movements**. Palgrave Macmillan: Hampshire, 2016, p. 211-242.

DOLMAN, Everett C. **The warrior state**: how military organization structures politics. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

DUDLEY, Michael Kioni, AGARD, Keoni Kealoha. A Call for Hawaiian Sovereignty. **Centennial Commemoration ed. Honolulu**, Hawai'i: Nā Kāne O Ka Malo Press, 1990.

DUDOIT, Kau'i Sai. The 1874 Election Riot in Honolulu. **Ka Wai Ola**, 2024. Disponível em <
<https://kawaiola.news/ea/the-1874-election-riot-in-honolulu/#:~:text=The%20two%20final%20candidates%20vying,two%20days%20after%20the%20event>> Acesso em 09 de abril de 2025.

DYVIK, Synne L.; GREENWOOD, Lauren. Embodying Militarism: Exploring the Spaces and Bodies in-Between. **Critical Military Studies**, v. 2, n.1-2, 2016, p. 01-06.

EASTWOOD, James. Rethinking Militarism as Ideology: The Critique of Violence after Security. **Security Dialogue**, 49, n: 1–2, p. 44-56, 2018.

EISENHOWER, Dwight D. **Annual Message to the Congress on the State of the Union**, January 7th, 1954. Disponível em: < [https://www.eisenhowerlibrary.gov/sites/default/files/file/1954_state_of_the_unio](https://www.eisenhowerlibrary.gov/sites/default/files/file/1954_state_of_the_union.pdf)
n.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

ELDRIDGE, Robert D. The 1996 Okinawa Referendum on U.S. Base Reductions: One Question, Several Answers. **Asian Survey**, v. 37, n: 10, p. 879-904, 1997.

Environment Hawaii. The Battle at MPRC: How One Woman Took on the U.S. Army, and Won. Disponível em: < <https://www.environment-hawaii.org/?p=3460>> Acesso em 09 de abril de 2025.

EPSTEIN, Charlotte. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**. V, 17, n. 02, p. 327-350, 2010.

ESSOYAN, Susan. Army in for Fight Over Makua. **Los Angeles Times**, 2021. Disponível em: < <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2001-jun-23-mn-13788-story.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Extra Globo. Soldado americano é acusado no Japão por estupro de vulnerável; entenda. Disponível em: < <https://extra.globo.com/mundo/noticia/2024/06/soldado-americano-e-acusado-no-japao-por-estupro-de-vulneravel-entenda.ghtml>> Acesso em 09 de abril de 2025.

FALK, Richard. Evasions of Sovereignty. Em: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H. (Ed.). **Contending Sovereignties Redefining Political Community**. Lynne Rienner Publishers: Colorado, 1990, p. 61-78.

FERGUSON, Kathy E.; TURNBULL. **Oh, say, can you see? the semiotics of the military in Hawai'i**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

FERREIRA, Anthony. 'It's the rebirth of Kaho'olawe': Native species documented on former bombing range, **Hawaii News Now**, 2024. Disponível em: < <https://www.hawaiiinewsnow.com/2024/10/09/its-rebirth-kahoolawe-native-species-documented-former-bombing-range/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

FIGAL, Gerald. "Between War and Tropics: Heritage Tourism in Postwar Okinawa". **The Public Historian**, v.30, n: 2, p. 83-107, 2008.

FINER, Samuel E. State – and nation building in Europe: the role of the military. Em: Tilly, Charles (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton University Press: Princeton & London, 1975, p. 84-163.

Folha Online. Estupro põe japoneses contra norte-americanos. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u3124.shtml>> Acesso em 09 de abril de 2025.

FOSTER, Scott. Okinawa rape revives opposition to American bases. **Asia Times**, 2024. Disponível em: < <https://asiatimes.com/2024/06/okinawa-rape-revives-opposition-to-american-bases/#>> Acesso em 09 de abril de 2025.

FREIRE, Maria Raquel. EU and Russia competing projects in the neighborhood: an ontological security approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 01, p. 1-18, 2020.

FREDHOFF, Karl. Americans Largely Support Using US Troops to Defend Allies. **Global Affairs**. Disponível em: < <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/americans-largely-support-using-us-troops-defend-allies>> Acesso em 08 de abril de 2025.

GENNAIOLI, Nicola; VOTH, Hans-Joachim. State Capacity and Military Conflict. **The Review of Economic Studies**, v. 82, n. 4, p. 1409-1448, 2015.

GERSON, Joseph. U.S. Foreign Military Bases and Military Colonialism: Personal and Analytical Perspectives. Em: Lutz, Catherine (ed.). **The Bases of Empire: The Global Struggle against U.S. Military Posts**, 2009.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Stanford University Press: Stanford, 1991.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence**. Polity Press: Cambridge, 1989.

GILL, Lesley. 3.3. Creating Citizens, Making Men: The Military and Masculinity in Bolivia. Em González, Roberto; Gusterson, Hugh; Houtman Gustaaf (Ed.). **Militarization: A Reader**. Duke University Press: London, 2019, p. 95-101.

GILL, Lesley. Creating Citizens, Making Men: The Military and Masculinity in Bolivia. **Cultural Anthropology**, v. 12, n. 4, p. 527-550, 1997.

GONZÁLEZ, Roberto J.; GUSTERSON, Hugh. "Introduction". Em González, Roberto; Gusterson, Hugh; Houtman Gustaaf (Ed.). **Militarization: A Reader**. Duke University Press: London, 2019, p. 01-25.

GONZALEZ, Vernadette Vicuña. **Securing Paradise: Tourism and Militarism in Hawai'i and the Philippines**. Next Wave New Directions in Women's Studies. Durham London: Duke Univ, 2013.

Graminha, Pedro. Barulho, poluição e até estupros: japoneses criticam bases dos EUA há anos. **Uol Notícias**, 2019. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/14/a-polemica-base-militar-dos-eua-que-e-alvo-de-discussoes-no-japao.htm>> Acesso em 09 de abril de 2025.

GUSTAFSSON, Karl. International reconciliation on the Internet? Ontological security, attribution and the construction of war memory narratives in Wikipedia. **International Relations**, v. 34, n. 01, p. 3-24, 2020.

HAGSTROM, Linus. The 'abnormal' state: Identity, norm/exception and Japan. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 01, p. 122-145, 2015.

HALKIER, Bente; KATZ-GERRO, Tally; MARTENS, Lydia. Applying practice theory to the study of consumption: Theoretical and methodological considerations. **Journal of consumer culture**, v. 11, n. 01, p. 03-13, 2011.

HALL, Lisa Kahaleole. Strategies of Erasure: U.S. Colonialism and Native Hawaiian Feminism. **American Quarterly**, v. 60, n. 02, p. 273-280, 2008.

HATERUMA, Shino. Okinawa's Search for Autonomy and Tokyo's Commitment to the Japan-U.S. Alliance. Em: Takahashi, Minori (Ed.). **The Influence of Sub-state Actors on National Security Using Military Bases to Forge Autonomy**. Springer: Cham, 2019.

HATFIELD, Jenn; SILVER, Laura. U.S. adults under 30 have different foreign policy priorities than older adults. **Pew Research**, 2024. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2024/07/19/us-adults-under-30-have-different-foreign-policy-priorities-than-older-adults/>> Acesso em 08 de abril de 2025.

Hawai'i Public Radio. Day One On Mauna Kea: Calm Generally Prevailed At TMT Protest. Disponível em: < <https://www.hawaiipublicradio.org/hawaii-island/2019-07-16/day-one-on-mauna-kea-calm-generally-prevailed-at-tmt-protest>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Hawai'i Tribune Herald. Comments sought for Pohakuloa Training Area EIS, 2022. Disponível em: < <https://www.hawaii-tribune-herald.com/2022/04/08/hawaii-news/comments-sought-for-pohakuloa-training-area-eis/>> Acesso em 10 de abril de 2025.

Hawaii News Now. In win for activists, military says it will permanently end live-fire training at Makua Valley. Disponível em: < <https://www.hawaiinewsnow.com/2023/12/01/major-win-activists-dod-announces-military-doesnt-need-makua-valley-live-fire-training/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Hawaii News Now. Protesters call for an end to live-fire training at Pohakuloa. Disponível em: < <https://www.hawaiinewsnow.com/story/35029065/protesters-call-for-an-end-to-live-fire-training-at-pohakuloa/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Hawaii Statewide GIS Program. NWHI Imagery. Disponível em: < <https://geoportal.hawaii.gov/datasets/dc7f668628be40bc99296c807dd985c9/explore>> Acesso em 11 de abril de 2025.

HEBER, Emily. Sailor's Hat – A Mark of Destruction on Kaho'olawe. **Island Conservation**. Disponível em: < <https://www.islandconservation.org/sailors-hat-kahoolawe/>> Acesso em 10 de abril de 2025.

HENRY, Iain D. **Reliability and Alliance Interdependence**. The United States and Its Allies in Asia, 1949-1969. Cornell University Press: Ithaca & London, 2022.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, v. 02, n. 02, p. 157-180, 1950.

HIKOTANI, Takako; HORIUCHI, Yusaku; TAGO, Atsushi. Revisiting Negative Externalities of US Military Bases: The Case of Okinawa. **International Relations of the Asia-Pacific** v. 23, n. 02, p. 325-349, 2023.

HOGUE, Rebecca H. Risk and Resistance at Pōhakuloa. Em: SANTA ANA, Jeffrey; AMIN-HONG, Heidi; CHUA, Rina Garcia; XIAOJING, Zhou. **Empire and Environment. Ecological Ruin in the Transpacific Book**. University of Michigan Press, 2022.

HOLMES, Michael T. **The Specter of Communism in Hawaii**. University of Hawaii Press: O'ahu, 1994.

HUYSMANS, Jef. "Security! What do you mean? From concept to thick signifier". **European Journal of International Relations**, v. 04, n. 02, p. 226-255, 1998.

IKEDA, Teppei. In joint survey conducted by the Ryukyu Shimpo and Mainichi Shimbun, 61% of Okinawans think the concentration of bases in Okinawa "unfair," while only 40% of people nationwide agree. **Ryukyu Shimpo**, 2022. Disponível em: < <https://english.ryukyushimpo.jp/2022/05/12/34661/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

INNES, Alexandria J. Everyday Ontological Security: Emotion and Migration in British Soaps. **International Political Sociology**, v. 11, n. 04, p. 380-397, 2017.

INOUE, Fumi. "Japanese Solidarity with U.S.-Occupied Okinawa in the 1950s: Reflections on the Fiftieth Anniversary of the Reversion of Okinawa to Japan". **Asia-Pacific Journal**, v. 20, n. 09, 2022. Disponível em: <<https://apjif.org/2022/10/inoue>> Acesso em 14 de abril de 2025.

INOUE, Masamichi S. **Okinawa and the U.S. military: identity making in the age of globalization**. New York, NY: Columbia University Press, 2017.

INOUE, Masamichi Sebastian; PURVES, John Purves; SELDEN, Mark. Okinawa Citizens, US Bases, and the Security of Asia. **Economic and Political Weekly**, v. 33, n. 6, p. 264-66, 1998.

International Peace Bureau. All Okinawa Coalition Against Construction of New Base in Henoko. Disponível em: < <https://ipb.org/all-okinawa-coalition-against-construction-of-new-base-in-henoko/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

IRELAND, Brian. **The US Military in Hawai'i:** Colonialism, Memory and Resistance. Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series. Basingstoke (GB): Palgrave Macmillan, 2011.

ISHIHARA, Masahide. USCAR's Language Policy and English Education in Okinawa : Featuring High Commissioner Caraway's Policies. **The Okinawan Journal of American Studies**, n. 01, p. 19-27, 2004.

ISODA, Kazuaki. Survey: 89% of Okinawans feel 'gaps' exists with rest of Japan. **The Asahi Shimbun**, 2022. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/14620234>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Japan. **Constitution.** Disponível em < http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html > Acesso em 15 de dezembro de 2015.

Japan. **Ministry of Foreign Affairs.** Cooperation Concerning Environmental Matters. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/mofaj/area/usa/sfa/kyoutei/pdfs/03_08en.pdf> Acesso em 14 de abril de 2025.

Japan. **Ministry of Foreign Affairs.** Japan-U.S. Security Treaty. TREATY OF MUTUAL COOPERATION AND SECURITY BETWEEN JAPAN AND THE UNITED STATES OF AMERICA. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>> Acesso em 14 de abril de 2025.

Japan. **Ministry of Foreign Affairs of Japan.** Japan-U.S. Security Consultative Committee (Japan-U.S. "2+2"). Disponível em: < https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_00455.html> Acesso em 09 de abril de 2025.

Japan-U.S. Security Treaty, 1960. Disponível em: < <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html#:~:text=ARTICLE%20V,its%20constitutional%20provisions%20and%20processes.>> Acesso em 09 de abril de 2025.

JEDRA, Christina. How The Red Hill Fuel System Has Threatened Oahu's Drinking Water For Decades. **Honolulu Civil Beat, 2021.** Disponível em: < <https://www.civilbeat.org/2021/12/how-the-red-hill-fuel-system-has-threatened-oahus-drinking-water-for-decades/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Joint Statement by President Nixon and Prime Minister Eisaku Sato Washington, D.C., 21st November 1969. Disponível em: < <http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/sato69.html> > Acesso em 09 de abril de 2025.

KAFURA, Craig. Majorities Support US Bases in Key Allied Nations. **The Chicago Council on Global Affairs**, 2023. Disponível em: <<https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/majorities-support-us-bases-key-allied-nations>> Acesso em 08 de abril de 2025.

KAJIHIRO, Kyle. An Brief Overview of Militarization and Resistance in Hawai'i. **DMZ-Hawai'i / Aloha 'Aina Paper**, 2007. Disponível em: <https://www.dmzhawaii.org/dmz-legacy-site/overview_military_in_hawaii.pdf> Acesso em 14 de abril de 2025.

KAJIHIRO, Kyle. No Peace in Paradise: The Military Presence in the Hawaiian Islands. Em: PAIK, Koochan; MANDER, Jerry (Ed.). **The superferry Chronicles Hawaii's Uprising Against Militarism, Commercialism, and the Desecration of the Earth**. Kihei: Koa Books, 2009, p. 272–83.

KAJIHIRO, Kyle. The Militarizing of Hawai'i Occupation, Accommodation, and Resistance. Em: Fujikane, Candace; Okamura, Jonathan (Ed.). **Asian Settler Colonialism From Local Governance to the Habits of Everyday Life in Hawai'i**. Oahu: University of Hawai'i Press, 2008, p. 170-194.

KAPUR, Nick. **Japan at the Crossroads**. Conflict and Compromise after Anpo. Massachusetts & London: Harvard University Press, 2018.

KASHAY, Jennifer Fish. From Kapus to Christianity: The Disestablishment of the Hawaiian Religion and Chiefly Appropriation of Calvinist Christianity. **Western Historical Quarterly** v. 39, n. 01, p. 17-39, 2008.

KAUAI, Willy; BALUTSKI, Brandi Jean Nālani. A Hawaiian Place of Learning Under U.S. Occupation. **JCScore**, v. 10, n. 01, p. 113-129, 2024.

KAUANUI, Kēhaulani. For Get' Hawaiian Entitlement: Configurations of Land, 'Blood', and Americanization in the Hawaiian Homes Commission Act of 1921. **Social Text**, n. 59, p. 123-144, 1999.

KAUANUI, J. Kēhaulani. Colonialism in Equality: Hawaiian Sovereignty and the Question of U.S. Civil Rights. **South Atlantic Quarterly**, v. 107, n. 4, p. 635-650, 2008.

KAUANUI, J. Kehaulani. Hawaiian Nationhood, Self Determination, and International Law". Em: Mallon, Florencia E. (ed.). **Decolonizing native Histories**. Durham & London: Duke University Press, 2012, p. 27–53.

KAUFMAN, Ellie. US military to close fuel storage facility in Hawaii where water was contaminated by leak. **CNN US**, 2022. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/03/07/us/hawaii-pearl-harbor-water-navy-red-hill/index.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KAWAKAMI, Keilyn Leina'ala; MUNEOKA, Shelley; BURRAGE, Rachel L., TANOUE, Leslie; HAITSUKA, Kilohana; BRAUN, Kathryn L. The Lives of Native Hawaiian Elders and Their Experiences With Healthcare: A Qualitative Analysis.

Frontiers in Public Health, v. 100, 2022. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.787215/full>> Acesso em 14 de abril de 2025.

KAWANA, Shinji. What questions does the study of military bases pose? Em: Kawana, Shinji; Takahashi Minori (Ed.). **Exploring Base Politics**. How Host Countries Shape the Network of U.S. Overseas Bases. New York: Routledge, 2021, p. 06-20.

KAWANO, Lynn. Sovereignty activists block gate to Pacific Missile Range Facility in protest. **Hawaii News Now**, 2018. Disponível em: <<https://www.hawaiinewsnow.com/2018/11/03/sovereignty-activists-block-gate-pacific-missile-range-facility-protest/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KAWATO, Yuko. **Protests against U.S. military base policy in Asia: persuasion and its limits**. Studies in Asian security. Stanford, California: Stanford University Press, 2015.

KAYHAN-PUSANE, Ozlem; ILGIT, Ash. Ontological Insecurity, Anxiety and Hubris: An Affective Account of Turkey-KRG Relations. **ULUSLARARASI İLİŞKİLER / INTERNATIONAL RELATIONS**, v. 19, n. 73, p. 95-111, 2022.

KAZUKO, Kurashina. Okinawa's Ties with the World. **Japan International Cooperation Agency**, 2024. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/english/information/blog/1551728_24156.html> Acesso em 14 de abril de 2025.

KELLY, Marion. Aleck, Nancy. Mâkua Means Parents. A Brief Cultural History of Mâkua Valley. **American Friends Service Committee – Hawai'i Area Program**, 1997. Disponível em: <<https://www.dmzhawaii.org/wp-content/uploads/2008/12/makua-report.pdf>> Acesso em 11 de abril de 2025

Kerr, George H. **Okinawa. The History of an Island People**. Tuttle Publishing: Vermont, 2000.

KHALILI, Laleh. "The Roads to Power". **World Policy Journal**, v.34, n. 01, p. 93-99, 2017.

Kingdom of Hawaii. **Constitution**, 1887. Disponível em: <https://hawaiiankingdom.org/pdf/Bayonet_Constitution.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. Constitution, **Laws &c. Declaration of Rights**, Both of the People & Chiefs, 1840. Disponível em: <<https://ags.hawaii.gov/wp-content/uploads/2012/09/1840E.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Convention Between Capt. Laplace, of French Frigate "L'Artemise" and Kamehameha III**, 1839. Disponível em <

https://www.hawaiiankingdom.org/treaty_france.shtml> Acesso em 08 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Hawaiian Kingdom Constitution, 1864**. Disponível em: < <https://www.hawaiiankingdom.org/constitution.shtml>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **The 1852 Constitution**. Disponível em: < <https://hooilina.org/collect/journal/index/assoc/HASH01ce.dir/5.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty between the Kingdom of Hawai'i and the United Kingdoms of Sweden and Norway, 1852**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_sweden-norway.shtml> Acesso em 08 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty between the Kingdom of Hawaii and the United Kingdom of Great Britain and Ireland MARCH 26TH, 1846**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_britain-1846.shtml> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty of Reciprocity Between the United States of America and the Hawaiian Kingdom, 1875**. Disponível em: < <https://dlnr.hawaii.gov/mk/files/2017/02/Q-6-Treaty-of-Reciprocity-1875.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty with Denmark, 1846**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_denmark.shtml> Acesso em 08 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty with Japan, 1871**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_japan1871.shtml> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty with Russia, 19th June, 1869**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_russia.shtml> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kingdom of Hawaii. **Treaty with the Swiss Confederation, 1864**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_swiss.shtml> Acesso em 09 de abril de 2025

Kingdom of Hawaii. **US Treaty with the Hawaiian Islands, Dec. 20, 1849**. Disponível em: < https://hawaiiankingdom.org/treaty_us-1849.shtml> Acesso em 08 de abril de 2025.

KINNVALL, C.; SVENSSON T. Exploring the populist 'mind': Anxiety, fantasy, and everyday populism. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 24, n. 03, 2022.

KINNVALL, Catarina. Ontological Insecurities and Postcolonial Imaginaries: The Emotional Appeal of Populism. **Humanity & Society**, v. 42, n. 04, p. 523-543, 2018.

KINNVALL, Catarina. **Globalization and religious nationalism in India**: the search for ontological security. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

KINNVALL, Catarina. Populism, ontological insecurity and Hindutva: Modi and the masculinization of Indian politics. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 03, p. 283-302, 2019.

KINNVALL, Catarina; MITZEN, Jennifer. An introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 01, p. 03-11, 2016.

KINSELLA, David. The global arms trade and the diffusion of militarism. Em: Stavrianakis, Anna; Selby, Jan. (Ed.). **Militarism and International Relations**. Political economy, security, theory. Routledge: New York, 2013, p.104-116.

KINZER, Stephen. **Overthrow**: America Century of Regime Change. From Hawaii to Iraq. New York: Time Books, 2007.

KLEIN, Thomas M. The Ryukyus on the Eve of Reversion. **Pacific Affairs**, v. 45, n. 01, 1972.

KOHATSU, Tatsuki. Looking through a Territorial Lens: Militarization and Local Fishers' Everyday Livelihoods in Okinawa". **Territory, Politics, Governance**, v. 13, n. 02, p. 124-141, 2025.

KRATOCHWIL, Friedrich. On the Notion of "Interest" in International Relations. **International Organization**, v. 36, n. 01, p. 01-30, 1982.

KRISTOFF, Nicholas D. U.S. Apologizes to Japan for Rape of 12-Year-Old in Okinawa. **The New York Times**, 1995. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1995/11/02/world/us-apologizes-to-japan-for-rape-of-12-year-old-in-okinawa.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KUMAGAI, Naoko. Ontological Security and Japan's Ideological Debate over Compensating Wartime 'Comfort Women'. **Social Science Japan Journal**, v. 18, n. 02, p. 146-161, 2015.

KÜMMEL, Gerhard. The Military and its Civilian Environment: Reflections on a Theory of Civil-Military Relations. **Connections: The Quarterly Journal**, v. 01, n. 04, p. 63-82, 2002.

KUNIYOSHI, Mika. Okinawans fret over chemical foam leaked from U.S. Marine base,. **The Asahi Shimbun**, 2020a. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/13355563>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KUNIYOSHI, Mika. Okinawa women document U.S. military sex crimes in book. **The Asahi Shimbun**, 2020b. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/13860131>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KUYKENDALL, Ralph S. **The Hawaiian Kingdom**. Volume I. 1778-1854. Foundation and Transformation. Honolulu: The University Press of Hawaii, 1980.

KUYKENDALL, Ralph S. **The Hawaiian Kingdom**. Volume II. 1854-1874. Twenty Critical Years. The University Press of Hawaii, Honolulu, 1982.

KUYKENDALL, Ralph S. **The Hawaiian Kingdom**. Volume III. 1874-1893. The Kalakaua Dynasty. University of Hawai'i Press, Honolulu, 1967.

Kyodo News. Japan's top court nixes Okinawa bid to halt U.S. base landfill work. **Kyodo News**, 2022. Disponível em: < <https://english.kyodonews.net/news/2022/12/c7ceb85a7f06-japans-top-court-nixes-okinawa-bid-to-halt-us-base-landfill-work.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Kyodo News. LDP-backed candidate wins Ginowan mayor election in Okinawa. **Kyodo News**, 2024. Disponível em: < <https://english.kyodonews.net/news/2024/09/be44cbbbf84c-refiling-ldp-backed-candidate-wins-ginowan-mayor-election-in-okinawa.html>> Acesso em 14 de abril de 2025.

LACAN, Jacques. **Ecrits**: A selection. London, Routledge, 1977.

LAING, R. D. **The Divided Self**: An Existential Study in Sanity and Madness. Penguin Books LTD, London, 1969.

LÂM, Maivân Clech. The Kuleana Act Revisited: The Survival of Traditional Hawaiian Commoner Rights in Land. **Washington Law Review**, v. 64, n. 02, p. 233-288, 1989.

LEE, Jeremy. Army looks to extend Pohakuloa lease past 2029, faces opposition. **Island News**, 2024. Disponível em: < https://www.kitv.com/news/army-looks-to-extend-pohakuloa-lease-past-2029-faces-opposition/article_d98cb858-0d99-11ef-a5cf-4be77f7de1eb.html> Acesso em 09 de abril de 2025.

LETMAN, Jon. Native Hawaiians resist 'bombing' of their sacred lands. **Al Jazeera**, 2018. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/news/2018/5/13/native-hawaiians-resist-bombing-of-their-sacred-lands>> Acesso em 09 de abril de 2025.

LIND, Ian. Ian Lind: Kahoolawe 40 Years Later. **Honolulu Civil Beat**, 2015. Disponível em: < <https://www.civilbeat.org/2015/12/ian-lind-kahoolawe-40-years-later/>> Acesso em 10 de abril de 2025.

LIND, Ian. Makua Valley Protest–February 1976. **iLind**, 2020. Disponível em: < <https://www.ilind.net/2020/03/16/makua-valley-protest-february-1976/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

LINNEKIN, Jocelyn. **Sacred queens and women of consequence**: rank, gender, and colonialism in the Hawaiian Islands. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

LOO, Tze M. “Paradise in a war zone’: The U.S. Military and Tourism in Okinawa, 1945–1972. **Japan Review**, n. 33, p. 173-194, 2019.

LOWE, Ikaika. The Lāhui Strikes Back. The Illegal Overthrow of the Hawaiian Kingdom and the Struggle for Hawai’i’s Water Resources. **Manoa Horizons**, v. 03, p. 13-20, 2018.

LUM, Cory. How Hawaii Activists Helped Force The Military’s Hand On Red Hill. **Honolulu Civil Beat**, 2022. Disponível em: < <https://www.civilbeat.org/2022/03/how-hawaii-activists-helped-force-the-militarys-hand-on-red-hill/>> Acesso em 10 de abril de 2025.

LUMMIS, Douglas. The Most Dangerous Base in the World. **Asia-Pacific Journal**, v. 16, n. 01, 2018. Disponível em: < <https://apjff.org/2018/14/lummis>> Acesso em 09 de abril de 2025.

LUND, Casey. As thousands arrive for RIMPAC, groups demand end to war games. **Hawaii News Now**, 2024. Disponível em: < <https://www.hawaiinewsnow.com/2024/06/26/thousands-arrive-oahu-rimpac-anti-war-groups-demand-end-war-games/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

LUTZ, Catherine. Introduction: Bases, Empire, and Global Response”. Em: Lutz, Catherine (Ed.). Lutz, Catherine (Ed.) **The Bases of Empire**. The Global Struggle against U.S. Military Posts. Pluto Press, London, 2009, p. 01-46.

LUTZ, Catherine. “Section IV- The emotional life of militarism. Introduction.” Em González, Roberto; Gusterson, Hugh; Houtman Gustaaf (Ed.). **Militarization: A Reader**. Duke University Press: London, 2019, p. 109-111.

LUTZ, Catherine. US Military Bases on Guam in Global Perspective グアム米軍 基地を世界的視野で眺める. **Asia-Pacific Journal**, v. 08, n. 03, 2010. Disponível em: < <https://apjff.org/catherine-lutz/3389/article>> Acesso em 14 de abril de 2025.

MACMILLAN, Margaret. **Paris, 1919**. Six Months That Changed the World. New York: Random House, 2001.

MAEDOMARI, Hiromori; ESSERTIER, Joseph. Okinawa Demands Democracy: The Heavy Hand of Japanese and American Rule. **Asia-Pacific Journal**, v. 18, n. 04, 2020. Disponível em: < <https://apjff.org/2020/16/maedomari>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MAGNUSSON, Warren. The Reification of Political Community. IN: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H. **Contending Sovereignties Redefining Political Community**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1990, p. 45-60.

MAK, James. Creating “Paradise of the Pacific”: How Tourism Began in Hawaii. Working Paper No. 15-03. **University of Hawai‘i at Mānoa Department of Economics Working Paper Series**, p. 01-81, 2015, Disponível em: < https://www.economics.hawaii.edu/research/workingpapers/WP_15-3.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

MALKSOO, Maria. ‘Memory must be defended’: Beyond the politics of mnemonical security. **Security Dialogue**, v. 46, p. 01-17, 2015.

MAN, Simeon. Aloha, Vietnam: Race and Empire in Hawai‘i’s Vietnam War. **American Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 1085-1108, 2015.

MASAHIDE, Ota. “Beyond hondo: devolution and Okinawa”. Em: Hook, Glenn D.; Siddle, Richard. **Japan and Okinawa Structure and subjectivity**. New York: RoutledgeCurzon, 2003, p. 114-130.

MATSUMURA, Wendy. Postwar Reconfigurations of the US Empire and Global Military Occupation: Struggles against Enclosure in Okinawa. **Journal of Historical Sociology**, v. 33, n. 01, p. 149-163, 2020.

MATSUMURA, Wendy. **The Limits of Okinawa**: Japanese Capitalism, Living Labor, and Theorizations of Community. North Carolina: Duke University Press, 2015.

MAUNA KEA HUI; PISCIOTTA, Kealoha; CHING, Clarence Kukauakahi; TAMANAHA, Miwa. Letter to Gov. Abercrombie regarding the proposed Army Pohakuloa Training Area (PTA) and Thirty Meter Telescope (TMT) expansion projects, proposed for Pohakuloa and Mauna Kea, Hawaii Island. **University of Hawai‘i at Hilo, 2011**. Disponível em: < <https://hilo.hawaii.edu/maunakea/library/ref/684>> Acesso em 14 de abril de 2025

MCAVOY, Audrey. Diesel fuel spilled at Space Force telescope site in Hawaii. **AP News**, 2023. Disponível em: < <https://apnews.com/article/us-environmental-protection-agency-hawaii-climate-and-environment-755ed4ec347790ad8944ed8c76ece20d>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MCAVOY, Audrey. In Hawaii, Maui council opposes US Space Force plan to build new telescopes on Haleakala volcano. **AP News**, 2024. Disponível em: < <https://apnews.com/article/hawaii-maui-haleakala-space-force-telescope-703add0ead6bf705707d32f177e30cfb>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MCCAFFREY, Katherine T. Introduction. Em: González, Roberto; Gusterson, Hugh; Houtman Gustaaf (Ed.). **Militarization: A Reader**. Duke University Press: London, 2019, p. 83-85.

MCCOMARCK, Gavan; ARITZA, Sandi. The Japanese State versus the People of Okinawa: Rolling Arrests and Prolonged and Punitive Detention. **Asia-Pacific Journal**, v. 15, n. 04, 2017. Disponível em: <<https://apjif.org/2017/02/mccormack>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MCCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. **Resistant Islands: Okinawa Confronts Japan and the United States**. Blue Ridge Summit: Rowman & Littlefield Publishers, Incorporated, 2018.

MCCORMACK, Gavan. Okinawa and the structure of dependence. Em: Hook, Glenn D.; Siddle, Richard (ed.). **Japan and Okinawa Structure and subjectivity**. New York: RoutledgeCurzon, 2003, p. 93-113.

MEAD, Margaret. War Is Only an Invention - Not a Biological Necessity. Em: González, Roberto; Gusterson, Hugh; Houtman Gustaaf (Ed.). **Militarization: A Reader**. Duke University Press: London, 2019, p. 336-339.

MEYER, Stanislaw. Between a Forgotten Colony and an Abandoned Prefecture: Okinawa's Experience of Becoming Japanese in the Meiji and Taishō Eras. **The Asia-Pacific Journal**, v. 18, n. 07, p.01-16, 2020.

MIKANAGI, Y. Okinawa: Women, Bases and US-Japan Relations. **International Relations of the Asia-Pacific** v. 4, n. 1, p. 97-111, 2004.

MITCHELL, Jon. Contamination at Largest US Air Force Base in Asia: Kadena, Okinawa. **The Asia-Pacific Journal**, v. 14, n. 01, 2016. Disponível em: <<https://apjif.org/2016/09/mitchell>> Acesso em 14 de abril de 2025.

MITCHELL, Jon. PFAS Contamination from US Military Facilities in Mainland Japan and Okinawa. *The Asia-Pacific Journal*, v. 18, n. 16, 2020a. Disponível em: <<https://apjif.org/2020/16/jmitchell>>

MITCHELL, Jon. 450,000 Okinawans' drinking water contaminated by Kadena Air Base training site, new evidence suggests. **The Okinawa Times**, 2022. Disponível em: <<https://www.okinawatimes.co.jp/articles/-/998284>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MITCHELL, Jon. NCIS Case Files Reveal Undisclosed U.S. military sex crimes in Okinawa. **The Intercept**, 2021. Disponível em: <<https://theintercept.com/2021/10/03/okinawa-sexual-crimes-us-military/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MITCHELL, Jon. Okinawa: the junk heap of the Pacific. **The Japan Times**, 2013. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/community/2013/11/11/issues/okinawa-the-junk-heap-of-the-pacific/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MITCHELL, Jon. **Poisoning the Pacific: The US Military's Secret Dumping of Plutonium, Chemical Weapons, and Agent Orange.** Maryland: Rowman & Littlefield, 2020b.

MITCHELL, Jon. 'Were we marines used as guinea pigs on Okinawa?' Growing evidence suggests that the U.S. military tested biochemical agents on its own forces on the island in the 1960s. **The Japan Times**, 2012 Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20121208022545/https://www.japantimes.co.jp/text/fl20121204zg.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MITSUZUMI, Shogo. Okinawa fears link between 1st Omicron case and base cluster. **The Asahi Shimbun**, 2021. Disponível em: <<https://www.asahi.com/ajw/articles/14505250>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MITZEN, Jennifer. "Anchoring Europe's Civilizing Identity: Habits, Capabilities and Ontological Security". **Journal of European Public Policy**, v. 13, n. 02, p. 270-285, 2006.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações.** Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

MORITERU, Arasaki. The Struggle against Military Bases in Okinawa – Its History and Current Situation". **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 02, n. 01, p. 101-108, 2001.

MORRIS, Robert J. Aikāne : Accounts of Hawaiian Same-Sex Relationships in the Journals of Captain Cook's Third Voyage (1776-80)". **Journal of Homosexuality**, v. 19, n. 04, p. 21-54, 1990.

NA'PUTI, Tiara R.;BEVACQUA, Michael Lujan. Militarization and Resistance from Guāhan: Protecting and Defending Pāgat. **American Quarterly**, v. 67, n. 03, p. 837-858, 2015.

NAGEL, Joane. Masculinity and Nationalism: Gender and Sexuality in the Making of Nations. **Ethnic and Racial Studies**, v. 21, n. 02, p. 242-269, 1998.

NASSER, Noelani. American Imperialism in Hawai'i: How the United States Illegally Usurped a Sovereign Nation and Got Away With It. **Hastings Constitutional Law Quarterly**, v. 48, n. 02, 2021.

National Park Service. USS Arizona Memorial Programs. Disponível em: <<https://www.nps.gov/perl/uss-arizona-memorial-programs.htm>> Acesso em 10 de abril de 2025.

NETTL, J. P. The State as a Conceptual Variable. **World Politics**, v. 20, n. 04, p. 559- 592, 1968.

NEUMANN, Iver B. Returning Practice to the Linguistic Turn: The Case of Diplomacy. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 31, n. 03, p. 627-651, 2002.

Nhk World Japan. Anger in Okinawa over cases of alleged sexual abuse involving US military personnel. **Nhk World Japan, 2024.** Disponível em: <<https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/en/news/backstories/3431/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

NHK World Japan. Okinawa under heavy US base burden, 50 years after the return. **Nhk World Japan, 2022.** Disponível em: <<https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/en/news/backstories/2005/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

NIHEU, Kalamaoka'aina; YAMADA, Seiji; TURBIN, Laurel Mei Turbin. The Impact of the Military Presence in Hawai'i on the Health of Na Kanaka Maoli. **Developing Human Resources in the pacific**, v. 14, n. 01, p. 199–206, 2007

NIHEU, Kalamaoka'aina. Pu'uhonua: Sanctuary and Struggle at Mākua. Em: Goodyear-Ka'ōpua, Noelani; Hussey, Ikaika; Wright, Erin Kahnunawaika'ala (Ed.). **A Nation Rising**. Hawaiian Movements for Life, Land and Sovereignty. Durham & London: Duke University Press, 2014, p. 161-179.

NISHIYAMA, Hidefumi. Base Borders: Militarisation and (Post-)Colonial Bordering in Okinawa. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 40, n. 08, p. 1627–42, 2022a.

NISHIYAMA, Hidefumi. Base Built in the Middle of 'Rice Fields': A Politics of Ignorance in Okinawa. **Geopolitics**, v. 27, n. 02, p. 546-565, 2022b.

NORIMATSU, Satoko Oka; MCCORMACK, Gavan. Ryukyu/Okinawa, From Disposal to Resistance 琉球／沖繩、処分から抵抗へ. *The Asia-Pacific Journal*, v. 10, n. 01, 2012. Disponível em: <<https://apjif.org/2012/10/38/gavan-mccormack/3828/article>> Acesso em 14 de abril de 2025.

NPR. Japan's Leader Concedes on Okinawa Base. **NPR.** Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100525114037/http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=127076797>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Office of Hawaiian Affairs. The Establishment of OHA. Disponível em: <<https://www.oha.org/about/abouthistory/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

OGUMA, EIJI. **The Boundaries of “the Japanese”**. Melbourne: Transpacific Press, 2014.

Okinawa Prefectural Assembly. **Resolution of Protest Over the Stray Bullets Incident at the Afuso Dam Construction Site in Onna Village**, 2017. Disponível em: <https://www.pref.okinawa.lg.jp/_res/projects/default_project/_page_/001/021/195/ryuudanneyaku.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Brochure (U.S. Military Base)**. Section 1 U.S. Military Bases in Okinawa, 2016. Disponível em: <

https://storage.googleapis.com/studio-design-asset-files/projects/8dO8BMJran/s-1x1_23bc663a-deb6-42af-892e-603bffd37986.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Governor of Okinawa Prefecture Denny Tamaki Letter**, March 9, 2020. Disponível em: < https://www.pref.okinawa.lg.jp/_res/projects/default_project/_page_/001/026/583/request.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Message from the Governor**. Disponível em: < <https://dc-office.org/message>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Overview of the Prefecture**. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/studio-design-asset-files/projects/8dO8BMJran/s-1x1_750b6b27-f15b-4e58-9d31-73c08ba7e973.pdf> Acesso em 10 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **RE: Statistics on the U.S. military bases in Okinawa, 02 26, 2021**. Disponível em: < <https://dc-office.org/post/1297>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Section 1. U.S. Military Bases in Okinawa**. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/studio-design-asset-files/projects/8dO8BMJran/s-1x1_b710abb0-94c5-4c12-8038-dc6e01325b80.pdf> Acesso em 10 de abril de 2025.

Okinawa Prefecture. **Henoko Base Construction Countermeasures Division Executive Office**. Disponível em: < <https://www.pref.okinawa.lg.jp/heiwakichi/futenma/1017409/1026583.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa Statistics web site. **Estimated population**. Disponível em: < <https://www.pref.okinawa.lg.jp/toukeika/estimates/2025/pop202503.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.
okinawa.html?phrase=obon&words=#google_vignette> Acesso em 09 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Japan, a Normal State? **Revista Carta Internacional**, v. 14, n. 01, p. 05-30, 2019.

OLSON, Wyatt. EPA fines Navy, logistics agency for skipping fuel contamination meeting in Hawaii. **Stars and Stripes**, 2025a. Disponível em: < https://www.stripes.com/theaters/asia_pacific/2025-01-02/red-hill-navy-epa-fine-hawaii-16357241.html> Acesso em 09 de abril de 2025.

OLSON, Wyatt. Marines take aim with new high-tech anti-drone system in Hawaii. **Stars and Stripes**, 2025b. Disponível em: < https://www.stripes.com/theaters/asia_pacific/2025-01-26/marines-drones-hunter-killer-system-16612740.html> Acesso em 09 de abril de 2025.

ONUF, Nicholas Greenwood. Sovereignty: Outline of a Conceptual History”. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 16, n. 04, p. 425-446, 1991.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of Our Making**. Rules and rule in social theory and international relations. South Carolina: Routledge, 2013.

OSHIRO, Akino. From ‘Footprint’ to Relationships: Impacts of US Military Base on Okinawa. **Sociology Compass**, v. 18, n. 01, 2024.

OSORIO, Jon Kamakawiwo‘ole. **Dismembering Lāhui**: A History of the Hawaiian Nation to 1887. Honolulu: Univ. of Hawai‘i Press, 2002.

OSORIO, Jonathan Kamakawiwo‘ole. Hawaiian Souls: The Movement to Stop the U.S. Military Bombing of Kaho‘olawe”. Em: Goodyear-Ka‘ōpua, Noelani; Hussey, Ikaika; Wright, Erin Kahnunawaika‘ala (Ed.). **A Nation Rising**. Hawaiian Movements for Life, Land and Sovereignty. Durham & London: Duke University Press, 2014, p. 137-160.

PALZ, Marius. “Okinawan Coral Politics, Henoko Base Construction and a Japanese Political Strategy of Ignorance. **The Asia-Pacific Journal**, v. 19, n. 24, 2021. Disponível em: <<https://apjif.org/2021/24/palz>> Acesso em 14 de abril de 2025.

PERYER, Marisa. Native Hawaiians on coverage of Mauna Kea resistance. **Columbia Journalism Review**, 2019. Disponível em: <<https://www.cjr.org/opinion/mauna-kea-telescope-protest-hawaii.php>> Acesso em 14 de abril de 2025.

POULIOT, Vincent. The materials of practice: nuclear warheads, rhetorical commonplaces and committee meetings in Russian–Atlantic relations. **Cooperation and Conflict**, v. 45, n. 3, p.294-311, 2010.

POUSHTER, Jacob; MORDECAI, Mara. Americans and Germans Differ in Their Views of Each Other and the World. **Pew Research Center**, 2020. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2020/03/09/americans-and-germans-differ-in-their-views-of-each-other-and-the-world/>> Acesso em 08 de abril de 2025.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising**: the resurgence of Japanese power and purpose. New York: Public Affairs, 2007.

RECH, Matthew F.; JENKINGS, K. Neil; WILLIAMS, Alison; WOODWARD, Rachel. An Introduction to Military Research Methods. Em: Rech, Matthew F.; Jenkins, K. Neil; Williams, Alison J.; Woodward, Alison J. (Ed.). **The Routledge Companion to Military Research Methods**. Oxon: Routledge, 2016, p. 01-17.

RECKWITZ, Andreas. Toward a Theory of Social Practices, A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 05, n. 02, p.243–263, 2002.

RILEY, Lorinda. Addressing Native Hawaiian Historical Trauma: Opportunities for Increased Economic, Environmental, and Social Advancement. **Societal Impacts**, v. 01, n° 01, 2023.

ROSSDALE, Chris. Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. **International Political Sociology**, v. 09, n. 04, p 369–386, 2015.

RUIZ, Lester Edwin J. Sovereignty as Transformative Practice. Em: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H.(Ed.). **Contending Sovereignties** Redefining Political Community. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1990, p. 79-96.

RUMELILI, Bahar. Ontological (in)security and peace anxieties: a framework for conflict resolution. IN, Rumelili, Bahar (Ed.). **Conflict Resolution and Ontological Security**. Peace anxieties. New York: Routledge, 2015, p. 10-30.

Ryûkyû Shimpo. Okinawa Prefectural Assembly adopts protest resolution on stray bullet at Camp Hansen and parachute drop training in Kadena Base. **Ryûkyû Shimpo**, 2017a. Disponível em: < <https://english.ryukyushimpo.jp/2017/05/13/26963/> > Acesso em 09 de abril de 2025.

Ryûkyû Shimpo. Ryukyu Shimpo survey reveals 35% of Okinawans favor increased autonomy, less than half support status quo. **Ryûkyû Shimpo**, 2017b. Disponível em: < <https://english.ryukyushimpo.jp/2017/01/11/26302/> > Acesso em 09 de abril de 2025.

Ryûkyû Shimpo. Okinawa survey results show 61% oppose Henoko relocation, 18% support Abe administration. **Ryûkyû Shimpo**, 2020.. Disponível em: < <https://english.ryukyushimpo.jp/2020/06/25/32306/> > Acesso em 09 de abril de 2025.

SAKIHARA, Mitsugu. History and Okinawans. **Manoa**, v. 21, n° 01, p. 134-139, 2009.

SASAKI, Christen Tsuyuko. Threads of Empire: Militourism and the Aloha Wear Industry in Hawai'i. **American Quarterly**, v.68, n° 03, p. 643-667, 2016.

SCHATZKI, Theodore R. Introduction: Practice Theory. Em: Schatzki, Theodore R.; Cetina, Karin Knorr, Von Savigny, Eike. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001, p. 10-23.

SCHOFIELD, Julian. **Militarization and War**. Palgrave Macmillan, New York, 2007.

SCHULZ, Jon. **Hawaiian by Birth**: Missionary Children, Bicultural Identity, and U.S. Colonialism in the Pacific. Nebraska: University of Nebraska Press, 2017.

SHAW, Martin. Twenty-first century militarism: a historical-sociological framework. IN: Stavrianakis, Anna; Selby, Jan. **Militarism and International**

Relations. Political economy, security, theory. New York: Routledge, 2013, p. 19-32

SHIMABUKU, Annmaria. Transpacific Colonialism: An Intimate View of Transnational Activism in Okinawa". **CR: The New Centennial Review**, v. 12, n-01, p. 131-158, 2012. 131–58.

SHIMABUKU, Annmaria. **Alegal:** Biopolitics and the Unintelligibility of Okinawan Life. New York: Fordham University Press, 2018.

SHIMABUKU, Annmaria. Who Should Bear the Burden of US Bases? Governor Nakaima's Plea for a "Relocation Site Outside of Okinawa Prefecture, but within Japan" アメリカで県外移設を訴える仲井真知事. **Asia-Pacific Journal**, v. 09, n. 45, 2011. Disponível em: <<https://apjif.org/2011/9/45/annmaria-shimabuku/3641/article>> Acesso em 09 de abril de 2024.

SHIMAZU, Naoko. **Japan, Race and Equality.** The Racial equality proposal of 1919. Routledge, London & New York, 1998.

SHORT, Nicola. Militarism, 'new wars' and the political economy of development: a Gramscian critique. Em: Stavrianakis, Anna & Selby, Jan (Ed.). **Militarism and International Relations.** Political economy, security, theory. Routledge, New York, 2013, p. 45-58.

SILVA, Noenoe K. **Aloha betrayed:** native Hawaiian resistance to American colonialism. American encounters/global interactions. Durham: Duke University Press, 2004.

SILVA, Noenoe K. The 1897 Petitions Protesting Annexation. **University of Hawai'i at Mānoa Library, 1998.** Disponível em: <<https://libweb.hawaii.edu/digicoll/annexation/petition/pet-intro.php>> Acesso em 09 de abril de 2025.

SKJELSBÆK, Kjell. Militarism, Its Dimensions and Corollaries: An Attempt at Conceptual Clarification. *Journal of Peace Research*, v. 16, n. 03, p. 213-229, 1979.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back in: Strategies of Analysis in current research. Em: Evans, Peter B.; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda. **Bringing the State Back.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 03-43.

SKRABAK, Heather. Coming Home to Health: Addressing Housing Insecurity to Improve the Health of Native Hawaiians in Hawai'i County. **Asian Pacific American Law Journal**, v. 27, n 01, 2024.

SMITS, Gregory. **Maritime Ryukyu, 1050-1650.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 2019.

SMITS, Gregory. **Visions of Ryukyu: Identity and Ideology in Early-Modern Thought and Politics.** Honolulu: University of Hawaii Press, 1999

SOEYA, Y.; TADOKORO, M. ; WELCH, David A. **Japan as a 'normal country'?: A nation in search of its place in the world.** Toronto: University of Toronto Press, 2011.

SPRUYT, Hendrik. **The Sovereign State and Its Competitors.** An Analysis of Systems Change. New Jersey: Princenton University Press, 1994.

State of Hawai'i. Department of Hawaiian Home Lands. **Statement on House Bill 499, 2021.** Disponível em: < <https://dhhl.hawaii.gov/2021/05/04/statement-on-house-bill-499/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

State of Hawai'i. Department of Health. **Hawai'i Department of Health advises Navy water system consumers not to drink, consume tap water.** Disponível em: <<https://health.hawaii.gov/news/newsroom/hawaii-department-of-health-advises-navy-water-system-consumers-not-to-drink-consume-tap-water/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

State of Hawaii. Department of Hawaiian Homelands. **Hawaiian Homes Commission Act.** Disponível em: < <https://dhhl.hawaii.gov/hhc/laws-and-rules/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

State of Hawaii. Department of Land and Natural Resources. Liliuokalani v. US, 45 CLCL 418, 1910. Disponível em: < <https://dlnr.hawaii.gov/mk/files/2017/02/Q-8-Liliuokalani-v.-US.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

State of Hawaii. Resident and De Facto Population, by residence Status: 2010 to 2023. Disponível em: < <https://files.hawaii.gov/dbedt/economic/databook/2023-individual/01/010423.pdf>> Acesso em 08 de abril de 2025.

State of Hawaii. The State of Hawaii Data Book 2023. Disponível em: < <https://files.hawaii.gov/dbedt/economic/databook/db2023/section10.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Stauffer, Robert H. The Hawa'i-United States Treaty of 1826. The Hawaiian Journal of History, v. 17, 1983, p. 40-63.

STAVRIANAKIS, Anna; SELBY, Jan. Militarism and international relations in the twenty-first century. Em: Stavrianakis, Anna; Selby, Jan. (Ed.). **Militarism and International Relations.** Political economy, security, theory. New York: Routledge, 2013, p. 03-18.

STEELE, Brent J. Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War. **Review of International Studies**, v. 31, n. 3, p. 519-540, 2005.

STEELE, Brent J. Organizational processes and ontological (in)security: Torture, the CIA and the United States. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 01, p. 69-89, 2016.

Suicide Prevention Resource Center. **Asian, Native Hawaiian, and Other Pacific Islander Populations**. Disponível em: <<https://sprc.org/about-suicide/scope-of-the-problem/racial-and-ethnic-disparities/asian-native-hawaiian-and-other-pacific-islander-populations/>> Acesso em 09 de novembro de 2024.

TAKUMI, Roy. Challenging U.S. Militarism in Hawai'i and Okinawa. **Race, Poverty & the Environment**, v. 04, n. 04, p. 08-09, 1994.

TANJI, Miyume. **Myth, Protest and Struggle in Okinawa**. London New York: Routledge, 2006.

The American Presidency Project. **Executive Order 10436—Reserving Kahoolawe Island, Territory of Hawaii, for the Use of the United States for Naval Purposes and Placing it Under the Jurisdiction of the Secretary of the Navy**. Disponível: < <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/executive-order-10436-reserving-kahoolawe-island-territory-hawaii-for-the-use-the-united>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Asahi Shimbun. Foam leaked at Futenma base in December: ministry official. **The Asahi Shimbun**, 2020a. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/13392080>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Asahi Shimbun. Ministry delays Okinawa new blow on U.S. base issue. **The Asahi Shimbun**, 2021a. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/14512766>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Asahi Shimbun. Budget cut for Okinawa called an anti-Tamaki 'message'. **The Asahi Shimbun**, 2021b. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/14508954>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Asahi Shimbun. Okinawa election deals blow to Tamaki, plan to halt U.S. base. **The Asahi Shimbun**, 2024a. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/15308396>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Asahi Shimbun. Japan exception to U.S. military's handling of PFAS contamination. **The Asahi Shimbun**, 2024b. Disponível em: < <https://www.asahi.com/ajw/articles/15151210>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Hawaiian gazette. Protest Made to the Annexation of Hawaii. **The Hawaiian gazette**. July 09, 1897. Disponível em: < <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83025121/1897-07-09/ed-1/seq-1/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Japan Times. Hashimoto rejects Okinawa calls to move U.S. heliport abroad. **The Japan Times**, 1998. Disponível em: <

<https://www.japantimes.co.jp/news/1998/05/20/national/hashimoto-rejects-okinawa-calls-to-move-u-s-heliport-abroad/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Japan Times. U.S. eyed Okinawa for huge offshore base in mid-1960s. **The Japan Times**, 2001. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161222235607/http://www.japantimes.co.jp/news/2001/06/04/national/u-s-eyed-okinawa-for-huge-offshore-base-in-mid-1960s/#.WM1NhqK1uUk>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Japan-U.S. **Special Action Committee (SACO) Interim Report, April 15, 1996**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/seco.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The Mainichi. News Navigator: What is the US base relocation plan in Okinawa and why is it necessary?. **The Mainichi**, 2022b. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20220826/p2a/00m/0op/051000c>> Acesso em 10 de abril de 2025.

The Mainichi. 70% of Okinawans say US base concentration 'unfair' as more youths lose hope. **The Mainichi**, 2023. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20230606/p2a/00m/0na/019000c>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The New York Times. U.S. Will Return Base in Okinawa. **The New York Times**, 1996. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1996/04/13/world/us-will-return-base-in-okinawa.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The times. Treaty to Annex Hawaii. **The times**, 1897. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn85054468/1897-06-17/ed-1/seq-1/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States Environmental Protection Agency. **About the Red Hill Bulk Fuel Storage Facility**. Disponível em: <<https://www.epa.gov/red-hill/about>> Acesso em 14 de abril de 2025.

The United States of America and Japan. **Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands Washington and Tokyo (simultaneously)**, 17th June, 1971. Disponível em: <<http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/rev71.html>> Acesso em 14 de abril de 2025.

The United States of America. **An Act To provide a government for the Territory of Hawaii**. Disponível em: <https://www.doi.gov/sites/default/files/uploads/31_stat_141_hawaiian_organic_act_1900.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **U.S. ARMY CORPS OF ENGINEERS. Army Training Land Retention at Pohakuloa Training Area. Second Draft. Environmental Impact Statement**. Volume III: Appendices E-L, March 2024. Disponível em: <https://files.hawaii.gov/dbedt/erp/Doc_Library/2024-04-23-HA-

2nd-DEIS-Army-Training-Land-Retention-at-Pohakuloa-Training-Area-Vol-III.pdf> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Executive Order 9066: Resulting in Japanese-American Incarceration (1942)**. Disponível em: < <https://www.archives.gov/milestone-documents/executive-order-9066>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Hawaiian Homes Commission Act, 1920**. Disponível em: < <https://dhhl.hawaii.gov/wp-content/uploads/2020/02/Hawaiian-Homes-Commission-Act-1921-As-Amended-Searchable.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Joint Resolution to Provide for Annexing the Hawaiian Islands to the United States (1898)**. Disponível em: < <https://www.archives.gov/milestone-documents/joint-resolution-for-annexing-the-hawaiian-islands#transcript>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **National Archives. The 1897 Petition Against the Annexation of Hawaii**. Disponível em: < <https://www.archives.gov/education/lessons/hawaii-petition>> Acesso em 11 de abril de 2025.

The United States of America. **Newlands Resolution, 1898**. Disponível em: < <https://loveman.sdsu.edu/docs/1898NewlandsResolution.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Overseas Presence – Issues Involved in Reducing the Impact of the U.S. Military Presence on Okinawa**, March 1998. Disponível em: < <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GAOREPORTS-NSIAD-98-66/html/GAOREPORTS-NSIAD-98-66.htm>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Public Law 103-150 – Nov. 23, 1993**. Joint Resolution. Disponível em: < <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-107/pdf/STATUTE-107-Pg1510.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **S. 50 (86th): An Act to provide for the admission of the State of Hawaii into the Union**. 1959. Disponível em: < <https://www.govtrack.us/congress/bills/86/s50/text>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **Suicide Prevention Resource Center. Asian, Native Hawaiian, and Other Pacific Islander Populations, 2023**. Disponível em: < <https://sprc.org/about-suicide/scope-of-the-problem/racial-and-ethnic-disparities/asian-native-hawaiian-and-other-pacific-islander-populations/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **U.S. Department of Commerce. 1950 Census of Population. Preliminary Reports**. Disponível em: <

<https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1950/pc-06/pc-6-11.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **U.S. Navy. KN-10831 Operation "Sailor Hat", 1965.** Disponível em: < <https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nara-series/kn-series/KN-10000/KN-10831.html#>> Acesso em 14 de abril de 2025.

The United States of America. **U.S. Department of Defense. Pentagon Transfers Authority of Red Hill to Navy to Ensure Its Safe Closure.** Disponível em: < <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3724793/pentagon-transfers-authority-of-red-hill-to-navy-to-ensure-its-safe-closure/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States of America. **U.S. Department of Defense. Statement by Secretary of Defense Lloyd J. Austin III on the Closure of the Red Hill Bulk Fuel Storage Facility.** Disponível em: < <https://www.defense.gov/News/Releases/Release/Article/2957825/statement-by-secretary-of-defense-lloyd-j-austin-iii-on-the-closure-of-the-red/>> Acesso em 09 de abril 2025.

The United States of America. **Defense Manpower Data Center. Number of Military and DoD Appropriated Fund (APF) Civilian Personnel, December 31, 2024.** Disponível em: < <https://dwp.dmdc.osd.mil/dwp/app/dod-data-reports/workforce-reports>> Acesso em 08 de abril de 2025.

THEE, Marek. Militarism and Militarization in Contemporary International Relations. *Bulletin of Peace Proposals*, v. 08, n. 04, p. 296-309, 1977.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. Em: Evans, Peter B.; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda. **Bringing the State Back.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 169-191.

TILLY, Charles. Reflections on the History of European State-Making. Em: Tilly, Charles (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe.** Princeton & London: Princeton University Press, 1975, p. 84-163.

TINGYANG, Zhao. **All under Heaven: the Tianxia System for a possible World order.** California: University of California Press, 2021.

TOBE, Hideaki. Military Bases and Modernity: An Aspect of Americanization in Okinawa. **Transforming Anthropology**, v. 14, n. 01, p. 89-94, 2006.

TOKUYAMA, Yukinori. Collective Traumatic Memory in a Jointly-Colonised Okinawa. Em: Broudy, Daniel. Simpson, Peter; Arakaki, Makoto (Ed.). **Under Occupation.** Resistance and Struggle in a Militarised Asia-Pacific. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, 2013, p. 191-202.

TRASK, Haunani-Kay. **From a native daughter: colonialism and sovereignty in Hawai'i.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.

TSUCHIBUCHI, Yuichi. **Prioritizing national security over care for land?** A qualitative study on the social, ecological and cultural impacts of the U.S. military in Hawaii. Lund, 2023, 73p. Master Thesis (<aster's Programme in Environmental Studies and Sustainability Science). Lund University Centre for Sustainability Studies, Lund University.

United Nations – Treaty Series, 1952. **No. 1832. TREATY OF PEACE WITH JAPAN. SIGNED AT SAN FRANCISCO, ON 8 SEPTEMBER 1951.** Disponível em: < <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

United Nations Treaty Collection No. 12037, 1971. **Japan and United States of America. Agreement concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands (with agreed minutes and exchanges of notes).** Signed at Tokyo and Washington on 17 June 1971. Disponível em: < <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20841/volume-841-i-12037-english.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

United Nations. United Nations Charter, Chapter XI: **Declaration Regarding Non-Self-Governing Territories, 1946.** Disponível em : <<https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-11>> Acesso em 09 de abril de 2025.

The United States Initial Post-Surrender Policy for Japan. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryoy01/022/022tx.html>> Acesso em 14 de abril de 2025

University of Hawai'i News. Fewer years of healthy life for Native Hawaiians, UH study finds. University of Hawai'i News, 2019. Disponível em: < <https://www.hawaii.edu/news/2019/11/05/hawaii-hale-study/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

UNTALAN, CARMINA. Decentering the Self, Seeing Like the Other: Toward Postcolonial Approach to Ontological Security. **International Political Sociology**, v. 14, n. 01, p. 40-56, 2019.

UYEDA, Ray Levy. US military activity in Hawai'i harms the environment and erodes Native Sovereignty. **Prism**, 2022. Disponível em: < <https://prismreports.org/2022/07/26/us-military-activity-hawaii-environment-native-sovereignty/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

VAGTS, Alfred. **A History of Militarism.** Civilian and Military. The Free Press, New York, 1967.

VAN DYKE, Jon M. **Who Owns the Crowns Lands of Hawai'i?**. University of Hawai'i Press, 2008.

VAN GREEN, Ted. 6 facts about Americans' views of government spending and the deficit. **Pew Research Center**, 2023. Disponível em: <

<https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/05/24/6-facts-about-americans-views-of-government-spending-and-the-deficit/>> Acesso em 08 de abril de 2025.

VINE, David. **Island of Shame**. The Secret History of the U.S. Military Base on Diego Garcia. Princeton University Press, Princeton, 2011.

VINE, David. **US Military Bases Worldwide**: Base Structure Report Library. Disponível em: < <https://www.basenation.us/bsr.html> > Acesso em 11 de abril de 2025.

WALKER, R. B. J. Sovereignty, Identity, Community: Reflections on the Horizons of Contemporary Political Practice. Em: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H.(Ed.). **Contending Sovereignities**. Redefining Political Community. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1990, p. 159-186.

WALKER, R.B.J.; MENDLOVITZ, Saul H. Interrogating State Sovereignty. Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H. Em: Walker, R.B.J.; Mendlovitz, Saul H. (Ed.). **Contending Sovereignities Redefining Political Community**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1990, p. 01-12

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER, Max. **Ciência e Política**. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

WEINEK, Nora; SATO, Fumika. Living with the US Military: The Women Working on Okinawan Bases”. **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, v. 50, n. 01, p. 01-14, 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 02, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

Women for Genuine Security. Who We Are. Disponível em: < <http://www.genuinesecurity.org/aboutus/index.html> > Acesso em 09 de abril de 2025.

WRIGHT, Dustin. “From Tokyo to Wounded Knee: Two Afterlives of the Sunagawa Struggle”. **The Sixties**, v. 10, n. 02, p. 133–149, 2017.

Yamaguchi, Mari. Okinawa governor renews demand to stop Marine Corps’ Futenma base relocation plan. **Marine Corps Times**, 2019. Disponível em: < <https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2019/12/27/okinawa-governor-renews-demand-to-stop-marine-corps-futenma-base-relocation-plan/> > Acesso em 14 de abril de 2025.

YAMANAKA, Toru. Thousands In Japan Rally Against US Base On Okinawa. **International Business Times**, 2016. Disponível em: < <https://www.ibtimes.com/thousands-japan-rally-against-us-base-okinawa-2316233>> Acesso em 11 de abril de 2025.

YEE, Chelsea. Native Hawaiian groups continue to call for Ige's veto of bill that would allow 100-year leases of public lands. **Khon2**, 2021. Disponível em: < <https://www.khon2.com/local-news/native-hawaiian-groups-continue-to-call-for-iges-veto-of-bill-that-would-allow-100-year-leases-of-public-lands/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

YEO, Andrew I. Security, Sovereignty, and Justice in U.S. Overseas Military Presence. **International Journal of Peace Studies**, v. 19, n. 02, p. 43-67, 2014.

YEO, Andrew. Not in Anyone's Backyard: The Emergence and Identity of a Transnational Anti-Base Network: Not in Anyone's Backyard. **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 03, p. 571-594, 2009.

YONG, Nicholas; TANG, Ian. Ridge Alkonis: The sailor who stoked Japanese resentment against the US. **BBC**, 2024. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-asia-68137582>> Acesso em 09 de abril de 2025.

YOSHIO, Sanechika. Anger Explodes as a U.S. Army Helicopter Crashes at Okinawa International University. **Asia-Pacific Journal**, v. 02, n. 09, 2004. Disponível em: < <https://apjif.org/sanechika-yoshio/1816/article>> Acesso em 09 de abril de 2025.

ZIOMEK, Kirsten L. The 1903 Human Pavilion: Colonial Realities and Subaltern Subjectivities in Twentieth-Century Japan. **The Journal of Asian Studies** v. 73, n. 02 p. 493–516, 2014.

沖縄タイムス。「道に迷った」銃を持った米兵、県道を歩く 驚く住民「実弾が入っているかも」[Michinimayotta' jū o motta kome-hei, kendō o aruku odoroku jūmin `jitsudan ga haitte iru kamo']. **沖縄タイムス**, 2022. Disponível em: < <https://www.okinawatimes.co.jp/articles/-/1071369>> Acesso em 09 de abril de 2025.

沖縄タイムス。議会在抗議したばかり...銃を持った米兵、県道を歩く 沖縄・東村[Gikai ga kōgi shita bakari... jū o motta kome-hei, kendō o aruku Okinawa higashimura]. **沖縄タイムス**, 2023. Disponível em: < <https://www.okinawatimes.co.jp/articles/-/1100369>> Acesso em 09 de abril de 2025.

沖縄県. **Okinawa Prefecture**. おきなわのすがた（県勢概要） 令和5年度版 [okinawanosugata(kenseigaiyō)reiwa 5 nendo ban]. Disponível em: < https://www.pref.okinawa.lg.jp/_res/projects/default_project/_page_/001/032/116/intro.pdf> Acesso em 11 de abril de 2025.

琉球新報. 死刑→重労働45年「減刑は権限逸脱」 大統領決裁に軍法務部が抗議 55年の由美子ちゃん事件 [ryûkyûshinpô. shikei jûrôdô 45-ne 「genkei wa kengen itsudatsu」 daitôryô kessai ni gun hômu-bu ga kôgi 55-nen no yumiko-chan jiken]. **琉球新報 [ryûkyûshinpô]** 2021. Disponível em: <<https://ryukyushimpo.jp/news/entry-1386446.html>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Glossário de termos havaianos

Palavra em havaiano	Significado em português brasileiro
ai kapu	Ato sagrado de comer. Proibição de homens e mulheres comerem juntos.
akua	Deus, deusa, divino, imagem, espírito.
ali'i nui	Chefe supremo
at kapu	Ato de comer livremente
haole	Pessoa que não é nativa do Havaí, mas principalmente usado para se referir a uma pessoa branca.
kapu	Tabu, proibição, sagrado
kaukauali'i	Membros da classe governante que serviam aos chefes supremos
kuleana	responsabilidade, direito
mahele	Porção, divisão
maka'ainana	Pessoas comum; povo comum
mele	Termo usado para definir cantos, canções ou poemas nativos

Glossário de termos em japonês

Termo em japonês (kanji)	Termo em japonês (romanji)	Significado em português brasileiro
安保闘争	anpotôso	Campanha contra o tratado de Segurança Nacional entre Japão e Estados Unidos (1959-1960, 1970)
富国強兵	fukoku kyôhei	“Enriquecer o país, fortalecer o exército”. Slogan do governo do período Meiji.
逆コース	gyaku kôsu	Curso reverso. Mudança na política dos EUA em relação a reconstrução do Japão à medida que a Guerra Fria avançou.
藩	han	Domínio de um chefe feudal no período Edo (1603-1868).
銃剣とブルドーザー	jûken to burudôzâ	Baionetas e tratores. Termo utilizado para se referir ao período em que o exército dos EUA expropriou terras das pessoas de Okinawa.
観光	kankô	Turismo
基地	kichi	Base militare
公益事業	Kôeki jigyô	Serviço público
コザ暴動	Koza bôdô	Rebelião de Koza
沖縄闘争	okinawa tôsô	Problema de Okinawa
思いやり予算	omoiyari yosan	“Pagamento de simpatia”. Valor extra pago pelo Japão as forças estadunidenses para manutenção das bases.
鎖国	sakoku	Isolamento nacional. Utilizado para se referir a política nacional do xogunato Tokugawa.
島ぐるみ闘争	shimagurumitôsô	“Batalha por toda a ilha”. Termo utilizado para se referir ao período de protestos contra a presença das bases militares em Okinawa.

処分	shobun	Literalmente “Jogar fora” ou “Lidar com o problema”. Utilizado para se referir a anexação de Okinawa em 1879.
うちなーぐち	uchinaaguchi	Idioma de Okinawa, Dialeto Ryûkyû
由美子ちゃん事件	Yumiko-chan jiken	Incidente Yumiko-chan